

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS

Rafael Carletti

Colonialismo, instrumentalização da pobreza e mercantilização dos recursos naturais da
Amazônia

São Carlos

2023

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS

Rafael Carletti

Colonialismo, instrumentalização da pobreza e mercantilização dos recursos naturais da
Amazônia

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de São Carlos para a obtenção do título
de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof^o Dr. Rodrigo Constante
Martins

Financiamento: CAPES/FAPEAM

São Carlos

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Rafael Carletti Marcolino da Silva, realizada em 20/01/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Prof. Dr. Maurício Gonsalves Torres (UFPA)

Profa. Dra. Marilene Correa da Silva Freitas (UFAM)

Prof. Dr. Juliano Costa Gonçalves (UFSCar)

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

EPÍGRAFE

*Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil*

*Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativo
E de lá cantou*

*Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou*

*Fora a luta dos Inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou*

*E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor...*

*...E ecoa noite e dia
É ensurdecedor
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador*

*Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas
Como um soluçar de dor*

(*Canto das três raças*, letra de Mauro Duarte e Paulo Cesar Pinheiro, interpretada por Clara Nunes)

DEDICATÓRIA

À minha vó Josepha, por ter estruturado todo o caminho. E à minha filha Estela, que acaba de nascer. A vida se renova e, com ela, a esperança de um mundo melhor, radicalmente justo e solidário.

À Dona Saracá, Seu Rocha e ao Luiz Fernando de Souza Santos, *in memoriam*

Às mais de 690 mil famílias que perderam seus entes queridos durante a pandemia.

AGRADECIMENTOS

De maneira geral, os agradecimentos que constam ao final dos trabalhos acadêmicos, sobretudo nas dissertações de mestrado e teses de doutorado, referem-se àquelas pessoas e instituições que contribuíram de forma direta e decisiva, para que determinado trabalho fosse concluído. Todos aqueles que passam pela longa e atribulada jornada da pós-graduação, sabem das dificuldades – e das alegrias, também – atravessadas para se concluir um projeto de pesquisa. Por isso, os agradecimentos são parte quase que obrigatória de um trabalho que chega ao fim, aparecendo em praticamente todas as dissertações e teses finalizadas. Uma justa homenagem, portanto, às pessoas e instituições que, de certa forma, tornaram aquele trabalho possível. O meu caso não é diferente. São muitas as pessoas e algumas instituições a quem devo agradecimentos e o reconhecimento pelo apoio ao longo desses quatro anos. Contudo, defendo essa tese depois de ter passado por dois anos muito difíceis, em que a vida da população do planeta ficou suspensa – e para muita gente ainda está – por conta da pandemia. Se defender um trabalho acadêmico em “condições normais” já era uma tarefa bastante desafiadora, atravessar esse percurso tendo como variável uma pandemia, elevou e muito a profundidade do desafio. Para além de levar a vida de conhecidos queridos e desconhecidos por quem passamos a nutrir algum tipo de afeto, a pandemia também escancarou a brutalidade nua e crua do nosso mundo de excessos siderais e miséria colossal que, por conta da letalidade mortal do vírus, fomos obrigados a assistir diariamente trancafiados dentro de nossas casas. Particularmente, fui acometido em dose dupla. Além do sofrimento pessoal, pois fui contaminado pelo vírus, Manaus e o Amazonas – cidade e estado que me acolheram e onde morei durante boa parte da minha vida – foram profundamente afetados pela pandemia. As duas “grandes ondas” que assolaram o Brasil nesses dois anos, acertaram em cheio o estado e a capital amazonense. Perdi alguns amigos, muitos conhecidos e sofri junto, mesmo à distância, a agonia do povo manauara ao vê-lo morrer por asfixia, devido à falta de oxigênio nos hospitais. Impossível passar incólume a tudo isso, especialmente quando seu objeto de pesquisa é a Amazônia e seu povo. Não obstante, desde 2019 assisto diariamente o desmonte das Universidades e dos órgãos e instituições de pesquisas do país. Não foram poucas as vezes em que o Presidente da República, diversos Ministros da Educação e parcela significativa da sociedade brasileira, vieram a público atacar de forma bastante agressiva a mim e a todos com os quais divido a condição de bolsista em uma Universidade pública, num curso de ciências humanas – o alvo principal dos ataques,

diga-se de passagem. As últimas notícias dão conta de que o Congresso Nacional aprovou um corte nos recursos destinados à ciência e tecnologia da ordem de R\$ 600 milhões, ou 92% do orçamento previsto para o ano de 2023. Uma clara manifestação de que investimento em ciência e educação são coisas que não estão no horizonte de quem “pensa” o país nesse momento, e que não entram no cálculo como variáveis importantes para que o país possa minimamente cumprir sua trajetória de emancipação. Não espanta, portanto, a atitude negacionista assumida pelos órgãos competentes na condução da pandemia, cujo plano ou intenção deliberada – como ficou evidenciado pela CPI da COVID – era nos conduzir literalmente para a vala comum, levando mais de 690 mil pessoas à morte. O que eu quero dizer é que, diante de tudo isso, foram muitas as pessoas, para além daquelas que constam formalmente nos agradecimentos, que contribuíram para que, particularmente, eu atravessasse esse momento tão difícil de nossas vidas. Agradecer, nesses tempos, extrapola o escopo que delimita quem está direta ou indiretamente envolvido na pesquisa. Foram muitos os “anônimos” com quem troquei uma ideia, com quem conversei por alguns instantes e cujas palavras, naquele momento, ajudaram a acalmar um pouquinho o coração e a entender que era preciso seguir em frente. Agradecer, nesses tempos, diz respeito, também, a todo mundo que ajudou a nos manter vivos. De modo que, diante desse filme de horror, não é exagero agradecer por estar vivo.

Agradeço aos profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, socorristas, infectologistas, biomédicos, técnicos-administrativos, às pessoas responsáveis pela limpeza de postos de saúde e hospitais, e aqueles que, direta ou indiretamente, atuaram na linha de frente durante a pandemia de COVID-19. Agradeço e lamento àqueles que pagaram com a vida, pelo esforço diário na tentativa de salvar o máximo de brasileiros possível. Agradeço a existência do Sistema Único de Saúde.

Agradeço ao meu pai, Walter, e à minha mãe, Vera, por terem dedicado boa parte do seu tempo e empenhado boa parte do seu dinheiro na minha formação, inclusive durante o doutorado, principalmente durante o longo período que fiquei sem bolsa e pensei várias vezes em desistir do curso. Sem o apoio e a ajuda de vocês, terminar mais essa etapa da vida seria impossível. Pierre Bourdieu e seus *Escritos de Educação* estão certos (para variar).

Agradeço ao meu orientador, a quem também posso chamar de amigo, Rodrigo Constante Martins. Lembro da primeira ou segunda reunião que tivemos e, ao final,

depois de eu apresentar meu trabalho e dizer qual caminho eu pretendia tomar dali em diante, o Rodrigo ter me dado toda liberdade para navegar por onde eu quisesse, e disse que a função dele era apenas “não deixar que a gente viajasse demais”. Como não o conhecia antes de ingressar no doutorado, senti-me acolhido e mais tranquilo para desenvolver o trabalho. Como ônus, as lacunas e caminhos tortuosos identificados aqui, são devidos única e exclusivamente à minha teimosia. Agradeço pelo apoio e pela paciência na condução do trabalho.

Agradeço a todos os meus interlocutores, alguns, inclusive, que se tornaram amigos e amigas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Jamais vou esquecer a maneira calorosa e as recepções sempre afetivas – depois de uma necessária dose de desconfiança – com as quais vocês me receberam durante o período que estive na Reserva. Fosse durante uma entrevista, um passeio de voadeira, uma pelada ou um almoço regado a jaraqui frito e farinha, sempre me senti em casa, mesmo estando tão longe. Ao seu Rocha, Dona Norma, Dudu e seu Sabá que me hospedaram em suas casas, meu eterno agradecimento. Sinto muitas saudades da prosa na beira do rio. Obrigado por colaborarem e contribuírem de forma decisiva com essa pesquisa.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela bolsa concedida e pelo planejamento estratégico em manter mestrandos e doutorandos fazendo suas pesquisas fora do Estado do Amazonas. Esse apoio é fundamental, sobretudo para quem vive na região Norte, onde há quase nenhuma oferta de cursos de pós-graduação em Sociologia. Além disso, preciso ressaltar que, durante a pandemia, talvez minha maior contribuição para toda a sociedade foi ter podido ficar em casa. Isso só foi possível graças a bolsa de doutorado concedida pela FAPEAM e implementada em parceria com a CAPES. A esta última instituição, que ela reencontre seu caminho com o povo brasileiro.

Agradeço a todos os professores e professoras do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Sem dúvida, esse doutorado teria sido muito mais difícil não fossem as aulas, a convivência, as conversas e as lutas pelos corredores do antigo ICHL, nas quais estivemos juntos. Além disso, a impressão e o enfoque político-pedagógico do curso voltados para a realidade amazônica, seguramente contribuíram de modo decisivo sobre a forma como olhar para a Amazônia, para a construção do alicerce teórico sobre o qual me formei e para a decisão de fazer o doutorado. Quero agradecer, em especial, os professores Odenei Ribeiro, Marcelo

Seráfico, Márcia Calderipe, José Basini, Raimundo Nonato, Fábio Candotti, Marilene Freitas, Luiz Fernando de Souza Santos e Antônio Neto. Muito obrigado por tudo. Não é fácil fazer ciência desde o Norte.

Agradeço a todos os colegas do grupo de pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS). Desde que cheguei, em 2018, algumas pessoas saíram, em busca de novos horizontes, outras chegaram, para dar continuidade à nossa trajetória. Algumas delas, sempre estiveram mais próximas, como a Manuela Aquino, a Ana Carina, a Jéssica Cardoso, a Raíza Campregher, o Romário Hipólito, a Camilla Benjamim e a Cláudia Quijano. Infelizmente, para quem chega desde 2020, a pandemia inviabilizou nossos encontros presenciais e impediu a realização do tradicional churrasco na casa do chefe. Porém, nesse período de reuniões via *google meet*, o importante mesmo era saber que estávamos todos bem de saúde, tocando a vida da melhor maneira. Para quem fica e para quem chega, desejo felicidades no grupo, com uma vida minimamente “normalizada”.

Agradeço aos meus colegas da turma de doutorado de 2018, Carol, Luana, Rodolfo, Tiago, Tomás, Zé Luís, Rosana, Rose, Breno, Cláudia, Marcelo, Camila, Fernanda, Renan, Giovani e Bruna pelo excelente convívio ao longo daquele ano, pelas trocas, pelas risadas, pelas discussões durante as disciplinas, pelas intermináveis noites no Bar do Alex, pelas incertezas e inseguranças compartilhadas durante esse processo muito prazeroso, mas, também, difícil. Com vocês por perto, certamente essa caminhada foi mais divertida.

Agradeço, também, aos amigos e amigas que fiz em São Carlos, que não necessariamente faziam parte da minha turma, mas que acabaram estando juntos e fazendo parte dos momentos mais alegres e festivos durante essa minha temporada na cidade. Refiro-me aqui a Iaci Jara, Jana Maldonado, Simon Jara, Tábata Quintana, Aline Pires, Gisele Modé (amiga de longa data, mas que reencontrei em Sanca), Luana Motta, Leandro, Luci Oliveira, Felipe Rangel, Gabriel Feltran, Deborah Fromm e Isabela Pinho. A todos vocês, muito obrigado por dividir comigo a melhor parte da vida em São Carlos.

Agradeço à Fundação Amazonas Sustentável pelo apoio logístico oferecido nos trabalhos de campo e pela parceria ao longo da pesquisa. Agradeço, em especial, a Liane Lima, por viabilizar os contatos e agilizar os trâmites burocráticos e, também, ao Emerson Uyra, pela companhia e pela ajuda no trabalho de campo que fizemos juntos na RDS do Rio Negro.

Ao Miqueias Santos, gestor da RDS do Rio Negro, guerreiro e batalhador incansável na defesa dos serviços públicos e pela manutenção e autonomia da política ambiental do estado do Amazonas. Obrigado pela ajuda nas idas a campo, pela parceria e companhia, pelo apoio logístico, pelas caronas, por me apresentar aos comunitários e por facilitar da melhor maneira a realização dessa pesquisa.

Como nem tudo são flores, agradeço ao Departamento de Atenção à Saúde (DeAS) da UFSCar que, no auge da pandemia e quando as coisas começaram a sair de controle, conseguiu, por meio de ajuda médica, me manter minimamente nos prumos. Agradeço especialmente ao Dr. Luís Eduardo Andreossi e à Joice, recepcionista, pela atenção e cuidado durante esse período conturbado. O trabalho de vocês é essencial, de altíssima qualidade e mostra o quanto a prestação de serviço público é necessária.

Agradeço, também, à minha psicóloga, Alexandra Medeiros que, mesmo antes da pandemia, já vinha me ajudando a lidar com meus demônios. Sua escuta sempre atenta e seu esforço em me compreender, me ajudam bastante nessa minha luta de mim comigo mesmo. Agradeço imensamente à ajuda profissional que você me proporciona.

À minha extensa família, formada pelos “Marcolino” e pelos “Carletti”. Eu carrego um pouquinho de vocês comigo para todo canto por onde eu vou. Agradeço imensamente por vocês fazerem parte da minha vida e dessa história. A contribuição afetiva de vocês ao longo de todos esses anos é inestimável, indescritível e insubstituível. Muito obrigado por tudo.

À Luciane Bottamedi, minha esposa, namorada, companheira, parceira, mãe da nossa filha, essa pessoa incrível que apareceu na minha vida e que veio para mudar tudo, da maneira mais linda, surpreendente e prazerosa possível. Agradeço por todo seu carinho, atenção e paciência nesse momento tão agitado e por me dar tanta força durante o período de finalização deste trabalho. Sem dúvida, ter você por perto foi o equilíbrio necessário para manter a cabeça no lugar e saber que essa é só mais uma etapa da vida a ser cumprida. Junto com a Luciane, veio uma família linda que também me acolheu de braços abertos e que hoje é parte indispensável da minha vida. Agradeço ao San, à Beth, Hélio, Liz, Lucas, Juliana, Daniel e Cristiane por todo o carinho e pela companhia nesses últimos anos.

RESUMO

Nesta tese, discuto de que modo o discurso relativo ao aquecimento global e às mudanças climáticas, reproduz ideias colonialistas sobre os povos e a natureza da Amazônia. Ainda, busco compreender como que essas ideias são mobilizadas discursivamente, no sentido de subsidiarem a implementação de políticas públicas ambientais. Para tanto, tomo dois referenciais analíticos para o exame desse problema. O primeiro, diz respeito ao processo de colonização e ao colonialismo, por serem aspectos fundamentais da construção sócio-histórica tanto dos povos quanto da natureza da Amazônia. O segundo, refere-se à institucionalização das chamadas questão social e questão ambiental que, por terem sido consolidadas nos marcos da Modernidade, invisibilizaram o processo de formação social dos povos e de construção social da natureza. Dessa forma, a hipótese do trabalho é a de que as noções de povos tradicionais e de natureza exótica – ambas formuladas no período colonial – são as principais a serem mobilizadas pelo ambientalismo para legitimar as políticas públicas ambientais na região. Teoricamente, a tese apoia-se na ideia de sociedades caboclas como forma de dialogar com a categoria de povos tradicionais. Além disso, mobiliza os referenciais da economia ecológica, economia ambiental e da crítica marxista da economia política, para discutir a ideia de natureza. Os recursos metodológicos utilizados foram referências bibliográficas, análise documental, entrevistas e observação participante. A tese não buscou confirmar sua hipótese nem tirar conclusões definitivas, mas, sim, ampliar as possibilidades de discussão sobre este tema.

RESÚMEN

Esta tesis busca discutir cómo el discurso sobre el calentamiento global y el cambio climático reproduce ideas colonialistas sobre la gente y la naturaleza de la Amazonía. Aún así, busca comprender cómo estas ideas son movilizadas discursivamente, en el sentido de subsidiar la implementación de políticas públicas ambientales. Por lo tanto, se utilizan dos referencias analíticas para examinar este problema. El primero se refiere al proceso de colonización y colonialismo, por ser aspectos fundamentales de la construcción socio-histórica tanto de los pueblos como de la naturaleza amazónica. El segundo se refiere a la institucionalización de los llamados temas sociales y ambientales que, al consolidarse en el marco de la Modernidad, invisibilizaron el proceso de formación social de los pueblos y de construcción social de la naturaleza. Así, la hipótesis del trabajo es que las nociones de pueblos tradicionales y de carácter exótico -ambas formuladas en el período colonial- son las principales a ser movilizadas por el ambientalismo para legitimar las políticas públicas ambientales en la región. Teóricamente, la tesis parte de la idea de las sociedades caboclo como una forma de dialogar con la categoría de pueblos tradicionales. Además, moviliza referencias de la economía ecológica, la economía ambiental y la crítica marxista de la economía política, para discutir la idea de naturaleza. Los recursos metodológicos utilizados fueron referencias bibliográficas, análisis de documentos, entrevistas y observación participante. La tesis no buscó confirmar su hipótesis ni sacar conclusiones definitivas, sino ampliar las posibilidades de discusión sobre este tema.

ABSTRACT

This thesis seeks to discuss how the discourse on global warming and climate change reproduces colonialist ideas about the people and nature of the Amazon. Still, it seeks to understand how these ideas are discursively mobilized, in the sense of subsidizing the implementation of environmental public policies. Therefore, two analytical references are used to examine this problem. The first concerns the process of colonization and colonialism, as they are fundamental aspects of the socio-historical construction of both the peoples and the nature of the Amazon. The second refers to the institutionalization of the so-called social and environmental issues which, as they were consolidated within the framework of Modernity, made the process of social formation of peoples and social construction of nature invisible. Thus, the work's hypothesis is that the notions of traditional peoples and of an exotic nature – both formulated in the colonial period – are the main ones to be mobilized by environmentalism to legitimize environmental public policies in the region. Theoretically, the thesis is based on the idea of caboclo societies as a way of dialoguing with the category of traditional peoples. In addition, it mobilizes references from ecological economics, environmental economics and the Marxist critique of political economy, to discuss the idea of nature. The methodological resources used were bibliographic references, document analysis, interviews and participant observation. The thesis did not seek to confirm its hypothesis or draw definitive conclusions, but rather to expand the possibilities for discussion on this topic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.....	33
Figura 2. Reuniões de apresentação do projeto de pesquisa realizada com comunitários.....	35
Figura 3. Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, com as 19 comunidades e seus respectivos polos.....	37
Figura 4. Na primeira foto (a), o Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Agnelo Uchoa Bittencourt, localizado na Comunidade Tumbiras. Na segunda imagem (b), sede da ACS em dia de eleição para escolha da nova diretoria.....	38
Figura 5. a) Comunidade Santo Antônio. b) Comunidade 15 de Setembro.....	39
Figura 6. Pousada do Jacaré. Comunidade São Tomé. RDS do Rio Negro.....	187
Figura 7. Restaurante na Comunidade São Tomé. RDS do Rio Negro.....	188
Figura 8. Loja de artesanato na Comunidade Sto. Antônio. RDS do Rio Negro.....	188
Figura 9. Sistema de captação e abastecimento de água. RDS do Rio Negro.....	188
Figura 10. Localização do PARNA-Jaú, do PARNA-Anavilhanas e da RDS do Rio Negro.....	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	185
Tabela 2.....	193

LISTA DE SIGLAS

- APA – Área de Preservação Ambiental
- BM – Banco Mundial
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEUC – Centro Estadual de Unidades de Conservação
- CECLIMA – Centro Estadual de Mudanças Climáticas
- COP – Conferência das Partes
- DEMUC – Departamento Estadual de Mudanças Climáticas
- ECOSOC – Economic and Social Council of United Nation
- FAS – Fundação Amazonas Sustentável
- FAO – Food And Agriculture Organization
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FVA – Fundação Vitória Amazônica
- GEEs – Gases de Efeito Estufa
- IBAMA – Instituto Brasileiro de Conservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change
- MIT – Massachussets Institute of Technology
- OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONG – Organização não-governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAE – Programas de Ajustes Estruturais
- PARNA – Parque Nacional
- PBF – Programa Bolsa Floresta
- PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

REDD – Redução das Emissões por Degradação ou Desmatamento

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

SDS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TCO_{2e} – Tonelada de Carbono Equivalente

UC – Unidades de Conservação

UNESCO – United Nation Education, Science and Culture Organization

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

ZFM – Zona Franca de Manaus

Sumário

Introdução	19
Organização do texto	25
1. Pressupostos teórico-metodológicos	28
1.1 O objeto	28
1.2 O campo empírico	29
1.3 Inserção no campo.....	32
1.4 O campo teórico	40
2. Portugueses, índios e nordestinos: o campesinato histórico e as sociedades caboclas da Amazônia	52
2.1 Como se descobre um lugar: uma guerra europeia no coração da floresta	54
2.2. Índios decaídos e natureza glorificada: o colonialismo das políticas ambientais na Amazônia.....	68
2.3. O campesinato histórico da Amazônia	85
2.4. As sociedades caboclas, os caboclos e os ribeirinhos.....	100
3. Do colonialismo ao neoliberalismo: a natureza como mercadoria	122
3.1. O processo de modernização na Amazônia	125
3.2. Neoliberalismo e neoliberalização da natureza	137
3.3. Neoliberalismo, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável	146
3.4. Neoliberalismo, políticas públicas e institucionalização dos serviços ecossistêmicos.....	164
4. Unidades de Conservação: o elefante verde na sala do ambientalismo	178
4.1. Breve contexto das áreas protegidas	180
4.2 O Programa Bolsa Floresta	183
4.3 O conservacionismo da política ambiental no Amazonas.....	190
4.4 Histórico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.....	192
5. Os mercados verdes e a proletarização das sociedades caboclas da Amazônia	219
5.1 Acumulação por espoliação – despossessão	224
5.2 Pobreza, desemprego e renda	236
5.3 Tradição: estratégia discursiva para reprodução ampliada do capital	249
Considerações Finais	264
Referências	270
APÊNDICE	291
ANEXOS	305

Introdução

Esta tese como fio condutor e principal ponto de partida analítico, o processo de colonização pelo qual passou a Amazônia. A partir desse referencial, busco tratar das questões de ordem social e ambiental que emergiram nesse período, e de que forma elas se apresentam na Amazônia nos dias atuais. Uma vez que as chamadas questão social e questão ambiental se institucionalizaram nos marcos da Modernidade, presume-se que aspectos fundamentais da formação social dos povos e da construção social da natureza na Amazônia, foram invisibilizados e ficaram subsumidos. Entendendo a colonização como um fenômeno histórico, o esforço realizado aqui será o de compreender como essas duas unidades se forjaram e se constituíram ao logo do período colonial, e como elas são mobilizadas contemporaneamente, sobretudo no que diz respeito à elaboração de políticas públicas de caráter ambiental e apelo social.

Corroborando para essa interpretação, compreender de que maneira a noção de fronteira amazônica contribuiu para o surgimento de tais políticas. Em linhas gerais, a noção de fronteira quando utilizada para se referir a região amazônica, toma corpo a partir dos anos 1950, pois é quando se começa a pensar de forma racionalizada, de que modo se poderia ocupar e desenvolver essa região. Até esse marco temporal, a Amazônia permanecera apartada de todo e qualquer projeto nacional-desenvolvimentista. Prevaleceu, até a metade do século XX – mesmo após a Independência e as diferentes fases da República – um tipo de sociedade amalgamada em relações sociais com fortes e preponderantes características coloniais.

Especialmente no quesito trabalho, até essa data, eram predominantes relações assentadas na escravidão, sobretudo nos espaços rurais. A inserção da Amazônia ao território nacional se daria, exatamente, pelo avanço de forças modernizadoras-conservadoras sobre sua fronteira, cujo objetivo principal era o desenvolvimento de atividades agro-capitalistas na região. O avanço pela fronteira amazônica, acarretou em importantes impactos sobre as populações locais e seus modos de vida, bem como sobre as condições naturais do bioma amazônico. De modo que, datam desse período, a criação e implementação em padrões Republicanos, dos primeiros instrumentos estatais com vistas a gerir os recursos naturais e assistir à população local.

Isto é, após o período colonial, foi somente a partir dos anos 1950 que se começou a elaborar as primeiras intervenções públicas para a Amazônia. A ideia ou conceito de

política pública surge, no Brasil, no final dos anos 1980 com a redemocratização, pois passa a levar em conta os aspectos sociais de uma política ou planejamento que se deseja implementar. Em paralelo, as políticas públicas de caráter ambiental, surgem, por seu turno, tomando as condições naturais e a ideia de meio ambiente como objeto primeiro das intervenções do Estado. O Programa Bolsa Floresta, um dos objetos de estudo deste trabalho, surgiu nos marcos desse processo, e é um dos componentes principais da Política Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no estado do Amazonas.

O Programa está fundamentado no Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), um mecanismo de compensação financeira que presume a adoção de um instrumento econômico baseado na valoração dos recursos naturais. Em linhas gerais, o PSA se alicerça no princípio do provedor-recebedor e usuário-pagador, onde os provedores de serviços ambientais recebem uma recompensa financeira por parte dos usuários, por contribuírem para a melhoria e provimento de tais serviços. Atualmente, esses serviços podem ser classificados em quatro tipos diferentes, como o sequestro e armazenamento de carbono, proteção e conservação da biodiversidade, proteção de áreas alagáveis e a beleza cênica.

Criado nos marcos da Iniciativa Economia Verde, o PSA é um mecanismo mitigatório que, como o próprio conceito sugere, visa compensar a degradação ambiental provocada por diferentes agentes econômicos inseridos na esfera da produção. Esse esquema, conhecido como *cap and trade*, garante que os agentes poluidores não sejam obrigados a modificar seus padrões de uso e exploração dos recursos naturais dos quais se utilizam. Nos últimos anos, os esquemas de *cap and trade* tem prevalecido sobre os usuais mecanismos de comando e controle que, amparados pelo princípio da precaução e prevenção, buscam fixar limites de usos dos recursos, bem como responsabilizar objetivamente as atividades que ofereçam riscos aos sistemas naturais.

No estado do Amazonas, onde Bolsa Floresta é implementado, o Programa foi concebido levando em conta o modo de vida dos “povos tradicionais”. De forma mais específica, o Programa se destina às comunidades ribeirinhas que vivem nas Unidades de Conservação (UCs) do estado. Desse modo, atribuiu-se a essas comunidades o papel de provedores dos serviços ambientais, enquanto que as condições naturais existentes nas Unidades de Conservação, reúnem os serviços passíveis de serem transacionados. Assim sendo, a compensação financeira pela provisão dos serviços ambientais prestados,

destina-se às famílias ribeirinhas que decidem aderir ao Programa, obedecendo ao critério da voluntariedade.

Via de regra, as políticas ambientais como o Bolsa Floresta, passaram a ser elaboradas a partir da emergência de uma agenda ambiental global. Essa agenda surge em decorrência das discussões centradas no aquecimento global, mas foca suas ações no combate às mudanças climáticas, na perda da biodiversidade e na luta contra o desmatamento. Essas três características foram elencadas devido a possibilidade – ou a necessidade – de se enfrentar os problemas relacionados ao aquecimento no curto prazo e de forma localizada, especialmente em lugares onde as condições ambientais oferecem alternativas de ordem mitigatória. Dessa forma, às prioridades identificadas por uma agenda global, somaram-se preocupações relacionadas à sustentabilidade das áreas naturais bem como ao modo de vida das populações que vivem nesses ambientes, notadamente aquelas residentes nos países do Sul.

A predileção pelos instrumentos econômicos de gestão dos recursos naturais, é outra característica presente nas políticas ambientais surgidas a partir dos anos 1990. Observa-se, nesse período, a predominância da teoria neoclássica, assumida tanto por economistas quanto pelas correntes conservacionista-preservacionista, de que os recursos naturais constituíam externalidades – positivas ou negativas – e, por isso, deveriam ser incorporadas no sistema de preços do mercado para, assim, evitar sua depleção. Além disso, tem-se que, na virada do século, os países do Sul foram submetidos a uma série de Programas de Ajustes Estruturais (PAE), comprometendo o investimento público nos diversos setores, entre eles, o ambiental. Dessa forma, os esquemas de PSA surgiram, também, como uma possibilidade de subsidiar financeiramente a política ambiental dos Estados e demais localidades com restrições orçamentárias.

Ainda no início da década de 1990, um tipo de conciliação feita entre os setores produtivos e o movimento ambientalista, redundou na consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, ratificado na Rio-92. Esse novo paradigma passou a orientar a construção das políticas ambientais em diferentes frentes. Como uma de suas finalidades consistia na acomodação dos conflitos existentes entre crescimento e preservação – cujo marco, no Brasil, foi a morte de Chico Mendes –, as políticas ambientais passaram a se pautar na construção dos regimes de consenso entre as diferentes partes envolvidas. Para legitimar esse processo, as arenas públicas começaram

a investir na gestão ambiental participativa, estimulando a presença dos diversos atores implicados, dando especial ênfase às populações locais.

A difusão desse discurso e a promoção das comunidades locais – no caso da Amazônia – é importante, pois as políticas ambientais dependem do engajamento e da participação ativa dessas pessoas. Quando essas políticas são implementadas por organizações não-governamentais – a exemplo do Bolsa Floresta –, a ideia de governança ambiental aparece como atrativo maior para a capitulação desses grupos sociais. Por meio de práticas que visam o fortalecimento das parcerias e do empoderamento, espera-se a adesão massiva desse público-alvo, apresentando, como contrapartida, a inserção desses sujeitos nas arenas de negociação que geralmente se dão em espaços não estatais – como os conselhos deliberativos da UCs – mas com a presença governamental e do setor privado.

Por outro lado, como essas políticas dependem da adesão voluntária dos seus beneficiários, cria-se uma demanda, por parte dos agentes que as implementam, que passa pela elaboração de inúmeras estratégias de convencimento. Algumas delas, vão desde a reprodução e internalização do discurso técnico-científico sobre a questão ambiental, até a proposta de empreendedorismo voltadas para inserção dessas comunidades no ambiente de mercado. Suponho que o ponto alto dessas estratégias, encontra apoio na literatura especializada – especialmente na Antropologia – sobre os povos da Amazônia, as quais, no meu entendimento, configuram-se como a principal contradição do Programa. É a partir da contradição explicitada pelo Programa, que busco definir a questão ambiental e a questão social da Amazônia como um problema de pesquisa.

Ao longo do tempo, tornou-se predominante entre as pesquisas que lidam com a questão socioambiental dos grupos sociais da Amazônia, a ideia de que seu modo de vida é autossuficiente, uma vez que estaria fundamentado na subsistência e numa relação harmoniosa com o ambiente onde vivem. Tal característica seria fruto da relação espaço-temporal com o meio no qual se estabeleceram – a natureza pretensamente intocada –, capaz de fornecer as condições necessárias à sua sobrevivência. No caso dos ribeirinhos – o foco deste trabalho –, a beira e as margens dos rios, a floresta e seus recursos, seriam suficientes para garantir sua reprodução física e material. Contribuiu para consolidação do tipo ideal ribeirinho, a ideia de que esses grupos vivem isolados em torno da unidade familiar, geralmente nas várzeas dos rios, igarapés e lagos, praticando uma agricultura de subsistência, combinada com a pesca artesanal e a caça de animais silvestres.

Essa breve caracterização suscita a pergunta: Se ao longo do tempo tem sido assim, por que a necessidade de uma política pública voltada para a “família”, a “geração de renda”, “investimento no social”, no “empreendedorismo ribeirinho” e “na infraestrutura comunitária”, como prevê o Bolsa Floresta?

Como ponto de partida, este trabalho se sustenta na questão social dessas populações que, a meu ver, foi invisibilizada e subsumida ao longo dos séculos. Dessa forma, epistemologicamente, o trabalho está em situação oposta às correntes teóricas que reivindicam o uso da categoria povos ou populações tradicionais. Primeiro, porque ela reforça o sentido da tradição, uma noção surgida no período colonial que buscava se contrapor aos ideais do sujeito moderno e que, na atualidade, expressa um modo de vida idílico, totalmente integrado à natureza e, muitas vezes, reproduz as ideias de imobilismo histórico e social. Segundo, porque essas correntes defendem uma perspectiva indenitária *a priori*, ou seja, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros e outras populações tradicionais, teriam se constituído enquanto tais por conta da sua relação com determinado ambiente físico e espaço geográfico.

Em contrapartida, argumento que esses grupos se forjaram a partir dos sucessivos processos de inserção e exclusão aos quais foram submetidos durante os diferentes ciclos econômicos do Brasil – em especial na Amazônia –, principalmente durante o período colonial, mas, também, durante o Império e as diferentes fases da República. Isto é, sua ligação e seu estabelecimento em determinados espaços, teria se dado em virtude de processos mais amplos e fluidos, que se enquadram nas dinâmicas internas e externas envoltas em questões de ordem social, política e econômica, em contraposição ao chamado determinismo – ou reducionismo – ecológico. Desse modo, entendo que esses grupos sociais, à semelhança da classe trabalhadora que vive nas cidades, deve ter seu modo de vida compreendido dentro de movimentos macroestruturais de dimensão político-econômica, cujas causas e efeitos devem ter como *parâmetro*, os mesmos desdobramentos observados em contextos urbanos.

Dito de outra maneira, quando se atribui um caráter identitário *a priori* – ribeirinhos que vivem na beira dos rios – sua questão social fica escamoteada e sua relação com o lugar que hoje vivem, perde sentido histórico. Não se trata, a meu ver, de correlacionar pura e simplesmente o modo de vida à localização geográfica, como pretende a maioria dos estudos socioambientais. Trata-se de olhar a questão social de grupos humanos vivendo em espacialidades ou territórios específicos, como as Unidades de Conservação,

um espaço que, quando observado de forma relacional, não é rural tampouco urbano, mas, sim, “ambientalizado”. Para tanto, também se ecologiza-ambientaliza os modos de vida dessas comunidades, como se pode observar nas noções genéricas atribuídas a elas, como “povos da floresta” e “guardiões da floresta”, de modo que elas caibam conceitualmente nesse espaço.

Essas são expressões correntes e presentes nas políticas públicas e programas de agências multilaterais, que têm sido produzidas sobre a região. Frequentemente, carregam consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata, sobretudo, de lidar com a situação e o destino das populações locais. Elas reforçam as noções contemporâneas, bastante utilizadas como recurso discursivo por setores ambientalistas, que buscam atribuir à vida desses povos uma relação harmônica e sustentável com o meio natural. Desde a abordagem que pretendo imprimir aqui, essa é uma maneira a-histórica e naturalizada de se compreender o modo de vida das populações amazônicas, em particular as ribeirinhas.

Reconheço, contudo, que essas são as noções que predominam e que mobilizam a elaboração e implementação de políticas públicas ambientais, como o Bolsa Floresta. Dessa forma, a hipótese é que tais políticas são implementadas como uma proposta que busca contemplar os anseios modernos da sustentabilidade ecológica, a partir de pressupostos conservacionistas/preservacionistas, mas que, na verdade, constroem-se por meio da mobilização e reprodução de conceitos colonialistas, como desenvolvimento, progresso e modernização, cujo componente central está relacionado à reificação da tradição. Face a urgência colocada pela problemática ambiental e em função das condições naturais existentes em regiões específicas como a Amazônia, essa se configuraria numa maneira de manter a questão social dos povos amazônicos invisibilizada em detrimento da prevalência do discurso ambientalmente desejado.

Sob a perspectiva da agenda ambiental global, costuma-se correlacionar a condição de pobreza à não modernização das atividades econômicas de determinadas sociedades, notadamente as do Sul Global. A pobreza seria assim, resultado da manutenção de práticas e modos de se viver tidas como tradicionais – e não por conta das relações sociais intrínsecas ao modelo desigual de desenvolvimento –, o que impediria o desenvolvimento social e econômico de determinados povos. Segundo essa concepção, a condição de pobreza levaria os sujeitos a se sentirem mais propensos a degradar as condições naturais de determinado lugar, como forma de garantir sua sobrevivência. Do

ponto de vista conservacionista, erradicar a pobreza não significaria corrigir as assimetrias do desenvolvimento, mas, sim, garantir que os ecossistemas sejam preservados, de forma a atingir a sustentabilidade ecológica.

A ideia de que a pobreza está diretamente relacionada a degradação ambiental, faz com que as políticas ambientais sejam executadas, preferencialmente, em áreas ricas em biodiversidade. Dá-se prioridade às áreas protegidas e Unidades de Conservação, por conta do caráter restritivo justaposto às legislações ambientais. Paralelamente, as restrições de acesso ao uso e manejo dos recursos naturais existentes nessas áreas, pode levar ao agravamento do quadro de pobreza dos seus moradores, uma vez que, como argumento aqui, seu modo de vida não se reduz à subsistência. Isto é, a pobreza serviria como instrumento para a preservação ambiental, mas não seria vista como disfunção – ou resultado – do desequilíbrio da relação entre sociedade e natureza.

Além disso, o que se observa nas Unidades de Conservação, especialmente as de uso sustentável, é que o caráter participativo e descentralizado da gestão, obscurece as assimetrias de poder existentes nessas arenas. Os ribeirinhos, grupos marginalizados histórica e culturalmente, nem sempre tem seus saberes legitimamente reconhecidos quando confrontados com posições técnico-científicas. No caso do Bolsa Floresta, o fato de se tratar de uma política pública sobre Mudanças Climáticas, deixa implícito o predomínio da normatividade técnica em detrimento dos conhecimentos acumulados secularmente por esses grupos, sobre as dinâmicas ecossistêmicas próprias da sua interação com o meio.

Num curto espaço de tempo, esses sujeitos se tornaram agentes econômicos, provedores de serviços e responsáveis pela manutenção da estabilidade do clima no planeta. Compreender as implicações decorrentes da transformação de seus territórios em um novo ordenamento político-jurídico, bem como sobre as suas relações sociais historicamente estabelecidas, é o objetivo deste trabalho.

Organização do texto

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, apresento os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentaram a pesquisa. Organizado em quatro tópicos, no primeiro introduzo os objetos da pesquisa, apresentando-os como uma espécie de justificativa pelo fato de tê-los “escolhidos” como eixos centrais deste trabalho. No

segundo tópico, trago as considerações acerca do campo empírico, isto é, apresento os procedimentos metodológicos propriamente ditos, que serão utilizados como ferramentas e instrumental analítico para melhor interpretar o problema de pesquisa. No terceiro tópico, apresento a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, uma das Unidades de Conservação onde o Programa Bolsa Floresta é implementado e onde realizei as entrevistas com os comunitários que lá residem. Por fim, o último tópico trata do arcabouço teórico da pesquisa, onde trato dos autores e das correntes do pensamento que auxiliaram na construção do meu argumento.

O segundo capítulo busca discutir a inserção da Amazônia nas diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo, enfatizando sua questão social e ambiental. Tendo como premissa o advento da colonização como um processo histórico, busco argumentar de que forma a natureza e as sociedades amazônicas foram construídas, a partir da perspectiva do olhar do colonizador e de que forma essa caracterização contribuiu para a formulação de políticas públicas ambientais na atualidade. Uma das hipóteses que defendo neste capítulo, é a de que o processo de colonização invisibilizou os aspectos políticos, sociais e econômicos que permearam a relação sociedade-natureza na Amazônia, redundando na constituição de sujeitos ecológicos e numa natureza ambientalmente fetichizada.

No terceiro capítulo, busco discutir a tentativa de modernização da Amazônia, marcada pela ditadura militar e pela introdução de relações capitalistas de produção, onde a terra foi o principal meio de produção. Além disso, busco apresentar de que modo esse movimento, iniciado nos anos 1960, vai desembocar na ideia de valoração da natureza, onde as características da biodiversidade da Amazônia, passam a ser mercantilizadas, transformando-se, inclusive, em *commodities* ecológicas. O capítulo tem como pano de fundo o advento do neoliberalismo e as práticas próprias desse ideário, tal qual a desregulamentação, privatização e mercantilização da vida social. Além disso, argumento que para além da definição do neoliberalismo como uma doutrina com características político-econômicas que se tornaram hegemônicas, ele deve também ser observado como um processo, no sentido de estar ocorrendo sempre de modo contínuo e auto-estruturado.

No quarto capítulo, dou continuidade à discussão sobre a questão ambiental, desta vez a partir daquilo que foi apreendido no campo empírico. Isto é, neste capítulo busco discutir, por meio de dados primários obtidos com as entrevistas realizadas com os diferentes sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com a implementação do Programa Bolsa Floresta, de que forma sua implementação incidiu sobre os principais interessados,

os moradores da RDS do Rio Negro. O objetivo principal deste capítulo, assenta-se no debate em torno da criação de Unidades de Conservação e nos aspectos restritivos de uso dos recursos naturais subjacentes à legislação ambiental, os quais interferem de forma determinante no acesso e uso desses mesmos recursos por parte dos moradores da Reserva.

No quinto e último capítulo, atendo-me especificamente à questão social do Programa Bolsa Floresta e de que forma ele incide sobre seus beneficiários. Isto é, busco compreender de que forma o estado do Amazonas mobiliza os sujeitos a partir e sobretudo, do enaltecimento de suas características ecológicas/conservacionistas, de forma a engajá-los como partícipes atuantes no Programa. O objetivo central, contudo, é trabalhar a hipótese do modo como um instrumento de mercado baseado no pagamento de serviços ambientais, pode levar à proletarianização dos seus assistidos, uma vez que se pretende inserir relações sociais e arranjos institucionais capitalistas, em formações sociais preexistentes a esse modelo.

Por fim, nas considerações finais, apresento uma espécie de balanço daquilo que foi tratado nesta tese, apontando os principais avanços e as lacunas deixadas que não pude preencher. A partir deste balanço, aponto caminhos que possam servir de subsídio para futuras pesquisas que pretendam abordar e trabalhar com essa temática.

1. Pressupostos teórico-metodológicos

1.1 O objeto

A construção desta tese se deu a partir de dois objetos principais: as chamadas questão social e questão ambiental. Como já dito anteriormente na Apresentação, entendo que esses sejam conceitos criados num determinado tempo e espaço, os quais remetem aos ideais teórico-políticos e ao pensamento social comprometidos com a colonização e com o colonialismo. Quando se trata da Amazônia, uma região povoada há pelo menos 8 mil anos, certamente os elementos fundamentais que sustentaram a estruturação dessas questões foram ignorados e, no limite, invisibilizados. Cumpre, portanto, no caso específico da Amazônia, compreender de que forma se constituiu ou como essas questões foram instrumentalizadas desde o período da conquista.

Para tanto, três campos do conhecimento serão mobilizados no sentido de auxiliar na tarefa de desvelar esse percurso de invisibilização. O primeiro deles, diz respeito ao campo da historiografia, uma vez que o processo de colonização pelo qual atravessou a Amazônia não foi acidental, tampouco obra do acaso. Ao contrário, o chamado descobrimento do Brasil e da Amazônia, está inscrito na dinâmica própria daquele período, o qual somente foi possível, pois permeado de fatores de cunho político, econômico, religioso e cultural. A maneira como os povos da Amazônia foram subjugados e sua natureza dominada, devem ser interpretados à luz de um acontecimento histórico, e não como uma fatalidade do destino.

Em segundo, volto-me ao que se convencionou chamar de racionalidade científica, herdeira do método cartesiano. Isso porque, seja para as gentes, seja para os aspectos biofísicos da Amazônia, foi essa racionalidade que encontrou justificativas no período Iluminista, de classificar, hierarquizar e subalternizar tanto as pessoas quanto as características biológicas. Em outras palavras, a ideia de natureza emerge exatamente neste momento, quando esta é exteriorizada, apartada da humanidade. Valendo-se desse recurso, operou-se no sentido do apagamento dos constituintes históricos dos povos da Amazônia, o que, ao mesmo tempo, fundamenta os sentidos da sua naturalização, uma vez que diferente da razão capaz de dominar a natureza.

Ainda sobre o campo da ciência, merece destaque um segundo momento em que tal racionalidade se delineou. Trata-se da segunda metade do século XIX, que viu surgir tanto

nos EUA quanto na Europa, as correntes conservacionistas e preservacionistas, ambas derivadas da ciência ecológica. Essas correntes vêm pautando o debate sobre a questão social e ambiental desde então, sob dois principais aspectos. O primeiro, é aquele que defende a criação de áreas protegidas para fins contemplativos, refúgio da biodiversidade e da vida selvagem. O outro, é o que contesta a presença de grupos humanos nessas áreas, mesmo que tal presença preceda a criação desses espaços. De tal sorte que está na origem dos conflitos entre populações locais e a política de criação de áreas protegidas, a difusão dessa forma de se compreender a relação entre natureza e sociedade.

Por fim, trato do campo propriamente político, especialmente aquele dedicado à elaboração de políticas públicas ambientais. Com a emergência do aquecimento global, observa-se uma forte conexão entre os ideais neoliberais, a política das mudanças climáticas e a ciência do clima. Em conjunto, essas três áreas têm constituído o núcleo duro de uma agenda ambiental global, e respaldado a criação de políticas ambientais de caráter conservacionista/preservacionista. O conceito de desenvolvimento sustentável em substituição ao paradigma de desenvolvimento *strictu sensu*, é uma questão-chave nos dias atuais, e tem operado como um conceito norteador para mudanças no modelo de organização da sociedade vigente, bem como tem subsidiado de maneira fundamental a execução dessas políticas.

Em linhas gerais, essas políticas públicas se destinam a determinados grupos sociais e à preservação ambiental. Isto é, às questões social e ambiental. Desse modo, é possível compreender, a partir de uma política pública em específico, de que maneira essas duas questões são mobilizadas pelos seus idealizadores, e de que forma elas incidem sobre os seus beneficiários e as condições naturais dos locais onde são implementadas. É por essa razão que o Programa Bolsa Floresta é tomado aqui como um objeto secundário, pois é a partir de sua implementação que se poderá ter acesso ao modo como os grupos sociais são vistos e engajados, e os recursos naturais são instrumentalizados no sentido de levar a cabo esse Programa.

1.2 O campo empírico

A abordagem metodológica empreendida neste trabalho, é de natureza essencialmente qualitativa. Dessa forma, como é próprio neste tipo de abordagem, lanço mão de estratégias, técnicas e procedimentos de investigação dos objetos de pesquisa, a

partir da experiência e vivência com o campo empírico. Conforme aponta Gil (2008), em se tratando de pesquisa em Ciências Sociais, a construção do problema sociológico e a forma de se analisar criteriosamente o objeto da pesquisa, devem, necessariamente, apresentar referências empíricas.

Desse modo, as bases utilizadas para elaboração do problema ora apresentado, assentam-se em quatro procedimentos principais. O primeiro deles diz respeito ao acesso as fontes e ao material bibliográfico disponíveis sobre o tema, especialmente aqueles produzidos pelo pensamento social situado na Amazônia. A partir do acervo bibliográfico, é que foi possível construir um argumento e apresentar uma hipótese de pesquisa. Ademais, por conta deste trabalho também imprimir uma perspectiva histórica, não há outra maneira de se conhecer os fatos ocorridos no passado senão por meio da revisão da literatura e acesso a dados secundários (GIL, 2008).

O segundo procedimento se refere ao levantamento, pesquisa e análise documental. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, com a diferença de que a primeira se utiliza de contribuições já feitas pelos diferentes autores, enquanto a última se vale do fato de que ainda não recebeu tratamento analítico a conteúdo. Dito de outra maneira, os documentos como leis, relatórios, planos de manejo, projetos, entre outros, constituem-se em fontes importantes para a construção de abordagens e interpretações sociológicas que ainda não foram discutidas, o que pode contribuir para o caráter inédito que se deseja imprimir sobre determinado tema.

Em seguida, tem-se a realização de entrevistas e a utilização da técnica chamada de observação participante. Segundo Valladares (2007), essa técnica possibilita, por meio da inserção nas atividades vividas cotidianamente pelos sujeitos envolvidos diretamente na pesquisa, ter uma noção aproximada da realidade experimentada por esses sujeitos. Isso porque, de acordo com Valladares (2007), a partir desse procedimento, o pesquisador se coloca numa posição privilegiada no sentido de obtenção de informações e, além disso, permite que o mesmo possa sentir e apreender as experiências de maneira muito mais próxima do seu objeto. Em última instância, a observação participante faz com que o pesquisador adquira e tenha conhecimento mais aprofundado do grupo o qual deseja estudar.

O desenrolar dessa parte da pesquisa ocorreu de forma parcial, e foi prejudicada devido à pandemia da COVID-19. Estavam previstas três idas a campo – 2019, 2020 e

2021 –, mas apenas a primeira aconteceu¹. Portanto, a primeira dessas idas, que faria parte do processo exploratório da pesquisa, onde buscava estabelecer os primeiros contatos para, então, poder definir quem poderia fazer parte do trabalho como interlocutor, foi, também, a última. Ainda assim, mesmo o trabalho de campo ocorrendo de forma incompleta, foi possível realizar algumas entrevistas – na verdade, conversas – com as pessoas que se tornaram as primeiras e únicas interlocutoras deste trabalho.

Essas entrevistas/conversas, contudo, ocorreram de forma não programada pois, como eu disse, tratava-se do primeiro contato com aquelas pessoas que poderiam vir a participar da pesquisa e se tornarem, posteriormente, “participantes permanentes”. Talvez por sorte – ou intuição –, quando fui ao encontro dessas pessoas, sempre levei meu gravador. Depois de uma breve apresentação e de explicar o conteúdo da pesquisa, perguntava à pessoa se nós não poderíamos conversar um pouco sobre o Programa Bolsa Floresta, sobre como era viver numa Unidade de Conservação, quais eram suas impressões a respeito da implementação dessa política no estado e sobre seu contexto de forma geral.

Afora algumas recusas veementes por parte de alguns moradores, as outras pessoas com as quais consegui estabelecer um primeiro contato, concordaram em falar um pouco sobre o Programa – e sobre a vida. De forma que os relatos que obtive – de forma não-planejada, sem roteiro pré-estabelecido – foram os únicos coletados ao longo de toda a pesquisa, e se tornaram fundamentais para a conclusão do trabalho². Estive com todas essas pessoas apenas uma vez, e as conversas duraram entre 20 minutos e 1 hora e meia. A lista com todos os entrevistados segue abaixo³.

¹ No dia 17 de março de 2020, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, lançou a portaria nº32 que revogou por tempo indeterminado, todas as autorizações para a realização de pesquisas nas Unidades de Conservação do Estado.

(<http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Portaria-N.-32.2020-Emergencial-Covid>).

² Como as conversas ocorreram de maneira informal, pois ainda não se tratavam das entrevistas propriamente ditas, não houve tempo necessário para estabelecer um nível de confiança nem vínculo adequado para que determinadas perguntas fossem feitas. Sabe-se que quando se realiza entrevistas, é preciso um certo grau de “intimidade” entre entrevistador e entrevistado, que advém com o tempo e convivência entre ambos, para que, principalmente o entrevistador, sinta-se à vontade para fazer aquelas perguntas que merecem mais cuidados.

³ Os nomes verdadeiros dos moradores foram preservados. Todos os nomes são fictícios.

Nome	Nível educacional/formação	Atividade/cargo/ocupação
Seu Arlindo	-	Agricultor
Dona Francisca	-	Agricultora
Dona Guiomar e Seu Rodolfo	-	Agricultores
Dona Nazinha	-	Agricultora
Dona Maria Isabel	Bacharel em Biologia	Professora
Raul	-	Marceneiro
Bernadete	Pedagogia	Professora
Lisiane	Médio	Estudante/Agricultora
Ana Mara	Técnico em enfermagem	Enfermeira
Genivaldo	-	Agente de turismo
Joaquim e Marluce	-	Agricultor/marceneiro/comerciante
Cris	Técnico em enfermagem	Enfermeira/comerciante
Dalva	Pedagogia	Professora
Seu Bragança	-	Agricultor/pescador/marceneiro
Seu Gilberto	-	Pescador
Seu Pereira	-	Agricultor/pescador/marceneiro
Seu Custódio	-	Comerciante
Seu Barbosa	Bacharel em Administração	Aposentado
Seu Zé	-	Aposentado
Tico	-	Agricultor

1.3 Inserção no campo

Essa etapa do trabalho ocorreu na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro – RDS do Rio Negro. Das UCs que fazem parte do Programa, essa é a que está localizada mais próxima à cidade de Manaus. A escolha por essa Reserva se deu de forma arbitrária, especialmente por conta da logística. A partir de Manaus – que funciona como um ponto de apoio em termos de estadia e obtenção de suprimentos – é possível chegar à Reserva tanto por via terrestre quanto por via fluvial⁴. A RDS possui uma área aproximada de 103.000 hectares e abrange os Municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão (Figura 1).

⁴ Por via terrestre, o acesso se dá pela rodovia AM-070 (Rodovia Manoel Urbano), trecho Manaus – Manacapuru. Chegando próximo a Manacapuru, há ramais que dão acesso à Reserva. O acesso por via fluvial ocorre por meio de barcos de recreio, partindo de Manaus em direção ao município de Novo Airão, pelo Rio Negro. Durante o trajeto, o barco passa por todas as 19 comunidades da Reserva e é possível “descer” naquela de interesse do passageiro. O tempo previsto de deslocamento de Manaus para percorrer toda a RDS é de 6 horas de barco de linha.

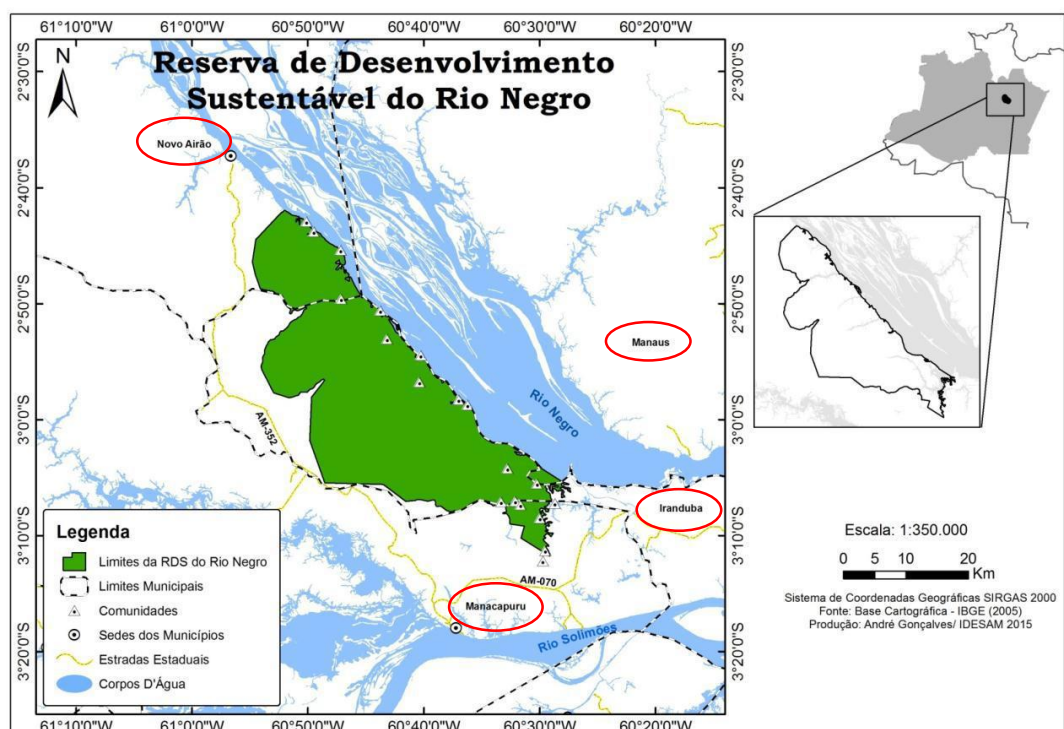


Figura 1. Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA, 2016).

O local que compreende a área da Reserva era, desde 1995, regulamentada como Área de Proteção Ambiental (APA) Margem Direita do Rio Negro/ Setor Paduari-Solimões, criada pelo Decreto 16.498/1995. Antes disso, não há registros oficiais sobre sua situação fundiária. A Reserva foi instituída em 2008, pela promulgação da Lei 3.355/2008, e passou a integrar o Corredor Central da Amazônia e o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro⁵, além de fazer parte da Região Metropolitana de Manaus. Segundo seu Plano de Gestão (SEMA, 2016), o último censo, realizado em 2016, contabilizou 791 famílias, as quais estão distribuídas em 19 comunidades ao longo da calha do Rio Negro. Dessas, 643 famílias estão inseridas no Programa Bolsa Floresta, totalizando 2.111 pessoas (FAS, 2018).

Minha “entrada” na Reserva, se deu por meio de uma ex-colega de trabalho que, em 2017, era responsável pela direção do Departamento Estadual de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), órgão que cuida da gestão das UCs

⁵ O Corredor Central da Amazônia (CAA), localizado integralmente no estado do Amazonas, é composto por 76 áreas protegidas, sendo 14 UCs Federais (seis de Proteção Integral e oito de Uso Sustentável), 14 UCs estaduais (três de Proteção Integral e 11 de Uso Sustentável) e 48 Terras Indígenas, abrangendo 52 milhões de hectares. O Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN) foi criado pela portaria n.º. 483, de 14 de dezembro de 2010. Reúne 11 UCs Municipais, Estaduais e Federais de categorias diferentes e possui 7.412.849 hectares (CALDENHOF, 2013).

no estado do Amazonas. Após manifestar meu interesse em realizar a pesquisa de doutorado na RDS, essa colega me apresentou ao atual gestor da Reserva, Miqueias Santos. Além de me colocar a par dos trâmites burocráticos para realização de pesquisa em Unidades de Conservação, Miqueias, desde o início, mostrou-se disposto a colaborar e ajudar no que fosse possível, desde que as demandas estivessem ao seu alcance.

Em 2018, já com o doutorado em andamento, estive em Manaus durante o mês de julho para encontrar com Miqueias. Havíamos combinado que ele me apresentaria para alguns comunitários da Reserva, e que aquela seria minha primeira inserção no campo, justamente para conhecer algumas pessoas e fazer os primeiros contatos. Conforme sugerido por ele, era importante conhecer as lideranças, ou seja, os presidentes das associações das comunidades pois, segundo advertiu, além de serem a “porta de entrada”, são as pessoas que, geralmente, tem maior conhecimento sobre o andamento das ações no espaço comunitário.

Naquele mesmo mês de julho, dez profissionais temporários que haviam sido contratados em processo seletivo, tomaram posse na SEMA. Esses profissionais atuariam como técnicos auxiliares na gestão da Reserva e haveria, então, uma excursão para apresentá-los aos moradores de algumas comunidades. Na UC, além de cada uma das 19 comunidades ter sua própria associação, há uma outra – chamada de associação-mãe – que representa todas as associações da Reserva, a Associação das Comunidades Sustentáveis da RDS do Rio Negro (ACS Rio Negro). A ACS tem uma sede, localizada na comunidade Saracá onde, naquela ocasião, também vivia seu atual presidente, o Seu Sabá. A excursão durou cinco dias e teve como ponto de apoio essa comunidade⁶, e de lá outras cinco foram visitadas.

Essas visitas, durante as quais pude conhecer o presidente da associação-mãe e das outras cinco comunidades, foram o momento em que me apresentei e expus qual era o objetivo da pesquisa que pretendia realizar na Reserva e naquelas comunidades em específico. Geralmente, apresentava-me ao presidente da associação, o qual dava o aval ou não para que eu pudesse realizar a pesquisa e retornar num outro momento. Após essa primeira apresentação, o presidente reunia os moradores da comunidade – aqueles que

⁶ É comum, na Amazônia, assim como em outros lugares, que uma família hospede os visitantes na comunidade, não necessariamente em sua casa. Nesse caso, como éramos muitos, ficamos alojados no centro social da comunidade, um grande espaço coberto, onde eram feitas as reuniões comunitárias. Levamos alimentação para passar esses cinco dias, e todo dia a família do Seu Sabá cozinhava as refeições. De lá saíamos de voadeira para visitar outras comunidades. Toda a expedição foi custeada pela SEMA.

estavam presentes ou que tinham interesse em saber sobre o que se tratava minha visita – para que eu pudesse, também, me apresentar e expor os objetivos da pesquisa (Figura 2)⁷. Assim sendo, durante o período da excursão, repeti esse procedimento nas cinco comunidades que visitei juntamente com os técnicos e o gestor, e tive, assim, meus primeiros contatos estabelecidos com os moradores da RDS do Rio Negro.



a)



b)

Figura 2. Reuniões de apresentação do projeto de pesquisa realizada com comunitários. Na primeira foto (a), reunião realizada no restaurante da Comunidade Saracá. Na segunda foto (b), reunião realizada na sede da Fundação Vitória Amazônica (FVA), município de Novo Airão (Agosto de 2019).

Em 2019, retornei a Manaus com data de permanência de agosto até início de dezembro. Nesses quatro meses, a proposta era voltar à Reserva para estabelecer novos contatos e ampliar a parte da pesquisa exploratória. Novamente, contei com a ajuda do Miqueias, que me passou o contato telefônico de alguns comunitários os quais eu não havia conhecido da primeira vez que estive na RDS. Em algumas comunidades, há sinal de internet, e o contato pode se dar via mensagem de *whatsapp*. Após o primeiro contato estabelecido, esse mesmo morador contatado, às vezes indicava ou passava o contato de um outro comunitário, e assim sucessivamente.

Após o contato estabelecido, o combinado era que eu passasse de sete a dez dias na casa de um morador, de uma determinada comunidade. Chega-se a esse número, também de forma arbitrária. Primeiro por conta dos custos das expedições. Como dessa vez eu iria arcar com todas as despesas, tive que me planejar levando em conta os gastos com transporte – ida e volta de Manaus – com alimentação e com combustível⁸, já que nas comunidades o transporte é feito com pequenos barcos motorizados, conhecidos como voadeiras. Em alguns lugares, onde é possível o acesso às comunidades pelos

⁷ Todas as fotos que aparecem nesta tese são de minha autoria.

⁸ Em média, gasta-se de 400 a 500 reais com cada ida à Reserva, contando com o transporte, com o “rancho” – que compreende a alimentação para passar os dias na casa dos moradores – e a gasolina para transitar dentro da Reserva (em média, 40 litros).

ramais, ocasionalmente o trajeto entre uma comunidade e outra pode ser feito de automóvel.

Como a distância é um fator muito relevante, é preciso investir nessa logística e levar todo o material necessário de uma vez, pois não há possibilidade de ir e voltar todos os dias. Além disso, dez dias é um número de dias razoável para se estar na casa de alguém, principalmente quando se é de fora e desconhecido. Nessas estadias proporcionadas pelo trabalho de campo, realmente é o bom senso que regula o tempo ideal de permanência na casa dos interlocutores. Percebi, em algumas ocasiões, que seria possível passar mais tempo como hóspede, já que o fator limitante, na maioria das vezes, é orçamentário. De modo que me programei para estar em quatro momentos diferentes na Reserva, totalizando 40 dias.

A Reserva é dividida em três polos (1, 2 e 3), ao longo dos quais estão localizadas suas 19 comunidades (Figura 3). Existem diferenças de diversas ordens dentro da RDS, dependendo do polo em que a comunidade está localizada. No polo 3, as comunidades estão mais próximas de Manaus e muitas delas podem ser acessadas pela estrada. Além disso, a densidade demográfica no polo 3 é maior, fazendo com que haja maior oferta de serviços públicos, como escolas e postos de saúde. Também se constata a prática de atividades extrativistas, mas são as atividades econômicas voltadas ao turismo e ao comércio de artesanato que prevalecem nesse polo.

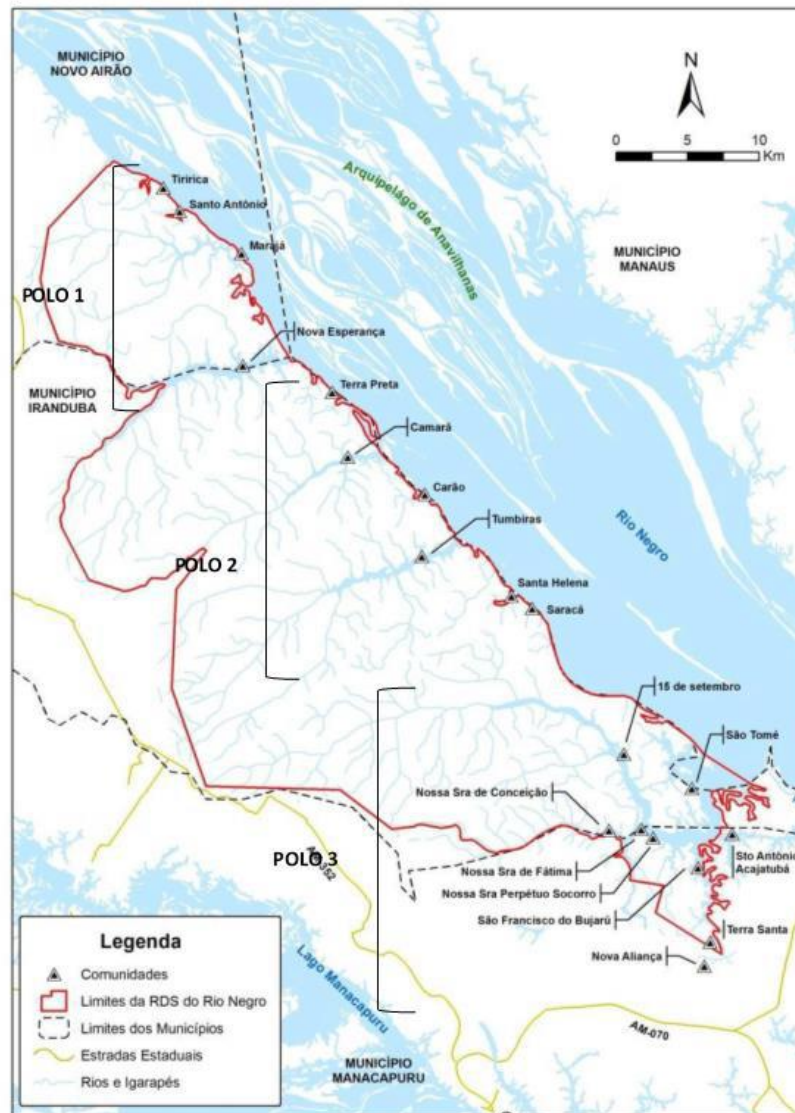


Figura 3. Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, com as 19 comunidades e seus respectivos polos.

O polo 2 concentra as comunidades mais centrais da Reserva, bem mais distantes de Manaus e sem acesso por via terrestre. Em contrapartida, em uma das comunidades há um Núcleo de Conservação e Sustentabilidade mantido pela FAS⁹, e em outra comunidade do polo 2 está localizada a sede da ACS, a associação-mãe da Reserva (Figura 4). Por fim, o polo 1 está mais ao norte e mais distante de Manaus e mais próximo do pequeno município de Novo Airão. Além de não ser possível ter acesso às comunidades do polo 1 por via terrestre, as quatro comunidades desse polo são as únicas

⁹ A FAS mantém um Núcleo na comunidade Tumbiras, dotado de infraestrutura com alojamento, cozinha, banheiros e salas de aula para receber visitantes que estejam desenvolvendo algum projeto em parceria com a Fundação. Em uma das minhas visitas, fique hospedado nesse Núcleo.

que não possuem energia elétrica permanente, sendo que seus moradores dependem do uso de gerador a diesel para obter luz¹⁰.



a) b)
Figura 4. Na primeira foto (a), o Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Agnelo Uchoa Bittencourt, localizado na Comunidade Tumbiras. Na segunda imagem (b), sede da ACS em dia de eleição para escolha da nova diretoria (Agosto de 2019).

Sabendo dessas diferenças e tentando delimitar um universo amostral ao orçamento, à pesquisa e ao enquadramento metodológico, decidi que ficaria hospedado em uma comunidade de cada polo a cada vez que fosse para Reserva, com a intenção de transitar por outras comunidades dentro do mesmo polo durante o período de minha estadia. A ideia inicial, era a de chegar a um número máximo de duas famílias por polo, que pudessem ser minhas interlocutoras ao longo de toda a pesquisa. Assim sendo, na minha primeira ida, fiquei hospedado na casa do Seu Barbosa, no polo 3, na comunidade Terra Santa. Na minha segunda ida, entrei em contato com a FAS e consegui ficar hospedado no Núcleo Avançado mantido pela Fundação na comunidade Tumbiras, no polo 2. Na minha última visita à Reserva, consegui o contato do Senhor Genivaldo, morador da comunidade Santo Antônio, no polo 1, que me apresentou ao Dudu, um jovem comunitário que me hospedou em sua casa durante dez dias.

Além das cinco comunidades que pude conhecer na primeira vez que estive na Reserva em 2018, no ano seguinte conheci mais sete, totalizando 12 (Figura 5). Ao todo, foram três comunidades no polo 1 (Santo Antônio, Tiririca e Marajá), duas no polo 2 (Saracá e Tumbiras) e sete no polo 3 (Nova Aliança, Terra Santa, São Francisco, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora da Conceição e São Tomé). As visitas às comunidades vizinhas daquelas nas quais me hospedei, deram-

¹⁰ Os geradores nessas comunidades funcionam a base de óleo diesel, sendo que uma parte do combustível é custeado pela prefeitura de Novo Airão e a outra parte pelos próprios moradores. O gerador fica ligado das 18:00 às 21:00, todos os dias, e consome, em média, 90 litros de óleo por mês.

se por meio das voadeiras, as quais pertenciam a algum morador da comunidade. Desde que eu tivesse o combustível, não havia problemas em pegar o barco emprestado para visitar outras localidades. O transporte era sempre feito por um morador que conhecia o dono da casa onde eu estava hospedado e, também, o dono da voadeira que utilizaríamos. Às vezes, como no caso do Seu Barbosa, ele mesmo era o dono do barco e fazia o transporte.



a)



b)

Figura 5. a) Comunidade Santo Antônio. b) Comunidade 15 de Setembro (Novembro de 2019).

Esse período na Reserva foi valioso pela inserção no campo, por conhecer de perto o dia-a-dia dos comunitários e das comunidades, por entender um pouco mais a dinâmica dos moradores nessa Unidade de Conservação, especialmente onde há um grande número de beneficiários do Bolsa Floresta. Por meio da convivência e participação direta nas atividades e na vida dos moradores, foi possível apreender um pouco das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais dessas pessoas. Por conta disso, o caderno de campo foi um instrumento de trabalho importante, onde registrava diariamente aqueles aspectos mais relevantes que possibilitavam alguma relação entre o dia-a-dia vivido pelos seus moradores e o objeto de pesquisa.

Outro ponto muito importante é o respaldo que há quando se está acompanhado pelos comunitários. Dificilmente conseguiria conhecer pessoas e estabelecer contatos em outras comunidades diferentes daquela onde eu estava hospedado se não estivesse acompanhado por um morador “de lá”. São eles que pilotam o barco, que conhecem o rio, são os primeiros a subir as escadas da comunidade vizinha e os responsáveis por “quebrar o gelo” e apresentar o visitante. Geralmente, isso acontece com uma piada que só os moradores conhecem, com uma saudação tipicamente local, ou com a cobrança de uma visita que não era feita há muito tempo, mas que se materializava naquele momento. Estar

com um comunitário, hospedado em sua casa e ser apresentado por ele para outras pessoas dentro da Reserva, foi condição *sine qua non* para o andamento da pesquisa.

1.4 O campo teórico

O esforço teórico empreendido para o exame do objeto de pesquisa e que servirá de subsídio para o cumprimento do objetivo proposto, fundamenta-se em duas principais frentes de análise. A primeira, voltada para uma abordagem da questão social dos povos da Amazônia, em especial as comunidades ribeirinhas, buscará compreender, por meio do processo histórico, de que forma as dimensões política, econômica, jurídica e religiosa contribuíram para forjar as sociedades caboclas amazônicas (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006). O uso deste conceito é relativamente recente, e vem ganhando força entre pesquisadores que buscam confrontar as abordagens de cunho ecologicamente determinista ou que reforçam ideias coloniais, como a de tradição.

A noção de sociedades caboclas, é resultado de décadas de estudos que buscaram contrastar a primazia dos primeiros trabalhos antropológicos feitos na Amazônia, sobre povos nativos não-indígenas. Para Adams, Murrieta e Neves (2006), o marco desses trabalhos são as publicações de Charles Wagley (1955) e Eduardo Galvão (1955) que, a despeito do caráter etnográfico pioneiro sobre as comunidades amazônicas, estão eivados de romantismo e essencialização sobre esses agrupamentos sociais. Segundo os autores, Wagley e Galvão são herdeiros diretos da antropologia norte-americana do início do século XX, cuja matriz repousa no culturalismo, no particularismo histórico de Franz Boas e na ecologia cultural de Julian Steward.

Como bem sublinham Adams, Murrieta e Neves (2006), essas três vertentes, quando utilizadas de forma precursora para análise das comunidades amazônicas, ajudaram a construir o imaginário das populações não-indígenas a partir da segunda metade do século XX. Nasceu, nesse período, o estereótipo do povo amazônico como uma forma de organização social estritamente pré-moderna, capaz de resistir às influências do processo de modernização, reafirmando, por conseguinte, o caráter de sua tradição. A idealização desse “novo povo” foi reforçada pela densa descrição – como é próprio dos estudos antropológicos – de sua relação com o ambiente físico e a natureza. Geralmente, essa relação é descrita como harmônica, o que dá a entender que sua construção enquanto sociedade, é destituída de contradições sociais, e dependente, tão somente, da sua associação com o ambiente natural onde vivem.

Os estudos pioneiros de Charles Wagley (1955) e Eduardo Galvão (1955), bem como de outros pesquisadores brasileiros com igual influência teórico-metodológica¹¹, contribuíram para a formulação da hipótese que ficou conhecida como determinismo ecológico dos povos da Amazônia. Isso porque a primeira geração de antropólogos americanos e brasileiros que escreveram sobre as populações amazônicas, imprimiram sobre essas populações uma noção funcionalista de cultura, retratando tais formas de organização social como um modelo no qual as sociedades rurais amazônicas poderiam ser encaixadas (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006). Essa noção, notadamente contradizia a ideia de uma identidade histórica e materialmente produzida por esses povos, daí sua construção ser considerada a-histórica e naturalizada (HARRIS, 1998a; MURRIETA, 2000; NUGENT, 1997; PACE, 1998).

Posteriormente, na década de 1970, os estudos do Antropólogo cubano radicado nos Estados Unidos, Emilio Moran (1974), deram sequência a este tipo de abordagem funcionalista. Para Moran, os espaços de convívio e reprodução das populações amazônicas, representavam limitações ambientais para o desenvolvimento do grupo em termos evolutivos, interferindo no seu aspecto social. Ainda que reconhecesse esses sistemas sociais como os mais importantes em termos ambientais e sócio-político a perdurar durante o período de colonização, Moran entendia que os fatores ecológicos e a relação que as populações amazônicas desenvolviam com o meio, eram determinantes para esse tipo de configuração social. Em função disso, criou o termo “tupinização” para caracterizar a especificidade desses grupos sociais da Amazônia (ADAMS, MURRIETA, NEVES, 2006).

Também de inspiração ecológica e de conteúdo evolucionista, são os trabalhos de Eugene Parker (1985), contemporâneo de Moran. Porém, é atribuído a Parker o reconhecimento pelo seu esforço em trazer, pela primeira vez e ainda de forma tímida, a perspectiva histórica na formação das populações amazônicas. Em contraposição à ideia de “tupinização” elaborada por Moran, Parker cunha o termo “caboclicização” para designar os processos que poderiam estar na origem da formação das comunidades rurais amazônicas. Segundo argumenta, a caboclicização seria o resultado dos eventos relacionados ao desaparecimento, quase que por completo, das sociedades ameríndias. As formas de organização social que resistiram ao extermínio dos povos indígenas e se

¹¹ Entre os autores brasileiros que também produziram sobre as sociedades caboclas amazônicas durante a segunda metade do século XX, destacam-se Lourdes Furtado (1993; 2002) e Angélica Motta-Maués (1989).

agruparam em torno de territórios específicos, teriam redundado num outro tipo societário, o que contribuiu para a solidificação das culturas caboclas emergentes.

De acordo com Harris (1998b), os trabalhos dos antropólogos americanos marcam o primeiro período de estudos realizados sobre as sociedades caboclas da Amazônia. Conforme esclarece, para esses pesquisadores, a cultura cabocla teria se solidificado no início do século XX, cujo sistema teria se cristalizado dentro de uma realidade a-histórica, divorciada de dinâmicas e de pressões externas. Concorreu com esta fase, um segundo período identificado por Adams, Murrieta e Neves (2006), também influenciado pela antropologia norte-americana, mas, desta vez, por meio das correntes da ecologia política e das análises institucionais. Mais recentemente, os autores destacam a contribuição da ecologia histórica como um momento de transição nos estudos sobre as sociedades caboclas, bem como os estudos relacionados à ecologia cultural e humana.

Esse período de transição começa a se consolidar, a partir de estudos de acadêmicos britânicos, com forte enraizamento na teoria social, especialmente no marxismo cultural inglês, e que passam a questionar a perspectiva adotada pelos antropólogos norte-americanos sobre a Amazônia e seus povos. Tendo como expoentes os trabalhos pioneiros de Mark Harris, Stephen Nugent e David Cleary, essas pesquisas buscaram, num primeiro momento, se opor a tese fundamental dos norte-americanos, qual seja, a que naturaliza, ambientaliza e ecologiza as sociedades da Amazônia. Ao contrário disso, esses autores “estão interessados em saber de que forma essas comunidades estiveram conectadas com o comércio, com o crédito, a migração, as trocas, os conflitos, a busca por *commodities* e todos os acontecimentos de ordem política, econômica, cultural e jurídica, que conectam a Amazônia do período colonial" (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006).

O ponto de partida para os pesquisadores ingleses, apoia-se no fato de que os antropólogos norte-americanos sempre enxergaram os povos indígenas do Brasil como as sociedades nativas originais. Como não conseguiam estabelecer um nexo de ligação – fosse étnico, religioso ou racial – entre os povos indígenas e as populações rurais amazônicas remanescentes, atribuíram a esse último grupo a alcunha de um Outro inferior, isto é, elas seriam uma espécie de subproduto das sociedades indígenas degradadas. Ao mesmo tempo em que essa abordagem reforçava a ideia arquetípica do bom selvagem, contribuía, em contrapartida, para construir o ideal de sociedade naturalizada, sem história, dependente somente dos atributos físico-ambientais. Para os ingleses, esse

processo está na gênese da invisibilização das sociedades caboclas amazônicas como sujeitos históricos e produtores da sua condição social.

Nas últimas quatro décadas, a defesa e o uso da categoria tradição, continuam sendo um empreendimento predominantemente antropológico. É verdade que os trabalhos produzidos nesse período, em quase nada se assemelham aos seus precursores, pois não há traços que evidenciem a reprodução de estereótipos, idealizações e romantismo sobre povos nativos da Amazônia. Contudo, é sintomático que seja a Antropologia o campo do conhecimento a se tornar referência nos estudos sobre povos e comunidades tradicionais da Amazônia. De certo modo, é possível observar uma continuidade na estrutura epistemológica e nas abordagens teórico-metodológicas introduzidas ainda no início do século passado, ao mesmo tempo em que novas interpretações foram introduzidas.

As continuidades são evidentes quando se toma como referência os trabalhos de Cunha (1999; 2017) e Cunha et al. (2021). O primeiro ponto a se destacar referente a esses trabalhos, é que a autora continua adotando como parâmetro de povos e comunidades tradicionais, as sociedades indígenas da Amazônia. Em segundo lugar, nos trabalhos de Cunha e Almeida (2000, 2009a; 2009b) e Almeida e Cunha (2001), o elemento central que permanece e continua a referendar a ideia de tradição, é a relação desses povos com a natureza. Embora Almeida (2004) traga para a discussão a ideia de “camponeses da floresta”, predomina na visão deste autor, o imaginário historicamente construído, de que os povos nativos da Amazônia são essencialmente sustentáveis. De modo que a tradição, de acordo com esses trabalhos, continua se restringindo à maneira como esses povos se relacionam com a natureza, mas sem levar em conta as relações sociais de produção que os constituíram historicamente.

Por outro lado, a novidade pode ser identificada nos trabalhos de Little (2001; 2004) e Almeida (1989; 2004; 2008; 2012), os quais introduzem o conceito de territorialidade. Em linhas gerais, os autores argumentam que há um processo de retroalimentação entre o surgimento e estabilização de povos e comunidades tradicionais, com a formação de territórios específicos, que seriam tradicionalmente forjados. Recorrendo ao contexto histórico, Little (2001) utiliza a noção de cosmografia, a qual define os saberes, as ideologias e as identidades coletivas criadas como as estratégias utilizadas para que um grupo social se estabeleça e se mantenha em seu território. Em contrapartida, o território onde determinado grupo social se fixa – à revelia de leis ou títulos – passa a ser dotado

de sentidos e significados impressos pelo grupo, por meio da transmissão geracional de saberes, o que confere tradição ao processo de territorialização.

Desde a abordagem que pretendo adotar neste trabalho, as prerrogativas defendidas por Little (2001; 2004) e Almeida (1989; 2004; 2008; 2012), apresentam algumas incongruências. A primeira delas é de ordem conceitual. Os estudos voltados à territorialidade, partem da premissa de que esta se exerce tendo como pressuposto o reconhecimento do grupo – ou existência coletiva –, o sentido de pertença e a auto-identificação dos sujeitos enquanto determinado povo. Ora, no caso de comunidades ribeirinhas vivendo em uma Unidade de Conservação, essa questão é extremamente delicada. Primeiro porque ribeirinho é uma classificação exógena, a qual não foi suscitada pelo próprio grupo em questão. Além disso, é extremamente complexo que um grupo se reconheça como tal e tenha sentido de pertença sobre um “território” imposto à força pelo Estado, como ocorre com grande parte das UCs no Brasil (SIMÕES et al., 2011).

Está implícita nesta abordagem sobre território e tradição, a forma homogeneizante como são tratadas as chamadas comunidades tradicionais. Trata-se, segundo Costa Filho (2011), da invisibilização de identidades e atributos étnicos distintos, cuja perspectiva totalizante e ambivalente, resulta na anulação das diferenças presentes entre povos e comunidades “culturalmente semelhantes”. É o caso de se pensar se a experiência de comunidades ribeirinhas do vale do São Francisco, dos que vivem no Sul às margens do Rio da Prata e das comunidades ribeirinhas assentadas no baixo Rio Negro e que fazem parte deste estudo, são suficientes para agrupá-las e categorizá-las como tradicionais por serem ribeirinhas.

Outro problema que identifiquei nos estudos sobre territorialidade, diz respeito ao seu aspecto jurídico. Como é notório, os trabalhos de Little (2001; 2004) e Almeida (1989; 2004; 2008; 2012), dão ênfase ao modo como povos indígenas e comunidades quilombolas se relacionam com suas terras, não havendo trabalhos desses autores tratado especificamente de comunidades ribeirinhas vivendo em Unidades de Conservação. Como se sabe, povos indígenas e comunidades quilombolas tiveram, cada um a seu modo, o direito aos seus territórios assegurado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), nos seus artigos 231 e 68 respectivamente. De modo que, como aponta Santilli (2004), as diferenças jurídicas que amparam os diferentes povos e comunidades tradicionais no Brasil, podem ser fatores definidores do seu destino.

Por fim, vale destacar a parca produção dessa corrente, no sentido de correlacionar territorialidade, tradição e Unidades de Conservação, especialmente as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. É sabido do esforço de Almeida (2004; 2013) em fazer tal correlação, levando em conta uma outra categoria de UC, as Reservas Extrativistas. As RESEX constituem um tipo de UC que é, na sua concepção e na essência do seu projeto político, completamente diferente do modelo de UC objeto do presente estudo. Conforme se verifica no brilhante trabalho de Benatti (1994), as RESEX nasceram como uma proposta de se realizar Reforma Agrária na Amazônia, e constituem uma ideia genuína vinda do movimento dos seringueiros do Acre. As RDS, por seu turno, são “artefatos, construções humanas” (BARRETO-FILHO, 1997), fruto da razão instrumental do Estado, que encontrou respaldo no a-criticismo do movimento ambientalista.

Por conta disso e das especificidades encontradas neste trabalho, penso não fazer sentido recorrer a esse arcabouço teórico. A inconstância da vida e a materialidade incerta e errante das pessoas que encontre pelo caminho ao longo da pesquisa, impedem que elas sejam classificadas a partir dessa noção de povos e comunidades tradicionais. A opção que faço como autor, é a de tentar compreendê-las a partir das suas relações sociais de classe, isto é, como “remanescentes” de um campesinato amazônico. De modo que é apoiado no conceito de sociedades caboclas amazônicas e apostando nessa perspectiva epistemológica, que buscarei compreender o modo de vida das comunidades ribeirinhas que são objeto deste estudo.

A segunda frente de análise, baseia-se nos aspectos que dizem respeito a relação sociedade-natureza – ou a questão ambiental –, cujo intuito é o de compreender de que forma os recursos naturais são utilizados – ou apropriados – tendo como base o funcionamento e o modo de organização da sociedade capitalista. Como o Bolsa Floresta é uma política ambiental criada nos marcos das discussões sobre aquecimento global e mudanças climáticas, está implícita, na sua concepção, o tema de fundo referente as causas e aos efeitos inerentes ao modo como as relações e interações humanas com o seu meio, têm impactado as condições naturais do planeta. Por se tratar de um esquema PSA, nessa frente busco dialogar com as três correntes teóricas que acredito serem as de maior relevância no debate sobre ambiente-sociedade contemporaneamente.

A primeira delas é a Economia Ambiental. Por ser tributária da escola neoclássica do pensamento econômico, ela se constituiu nos últimos anos como o *mainstream* teórico apresentado pelos economistas em resposta à problemática ambiental (AMAZONAS,

2009; 2017). Isto é, uma vez que suas formulações estão estritamente atreladas às dinâmicas ocorridas na esfera do mercado, as proposições oriundas da Economia Ambiental, tornaram-se hegemônicas nos debates sobre quais seriam as formas adequadas para utilização dos recursos naturais necessários para o desenvolvimento – e continuidade – das atividades econômicas. Por ter se consolidado enquanto campo dominante no pensamento sobre a crise ecológica, a Economia Ambiental tem subsidiado a formulação de grande parte das políticas governamentais voltadas para o meio ambiente (MARTINS, 2004).

Em linhas gerais, os teóricos da Economia Ambiental (MAY e MOTTA, 1994; MAY, 2003; MOTTA, 1998; 2006; YOUNG, 2006; 2007) costumam entender a problemática ambiental como resultante de uma falha de mercado. Parte-se do pressuposto de que os recursos naturais necessários para o desenvolvimento das atividades econômicas, são bens e serviços públicos de uso comum, o que não permite que seu uso seja exclusivo de alguém ou que a eles se atribua direito de propriedade. Assim sendo, quando um agente econômico se apropria de um bem público de forma privada, ele pode gerar custos ou benefícios a terceiros, os quais seriam externalizados socialmente. A esses custos sociais ou ambientais provocados pelo agente econômico, a Economia Ambiental classifica externalidades.

Os custos sociais nada mais são do que a poluição gerada durante a realização da atividade econômica por determinado agente. A falha de mercado, para os economistas ambientais, estaria no fato de que esses custos sociais – a poluição gerada de forma privada – não encontra respaldo no sistema de preços do mercado, alterando, por conseguinte, o equilíbrio ótimo do próprio mercado. A solução, portanto, passaria pela internalização das externalidades, no sentido de corrigir essa falha. Historicamente, a internalização dos custos sociais no sistema de preços do mercado, vem ocorrendo por meio da implementação de mecanismos institucionais de controle. Esses se apoiam na implementação de taxas públicas, na atribuição de valor econômico para a biodiversidade e os ecossistemas e no estabelecimento de direitos de propriedade sobre recursos que possuam as características de bem comum (MARTINS, 2007; 2015).

Uma segunda corrente com importante influência nos debates sobre a relação sociedade-natureza, diz respeito à Economia Ecológica. Embora suas origens remontem ao século XIX, o que a posiciona com certo pioneirismo quando comparada com a Economia Ambiental, essa corrente não conseguiu se estabelecer no debate público com

o mesmo protagonismo que sua concorrente neoclássica. A gênese da Economia Ecológica deve ser buscada por volta de 1820, período em que foi explicitada a Lei da Termodinâmica pelo físico francês Sadi Carnot (SOUZA-LIMA, 2004). A partir da noção de fluxos energéticos, a referida Lei busca se apoiar na quantidade de energia necessária utilizada para manter as atividades econômicas em funcionamento, e calcula as perdas oriundas do processo produtivo em unidades ou em forma de calor.

Marginalizada até os anos 1970, a Economia Ecológica ganhou novo fôlego com a incorporação da Lei da Entropia¹² pelo economista romeno Georgescu-Roegen (1971), seu principal expoente. Para este autor, a ocorrência de mudanças qualitativas na economia não é nenhuma questão de ordem periférica ou externa, como pretendem os neoclássicos (CORAZZA, 2005). Segundo Georgescu-Roegen (1977), mesmo num nível físico básico, há sempre algum tipo de mudança qualitativa, qual seja, a transformação de energia “útil” em energia “inútil”. Essa energia inútil é considerada o resíduo do sistema produtivo e não entra, portanto, nos cálculos econômicos da valoração. Dessa maneira, avaliada em termos dos seus fluxos energéticos e pelo aporte e perda de calor, o sistema econômico, para Roegen, consiste numa forma perene de uso e descarte das condições físicas da Terra, cujas perdas não são contabilizadas pelo modelo econômico vigente (CECHIN; VEIGA, 2010).

As ideias de Georgescu-Roegen ajudaram a alicerçar os pilares teóricos que sustentam a Economia Ecológica atualmente. De forma sintética, essa corrente se apoia na hipótese de que os recursos naturais e os fluxos energéticos estejam na base do funcionamento das atividades econômicas que dão sustentação à reprodução da vida humana no planeta (DALY, 1997). Diferentemente dos neoclássicos, a Economia Ecológica entende o processo econômico como um sistema aberto, do qual a economia propriamente dita seria apenas uma variável ou um subsistema. Colocados nesses termos, os aspectos referentes as variáveis ambientais – como fluxos energéticos e recursos

¹² Segundo Cavalcanti (1996), a principal contribuição de Roegen foi tentar enxergar o processo econômico como um prolongamento de fenômenos da dimensão biofísica, servindo-se das leis da termodinâmica. A segunda dessas Leis, na qual Roegen se baseia, trabalha a ideia de entropia que, de forma sucinta, diz respeito ao processo de conversão de energia (ou seja, utilização de recursos físicos e naturais) para formas dissipativas e menos organizadas. Nesse processo, há perdas significativas de energia em forma de calor, sem que haja, contudo, maneiras dessa energia ser reciclada e voltar ao sistema econômico-produtivo. Para Roegen, verifica-se aí o principal problema da economia clássica, que entende a economia como um sistema aberto, regidos por leis de oferta e demanda. Como no capitalismo essas demandas podem ser infinitas e não levam em consideração a troca de matéria e energia com o meio, residiria na dinâmica própria da economia clássica a condição de degradação dos sistemas naturais.

naturais – representam as fronteiras do crescimento econômico ilimitado defendido pelos neoclássicos, cujo limite de tal sistema só pode ser explicado a partir das leis físicas (CAVALCANTI, 2010).

Por conta disso, os economistas ecológicos têm se colocado em posição de confronto com os economistas ambientais, a quem tem sido direcionada a maior parte de suas críticas. Em tese, os ecologistas criticam a visão dos neoclássicos que colocam em evidência o sistema econômico em detrimento das condições naturais e físicas da Terra, e também por apostarem no mercado como espaço de excelência para resolução da problemática ambiental (CAVALCANTI, 2004). Em contraposição, Martinez-Alier (2012), outro importante economista ecológico, argumenta que o livre jogo das forças de mercado, em situação de livre competição, não será capaz de promover a mais eficiente alocação de recursos, tampouco a valoração dos custos sociais produzidos privadamente, representa uma alternativa ao atual nível de degradação ambiental (DALY; FARLEY, 2004).

Por fim, “correndo por fora” e tendo um alcance relativamente menor do que as duas correntes citadas anteriormente, está a crítica Marxista da Economia Política e o materialismo histórico-dialético, como método de análise da relação sociedade-natureza. A abordagem econômica inspirada em Marx, parte do princípio de que a relação do ser humano com a natureza externa é sempre mediada por relações sociais (FOLADORI, 1999). Essa afirmação, por si só, coloca a crítica Marxista da Economia Política, como um arcabouço teórico indesejável no *mainstream* ambiental quando o assunto é a compreensão do modo de produção capitalista e a problemática ecológica, pois busca questionar, a partir das relações sociais de produção inerentes a esse sistema, as origens da problemática ambiental (FOSTER, 2005).

As análises empreendidas hoje, sobre a relação sociedade-natureza a partir da crítica à Economia Política, partem dos postulados marxianos sobre acumulação primitiva do capital e aquele referente à ruptura do metabolismo social provocada pelo advento do capitalismo. Marx (2017) entende que o evento fundamental que dá origem a tais fenômenos, remonta ao período de transição entre o sistema feudal e a consolidação da sociedade capitalista. Para ele, esse evento é de importância primordial, pois teria sido responsável por redefinir as relações do “homem” com a natureza e o seu impacto sobre ela, uma vez que representou a separação do trabalhador camponês – por meio da expropriação de suas terras – dos seus meios de produção (FOSTER, 2005).

Essa separação teria incidido diretamente num componente fundamental para a compreensão da relação sociedade-natureza, que é o trabalho¹³. Uma vez expulsos de suas terras e destituídos dos seus instrumentos de trabalho, os camponeses – agora proletários vivendo em cidades – foram submetidos a novas relações sociais de produção. O trabalho produtivo, anteriormente realizado para produzir valor de uso e atender a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos, foi ele mesmo transformado em mercadoria. É a partir da exploração da mercadoria força de trabalho que passa a se gerar trabalho excedente, voltado para a produção de mercadorias com valores de troca, que se materializam no processo de mais-valia e, conseqüentemente, redundam na acumulação de capital (FOLADORI, 2001).

Para Marx, a cisão observada entre cidade-campo, foi o que levou à migração dos camponeses para os centros urbanos. Tal evento teria propiciado o surgimento da agricultura em moldes capitalistas e teria afetado profundamente o metabolismo social experimentado até então. A ruptura ou falha metabólica (FOSTER; CLARK, 2004), seria resultado do processo de mercantilização do trabalho, que alterou drasticamente a forma como a sociedade passou a se relacionar com a natureza. Ademais, Smith (2015) salienta como que a partir desse momento, a própria natureza se tornou objeto por meio da qual surgiram novas estratégias de acumulação. Essas estratégias teriam como principal premissa, a ideia de apropriação econômica dos recursos e bens naturais, em detrimento de uma concepção que enxerga no uso dos recursos, uma forma de reprodução da vida social observada antes do advento do capitalismo (LEFF, 2013).

Tomando ainda a contribuição crítica da Economia Política como referencial para a compreensão da relação sociedade-natureza, é comum nos debates públicos e nas diversas produções acerca do tema, tratar-se da problemática ambiental como uma crise. Isto é, para aqueles que não se utilizam do materialismo histórico como ferramenta de análise, o atual estágio de degradação ambiental seria momentâneo, transitório, correspondente a um período específico, descolado da realidade concreta e sem ligação com o modo com o qual se organiza, hoje, a sociedade capitalista. Em virtude disso, propostas como internalização das externalidades, correção das falhas de mercado e

¹³ Para Marx “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”.

melhor alocação dos recursos com base em princípios físicos, apresentam-se como alternativa, ou melhor, como soluções paliativas – mitigatórias – para o enfrentamento desse momento particular.

Como se sabe, a análise do capitalismo sob a perspectiva do materialismo-histórico, entende que as crises são constitutivas desse sistema, sendo, em algumas ocasiões, necessárias para o seu desenvolvimento e para a continuidade do próprio processo de acumulação (MARX, 2010). Longe de ser um período inesperado de turbulências econômicas, sociais e políticas, a crise é altamente previsível, dadas as condições de funcionamento do próprio sistema (QUINTANA; RACON, 2011). Conforme aponta Grespan (2021), as crises não são um acaso, uma simples possibilidade dentro do sistema capitalista, tampouco acontecem por fatores externos ao sistema. Ao contrário, as crises constituem uma determinação central e incontornável do capital, que tendem, necessariamente, a se manifestar em algum momento.

Quem melhor tratou dos aspectos da “crise ambiental” sob a perspectiva da crítica à Economia Política foi James O’Connor (1991). Este autor foi um dos primeiros a chamar a atenção para o fato de que a chamada “crise ambiental” nada mais é do que uma manifestação de mais uma contradição intrínseca ao modo de produção capitalista. O’Connor advoga que a degradação ambiental em curso, advém do processo cada vez mais crescente de mercadorização da natureza, também entendido por outros autores como ecologização do capital (MONERAT, 2021). Em suma, a degradação ambiental se configura como uma contradição para O’Connor, pois é resultado do processo immanentemente expansivo do sistema capitalista, o que gera barreiras naturais ao próprio processo de expansão, acumulação e valorização do capital.

O’Connor esmiuçou esse problema a partir da elaboração da tese da segunda contradição do capital. Conforme explica, a segunda contradição refere-se ao relacionamento da produção capitalista com as condições que lhe são externas, ou seja, aquelas que estão fora do mercado e representam os custos sociais e ambientais dos processos produtivos. Ao externalizarem seus custos, alguns capitais colocam-se em situação vantajosa em relação a outros, o que, num primeiro momento, garante as maiores taxas de lucro aos primeiros. Porém, com o tempo e devido ao caráter concorrencial que é próprio do capitalismo, outros produtores se encarregam de expandir sua produção sobre porções cada vez maiores de recursos naturais, gerando, também, externalidades – ou seja, degradação.

A contradição, para O'Connor, encontra-se justamente no processo de externalização dos custos que, num primeiro momento, confere vantagens aos diferentes capitais, mas que, logo em seguida, convertem-se em obstáculos à expansão e valorização do próprio capital. Do ponto de vista crítico da Economia Política, portanto, a crise (ambiental ou ecológica) não guarda relação com o alarde feito por diversos campos que se dedicam ao estudo da temática ambiental, especialmente aqueles ligados à ciência e política do clima. A crise, como ressalta O'Connor, refere-se à obstaculização do processo de acumulação provocada pela própria dinâmica do sistema capitalista, ao utilizar de forma desmedida, expansiva e ilimitada, os recursos naturais necessários à realização do capital. A esse respeito, Monerat (2022) defende que se trata de uma crise ambiental do capital, em oposição às correntes hegemônicas e do senso comum que tratam essa questão vulgarmente como crise ambiental ou ecológica.

Para fins deste trabalho, adoto a perspectiva crítica da Economia Política e o materialismo histórico-dialético como alternativa epistemológica para análise e compreensão do presente estudo. Entendo que diante das três principais correntes que buscam elucidar a problemática ambiental e oferecer caminhos explicativos para o entendimento de como se dá a relação entre sociedade-natureza contemporaneamente, o materialismo-histórico é o que oferece o melhor instrumental teórico para essa finalidade. De modo que a análise do Programa Bolsa Floresta sobre sua elaboração e a maneira como ele incide sobre os grupos de beneficiários, adotará uma perspectiva histórica e totalizante que, como salienta Marx (1983), busca compreender o movimento do real entre os aspectos particulares e universais de um mesmo fenômeno. Isto é, por meio das representações mais simples e de sua relação com o todo, permeada de relações sociais produzidas historicamente, é que se pretende compreender analiticamente o objeto em questão.

2. Portugueses, índios e nordestinos: o campesinato histórico e as sociedades caboclas da Amazônia.

[...]Mas a Amazônia é principalmente história. História no sentido de atividades sociais, econômicas, políticas e culturais. História no sentido de controvérsias, lutas e realizações. A própria geografia pode ser vista como uma sucessão de desenhos demarcando os movimentos da história. O que parece natureza é a figuração dos indivíduos e coletividades apropriando-se da terra, como objeto e meio de produção. A rigor, são as formas de organização social da vida e do trabalho que criam e recriam a natureza, seja quando ela é embelezada, seja quando mutilada. Em todos os casos, está humanizada, isto é, historicizada. (IANNI, 2012).

Não é pretensão deste trabalho (re)contar a história da Amazônia. Muitos outros autores já o fizeram brilhantemente. Além disso, não teria fôlego nem mesmo espaço para tal empreendimento. Contudo, para uma pesquisa que se pretende materialista e histórica, é preciso buscar na história, onde se ancoram as raízes do objeto de estudo que se deseja desvelar. Isto é, faz-se necessário investigar as origens, os movimentos e quais fatores fundamentam o que se entende por social e ambiental neste século XXI. No caso específico deste trabalho, os componentes principais e razão de sua existência – a biodiversidade da Amazônia e a exaltação cultural de seus povos – são carregados de história e seria impossível compreendê-los sem trazer para a superfície o substrato principal que os sustentam.

Este primeiro capítulo, portanto, tem dois objetivos principais. O primeiro, busca tratar dos fatores que levaram à formação das sociedades caboclas na Amazônia. Pretendo discutir de que maneira se constituiu o que vem sendo chamado de campesinato histórico, e como que, com o passar do tempo, os diferentes ciclos econômicos e as diferentes estratégias políticas, contribuíram para invisibilizar esse importante estrato da sociedade local. Para isso, procuro confrontar a noção de povos ou comunidades ribeirinhas que, aprioristicamente, associa um modo de vida a determinado espaço geográfico e desconsidera os marcadores políticos, jurídicos e econômicos por trás da construção cultural e sócio-histórica desses grupos. O reducionismo ambiental atribuído a essas sociedades, justificaria, nesse sentido, a implementação de políticas ambientais de viés conservacionista/preservacionista.

O segundo objetivo diz respeito a tentativa de caracterização de dois momentos históricos, os quais precederam e teriam influenciado a formação das sociedades

caboclas. O primeiro deles, remonta ao período pré-colonial, e visa ilustrar as condições conjunturais que propiciaram a investida europeia em terras amazônicas. O segundo momento, refere-se ao chamado período da conquista e à colonização propriamente dita, quando a Coroa Portuguesa implementou o *modus operandi* que passaria a vigorar durante todo o período colonial. Durante esse período, os países ibéricos passaram a imprimir os pontos mais marcantes de sua política de colonização.

Perpassam esses dois momentos, três características principais que se tornaram os aspectos centrais da política de colonização na Amazônia. O domínio ibérico na região se assentou em três pilares fundamentais, quais sejam, o político, o econômico e o religioso. Essas três esferas de poder articuladas e operando em conjunto, foram determinantes para o modelo de governo que se implementou na Amazônia, levando em consideração, especialmente, o loteamento de suas terras; a utilização de seus recursos naturais como forma de alimentar o mercado entre Colônia e Metrópole por meio do extrativismo e; o emprego da mão-de-obra escravizada dos povos nativos para a consecução desse objetivo. Essas seriam as características principais da empreitada luso-hispânica já em solo amazônico.

O que é pouco discutido, contudo, e que pretendo aqui esmiuçar, é que esses três fatores em conjunto – o político, o econômico e o religioso – constituem-se em uma espécie de extensão dos conflitos das nações europeias vividos antes da colonização. Esses três aspectos não foram pensados estrategicamente *a priori* como uma política de governo para Amazônia. Ao contrário, representavam os antagonismos experienciados no Ocidente antes de suas potências se lançarem ao mar, em busca das Índias Orientais. Isto é, as contradições existentes nas esferas política, econômica e religiosa presentes na sociedade europeia no final da Idade Média e início da Moderna, é que impulsionaram a corrida expansionista de algumas nações. A Amazônia serviu, em determinado momento, como área prioritária para resolução dessas contradições.

2.1 Como se descobre um lugar: uma guerra europeia no coração da floresta

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes (GONDIM, 1994).

A história da região tem sido, da chegada dos primeiros europeus à Amazônia até os dias atuais, uma trajetória de perdas e danos. E nela, a Amazônia tem sido, e isso paradoxalmente, vítima daquilo que ela tem de mais especial – sua magia, sua exuberância e sua riqueza (LOUREIRO, 2002).

Invasores da Amazônia e portadores da civilização europeia, todos traziam as contradições que estavam na base dos antagonismos entre as nações absolutistas e entre os grupos econômicos e políticos que constituíam as forças de derrocada do feudalismo e do Antigo Regime (SILVA, 2012).

Ainda povoa o imaginário de muita gente, não só do senso comum, ideias sobre a descoberta do Brasil, a descoberta da Amazônia, das Américas e do Novo Mundo. A descoberta é a maneira usual como alguns tratam a chegada dos colonizadores e um porto seguro em termos explicativos, já que não exige maiores considerações ou problematização acerca da nossa história. Além disso, a ideia de descoberta dá a entender que antes da chegada das primeiras embarcações no litoral brasileiro – e, posteriormente, na Amazônia – nada havia por aqui. O hiato existente entre a chegada dos primeiros grupos humanos nas Américas – sua povoação, seu modo de organização social e sua distribuição espacial pelos diferentes ecossistemas desse continente – e o momento da descoberta, só há pouco vem sendo preenchido pelas pesquisas arqueológicas. Trabalhos recentes dão conta de que a Amazônia tenha sido povoada entre pelo menos 4.500 e 15.000 anos atrás¹⁴.

Seja na Amazônia brasileira, na Amazônia Andina ou Equatoriana, pouco se sabe sobre o que aconteceu com seus primeiros habitantes e de que forma conseguiram se estabelecer na região. Como os registros dessas civilizações são bastante sensíveis e, quase todos eles, sujeitos às intempéries, caberá a Arqueologia o árduo trabalho de tentar reconstruir todo esse processo. Não há dúvidas, porém, da complexidade das sociedades que habitaram a Amazônia no período pré-colombiano, já comprovada pelos achados

¹⁴ As recentes descobertas arqueológicas na Amazônia, tem revelado que a região é habitada há milhares de anos, com uma população pré-colombiana estimada em 8 milhões de habitantes (LEVIS et al., 2018). As pesquisas e as datas das descobertas variam de acordo com os sítios arqueológicos pesquisados. Há pesquisas que registram a presença de habitantes há 4.500 anos (LOMBARDO; PRÜMERS, 2010), outras de 8.000 anos (NEVES, 2006), e as mais otimistas advogam a presença de habitantes amazônicos há mais de 15.000 anos (SOUZA, 2019).

históricos envolvendo, sobretudo, o Império Inca – sem falar dos Impérios Maia e Asteca na América Central e Caribe. De modo que a agrafia, ou seja, o fato desses povos não se utilizarem de linguagem escrita, tem sido apontado como um dos grandes desafios para a sua compreensão. Ao mesmo tempo, a falta de registro escrito, tem servido como justificativa para que a história seja contada pelos “vencedores”.

Uma vez contada pelos vencedores, é compreensível que seus reais interesses não sejam de antemão explicitados, cabendo, portanto, ampla investigação. Aqui, da mesma forma que ocorre com a história da chegada dos primeiros ameríndios, parece não haver explicações plausíveis sobre a chegada dos colonizadores no Brasil – e na Amazônia. Há poucas e incipientes iniciativas que se dedicam a compreender como e por que portugueses e espanhóis vieram parar nas Américas. Seguindo a linha sobre a despreziosa ideia de descoberta, costuma-se elencar alguns fatores para justificar esse ímpeto vanguardista, como por exemplo, a posição geográfica privilegiada dos países ibéricos, as técnicas de navegação avançada dos mesmos e o caráter aventureiro, exploratório e destemido dos seus navegantes. Essas características teriam favorecido o pioneirismo de portugueses e espanhóis na descoberta do continente americano.

Porém, ao acessar a bibliografia sobre o período colonial na Amazônia, chama a atenção a forte e incisiva presença de outras nações europeias na região, o que levanta certa suspeita acerca de tal pioneirismo. É bem documentada a presença de franceses e holandeses no nordeste brasileiro, sobretudo nas capitanias do Maranhão e Pernambuco, respectivamente. Contudo, além do litoral, essas duas nações juntamente com a Inglaterra, ocuparam militarmente a região da Amazônia, haja vista a existência, ainda hoje, de suas ex-colônias Suriname, Guiana Francesa e Inglesa. De modo que durante um bom tempo, pelo menos ao longo dos séculos XVI e XVII, Portugal e Espanha, as duas Coroas detentoras legais¹⁵ da área correspondente à Amazônia, travaram inúmeras batalhas na região com esses outros países pela manutenção e posse desse território¹⁶.

¹⁵ A posse do território correspondente à Amazônia, foi outorgado de forma compartilhada entre Portugal e Espanha, por meio da promulgação, em 7 de junho de 1494, do Tratado de Tordesilhas. Esse Tratado vigorou até 1750, e determinou a divisão das novas terras, no contexto das Grandes Navegações, entre Portugal e Espanha. À Espanha, coube a maior parte do território localizado na porção oeste da linha estipulada no Tratado, sendo que Portugal ficou com a menor porção, localizada a leste dessa mesma linha.

¹⁶ Ao longo do processo de colonização, Portugal se envolveu em inúmeras batalhas com holandeses, franceses e ingleses pela disputa e manutenção do território colonial correspondente à Amazônia. De acordo com Souza (2019), enquanto ingleses e holandeses se limitaram a fundar pequenas colônias no estuário do rio Amazonas, o projeto colonizador francês foi mais ambicioso, cujo plano de conquista territorial ia desde

Conforme apontam Souza (2019) e Silva (2012), esse é um período que ficou conhecido como sendo de posse e conquista. Para ambos os autores, esse foi um momento de baixa atividade econômica na região, no qual sobressaíram ações voltadas para grandes viagens e navegações pelos rios da Amazônia, com objetivo único de reconhecer, explorar, expandir e conquistar território. Posse e conquista, nesse primeiro momento, dizem respeito ao estabelecimento de fronteiras, como fica claro com a demarcação dos territórios de Nova Andaluzia, pertencente ao Reino de Castela, e à Lusitânia, correspondente ao Reino de Portugal. Para os autores, a conquista teve como característica fundamental a apropriação do território amazônico pelas nações europeias, e marca a inserção da Amazônia como lugar de disputa no jogo político internacional do Velho Mundo.

Eis aí um ponto importante e que ajuda no exame referente às ideias sobre a construção, descoberta ou invenção da Amazônia. É certo, como veremos mais adiante, que as ideias difundidas pelos colonizadores europeus, especialmente espanhóis e portugueses, contribuíram para a edificação do imaginário sobre a Amazônia, o qual, inclusive, se mantém até os dias atuais. Nesse caso, porém, estamos tratando de dois momentos específicos. O primeiro, relacionado à fase da conquista, em que os viajantes, exploradores e cronistas tiveram contato inaugural com o desconhecido, quando surgiram, por exemplo, os relatos fantásticos sobre as índias guerreiras Amazonas¹⁷ e o El Dorado¹⁸. O segundo, já no século XVIII, quando um número considerável de missionários e naturalistas, passou a visitar a Amazônia patrocinados pelos seus Estados, com uma proposta expedicionária e científica, no sentido de explorar, identificar e catalogar aspectos da flora e da fauna amazônica.

a boca do rio Orinoco, ao norte do estado do Amazonas, até a ilha do Maranhão, a leste. Além disso, os franceses ocuparam, também, o atual estado do Amapá, vizinho a sua principal colônia, Guiana Francesa.

¹⁷ Reza a lenda que ao longo do leito do rio Amazonas, vivem índias da etnia Icamiba. Dentre as várias características dessas índias, estava o fato de que elas vivam sozinhas, não tinham parceiros, eram altas, musculosas, manejavam muito bem o arco e a flecha e naço permitiam que homens se aproximassem de suas terras. Quando Francisco Orellana percorria o Rio Amazonas, avistou essas índias, por quem foi recebido com muita hostilidade e violência. O navegador teria, então, associado as índias Icamibas ao mito grego de Heródoto, que identificava mulheres guerreiras com hábito de andar a cavalo como Amazonas.

¹⁸ Há vários mitos relacionados ao El Dorado. Todos eles, contudo, remetem a existência de uma cidade, povoado ou local dotados de grandes quantidades de ouro. A depender do local onde se procura saber sobre esse mito, atribuir-se-á a uma etnia indígena a sua “invenção”. Na Amazônia brasileira, esse mito é geralmente atribuído às etnias Manaós e Omáguas, que viveram na bacia dos rios Amazonas e Negro. A ideia por trás do mito, porém, é a de que ao entrar em contato com os viajantes europeus, os índios lançavam mão do mito do El Dorado para se desvencilhar dos colonizadores, uma maneira de escapar da violência instituída no processo de posse e conquista.

O primeiro momento, dos relatos fantásticos elaborados pelos primeiros conquistadores, contribuiu para a idealização da Amazônia como um lugar exótico, selvagem, de natureza hostil e habitada por povos bárbaros. Data desse período, também, as ideias que atribuem à Amazônia um lugar constituído de riquezas infinitas, principalmente na sua porção ocidental, onde os espanhóis encontraram grandes reservas de ouro e prata, das quais acabaram se apropriando. O segundo momento, guarda relação com a Revolução Científica e com o Iluminismo experienciados na Europa, e transpostos, por meio dos naturalistas, para o que entendiam ser a realidade atrasada e primitiva da Amazônia. Compreende-se que é nesse momento que a Amazônia passa a se tornar instrumento da racionalidade científica, sobretudo das ciências da natureza, o que explicaria o fato de as pesquisas que se realizam hoje sobre a Amazônia pertencerem, predominantemente, aos campos da biologia e ecologia, reforçando seus aspectos naturais (MELLO, 2002).

Justificam-se, nesses casos, ou pelo menos pode-se discutir as teses sobre construção e invenção da Amazônia. Porém, um capítulo ainda em aberto sobre a sua história e que não desperta muito interesse dos cientistas naturais, biólogos e ecologistas, é o de saber como se descobriu esse lugar. Isto é, qual era o contexto vivido pelos países europeus que possibilitou a extensão de seus domínios políticos, econômicos, jurídicos e religiosos sobre o continente americano, especialmente na Amazônia. Como se sabe, após o período da conquista, tornou-se possível a elaboração de registros – fruto de certo conhecimento acumulado sobre esse lugar –, mesmo que eivados de preconceitos e visões romantizadas sobre a Amazônia. Mas, e antes disso, o que se sabia sobre esse lugar para que ele fosse descoberto?

Essa pergunta parece distante do objeto de pesquisa e aparenta não ter importância saber qual era a contradição colocada para os países europeus, que antecedeu e impulsionou a colonização da Amazônia. A meu ver, ela é item primordial para se compreender parte significativa da história da Amazônia, bem como para entender quais aspectos estão na origem da formação das sociedades caboclas e do campesinato histórico. As guerras travadas pelos países europeus em plena Amazônia, estenderam sobre esse território a expressão das transformações vividas no mundo Ocidental, sobretudo nas suas dimensões políticas, jurídicas, econômicas e religiosas. De modo que se debruçar sobre esse tema é, também, uma forma de desfazer os mitos fundadores do

descobrimto, da construção e da invenção da Amazônia, que alimentam sua idealização e reproduzem uma imagem biologizada/naturalizada desse lugar.

Esses quatro elementos são marcantes durante os dois primeiros séculos da presença europeia na Amazônia, e deram a tônica da política de colonização nos anos subseqüentes. Para Silva (2012), não há dúvida sobre o caráter da expansão ultramarina que levou os países ibéricos, além de França, Holanda e Inglaterra, a colonizarem as terras do Novo Mundo. Conforme argumenta a autora, a Amazônia se tornou um dos lugares dos reajustes econômicos e políticos – e de quebra, religioso – da Europa dos séculos XV e XVI. Silva (2012) compreende a transição do regime feudal monárquico para a constituição dos Estados absolutistas, como a gênese das transformações que redundaram na imposição de busca e exploração de novos mercados pelas nações estrangeiras. Numa palavra, a contradição estava na necessidade de liberalização e expansão das (novas) forças econômicas surgidas a partir da emergência do capital mercantil (SILVA, 2012).

Dessa maneira, a descoberta nada mais foi do que a possibilidade criada naquele momento, de abrir novos rumos para o desenvolvimento histórico. Assentado na guerra comercial criada entre as principais nações europeias, na expropriação e apropriação de terras e na transformação de camponeses em trabalhadores livres¹⁹, o declínio do sistema feudal e a ascensão dos Estados absolutistas – entendidos como protótipos dos Estados-nação modernos –, criou as condições necessárias ou reatualizou as características expansionistas das nações europeias. A descoberta da Amazônia, pode-se dizer, é resultado, sim, do desejo de se avançar sobre as Índias Orientais, pois era com o Oriente que essas mesmas nações já desenvolviam relações comerciais desde o século XII, sendo a rota conhecida e, portanto, mais fácil para se expandir os mercados.

A descoberta da Amazônia, deste modo, é fruto do desenvolvimento do mercantilismo, que desencadeou nas nações europeias, disputas internas na busca por novos mercados. O mercantilismo se confunde com o surgimento do próprio sistema capitalista, uma vez que marca a transição do regime feudal-monárquico para os Estados absolutistas, arquitetados com o apoio da emergente burguesia mercantil. O principal

¹⁹ Segundo Marx (2017), “Na Inglaterra, a servidão havia praticamente desaparecido na segunda metade do século XIV. A maioria da população consistia naquela época, e mais ainda no XV, em camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir sua propriedade[...] Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais[...] o que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital”.

aspecto do mercantilismo repousa na substituição do comércio realizado nos mercados medievais – onde os bens produzidos eram negociados por meio de trocas – pela crescente produção e circulação de novas mercadorias comercializadas nos novos circuitos. A esse respeito, Marx (2017) esclarece nas passagens que seguem:

A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela (p. 786).

Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência das cidades soberanas, há muito já empalideceu (p. 787).

O prelúdio da Revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI (p. 789).

Politicamente, a formação da sociedade capitalista – que compreende os séculos XV e XVI – foi marcada pelo fim das monarquias feudais, cujo poder era descentralizado, fragmentado e disperso na vida social, e pela emergência do Estado absolutista, burocratizado, constituído por forças econômicas advindas da sociedade e executor de políticas baseadas na racionalidade estatal com viés economicista (SILVA, 2012). Do ponto de vista econômico, a divisão social se dá em substituição às estruturas estamentais e a partir do surgimento das diferentes classes, formada por trabalhadores livres e pelas frações da burguesia mercantil. Esta última, imiscuída nos negócios do Estado, apartada do mundo rural e buscando desconectar-se do arcaísmo do camponês feudal. No campo religioso, o desenvolvimento do capitalismo corresponde a um período de crise da Igreja Católica, marcada pelo término – e derrota – das Cruzadas contra o mundo Islâmico e pela ampla aceitação dos ideais contidos na Reforma Protestante²⁰.

Segundo Silva (2012), a organização do Estado absolutista, inaugura o poder do Estado como campo novo de realização, articulação e equacionamento dos novos interesses postos em conflito. Entre eles, está a pressão exercida sobre a realeza, vinda da

²⁰ Conforme Woortman (1996), a Reforma Protestante foi um movimento religioso liderado pelo monge católico alemão Martin Lutero, e teve início no ano de 1517. Entre as várias queixas de Lutero sobre a conduta da Igreja, a principal recaía sobre a venda de indulgências, que consistia numa prática da Igreja Católica – considerada ilegal por Lutero – de adquirir quantias monetárias em troca do perdão pelo pecado cometido pelos fieis, o qual deveria ser concedido gratuitamente. Para tanto, Lutero elaborou as chamadas 95 teses, onde, além da cobrança das indulgências, chamava atenção para mais 94 aspectos que, segundo ele, estavam em desacordo com a doutrina da Igreja.

massa de camponeses e da plebe ainda não inseridas em novas ocupações laborais após a expulsão de suas terras; as novas camadas compostas pela nobreza, pelo clero e pela burguesia mercantil disputando espaço e poder dentro das novas estruturas sociais e hierárquicas que iam se formando no seio desse novo ordenamento político-jurídico; além das disputas pela apropriação privada das terras, que aos poucos iam perdendo seu estatuto de terras comunais, constituindo-se em mercadorias fundamentais para a reprodução do capitalismo emergente.

Permeando essas ambivalências, está a necessidade de expansão do capital mercantil. Compreendendo a importância da burguesia para o fortalecimento do poder Absoluto e como avalizadora do Estado burocrático perante ex-súditos descontentes, seus Reis incorporam as prerrogativas econômicas nas suas estruturas como forma de legitimar essa nova etapa. Conforme destaca Silva (2012):

Os resultados mais evidentes do caráter do Estado Absolutista, distinto do poder centralizado, fragmentado e disperso da sociedade feudal, compreendem a internacionalização da economia mercantil, a unificação territorial, política e administrativa numa base nacional, a formação dos exércitos nacionais permanentes e dos quadros administrativos a serviço das necessidades públicas, a organização de um sistema fiscal nacional e o disciplinamento das relações de mercado (p. 47).

O Estado absolutista é uma realização histórica imprescindível para a ruptura feudal e o desenvolvimento da organização social capitalista (p. 50).

Uma vez organizado política, jurídica e economicamente, coube ao Estado e às parcelas burguesas, estruturarem as condições oportunas para o desenvolvimento das atividades econômicas necessárias à expansão das forças econômicas. O caráter marcante desse período, é que as transformações ocorridas nessas esferas, embora não tivessem sido incorporadas de imediato pelo novo ordenamento social que se propunha naquele momento, ao mesmo tempo não mais correspondiam às aspirações e às demandas objetivas geradas pelo novo modelo societário recém arranjado pelo modo de produção capitalista. De modo que a dinâmica econômica que se impôs nesse período de transição, encarregou-se de eliminar gradativamente as formas antigas, consideradas arcaicas, características da sociedade pré-capitalista.

Colocado de outra maneira, ficou evidente que o projeto de expansão das forças econômicas seria inviável se implementado em termos locais. A dinâmica social camponesa e rural, de modestas trocas realizadas entre compadrios e ao longo de

pequenas distâncias, fora suplantada pelo elevado número de mercadorias produzidas nos nascentes centros urbanos, bem como pelo surgimento de tecnologias fabris e pela produção em larga escala – para os padrões da época – de mercadorias manufaturadas, em substituição aos artigos artesanais. Dessa maneira, o modo de vida experimentado por muitos séculos durante a Idade Média pelos europeus, não mais cabia nas aspirações surgidas em resposta às Reformas e transformações verificadas naquele momento.

Em pouco tempo, deixa de fazer sentido a forma com a qual a sociedade feudal realizava seus negócios. A produção dos novos produtos passaria a adquirir uma característica extremamente economicista, de caráter mercadológico, buscando atender única e exclusivamente o retorno dos investimentos feitos pelos capitalistas mercantis. O valor de uso atribuído aos artefatos artesanais produzidos pela sociedade camponesa, foram subitamente substituídos pela importância que os produtos manufaturados passaram a incorporar no momento da troca, reforçando o caráter da mercadoria e do mercantilismo. De modo que não demorou para que a produção fosse organizada em pequenas fábricas, o que aprofundou o fosso que ainda restava entre os resíduos da Idade Média e a nascente Idade Moderna.

Evidentemente, naqueles lugares onde esse processo se deu de forma mais acelerada, permitiu-se que esses países fossem precursores no projeto de expansão. Além de reunirem localmente as condições necessárias para que despontassem enquanto potências econômicas, a crescente demanda por matérias-primas para confecção das novas mercadorias e por novas especiarias que passaram a fazer parte da vida cotidiana, resultou na empreitada que lançou os europeus na busca por esses produtos. A assim chamada acumulação primitiva do capital (Marx, 2017), colocaria em rota de colisão as necessidades de expansão econômica das emergentes nações capitalistas e as formas de organização sociocultural dos povos originários da Amazônia. Conforme aponta Marx (2017),

Os desenvolvimentos da acumulação primitiva reportam-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. (...) A súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação de mercadorias em circulação, a rivalidade das nações europeias pela posse dos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, contribuíram essencialmente para quebrar as barreiras feudais da produção.

Não por acaso, serão essas as principais nações a ocuparem o território amazônico. Contudo, a maneira como cada Estado absolutista se desenvolveu endogenamente²¹, foi determinante para a adoção das estratégias políticas colocadas em curso por cada um deles. Há diferenças significativas no modo como Holanda, França e Inglaterra conduziram seu processo de fortalecimento do Estado, de racionalização econômica e de modernização das relações sociais no seio de suas sociedades, quando comparados com seus vizinhos ibéricos Espanha e Portugal. A internalização do *ethos* capitalista e o desenvolvimento das instituições e da política de Estado que exigiam esse novo modo de produção da vida, foi prontamente assimilado pelos primeiros, enquanto aos últimos permaneceu, durante muitos anos, o caráter retrógrado do feudalismo monárquico.

Em termos práticos, enquanto França, Holanda e Inglaterra secularizavam as instituições próprias da Revolução Burguesa, Portugal e Espanha mantiveram praticamente intactas as estruturas ideológicas do mundo feudal. Correspondem a essas estruturas a manutenção do regime de servidão no campo, em contraposição a liberação de mão-de-obra livre; a perpetuação das oligarquias feudais ligadas à nobreza e ao clero; e a permanência do catolicismo enquanto doutrina orientadora das decisões políticas do Estado. Como esses aspectos não evoluíram no sentido da modernização das instituições e das relações sociais nos seus países de origem, no momento da colonização, os países ibéricos apenas reproduziram em terras sul-americanas o caráter pré-moderno enraizado em suas culturas.

Assim, quando Espanha e Portugal saem rumo às Índias para ampliarem seus mercados e na tentativa de resolverem suas contradições, chegam nas Amazônias onde apenas reproduzem os traços do absolutismo ibérico. Por isso, são marcantes as características da colonização desses países na Amazônia. Dentre elas, destaca-se, desde

²¹ Conforme aponta Silva (2012), “A realidade da fixidez das estruturas ibéricas limitou os resultados abertos pelas oportunidades econômicas e políticas da conjuntura mundial, entre os séculos XV e XVI, efetivando o distanciamento de Portugal e Espanha das forças da modernidade ao ritmo da contemporaneidade europeia[...] O comércio e o tráfico intercontinental da conquista, a colonização e a submissão de povos e territórios tiveram, especialmente, na América do Sul, o caráter de retrógrado do absolutismo ibérico como o principal suporte organizativo do desenvolvimento do trabalho compulsório escravo, semiescravo e servil dos índios e negros, que estavam na base do comércio colonial, do século VXII ao XVIII. Enquanto na Europa, as forças de transição realizavam na indústria nascente, no fortalecimento do poder soberano do Estado, na instituição do trabalho livre e na propriedade privada, a base secular da sociedade burguesa, as forças feudais, ora assumidos como tais, roa nas funções intermediárias do capitalismo – contraditoriamente fortalecidas no absolutismo ibérico, mantiveram formas substitutivas da servidão e da propriedade fundiária, amordaçaram a burguesia mercantil, sufocaram as economias urbanas e, sobretudo, mantiveram o poder religioso nas estruturas de dominação, estagnando o processo cultural”.

o início, a necessidade constante de subjugação e imposição de um regime de servidão aos povos indígenas, cuja mão-de-obra escravizada serviria como base para o estabelecimento do comércio colonial. Observa-se, também, a distribuição e o loteamento de terras aos colonos e pessoas com forte influência política perante a Metrópole, além da catequização dos índios ser utilizada como estratégia de dominação.

O componente religioso foi o mais importante aliado das Coroas espanhola e portuguesa durante a posse, conquista e a colonização. Mesmo essas duas esferas de poder atuando de forma autônoma e de maneira mais intensa ao longo de três séculos – XVI, XVII e XVIII – as ações missionárias na Amazônia, por meio da presença de diferentes ordens religiosas²², andaram de mãos dadas durante todo esse período com o poder político de Portugal e Espanha. Em determinados momentos, a sobreposição pelos mesmos interesses, colocou as atividades missionárias em conflito com a política de colonização dos governos nas colônias. De qualquer maneira, assim como os aspectos políticos e econômicos, a religiosidade desempenhou papel fundamental no modo como se desenrolou o processo de colonização na Amazônia, como bem aponta Souza (2019):

A influência da Igreja se fazia em setores vitais, como a vida intelectual, a ciência e a medicina. Os hospitais eram geridos pelas ordens religiosas, assim como as irmandades leigas, que reuniam pequenos homens de negócios, artesão e agricultores, práticas que seriam importantes na América. A ideologia do cristianismo foi um dos motores do descobrimento, e, sendo a Igreja parte integrante do poder ibérico, os métodos de colonização foram um equipamento cultural poderoso (p. 107).

O componente religioso na Amazônia, encerra em si a parte final que deu origem a sua “descoberta”. Ele é também fruto de uma contradição vivida pelo mundo cristão na Europa, a qual se aglutinava em torno das características étnicas, políticas e religiosas propriamente ditas. Esses elementos, quando pensados em conjunto, são os mesmos que serão usados como justificativa para que se cometa todo tipo de atrocidade contra os povos indígenas, cujo processo de subalternização se deu precisamente por conta do rebaixamento de sua raça, organização política, crenças e costumes. “Em nome de Deus e de sua conversão da gente bárbara em povo obediente aos ditames e da ordem do Todo Poderoso” (SOUZA, 2019), é que a Igreja se tornou o braço direito da empresa colonizadora na Amazônia.

²² As principais ordens religiosas que se fizeram presente na Amazônia foram: os jesuítas, os capuchinhos, os mercedários, os franciscanos e os carmelitas.

Do ponto de vista étnico, eram seculares os conflitos envolvendo muçulmanos, judeus e cristãos. Esses conflitos se intensificaram após a queda do Império Romano²³ e a expansão do domínio Islâmico sobre o território europeu. Depois de séculos de ocupação árabe na Europa Ocidental e no Mediterrâneo, a Igreja Católica se empenha, por meio das Cruzadas, em retomar esses territórios e ampliar, sobre eles, sua influência religiosa. Sem que obtivessem sucesso, os cristãos, que ainda eram maioria na península ibérica, investem contra os Mouros²⁴, os últimos remanescentes do mundo Islâmico naquela parte da Europa. A expulsão dos Mouros, serviu para que a Igreja Católica confirmasse sua superioridade política entre os ibéricos, mas também reforçou seu caráter étnico-racista, que se estendeu sobre os povos indígenas da Amazônia.

Coincidindo com os descobrimentos, a Ibéria assume um etnocentrismo cerrado, em que seus idiomas, religião e modo de viver, são considerados superiores aos de outros povos, embora não tenha perdido totalmente a experiência passada da diversidade cultural e racial, que os dotou no Novo Mundo com mecanismos para lidar com as etnias americanas (SOUZA, 2019).

A “vitória” sobre os Mouros, serviu como uma espécie de suspiro para a Igreja Católica em termos políticos. Fortemente descredibilizada e sem manter qualquer tipo de influência significativa sobre as outras nações onde outrora também exerceu hegemonia política e religiosa – especialmente França, Holanda, Inglaterra e Alemanha – foi conveniente tanto ao catolicismo quanto aos Reinos ibéricos, permanecerem unidos como um foco de resistência na península europeia. De forma recíproca, a não modernização dos povos ibéricos por conta da manutenção das características feudais nas estruturas de Estado, permitiu que o clero continuasse interferindo de maneira decisiva nos assuntos de governo. Por outro lado, a permanência das autoridades clericais entre as camadas da nobreza e realeza, conferia à Espanha e Portugal a autoridade religiosa necessária para subsidiar as decisões dos Reis. Nesse sentido, a colonização das Américas foi uma decisão consentida por ambos os poderes.

²³ É difícil precisar a data exata da queda do Império Romano, mas há certo consenso entre historiadores que seu declínio teria iniciado a partir de 476 d.C.

²⁴ Segundo Souza (2019), Mouro foi uma espécie de gentílico atribuído pelos Cristãos da Europa a um determinado grupo étnico com raízes no norte e noroeste da África e também no Oriente Médio. Segundo este autor, etimologicamente, a palavra vem do termo latim *mauru*, *mauris*, e designava as populações que vivam no noroeste da África, região conhecida como Mauritânia. O termo Mouro passou a se popularizar a partir do século VIII, quando grandes levas desse grupo migraram para a Europa e passou a ocupar a Península Ibérica. Como eram negros e de origem mulçumana, essa também foi uma forma de reforçar sua distinção frente aos cristãos europeus.

Contudo, o determinante religioso propriamente dito, foi o aspecto de maior relevância e que permitiu a presença missionária na Amazônia e o uso da catequização como instrumento de sujeição. Ele é resultado, em larga medida, da resposta apresentada pela Igreja Católica ao movimento liderado por Martin Lutero que redundou na Reforma Protestante²⁵. A Contrarreforma não só buscou meios de refutar as teses de Lutero e os efeitos negativos causados diante de sua ampla aceitação entre as nações cristãs europeias, como também elaborou maneiras de barrar sua disseminação pelo continente. Além disso, a contraofensiva católica adotou como método, a expansão de sua doutrina para além das fronteiras do Ocidente, ao apostar que a manutenção de sua hegemonia se daria à medida em que mais pessoas se convertessem ao cristianismo²⁶.

Por isso, em 1534, criou-se a Companhia de Jesus, que se tornou a principal instituição da Igreja no projeto de internacionalização da Fé católica. Composta majoritariamente pela ordem Jesuíta, a Companhia de Jesus tinha como principal objetivo, pregar, por meio de suas missões, a defesa política, religiosa e espiritual do Catolicismo Europeu, ameaçado pelo surgimento das Igrejas Calvinista e Anglicana. A Companhia de Jesus se valeu da influência política que ainda mantinha junto aos Reinos de Portugal e Espanha, e viu no projeto de expansão marítima e de colonização de novos povos e territórios, uma oportunidade para o cumprimento de seu objetivo maior. O projeto da Companhia era de alcance mundial, bem como aquele idealizado pelos países ibéricos em virtude da expansão dos mercados.

No Brasil, os Missionários José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, chegaram na porção litorânea em 1549, e foram os primeiros jesuítas enviados pela Companhia de Jesus para a América do Sul. Na Amazônia portuguesa, a presença dos Jesuítas data de 1615 no estado do Pará (SOUZA, 2019). Um ano depois, em 1616, juntamente com o governo português no estado do Maranhão e Grão-Pará, ajudam a fundar o Forte do Presépio e a vila de Santa Maria, atual cidade de Belém. Na porção ocidental da Amazônia, na bacia do Rio Negro, o primeiro relato da presença dos jesuítas data de 1658,

²⁵ Conforme Woortman (1996), além do impacto causado pela Reforma Protestante em si, a Igreja Católica se deparou, ainda, com o surgimento de outras ramificações cristãs provocadas pelas teses Luteranas. A emergência das Igrejas Calvinista e Anglicana na esteira da Reforma, representava a perda significativa de fiéis Católicos, o que, naquele momento, serviu de força motriz para a Contrarreforma.

²⁶ Essa foi a aposta da Igreja Católica para recuperar parte dos fiéis desapontados após as denúncias de Lutero, bem como para minimizar os efeitos negativos causados pela Reforma proposta pelo monge alemão. Para tanto, a Igreja convocou entre os anos de 1545 e 1563, uma reunião ecumênica para discutir os rumos do Catolicismo. O então chamado Concílio de Trento, foi o momento em que a Igreja elaborou as estratégias que deram o tom da Contrarreforma (Woortman, 1996).

embora não tenham sido a principal ordem missionária nessa região²⁷. Tamanha era sua capacidade de capilarização e autonomia em relação ao governo português, que somente em 1669 é construída a primeira fortificação militar da Coroa no Rio Negro.²⁸

A chegada da Companhia de Jesus na Amazônia, marca o início de um período cujo resultado – observado ainda hoje – foi extremamente deletério para os povos indígenas. Não cabe aqui entrar em detalhes sobre a atuação das diferentes ordens religiosas que estiveram na Amazônia ao longo de quase dois séculos, senão ressaltar o caráter dessa investida. A catequização era o instrumento utilizado pelas ordens missionárias para o apaziguamento e docilização das sociedades indígenas no momento da conquista, do primeiro contato e do choque cultural. Ela não era, a despeito da necessidade expansionista dos ideais católicos, um fim em si mesmo. A catequização foi a maneira pela qual a Igreja conseguiu investir sobre o território amazônico e avançar no seu projeto de expansão.

Ao longo do tempo da presença missionária na Amazônia, os fins em muito se assemelhavam àqueles dos colonos portugueses e espanhóis. Os meios para atingir tais fins, também. Desde o início, as Missões tiveram como objetivo, o desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio de produtos extrativistas, que garantisse economicamente a presença das ordens na Amazônia, bem como o envio de alguma importância econômica para seus locais de origem. Além disso, a sobrevivência dos missionários num ambiente completamente hostil aos costumes europeus, sempre dependeu dos conhecimentos indígenas para o seu estabelecimento. Nesse sentido, a agricultura e a extração de produtos florestais, foi sempre dependente da mão-de-obra indígena.

Os meios utilizados pelos missionários para o cumprimento desses fins, eram igualmente parecidos com aqueles utilizados pelos colonos. Assim sendo, o trabalho nas lavouras e a coleta de produtos para o consumo e comercialização, eram realizados mediante escravização dos grupos indígenas que não se submetiam à catequização. Aqueles que aderiam aos ditames das ordens²⁹, além de adentrarem num regime de

²⁷ Segundo Leonardi (2013), além dos Jesuítas, a ordem dos Mercedários e dos Carmelitas foram as principais a ocupar a bacia do Rio Negro, especialmente em um dos seus afluentes, o rio Urubu.

²⁸ O Forte de São José da Barra do Rio Negro, ou Fortaleza da Barra, foi a primeira instalação militar dos portugueses na Bacia do Negro. O local de instalação do Forte, posteriormente, deu origem à cidade de Manaus (Souza, 2019).

²⁹ É preciso relativizar uma suposta adesão ou submissão voluntária dos índios ao Cristianismo e às Ordens Missionárias que atuaram na Amazônia. Num contexto de guerra, perseguição, desterritorialização e

servidão perpétua, ainda sofriam com o processo de aculturação, deculturação, destribilização e com as doenças altamente contagiosas e letais para esses grupos (SILVA, 2012). Quando as opções apresentadas para a dissolução dos conflitos não satisfaziam os interesses da Igreja, os missionários não hesitaram em se utilizar do massacre em resposta à resistência indígena.

Esses são aspectos importantes, mas ainda superficiais sobre a presença dos missionários na Amazônia. O importante aqui, para não nos afastarmos muito do objetivo principal deste capítulo, é entender que a ocupação da Amazônia pelas diferentes ordens religiosas, correspondeu às mesmas finalidades das nações europeias, e teve na resolução de uma contradição interna aos interesses da Igreja, a raiz do seu projeto expansionista. Independentemente do caráter religioso e da proposta espiritual, a presença dos missionários na Amazônia foi tão deletéria quanto a política de colonização dos governos europeus. Ao longo de todo período de ocupação missionária e dos colonos europeus, esse projeto foi inúmeras vezes ratificado e repactuado por ambos os lados.

O caráter violento e autoritário imposto tanto pelas Coroas Ibéricas quanto pelas ordens da Companhia de Jesus, deu a tônica da colonização na Amazônia, principalmente nos seus primeiros duzentos anos. A descoberta, se ainda podemos chamar assim, revelou à sociedade europeia que o desconhecido que se apresentava no alvorecer do modo de produção capitalista, era de incerteza e de novas possibilidades ao mesmo tempo. Um futuro de miséria e pobreza, era o que já se observava em algumas nações, especialmente Portugal e Espanha. As condições objetivas ausentes na dinâmica interna dessas nações, fizeram com que elas realizassem as funções coercitivas exigidas pela acumulação primitiva de capital, com apoio das forças mais retrógradas da sociedade feudal (SILVA, 2012). Esse modo de estar presente, reverberou nas sociedades amazônicas durante séculos, e foi parte constituinte das sociedades que ali resistiram e sobreviveram, traduzido em elemento fundamental da formação de seus povos.

contato extremamente violento, muitas vezes, “submeter-se” aos domínios do colonizador e dos interesses políticos e econômicos tanto da Igreja quanto do governo colonial, consistia na única maneira de permanecer vivo. São vários os trabalhos e relatos que evidenciam uma “cooperação mútua” entre os indígenas e os colonizadores. Bem como é recorrente nos trabalhos que se dedicam ao tema, fazer-se alusão a colaboração entre etnias histórica e culturalmente diferentes, mas que se uniram para combater as nações colonizadoras. Por fim, também é comum entre os historiadores, o relato de etnias indígenas que se alinharam a outras nações colonizadoras, para combater o domínio português na Amazônia (SOUZA, 2019).

2.2. Índios decaídos e natureza glorificada: o colonialismo das políticas ambientais na Amazônia

O espírito simulador do discurso colonial, legou o velho e gasto conceito de “Amazônia, reserva natural da humanidade”. Contraditoriamente, sua permanência é hoje a comemoração do assalto indiscriminado à floresta, da transformação da selva em deserto e da tentação de vergar a espinha para as diversas ações retóricas de solidariedade que desejam congelar o primitivo. Discurso colonial e discurso preservacionista são aparições do mesmo estoque de arrogância (SOUZA, 1978).

A região desempenha um papel de grande relevância por três razões principais: a extraordinária biodiversidade, constituindo a maior concentração de plantas, animais, fungos, bactérias e algas da Terra; o papel no ciclo da água e no regime de chuvas, com implicações por todo o continente sul-americano; e a função de grande significado na mitigação do aquecimento global, absorvendo e armazenando dióxido de carbono (BARROSO; MELLO, 2020)³⁰.

Os ciclos da dívida e as intervenções militares mantêm as desigualdades globais, à medida que o Sul continua a subsidiar o Norte em termos de trabalho, mercadorias e recursos naturais. A extração de matérias-primas para a produção de commodities é organizada para atender às demandas dos países do Norte, onde vivem aproximadamente 25% da população mundial, mas que consomem 75% dos recursos globais (FOSTER; CLARK, 2004).

Desde os anos 1990, vem crescendo o número de trabalhos que buscam correlacionar a problemática ambiental com o colonialismo. O trabalho seminal que deu origem a esse tipo de abordagem, foi a publicação do artigo *Global warming in a unequal world: a case of environmental colonialism*, pelos pesquisadores indianos Anil Agarwal e Surita Narain, em 1991. Este é um trabalho considerado pioneiro, pois buscou apreender, desde uma perspectiva “terceiro-mundista”³¹, os aspectos relacionados ao processo de colonização pelo qual passaram os países colonizadores e colonizados, e suas implicações, em termos ambientais, como legado desse processo. Pela primeira vez, a perspectiva dos países em desenvolvimento em relação à problemática ambiental, entrava em conflito com a visão hegemônica encampada pelos países desenvolvidos – os colonizadores.

Na ocasião, Agarwal e Narain (1991) responderam a um artigo publicado pela *World Resources Institute*, uma ONG ambientalista norte-americana. O artigo, que tinha entre seus apoiadores outras ONGs ambientalistas, o PNUMA, Banco Mundial e FMI,

³⁰ Trecho do artigo publicado no dia 28 de junho de 2020, no jornal Folha de São Paulo, intitulado “Bioeconomia pode salvar a Amazônia”, de autoria de Luís Roberto Barroso e Patrícia Perrone Campos Mello.

³¹ Reproduzo aqui a terminologia utilizada à época da publicação do artigo, em que as noções de primeiro e terceiro mundos ainda estavam em voga.

alertava para o risco de o crescimento econômico esperado pela Índia e pela China³², aumentar significativamente a demanda por energia e, conseqüentemente, acelerar o processo de aquecimento global. Agarwal e Narain entenderam que o artigo não continha dados científicos suficientes, capazes de comprovar tal afirmação, e denunciaram o conteúdo político do documento. Para os autores, tratava-se de um exemplo claro de colonialismo ambiental, que buscava esconder as raízes do processo desigual de crescimento, bem como manter as estruturas assimétricas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O trabalho dos pesquisadores indianos, tinha uma abordagem predominantemente político-econômica. Mesmo assim, foram os primeiros a lançar luz para que se compreendesse a problemática ambiental a partir do processo de colonização pelo qual passaram diversos países. Como se sabe, a maioria dos países colonizados encontra-se localizados no que se convencionou chamar atualmente de Sul Global, onde, também, estão os maiores remanescentes de biodiversidade do planeta. É para esses países que tem se direcionado a maior parte das políticas ambientais preservacionistas que, para alguns autores, repousam em práticas e princípios colonialistas (GUHA, 2000; NELSON, 2003).

Conforme aponta Guha (2008), as políticas ambientais são implementadas em determinados países por conta do forte apelo social e ambiental que esses países detêm. De acordo com este autor, as características sociais e ambientais dos países do Sul, configuram-se, hoje, como as mais atrativas, pois é nesses lugares onde se pode encontrar as maiores reservas de vida selvagem, de áreas florestadas e de aspectos biofísicos capazes de solucionar os problemas ambientais em curso. Ademais, nesses países também se encontram as populações cujo modo de vida mais se aproxima da natureza, no sentido de que suas atividades cotidianas causam menos impacto ao ambiente e, por isso, são de grande interesse para a manutenção do equilíbrio ecológico (GUHA, 2008).

Nesse sentido, para Upadhyay (2016), as mudanças climáticas representam a forma mais concreta e atual de colonialismo ecológico. Conforme argumenta, isso se deve ao fato de que a quase totalidade das políticas ambientais sugeridas para os países do Sul,

³² O fim da Guerra Fria aguçou a possibilidade de conquista de novos mercados ainda não totalmente integrados na economia ocidental. Embora China e Índia não compusessem o bloco soviético, estavam localizados, geograficamente, como países orientais, e também classificados como de terceiro mundo. A globalização econômica que provavelmente se seguiria com o fim da Guerra Fria, tenderia a incluir esses países na dinâmica da economia liberal, devido, principalmente, ao seu enorme contingente populacional e potencial mercado consumidor.

tem como arcabouço fundamental a mitigação das mudanças climáticas. Chama atenção, para este autor, que os aspectos capazes de mobilizar a comunidade internacional em torno de projetos visando o enfrentamento da principal questão colocada em termos ambientais, não se reportam às raízes do problema, qual seja, o nível de industrialização dos países do Norte. Ao contrário, ao projetar na biodiversidade e nas populações dos países do Sul uma possível alternativa para a solução da problemática ambiental, reaviva-se os aspectos coloniais geradores do mesmo problema (UPADHAYAY, 2016).

Para tanto, nas origens do atual colonialismo ambiental, estaria a forma como os povos do Sul foram subjugados e seus recursos naturais apropriados (CARRERE; LOHMANN, 1996). O imperativo ecológico que predomina hoje no discurso ambientalista, bem como o protagonismo atribuído a determinados grupos sociais por conta de suas características naturalizadas, remonta ao período colonial e a partir dele foi construído. Segundo Monbiot (2022), seria impossível compreender o atual nível de comprometimento dos países do centro em relação a questão ambiental, não fosse o caráter colonialista de suas ações. Conforme se observa nas discussões, conferências, articulações e todo tipo de acordo sobre o tema, salta aos olhos a maneira acanhada como os países do Norte, principais agentes causadores do desequilíbrio climático, eximem-se de tomar partido e assumirem a responsabilidade no trato com o meio ambiente. Em contrapartida, investem no discurso do período colonial – isto é, colonialista –, o mesmo que exaltou a natureza e naturalizou os povos (ANGEL, 2020; ELLIOT, 2021; SONER, 2021).

Cabe notar, conforme aponta Lohmann (2011), que essa prática não se configura como uma excentricidade entre os países colonizadores. Para o autor, se tomarmos o período histórico que abarca o momento da conquista – início do século XVI – até os dias atuais, o modo como os países europeus vem lidando com a apropriação dos recursos naturais e com a vida das populações dos países por eles colonizados, apresenta muito mais linearidades do que rupturas. Dessa forma, sugere Lohmann (2011), seria mais interessante e mais profícuo – em termos de uma análise macro histórica – olhar para a problemática ambiental sob a perspectiva colonial como uma espécie de *continuum*, ao invés de buscarmos na história momentos específicos onde tais fenômenos teriam ocorrido de forma mais intensa.

Em *Imperialismo Ecológico*, Crosby (2011) parece sustentar esse argumento, considerando que seu escopo de análise é ainda maior. Nesse trabalho, Crosby abrange o

período que vai dos anos 900 até o início do século XX, para compreender todas as estratégias colocadas em curso pelos países europeus, no sentido de expandir sua influência sobre as colônias no que diz respeito aos aspectos estritamente biológicos e socioculturais. Conforme demonstra, desde a virada do primeiro milênio, os europeus³³ tem se lançado por todas as regiões do planeta, com o objetivo único de se apropriar dos seus atributos biológicos e sociais. Por conta da influência cultural dos emigrantes europeus em todas essas localidades, chega a denominar essas terras de Neoeuropas³⁴ (Crosby, 2011).

Chama a atenção no trabalho de Crosby (2011), que a peregrinação europeia pelos cinco continentes, foi marcada pela sua intencionalidade. Isto é, ao investigar as características puramente ecológicas e socioculturais da empreitada europeia sobre os quatro cantos do mundo, como também aponta Gruzinski (2014), percebe-se o caráter altamente especializado e intencionado dos europeus em conhecer e dominar todos os aspectos constituintes “da biologia e da cultura locais”. Conforme argumenta, a ideia de “arma biológica” teria surgido provavelmente durante esse percurso, pois o conhecimento dos agentes causadores de várias doenças, serviu, em vários momentos, como forma de domínio sobre os povos que estavam sob seu jugo.

O desenvolvimento de uma *expertise* na manipulação de patógenos – e o consequente conhecimento das doenças –, configura-se como um capítulo à parte, e um dos mais importantes, segundo Crosby (2011), para o que ele chama de sucesso do Imperialismo biológico europeu. Segundo ele, o controle sobre os processos microbiológicos teria garantido, em muitos casos, a expansão e conquista de novos territórios em detrimento do uso contumaz das armas. Conforme explica:

Os germes do Velho Mundo eram dotados de tamanho, peso e massa. (...) eles também precisavam de transporte para cruzar os oceanos. Uma vez em terra firme e alojados no corpo de novas vítimas, em novas terras, a sua taxa de reprodução chegava a dobrar a cada vinte minutos, permitindo que se

³³ Neste trabalho, Crosby (2011) tenta, entre outros esforços, compreender porque os europeus foram o povo que mais se disseminou e conseqüentemente, mais ocupou outros territórios diferente do seu território de origem. Dessa forma, traça paralelos entre a presença de outros povos fora do seu território nativo, como os africanos, asiáticos, ameríndios, esquimós e aborígenes australianos, para constatar que, devido ao seu caráter tecnicista e ao seu comportamento político, os europeus são o povo com maior presença fora do seu continente originário.

³⁴ As Neoeuropas, para Crosby, são regiões do globo, como, por exemplo, os estados brasileiros da região Sul – mas, também, a maioria dos países da América do Sul, Nova Zelândia e México – em que as características genéticas e culturais, correspondem em mais de 90% à ascendência europeia, mesmo tendo esses países forte influência e presença de povos indígenas e negros como constituintes dessas sociedades, o que “comprova” o caráter deletério da colonização.

proliferassem na velocidade da sua expansão geográfica. Devemos examinar a história colonial dos patógenos do Velho Mundo, pois o seu sucesso constitui um dos exemplos mais espetaculares do poder das realidades biogeográficas subjacentes ao êxito dos imperialistas europeus no além-mar (CROSBY, 2011).

Para Peers (1996), o domínio das doenças como uma estratégia de guerra e conquista, denota apenas um dos traços do legado ambiental da colonização. Não que seja indiferente às postulações de Crosby (2011), mas Peers (1996) está interessado no modo como o conhecimento e o domínio dos aspectos biológicos tão bem descritos por Crosby (2011), contribuíram para forjar o ambientalismo enquanto uma corrente do pensamento moderno, surgida na Europa e em função do processo colonial. Para ele, as práticas e o conhecimento acumulado ao longo desse *continuum*, em determinado momento foram internalizados numa espécie de ética ou episteme, deixando de ser “apenas conhecimento tácito”, para se transformar num código, numa conduta, que passou a balizar a vida dos colonizadores.

Curiosamente, aponta Peers (1996), essa mudança de paradigma teria ocorrido num momento importante para os Impérios, em que a apropriação dos recursos naturais das colônias era a principal fonte de riquezas e receita das Metrôpoles. De maneira inesperada e contrariamente aos avanços observados em diversas nações que se beneficiavam da exploração contínua das condições naturais de suas colônias, passou a ocorrer, na Europa, uma tomada de consciência sobre o nível de degradação ocasionado pelo processo de colonização e a necessidade de reagir à destruição ambiental. Evidentemente, essa tomada de consciência só foi possível uma vez que a diminuição na provisão dos recursos passou a ameaçar o patamar de desenvolvimento alcançado pelas potências da época. A preocupação com o ambiente, ou melhor, a própria ideia de ambiente como a conhecemos no contexto moderno, começava a ser elaborada nessa fase. Por conseguinte, o ambiente enquanto forma de pensamento – isto é, o ambientalismo – também surge a partir de então (Peers, 1996).

Segundo Grove (1995), um dos legados epistemológicos mais importantes da era colonial é a ideia de ambiente. Fruto do que ele denominou de hegemonia imaginativa sobre a natureza, o ambiente aparece ou se constitui para os europeus como uma categoria heurística, à medida que o aprimoramento de sua ideia possa ser transformado em meio ou instrumento de dominação. De acordo com o autor, não há nada de novo nas ideias de ambiente ou natureza, há muito já experimentadas – inclusive naquele período – pelos

povos nativos, porém, sob outro signo e cosmologia. O que vai ser novo, argumenta, é a forma como os conquistadores se utilizarão deste novo conceito no sentido de administrar o espaço físico – e os povos nativos que dele dependiam – ou a natureza de forma mais racional e lucrativa (GROVE, 1995).

Para Murphy (2009), é possível observar essa tendência em diversos momentos ao longo do período de colonização. Segundo argumenta, o entendimento sobre ambiente e a própria concepção do termo, variou de acordo com os interesses surgidos e as necessidades impostas aos governos coloniais, os quais confeririam possibilidades de expansão e confirmação de seu domínio. Murphy destaca como os aspectos relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias, implementação de infraestrutura, investimento nas práticas de comércio, bem como ênfase no consumo e estilo de vida da época, estavam, todos, vinculados à nova ideia de ambiente. Dessa forma, a degradação constatada à época, não se constituiu apenas em motivo de preocupação, senão serviu de justificativa para o avanço do projeto colonial (MURPHY, 2009).

Grove (1995) salienta que a ideia de (meio) ambiente não existia em sentido conceitual na maior parte do mundo antes do colonialismo. Ela passa a fazer sentido, em grande medida, a partir do momento em que a razão técnico-científica contida nos ideais Iluministas, encontra os pressupostos teológicos pertencentes a doutrina cristã. Para ele, ao mesmo tempo em que a Revolução Científica ajudava a disseminar o uso da razão e do método como paradigmas para se conhecer e dominar os fenômenos da natureza, o cristianismo – especialmente na sua vertente Protestante – operava no sentido de atribuir “aos homens” domínio total sobre todas as coisas, desde que na busca pelo controle da natureza, estivesse o caminho que conduzisse a Deus. Para Grove, esse encontro foi responsável por alçar a ideia de ambiente como um reino externo às pessoas e à sociedade, o que o tornou passível de dominação.

A clássica ideia que separou sociedade e natureza – e originou a de ambiente –, encontrou no projeto colonial dois ativos importantes (DRAYTON, 2000). Primeiro, formas de organizações sociais completamente distintas daquela vivida e construída na Europa ao longo do seu processo histórico, mas, principalmente, durante a consolidação da Idade Moderna. Em segundo lugar, os territórios colonizados eram, em sua grande maioria, todos dotados de grandes reservas de recursos naturais, quando não, como na Amazônia, constituíam-se como lugares cuja exuberância observada pelos colonizadores não encontrava semelhança no mundo Ocidental. De modo que negar o Outro, seja

científica ou religiosamente, bem como exaltar os atributos físicos, biológicos e geográficos das colônias, esteve no cerne do projeto de colonização e de construção do meio enquanto ambiente (PÁDUA, 2010).

Para Randeria (2007), é nesse movimento que se encontram as raízes do ambientalismo e das chamadas políticas ambientais. Conforme demonstra em seu trabalho, se quisermos entendermos, hoje, de que maneira se elabora uma política pública ambiental, devemos, em primeira instância, olhar para o lugar onde ela é implementada. Feita essa primeira observação, cumpre averiguar se aquele país ou localidade para onde está sendo destinada determinada política, passou ou não por um processo de colonização. Por fim, cabe uma análise esmiuçada dos processos históricos vividos pelo grupo social a quem tal política se destina, além de compreender de que forma a ideia a natureza do lugar foi construída. Seguindo esses passos, dificilmente não se constatará que os grupos sociais foram historicamente ou são eles mesmos subjugados, bem como a localidade que hospedará determinada política, foi fruto de construção social e do imaginário hegemônico que se tinha – e ainda se tem – sobre a natureza (RANDERIA, 2007).

Na Amazônia, podemos encontrar em dois processos, em que momento se negou o Outro e quando se construiu a natureza. Os dois momentos guardam relação com o que foi descrito anteriormente, isto é, também no projeto colonial para a Amazônia estavam contidos os fundamentos da teologia cristã, assim como os ideais da racionalidade científica oriunda do Iluminismo. O primeiro desses momentos ocorreu durante o período de posse e conquista, ao longo dos séculos XVI e XVII, e foi proporcionado pelos primeiros viajantes da Amazônia que, por meio de seus cronistas – quase todos eles missionários – tinham o objetivo de relatar o modo de vida dos povos nativos da região. O segundo momento, ocorreu já com a política de colonização consolidada – durante o século XVIII – e foi marcada pela presença maciça de naturalistas e cientistas que vieram para a Amazônia estudar, catalogar e descrever aspectos da biologia amazônica.

Os primeiros cronistas foram majoritariamente missionários espanhóis, os primeiros a chegarem na Amazônia. Muitos vieram antes mesmo da criação da Companhia de Jesus, e sua principal tarefa era acompanhar as expedições promovidas pela Coroa espanhola no sentido de explorar, descobrir e ocupar novos territórios. Os missionários, embora fizessem parte das expedições e tivessem tanta autonomia quanto os colonos e os militares que serviam ao Reino espanhol, não tinham como objetivo, nesse primeiro momento, os mesmos interesses políticos que os expedicionários. Coube aos

padres, freis e demais clérigos, fazer um relato detalhado da região – dando especial ênfase aos seus habitantes – e posteriormente enviá-los para Europa, para que a Igreja tomasse conhecimento.

A atividade dos cronistas abriu caminho para a colonização missionária na Amazônia. A partir dos relatos, foi possível que a Igreja pudesse traçar estratégias de ocupação dos religiosos, baseadas nas características da população local e nas necessidades de expansão da Fé católica apreendidas naquele período. Assim, a própria ação da Igreja na Amazônia pode ser percebida como atendendo a diferentes fases, de acordo com os interesses estabelecidos para cada momento da ocupação. A primeira delas, portanto, corresponde aos relatos dos primeiros cronistas e viajantes; logo após, a chegada dos primeiros missionários já comprometidos com a Companhia de Jesus e com a disseminação da palavra religiosa, no sentido de catequizar e converter os índios à doutrina cristã; por último, a incorporação do caráter político da colonização, onde a Igreja perseguiu, escravizou e promoveu a morte de indígenas que não se submeteram ao cristianismo.

Um dos cronistas mais importantes e peça fundamental dessa primeira fase da Igreja na Amazônia, foi o Frei espanhol da ordem Dominicana, Gaspar de Carvajal (SOUZA, 2002). Em 1541, Gaspar de Carvajal embarcou junto com os comandantes e militares Francisco Orellana e Gonzalo Pizarro na maior expedição pelos rios da Amazônia do período colonial. Os viajantes tinham como objetivo cruzar toda a extensão do rio Amazonas, desde um de seus afluentes, no Equador, até a foz, no Oceano Atlântico. Carvajal foi o enviado da Igreja para participar da expedição, para relatar todos os aspectos e características físicas e dos habitantes da região. Após dois anos de viagem, em 1542 a tripulação alcança a foz do Oceano Atlântico e segue direto para a Europa. A crônica de Carvajal sobre os povos nativos e a natureza amazônica são os primeiros relatos sobre a Amazônia a chegarem na Europa (ROSÁRIO; ROSÁRIO, 2018).

A primeira descrição dos povos indígenas da Amazônia, foi feita, portanto, sob um viés religioso. Adotando a perspectiva cristã e os pressupostos teológicos característicos da doutrina Católica, os índios da Amazônia foram retratados da maneira mais naturalizada possível, uma vez que, à primeira vista, seu modo de vida estava em completo desacordo com o homem criado à imagem e semelhança de Deus. Segundo Souza (2005), desde o início foi legado aos índios da Amazônia denominações vinculadas ao estado de natureza em que se encontravam, tais como selvagens, silvícolas e

primitivos, pois essa foi a maneira encontrada pela Igreja – e pelo mundo Ocidental – de construir o sujeito moderno, isto é, opondo-se aquilo que não pretendiam ser. Conforme relata Souza (2005):

Uma verdadeira colisão cultural, racial e social que, como em toda a América Latina, provocou as mesmas contradições que se repetiram ao longo da empresa desbravadora. Tanto os espanhóis quanto os outros europeus não haviam experimentado, além do contato com a tradicionalíssima cultura do Oriente, um conflito de tamanha proporção como o que se operou na Amazônia.

Dessa forma, a construção do indígena como um povo degradado atendeu, primeiramente, aos ditames religiosos. Segundo Silva (2012), entre os prós e os contras da ação religiosa na Amazônia, há sempre uma referência à Igreja como a agência cultural predominante do processo de colonização. Conforme observa, na Amazônia, em especial, o clero foi o primeiro difusor do pensamento europeu sobre as terras e as gentes. Ao seu modo, classificou o espaço físico, os habitantes, as relações existentes entre o maravilhoso e o bárbaro. Para a autora, o que lhes era estranho e diferente foi formalizado segundo as suas próprias referências.

Souza (2019) relata que a despeito da Revolução Científica ocorrida na Europa³⁵ – e seus desdobramentos sobre a forma de se pensar o mundo que se desenvolveu a partir desse momento –, os primeiros anos de colonização da Amazônia e a subjugação dos índios, teve um caráter estritamente religioso. Conforme argumenta, os missionários e demais religiosos que chegaram à Amazônia, não incorporavam as teses Iluministas surgidas no início do século XVI, primeiro com Bacon e depois com Descartes. Esse seria, aliás, um contrassenso muito grande, pois as ideias da Revolução Científica e o pensamento Iluminista surgiram exatamente para se contrapor à hegemonia do cristianismo e do pensamento religioso Aristotélico, predominante na Europa pelo menos desde o século IV (SOUZA, 2019).

Souza (2019) reconhece, contudo, que a divisão do mundo entre pares de oposição é uma característica do pensamento científico. Especialmente no que diz respeito à separação entre sociedade e natureza ou, nos termos Cartesianos, entre mente e corpo (alma), trata-se de uma operação conceitual elaborada no alvorecer do Iluminismo. Por

³⁵ Costuma-se localizar a Revolução Científica no século XV, correlacionando-a ao surgimento do período Renascentista. Contudo, é a partir do século XVII e dos primeiros “teóricos” Iluministas, que buscaram justamente revolucionar os métodos científicos, que normalmente se identifica esse período.

um lado, por meio do método científico e da busca pela verdade através do conhecimento, ela – essa operação conceitual – atribuiu àqueles “homens” capazes de tal procedimento, o artifício da razão. Em contrapartida, àqueles cujo pensamento permanecia num estado bruto, onde a busca pela verdade e pelo conhecimento não se davam por meio da racionalidade implícita no método científico, esses se encontravam num estado puro de natureza, descolados do processo e do contexto sócio-histórico.

A despeito do conteúdo naturalizante contido nos ideais Iluministas, não foram eles, a princípio, que balizaram as ações dos religiosos³⁶. Muito embora, como aponta Pinto (2005), também estivesse no cerne da ideologia missionária na Amazônia, um tipo de operação discursiva que buscava rebaixar o indígena a um estatuto sempre inferiorizado quando comparado ao caráter emancipador difundido pelos missionários. Porém, essa naturalização era justificada a partir dos pressupostos do cristianismo, e encontrava respaldo, curiosamente, também em pares de oposição próprios da Igreja Católica, como céu e inferno, Deus e Diabo, trevas e paraíso, bem e mal e assim por diante.

Para Souza (1987), a subalternização praticada pela Igreja sobre os indígenas da Amazônia, redundava da frustração em relação ao imaginário que se construiu sobre o Novo Mundo. Na obra *O diabo e a terra de Santa Cruz*, a autora explica que na Europa Católica e Medieval, quando se pensava sobre novos mundos, novas terras e lugares, predominavam as narrativas fantasiosas, maravilhadas, impregnadas de encanto, magia e romantismo. Desde a perspectiva religiosa, o Novo Mundo era visto como uma extensão ou a própria reprodução do Jardim do Éden, de natureza idílica, exuberante, com plantas e animais exóticos, um “Paraíso Terrestre” abundante em riquezas. O Novo Mundo edenizado seria o lugar da redenção do povo cristão, em contraposição ao estado infernal de miséria e pobreza vivido na Terra.

Ainda segundo Souza (1987), o destino possível não foi exatamente aquele idealizado pelos cristãos europeus. Se, num primeiro momento, as novas paisagens e as gentes diferentes causaram espanto, surpresa e um certo encantamento, não demorou para que o deslumbramento se transformasse em decepção. A hostilidade da selva e os modos e costumes dos nativos, pouco afeitos à etiqueta experimentada na Europa, rapidamente mudaram a percepção dos colonizadores, especialmente os religiosos, sobre o paraíso. Se

³⁶ Tal empreendimento seria um tanto quanto improvável e contraditório caso viesse a acontecer. As teses Cartesianas e Baconianas datam do final de 1500 e meados de 1600. Os cronistas e religiosos estavam na Amazônia desde 1500.

na Europa era possível que céu e inferno, bem e mal se harmonizassem numa atitude possível de superação das dificuldades, no Novo Mundo, no entanto, tais pares configuraram agudas polarizações entre o paraíso esperado e o inferno vivido (SANTOS, 2017).

Por isso, para compensar a desilusão com a natureza e a necessidade de contar com os nativos, o pensamento do viajante estrangeiro transfere para esses sua decepção, e procura diferenciá-los do europeu pela atribuição de traços que lhes anulassem a humanidade (SANTOS, 2017). Esses traços se ancoraram, predominantemente, nas discussões sobre a alma primitiva e selvagem do indígena, uma vez que, para o direito canônico, tais criaturas não representavam aqueles seres maravilhosos que seriam encontrados quando da descoberta do Paraíso. Por não pertencerem ao mundo dos humanos, coube aos indígenas um lugar mais próximo ao dos seres decaídos, afastados da Comunhão dos Santos, da luz divina e pactuados com o diabo. O inferno verde – ou paraíso perdido – passou a ser morada de povos bárbaros, do homem natural, sem história e destituído de civilidade (GOODLAND; IRWIN, 1975).

O Iluminismo chegou na Amazônia somente no século XVIII, mais qualificado e, por isso mesmo, mais carregado de certezas e pré-conceitos. O sujeito que chega na Amazônia nesse período, já entronizou a razão Cartesiana em seu modo de ser e tem bem estabelecido em sua rotina, a prática, o método e os pressupostos da Revolução Científica. Passada a fase das crônicas e com as ideias sobre o Novo Mundo bastante difundidas entre o mundo concreto europeu – não mais imaginário e idealizado – os naturalistas chegam à Amazônia não mais para descobrir, mas para conhecer e, a partir do conhecimento, se instrumentalizar. Passados dois séculos desde o período de posse e conquista, o europeu sabe muito bem que natureza, agora, é objeto.

Não é por acaso que é conferido a esses sujeitos a alcunha de naturalistas. De maneira geral, os cientistas que vieram para a Amazônia eram homens, e frequentavam os mais importantes círculos filosóficos da Europa setecentista, além de carregarem consigo uma herança e iniciação no mundo científico. Esses homens, discípulos do período Renascentista e ferrenhos defensores do método científico, opunham-se fortemente à tradição religiosa, e se apoiavam nas teses Cartesianas e Baconianas do uso da razão. De modo que ao defenderem o pensamento e o uso da inteligência como forma de se obter conhecimento, esses homens se colocavam, a partir da visão Iluminista, fora do mundo natural (COLLINGWOOD, 1945).

Todo o arcabouço da Revolução Científica e que desaguou no Iluminismo, repousa no esforço em separar a sociedade da natureza – ou o sujeito do objeto. Segundo Skirry (2010), essa operação surge com a filosofia de Descartes, que buscou se contrapor à filosofia grega alicerçada no pensamento Aristotélico. Ambas as correntes viam no mundo natural observado, expressões de vida que remetiam a algum estágio de inteligência. Porém, enquanto os gregos não faziam distinção entre um mundo interno e externo e entendiam tudo como sendo manifestação da natureza, Descartes entendia que a possibilidade de se compreender a natureza se encontrava fora dela, conferindo à inteligência um atributo externo ao mundo natural (CAMPREGHER, 2020).

A razão, inteligência e força necessárias para se compreender o mundo natural, não eram constitutivas do sujeito *a priori*. Para tanto, Descartes desenvolve premissas apoiadas na investigação científica que devem seguir com rigor a elaboração de um método, como um caminho para se chegar ao conhecimento. O método cartesiano ofereceria ao sujeito dotado de razão, os instrumentos e as ferramentas para se compreender o mundo natural por meio do pensamento. Uma vez estando fora da natureza, caberia ao sujeito ordená-la e controlá-la, tendo em vista seu estado caótico. A prática científica proposta por Descartes, incorpora – e ajuda a difundir – a ideia de que a natureza pode ser controlada e revista por meio da Ciência (SKIRRY, 2010).

De acordo com Renan Freitas Pinto, a presença dos naturalistas na Amazônia inaugura a era de sua representação como um sistema natural. Em sua obra *A viagem das ideias*, Pinto (2006) aponta os aspectos conflitantes da presença do europeu letrado em meio à natureza hostil e aos povos não-civilizados. Para o autor, embora os naturalistas pertencessem aos círculos intelectuais da época, ainda sim suas ideias e formas de pensar o mundo conhecido e desconhecido, eram extremamente limitadas, por conta de terem sido apreendidas e acumuladas num tempo e espaço específicos. Quando essas ideias viajam e se deparam com o novo, predomina o espírito do colonizador – especialmente em se tratando de cientistas – de nomear e classificar o Novo Mundo.

Queremos sugerir que as ideias, ao percorrerem espaços próximos e distantes, conectando homens e épocas, possuem, em determinadas situações especiais, em certos momentos singulares, a capacidade de se imporem como o sistema de pensamento predominante, a partir do qual se passa a sentir, a agir e a perceber o mundo das coisas e dos homens. (...) nessa perspectiva, queremos sugerir que o processo de formação do pensamento que construiu a Amazônia como um espaço natural e cultural vem, ao longo dos últimos cinco séculos, produzindo e continuamente reinventando, a partir de um conjunto relativamente limitado de ideias, as percepções que se tornaram as mais

persistentes, dentro certamente do quadro mais amplo e diversificado da geografia do Novo Mundo (PINTO, 2006).

Ainda segundo Pinto, após anos de relatos sobre a Amazônia terem sido interpretados na Europa, coube aos primeiros cientistas a tarefa de mapear a região. Dessa forma, os primeiros trabalhos realizados com certo rigor metodológico, tinham como matriz do pensamento, o campo científico da geografia. Por meio da observação direta e da descrição dos aspectos topográficos da Amazônia, foi possível a elaboração dos primeiros mapas cartográficos do vale amazônico, os quais buscavam realçar a grandeza e os cursos dos grandes rios, bem como características do relevo. Como os trabalhos eram quase todos eles realizados dentro das embarcações, é atribuído a esse período a falsa ideia que permanece ainda hoje, que descreve a Amazônia como uma planície.

Paralelo à ciência geográfica “pura”, surge o que Freitas Pinto (2005) chama de a “geografia do exótico”. Para o autor, é nesse momento que a Amazônia e seus povos são construídos a partir da perspectiva do exotismo, que se tornou um ponto de vista bastante recorrente alguns séculos depois e consolidado entre diferentes setores da sociedade. Conforme demonstra, aos olhos do colonizador europeu, a Amazônia representava a exata antítese daquilo que começava a se constituir como matriz do pensamento ocidental. O surgimento da sociedade organizada em torno de um Estado, o reconhecimento da desigualdade entre os homens e os diferentes níveis de desenvolvimento em que se encontravam os povos, eram as pré-noções que embasavam a construção do mundo moderno em contraste com a Amazônia. De modo que, ao se incumbirem da tarefa de mapear e descrever o Novo Mundo, os naturalistas – cujo repertório ideológico era limitado, porém, profícuo – recorrem ao exótico e ao exotismo para descreverem esse lugar.

Ao tratarem de povos e paisagens diferentes e distantes, o pensamento e a imaginação da Antiguidade e da Idade Média, não deixaram de reconhecer e de elaborar a noção de exótico e de algumas outras a ela correspondentes em alguma medida e sentido. Entretanto, a geografia do exótico se fixou de uma maneira incisiva com o processo de ocidentalização do mundo, com a demarcação e acentuação da fronteira Ocidente-Oriente que ocorreu nos últimos quatro séculos, mas que se concentrou no século XX (PINTO, 2005).

Embora, como aponta Souza (2019), os cientistas constituíssem um grupo de viajantes mais sábios e com exímia capacidade de observação, eles desembarcaram nos trópicos carregando na bagagem, uma formação cultural forjada no imaginário que o

Ocidente idealizou sobre a Amazônia. Isto é, como as únicas fontes “confiáveis” sobre a Amazônia eram os relatos produzidos pelos cronistas – quase todos eles hiperbólicos – era comum que se entrecruzassem nas suas observações, a perspectiva científica do método Cartesiano com noções carregadas de fantasia e perplexidade. Porém, como pertenciam aos círculos ilustrados da Europa Ocidental e carregassem consigo os símbolos que imediatamente os identificavam com o “século da Luzes”, seus estudos eram validados e suas narrativas assumiam o estatuto de verdade.

Com a onda de cientistas viajantes, começa a ser fabricado o renitente mito de que a Amazônia é um vazio demográfico, uma natureza hostil aos homens civilizados, habitada por nativos extremamente primitivos, sem vida política ou cultural. É a Amazônia terra sem história que tem permitido toda sorte de intromissão e arbitrariedade. Para a maioria daqueles cientistas, nem Portugal nem Espanha eram reconhecidas como potências dignas de confiança, o que os impedia de perceber a existência de uma vida correndo com total intensidade, com rotinas, tradições, política e cultura próprias (SOUZA, 2019)³⁷.

Uma série de paradigmas sobre a Amazônia começa a se construir nesse instante sob o jugo e as certezas da verdade científica. Um deles é o que ficou amplamente conhecido como o mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 2008a) que, apesar de difundido a partir do final do século XX, tem suas raízes no período colonial. A ideia por trás desse mito, é a de que a natureza – principalmente as densas áreas de floresta e outros importantes biomas – teria se formado e se constituído independente da ação e interferência humanas³⁸. Seu estabelecimento enquanto importantes ecossistemas na Terra, seria fruto de um processo vinculado única e exclusivamente a um mecanismo de ordem natural e biológica, sem qualquer tipo de relação com fatores antropogênicos³⁹.

Para Pinto (2006), o exemplo acima se refere a um outro importante aspecto da presença de cientistas na Amazônia. Conforme argumenta, a Antropologia ou algo que se

³⁷ Em seu trabalho de pesquisa e levantamento histórico, Souza (2019) relata a presença de mais de uma centena de cientistas e viajantes que passaram pela Amazônia durante o século XVIII, com fins de exploração científica. Dentre eles, os mais conhecidos foram Carl Friederich Philip von Martius, Johan Baptist von Spix, Alfred Russel Wallace, Alexander von Humboldt, Charles Marie de La Condamine, Louiz e Elisabeth Agassiz, entre outros.

³⁸ Esse mito, o da natureza intocada, é o que mobiliza o arcabouço teórico das correntes preservacionistas e conservacionistas, e tem subsidiado amplamente a defesa da criação de áreas protegidas como forma de manter as áreas naturais intocadas.

³⁹ O próprio Diegues, em outro trabalho intitulado “*Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*”, nega e demonstra como é falso esse conceito a partir de estudos do campo da história natural, que abordam o tema a partir da coevolução entre sociedades nativas e domesticação de espécies florestais.

assemelhasse ao estudo de povos e civilizações diferentes da europeia, não existia enquanto campo do saber organizado, uma vez que sob forte influência da filosofia Iluminista. O que havia, conforme vem sendo demonstrado, eram pré-noções que, em última instância, serviam como categorias classificatórias baseadas em pares dicotômicos, que tinham como objetivo final reforçar a superioridade da cultura euro-ocidental. No limite, o que prevaleceu foi certo desprezo e desinteresse do colonizador europeu – inclusive, cientistas – pelos povos nativos da Amazônia.

Em contrapartida, predominou o interesse imediato desses cientistas sobre as características biológicas do lugar, notadamente sobre aspectos da fauna e da flora. As grandes extensões de mata, ao mesmo tempo em que reforçavam o imaginário exuberante e suntuoso da floresta intocada, contribuía para apagar a presença do indígena como pertencente a esse ambiente. Uma vez excluídos do seu habitat original, o que sobrou foi uma floresta densa, homogênea e despovoada, cujos elementos naturais eram suficientes para contar a história do lugar. A natureza, como representação principal da Amazônia, passa ser organizada a partir desse momento, especialmente em torno do elemento floresta (BUENO, 2008).

A “super ênfase” nos aspectos naturais/ambientais da Amazônia, acarretou consequências de ordem socioecológicas no médio e longo prazos (WALLMAN; WELLS; RIVERA-COLAZZO, 2018). Conforme apontam esses autores, um dos legados ambientais do colonialismo, foi o apagamento e a marginalização das populações humanas que habitaram grandes áreas florestadas nos países colonizados. Para esses autores, uma vez que a Amazônia passa a ser instituída como um objeto da ciência, passível de observação e submetida à rigidez e ao controle do método, decorre daí uma super ênfase aos seus aspectos naturais, em detrimento dos sociais, antropológicos e culturais. Os cientistas, ao enfatizarem seus estudos sobre a biologia, zoologia, ecologia e geografia da Amazônia, apagaram dos seus manuais a relação histórica que permeia a ocupação dos povos nativos nas regiões tropicais.

Em grande medida, a alienação dos povos nativos de suas terras, está relacionada à emergência de uma consciência altruística em relação à natureza. Esta, ao longo do período de colonização, foi submetida a formas de controle mais rígidas, subsidiadas pelo crescente número de pesquisas e visando atender os interesses econômicos da Metrópole. Conforme aponta Denevan (1992), os conhecimentos gerados pela botânica, zoologia e ecologia nas colônias, passaram a se preocupar cada vez mais com as dimensões estéticas

da paisagem, e foram se legitimando por conta da autoridade científica implícita a essas áreas do conhecimento. A manutenção da beleza estética observada nas florestas, tornou-se item de primeira importância nas colônias, principalmente para satisfação e o deleite das elites europeias.

O trabalho de Redman (1999) demonstra como que à medida que se avançavam as pesquisas sobre a natureza, desenvolviam-se, ao mesmo tempo, estratégias de controle, intervenção e apropriação das condições naturais. Em determinado momento, ao longo do século XVIII, essas pesquisas passaram a subsidiar intelectualmente, interesses puramente econômicos por parte da Metrópole. O conhecimento cada vez mais aprofundado sobre a dinâmica da natureza e a importância – estética, econômica, política, ecológica – atribuída às florestas, passou a entrar no cálculo econômico do colonizador. Os governos coloniais e a política de colonização, entenderam que manter os atributos físicos da natureza resguardados, poderia garantir o fornecimento de recursos naturais dos quais dependiam os Impérios europeus.

Essa mudança de atitude também trouxe consequências de ordem socioecológicas como legado ambiental da colonização (WELLS, 2015). Isso porque a necessidade de preservação e conservação dos recursos para manutenção do fornecimento das riquezas, começou a entrar em conflito com as formas de apropriação social dos recursos expressa pelos povos nativos. Conforme explica este autor, data desse período a elaboração de um recurso discursivo que passou a responsabilizar os povos nativos pelo não cuidado com a natureza, de forma a justificar a implementação de mecanismos de controle, com vistas a garantir, economicamente, a oferta de recursos.

Essa separação deliberada entre povos nativos e natureza, redundou num processo de desagregação social (WALLMAN; WELLS; RIVERA-COLAZZO, 2018), construído ao longo do tempo e experimentado contemporaneamente. A exclusão dos povos nativos dos processos decisórios e da vida política que se desenrolava durante os diferentes ciclos de desenvolvimento da Amazônia, deram-se por conta da negação de suas características sociais e culturais. A gama de adjetivos atribuídos a esses povos durante o período colonial – primitivos, selvagens, bárbaros – ajudou a construir o imaginário da região como um lugar atrasado e subdesenvolvido. Para Pinto (2005), o atraso da Amazônia é produto de fatores históricos e culturais bem definidos, típicos do caráter subordinado e periférico a que foram submetidas pelo Ocidente, inúmeras colônias mundo afora.

É a floresta, pois, e o atraso de seus povos, o principal ativo das políticas ambientais na Amazônia. Sob a perspectiva do colonialismo ambiental, o tema floresta foi capitulado pelos europeus, e passou a mobilizar os esforços mundiais em torno de sua preservação. O desmatamento, isto é, a falta do senso estético proporcionado pelas florestas e a possibilidade de perdas consideráveis de recursos que continuam a ser fonte de riqueza, especialmente para os países do centro do capitalismo, assumiu papel fundamental nas controvérsias sobre o aquecimento global. Com efeito, trata-se de um deslocamento das reais causas do aquecimento, que supervaloriza o desmatamento e negligencia a atividade industrial na alta modernidade. Uma forma de manipulação do clima por meio da política (RAJAN, 2017).

Segundo Redclift e Sage (1998), o aquecimento global não é o principal problema ambiental dos países do Sul, embora haja uma agenda das mudanças do clima destinada a esses países. Historicamente, os problemas relacionados à saúde, habitação, segurança alimentar e redução da pobreza, sempre estiveram entre as principais mazelas dos países da periferia do capitalismo. Além disso, quando se leva em conta o fluxo de energia e materiais, o consumo, o estilo de vida, bem como a transferência de riqueza em forma de matéria-prima, são infinitamente desproporcionais a quantidade e o ritmo dessas transações do Sul para o Norte. Percebe-se, dessa forma, que a construção da problemática ambiental em torno das mudanças climáticas como um problema de ordem global, apresenta raízes ideológicas muito consistentes.

Nesse sentido, a emergência do aquecimento global, colocou em evidência e reforçou o caráter ambientalizado⁴⁰ da Amazônia (LEITE-LOPES, 2014). Para Machado e Santos (2021), a Amazônia está envolvida, desde sempre, à uma “máquina de formações discursivas”, sobretudo do campo pertencente ao naturalismo e, mais recentemente, às ciências da natureza, as quais têm pautado a construção da região historicamente. Esse movimento, destacam os autores, reforça o estereótipo e o imaginário edênico sobre a Amazônia que, para além de um lugar idealizado pelo senso comum, vem se tornando um instrumento cada vez mais importante de intervenção das políticas de proteção ambiental do Estado brasileiro com o aval do movimento ambientalista.

⁴⁰ Segundo Leite Lopes (2014), ambientalização corresponde a um processo histórico por meio do qual grupos sociais internalizam um discurso ambiental para justificar práticas institucionais, jurídicas e científicas de um determinado lugar, contexto ou momento histórico.

2.3. O campesinato histórico da Amazônia

Desde o início deste trabalho, tenho tentado demonstrar de que forma os fenômenos históricos observados no contexto amazônico, estão relacionados com características de ordem macro, ligando a região aos processos que se desenvolviam em escala mundial. Nesse sentido, o tópico que desenvolvo nesse momento, igualmente buscará nas correlações estabelecidas no quadro da colonização – portanto, permeado de trocas, disputas políticas e interesses econômicos entre nações – uma maneira de se compreender a formação de um campesinato amazônico, forjado ao longo do período colonial. Faz parte dessa compreensão, trazer à tona justamente os elementos que, ao longo do tempo, invisibilizaram a constituição desse campesinato, dando mesmo a atender que na Amazônia não se engendrou internamente a formação de um movimento camponês.

Um ponto de partida importante, surge da (ir) relevância dada ao espaço amazônico no escopo do período colonial. Conforme já foi dito, depois de se estabelecerem de forma preponderante no litoral brasileiro, os portugueses chegaram à Amazônia somente em 1616, quase um século depois de iniciada a colonização. Essa data marca a fundação do Forte do Presépio e da Vila de Santa Maria – atual cidade de Belém – e representa as primeiras iniciativas de ordem política e militar da Coroa na chamada Amazônia portuguesa⁴¹. A remota localização, as dificuldades logísticas de ocupação e o completo desconhecimento do lugar por parte dos colonos, fizeram com que o Rei de Portugal criasse, em 1621, o estado do Maranhão e Grão-Pará, separando administrativamente a região correspondente à Amazônia portuguesa do Governo Geral do Brasil⁴².

Essa atitude precipitada (CARDOSO, 1984), definiu os rumos do desenvolvimento da Amazônia e do restante do Brasil. Uma vez separada política e administrativamente das ordens e do regimento estabelecido nas capitânicas, a política de colonização criava, sem que fosse perceptível naquele momento, um imbróglio para Lisboa. O aporte de capital estrangeiro que circulava no território brasileiro, oriundo do tráfico de escravos e do esquema das *plantations* de cana-de-açúcar – principais atividades econômicas a movimentar a colônia – não se estendeu para a Amazônia. Isso implicou que o desenvolvimento daquela região remota da colônia, teria que caminhar de forma

⁴¹ Cabe lembrar que, nesse período, a área correspondente ao território brasileiro, ainda estava sob o regime do tratado de Tordesilhas. Esse instrumento legal dividiu a região da Amazônia em duas partes, sendo que a maior e mais a oeste, pertenceu à Coroa espanhola até 1750.

⁴² O estado do Maranhão e Grão-Pará, passou a responder diretamente à Coroa portuguesa a partir de então, tendo autonomia política e administrativa em relação ao restante do Estado do Brasil.

independente ao projeto colonial, o que significaria elaborar estratégias que levassem em conta as características endógenas da Amazônia como forma de alavancar seu crescimento.

Para Costa (2012), esse representa um dos pontos mais importantes no percurso de desenvolvimento da Amazônia. Conforme relata este autor, as *plantations* de cana-de-açúcar traduziam o máximo da *expertise* acumulada pelos portugueses durante o processo de colonização em Ilhas do Atlântico, na África e na Ásia. Foi em função do estabelecimento das grandes plantações e do desenvolvimento do comércio de açúcar, que a Coroa portuguesa conseguiu manter seu projeto colonial, bem como essa foi, ao longo desse período, a única fonte de riqueza obtida pela Metrópole. Quando se excluiu a Amazônia do principal projeto econômico elaborado durante o expansionismo lusitano – por conta de suas características naturais intrínsecas –, a Coroa portuguesa assumiu as vicissitudes inerentes a essa escolha.

Duas contradições logo se colocaram para os colonos que passaram a ocupar a Amazônia portuguesa. A primeira dizia respeito justamente ao tipo de atividade econômica que se implementaria na região, visto que dadas as condições naturais extremamente adversas para o estabelecimento de monoculturas de grandes extensões (TOCANTINS, 1960), seria preciso uma alternativa econômica que fosse equivalente em importância à cana-de-açúcar. Uma vez definida a atividade que viria substituir as *plantations*, caberia ao governo do Maranhão e Grão-Pará, solucionar, então, o problema da mão-de-obra, já que não seria utilizado o trabalho de negros africanos como força de trabalho escrava e meio de produção, tal qual ocorria no litoral.

Para Cardoso (1988), a condição da Amazônia no contexto colonial, não se tratou tanto de uma escolha, senão a única alternativa possível para aquele reduto da Metrópole. Conforme argumenta, a especificidade das condições naturais encontradas pelos portugueses na Amazônia, extrapolou todo e qualquer conhecimento que se tinha sobre as técnicas agrônomicas até então utilizadas em outras colônias portuguesas. Com efeito, as poucas tentativas de replicar em território amazônico o modelo amplamente reproduzido em outras localidades com atributos físicos completamente diferentes, logo mostrou a baixa produtividade característica dos solos da Amazônia. De modo que a adesão ao extrativismo não constituiu uma escolha propriamente dita, mas, sim, a única opção viável para o desenvolvimento de uma economia mercantil.

De acordo com Costa (2000), a dificuldade da agricultura não inviabilizou a colônia do Maranhão e Grão-Pará, porque o específico do ecossistema amazônico mostrou sua outra face, a condição de produzir, nos seus processos originais, bens capazes de se tornarem mercadorias para o mercado mundial.

A natureza originária da região, em sua singularidade e estranheza, ao tempo que limitou as possibilidades de obtenção de mercadorias agrícolas capazes de garantir lucro mercantil, regalou o colonizador com produtos “prontos”, carecendo apenas de serem recolhidos. Muitos desses produtos, logo se constatou, seriam equivalentes ou substitutos de especiarias para as quais já havia mercado consolidado na Europa, cujas rotas de comércio procedentes do oriente encontravam-se vedadas a Portugal (COSTA, 2000).

A despeito da alternativa promissora do modelo extrativista que se vislumbrava na Amazônia, Costa (2000) levanta alguns questionamentos. A passagem de um projeto agrícola – de um ideal de civilização de base agrícola – para uma prática sistemática e dominante do extrativismo de coleta, suscitou, segundo este autor, duas ordens de problemas:

Primeiramente, problemas decorrentes da redefinição do papel da agricultura, da condição de base de exportação para a de supridora de necessidades internas à colônia. Decorrem daí fortes restrições estruturais para a obtenção de meios de produção no mercado mundial, em particular do escravo negro (mercadoria cara, cuja obtenção requeria, necessariamente, meios de pagamento internacionais). Em seguida, problemas decorrentes da redefinição do trabalho índio no contexto de uma economia baseada no extrativismo de coleta (COSTA, 2000).

Nesse ponto, cumpre mais uma vez destacar o aspecto religioso e o papel da Igreja como importantes dimensões do projeto econômico-extrativista na Amazônia. Já mencionei em outro momento, a característica ideológica presente na proposta de expansionismo da Fé católica, que encontrou guarida no planejamento político-econômico dos Estados absolutistas, em resposta à Reforma Protestante. Desde então, torna-se impossível dissociar a política de colonização desenhada para a Amazônia, sem levar em conta o pano de fundo teológico da empreitada europeia nessa parte da colônia. Como pretendo mostrar a seguir, a Igreja, ou melhor, uma espécie de racionalidade cristã, também esteve presente em mais um importante capítulo do desenvolvimento da região, garantindo a implementação da principal atividade econômica daquele período.

Cabe lembrar que a presença dos missionários na Amazônia portuguesa se deu a partir das Ordens religiosas. É importante ressaltar esse aspecto, pois, apesar dessas Ordens pertencerem ao mesmo projeto da Igreja – a Companhia de Jesus – e estarem submetidas a mesma hierarquia clerical, havia diferenças significativas em termos de atuação entre cada uma delas. Essa diferença no modo de atuação era motivada pelas diferentes visões e perspectivas empreendidas por cada uma dessas Ordens em relação ao processo de catequização e à maneira como cada uma se relacionava politicamente com a Coroa. De modo que a presença das diferentes Ordens no território amazônico, também foi motivo de disputas entre missionários por vantagens políticas, econômicas e geográficas durante a ocupação da Amazônia⁴³.

Pode-se dizer que a questão do trabalho e da mão-de-obra necessária a consecução do projeto econômico de base extrativa foi, em grande medida, resolvida pelas Ordens Missionárias. Uma vez entendido que o modelo agrícola utilizado em outras colônias seria de baixa produtividade na Amazônia, concluiu-se, também, que a força de trabalho não poderia ser a do negro africano, pois o alto custo da produção e a rentabilidade diminuta, seriam insuficientes para manter o mercado que movimentava o tráfico desses povos. Imediatamente, colocou-se a força de trabalho indígena como uma alternativa mais barata que a africana, mesmo que a condição indígena tenha sempre sido vista como inferior, daí representada como segunda opção pela Coroa (GUZMÁN, 2006a).

A política de escravização dos povos indígenas foi empreendida, principalmente, pelas práticas e ações dos missionários. Ela ocorreu por meio da instauração de instrumentos jurídicos, implementados durante o processo de escravização, mas contou, também – e fundamentalmente – com o aparato ideológico da Igreja, colocado em curso por meio da catequização. Conforme aponta Costa (1995), o fervor missionário das Ordens religiosas, “apresentava uma pedagogia deculturadora, uma metodologia de transformação sem dor dos inocentes – pois ainda não tocados pela verdade –, em pagãos ofensivamente livres, em homens disciplinados para o louvor a Deus e para os trabalhos da terra, das águas e dos matos”.

A cristianização dos indígenas assumiu um caráter equivalente ao do processo de colonização em si. De maneira geral, o discurso contido nos dois empreendimentos – o

⁴³ Segundo Leonardi (2013), as Ordens religiosas se distribuíram da seguinte forma no território amazônico: Jesuítas (Baixo Amazonas); Franciscanos (Alto Amazonas); Mercedários (Rio Urubu); Carmelitas (Rio Negro/Solimões).

religioso e o político –, trazia em seu bojo a premissa da salvação, seja no seu componente natural ou humano. Em relação à natureza, estava integrada ao projeto colonizador, a ideia de uma natureza bruta, vista como espaço vazio, ocupada pelo mal, lugar da desordem, não tocado por Deus, domínio do diabo, passível, portanto, de transformação. De igual modo, as gentes que ocupavam essas paisagens, carregavam consigo toda crueza, barbárie e selvageria correspondentes a esse lugar, sendo que somente o projeto civilizador trazido junto com a verdade de Deus, poderia convertê-los – por meio do trabalho e da disciplina – em seres com alma tocados pelo domínio divino.

A consideração das Nações indígenas como primitivas ou bárbaras, já punha, nas relações dos religiosos com os índios, um parâmetro de desigualdade. A condição de ascensão do índio ao estatuto de católico, passava por condições espirituais – como o batismo –, e por condições materiais – trabalho e relações de trabalho aproximadas da exploração colonial. Todos os grupos de religiosos organizadores de missões, povoados, núcleos, realizaram essas duas condições (SILVA, 2012).

Ocorre que a natureza indígena era ela própria um empecilho ao projeto de escravização. O modo de vida dos indígenas e a maneira como se organizavam nas tarefas de coleta e utilização dos produtos da floresta, não impunha barreiras, limites ou fronteiras geográficas, bem como sua realização correspondia a determinantes internos à sua experiência social. Além disso, o propósito implícito nas tarefas de coleta de produtos florestais com algum interesse para esses povos, atendia a uma expectativa que estava relacionada à sua reprodução, sobrevivência e manutenção em determinado lugar, e não com vistas a obtenção de produtos para atender ao capital mercantil. Dessa maneira, a conversão dos indígenas em força de trabalho escravizada, ocorreria por meio da força e da violência generalizadas (CARDOSO, 1984).

Para tanto, os missionários lançaram mão de uma estratégia fundamental para “convencer” o índio a trabalhar de forma compulsória. O pressuposto contido nessas estratégias partia do princípio de que era preciso enclausurar os índios em determinado espaço, de forma a reduzir a amplitude das áreas utilizadas por eles espontaneamente (LEONARDI, 2013). Havia o entendimento de que encurralar os índios em pequenas cercanias, favoreceria e seria a única maneira de imprimir sobre sua rotina, uma racionalidade de trabalho próxima aquela desejada pelos missionários. A criação de aldeias – ou o processo de aldeamento – foi a “metodologia escravista” empregada pelos

missionários para terem acesso às drogas do sertão⁴⁴, os principais produtos mercantis daquele período.

A ideia de aldeia como reunião dos índios em um só local foi resultado das reformas dos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. Em 1556, estes padres determinaram que três grupos de índios Tupis fixados cerca de 70 quilômetros da costa de São Paulo atual fossem transferidos e concentrados num só local: Piratininga. Esta prática, mencionada e justificada pelo Padre Manoel da Nóbrega em cartas conhecidas como Diálogo sobre a Conversão do Gentio (1556-1557) e Plano Civilizador (1558), se multiplicaria e se repetiria por todo o litoral brasileiro até chegar à Amazônia (GUZMÁN, 2008).

Conforme aponta Santos (2019), a história da Amazônia é comumente contada a partir da identificação de ciclos (econômicos)⁴⁵. No caso em questão, o período extrativista, em que predominou a coleta e extração das drogas do sertão – e que sustentou economicamente a política de colonização – pode ser compreendido entre os anos de 1650 e 1750, um século, portanto. Nesse período, predominou a ação dos missionários e a política de aldeamentos que, conforme ressalta Santos (2019), foi a estratégia mais eficaz e que garantiu por um bom tempo o dinamismo político e econômico na Amazônia. O aldeamento indígena beneficiou tanto colonos leigos quanto as Ordens missionárias empenhadas no desenvolvimento econômico da região, ao mesmo tempo em que expôs as fragilidades do governo da colônia frente o protagonismo da Igreja.

O sucesso dos aldeamentos e missões em congregar cada vez mais gente, é a outra face da violência dos colonos escravistas. E, na salvaguarda da ordem colonial como um todo, os indígenas aldeados representavam a fonte de trabalho eficaz, no contexto dado, para o conjunto das atividades da Igreja, do Estado e dos colonos. Tal modo de produção fundou, de fato, a economia colonial amazônica, que se reproduz por gerações, aguçando, contudo, no desenvolvimento, suas profundas contradições (SANTOS, 2019).

A política de escravização implementada nessa época, distinguia duas categorias de índios. De um lado, sociedades indígenas que colaboravam com os portugueses, sendo reconhecidas como vassalos do Rei de Portugal; de outro, aquelas consideradas arredias e que resistiam ao contato e integração à sociedade colonial. Conforme demonstra

⁴⁴ Segundo Guzmán (2006), drogas do sertão foi uma designação genérica atribuída pelos colonizadores aos produtos florestais comercializados durante o período da colonização da Amazônia. Mais de cinquenta produtos são reconhecidos como drogas do sertão, entre eles estão o guaraná, o anil, a salsa, o urucum, a noz de pixurim, pau-cravo, salsaparrilha, gergelim, cacau, baunilha, castanha, cochonilha, pimenta de cheiro, óleo de copaíba, óleo de cumaru, óleo de andiroba, óleo de tartaruga, entre outros.

⁴⁵ Grosso modo, Santos (2019) identifica três ciclos econômicos principais. O extrativista (1650-1750), o agrícola (1750-1840) e o da borracha (1840-1912).

Perrone-Moisés (1993), essa distinção era expressa por um critério de classificação semântico. Primeiro, o gentio ou bárbaro, era o inimigo. Depois, o índio amigo, o tapuio, aquele em que o projeto colonial parece realizado: “aldeado, convertido e aliado, é aquele que é chamado a lutar contra o gentio, a realizar trabalhos para a Coroa, aquele que é repartido entre os moradores, reclamado de volta pelos missionários”.

Fosse para os gentios ou para os tapuios, uma série de instrumentos jurídicos foi criada para garantir o exercício da escravização. Conforme aponta Costa (2019), dois institutos normativos estabeleceram os marcos dessa matéria, no conjunto resguardando sua lógica fundadora: o Regimento das Missões, de 1686, e o Alvará, de 1688⁴⁶. Segundo o autor:

O primeiro instituto, formulado com base nas doutrinas de Antônio Vieira e na experiência missionária acumulada ao longo do século XVII no contexto da disputa com os colonos, assentou as regras para a administração dos índios. A par de assegurar a liberdade dos aldeamentos aos indígenas e de garantir a gestão desses estabelecimentos – com o poder temporal e espiritual que continham – pelas ordens religiosas, o Regimento das Missões concedia aos demais agentes da colônia o acesso a força de trabalho aldeada, tal que 1/3 das disponibilidades fosse concedido aos colonos com licença promulgada pela administração colonial, 1/3 para as necessidades da Coroa e da administração colonial e 1/3 para uso dos próprios aldeamentos e missões religiosas (COSTA, 2019).

O Alvará mencionado regulamenta exceções ao quadro geral do Regimento, quando autoriza a escravidão de índios prisioneiros de guerra, condenados por canibalismo ou rebelados por questões religiosas e políticas (COSTA, 2019).

Concorreram com esses dois instrumentos, a criação de outros dispositivos jurídicos no sentido de legitimar legalmente o aliciamento de indígenas para escravizá-los. O primeiro deles diz respeito a regulamentação das chamadas guerras justas, de 1653, cujo objetivo era dar respaldo legal às ações violentas empreendidas pelas Ordens e pelo governo colonial, quando houvesse resistência, por parte dos indígenas, de se submeterem “pacificamente” ao processo de aldeamento. O outro instrumento se refere a promulgação do Regimento das Tropas de Resgate, responsáveis pela captura de índios escravizados

⁴⁶ O modo de produção regulado pelo Regimento das Missões e o Alvará de 28 de Abril de 1688, combinado com a emergência de um novo produto colonial encontrado, aqui tratado como “droga do sertão – o cacau –, liberou as forças, ao tempo que as manteve sob coordenação no sentido de garantir em última instância a acumulação mercantil de capital, objetivo último do empreendimento colonial, em um *regime de acumulação* que garantiu um ciclo importante de desenvolvimento. Sua base institucional prevaleceu até 1755, quando se estabeleceram novas formas de regulação advindas da gestão pombalina.

que haviam fugido, ou pela captura de índios escravizados pertencentes a Ordens religiosas concorrentes. De acordo Guzmán (2015):

A regulamentação das guerras justas de 1653, é um bom exemplo de como deveriam funcionar os empreendimentos portugueses nas Amazôniaas do período colonial quanto ao aliciamento de escravos. O procedimento incluía, basicamente, quatro princípios: primeiro, deveria ser considerado escravo legítimo aquele gentio ou vassalo que impedisse a pregação do evangelho e ameaçasse as vidas e os bens dos vassalos reais; depois, aquele que roubasse ou pirateasse por mar e por terra impedindo o fluxo do comércio; além disso, os que não pagassem os tributos devidos à coroa ou se negassem a ir às campanhas militares quando convocados; e, finalmente, os que praticassem o canibalismo (GUZMÁN, 2015).

As tropas de resgates eram formadas, em geral, pelo cabo, pelo missionário, pelos soldados e índios trabalhadores. Era o cabo a principal autoridade da expedição. Porém, só ao missionário era dado o poder de emitir parecer sobre a legitimidade da escravidão do índio capturado. O instrumento legal de que mais a administração colonial lançava mão para normatizar a captura de escravos índios, foi o Regimentos de Tropas de Resgates (GUZMÁN, 2015).

Esses instrumentos garantiram por aproximadamente um século, a hegemonia e o protagonismo das Ordens religiosas frente a economia mercantil obtida com a comercialização das drogas do sertão. A um só tempo, os missionários detinham o domínio sobre a força de trabalho indígena e o controle sobre a dinâmica de produção e comercialização do que era movimentado nas aldeias, o que propiciava cada vez mais autonomia diante do Estado colonial. De todos esses elementos, essa autonomia relativa era o que mais incomodava os colonos leigos, pois ela abria precedente para que os missionários atuassem de forma independente em relação a arregimentação de escravos indígenas, bem como decidissem internamente as diretrizes econômicas nos aldeamentos. Segundo Mendonça (1963):

(...) a autonomia das ordens religiosas perante o Estado e as demais instituições coloniais na Amazônia, teria estabelecido o fato de que os religiosos dominam o principal da economia regional. O fato de serem dispensados do pagamento de impostos, limita a capacidade do Estado em adquirir meios essenciais aos seus fins. Além disso, sendo o sistema dos aldeamentos praticamente autárquico, com divisão do trabalho interna e canais próprios de comercialização na Corte, as religiões recolhiam nas comunidades todo comércio que deveria girar na Praça, e com que deveriam enriquecer-se aqueles homens, que nele traficam tanto com lucro do público quanto da fazenda real (MENDONÇA, 1963).

Outro ponto destacado por Mendonça (1963), reforça a insatisfação da Coroa perante as Ordens religiosas. Para os colonos, os missionários, ao assumirem controle

quase que total de todo processo de produção mercantil nas aldeias – desde obtenção de força de trabalho até a comercialização das mercadorias –, levou a certa acomodação da capacidade produtiva na Amazônia, quando comparada ao nordeste brasileiro e a outras colônias portuguesas. A baixa rentabilidade da economia extrativista, tornou-se questão central para administração da Amazônia portuguesa, a qual usava como justificativa, a opção feita pelos missionários pela mão-de-obra indígena que, quando comparada com o negro escravizado, era pouco produtiva, mal treinada, livre e indisciplinada (DOMINGUES, 2000).

Os problemas residiam, portanto, pela não opção da agricultura e na inadequação do índio para o trabalho, de modo que ambos deveriam ser substituídos. Para isso, a Coroa portuguesa lança mão daquele que foi considerado o mais relevante instrumento jurídico do período colonial, e que Costa (2005) chega a denominar de ponto de virada, tamanha a importância para a política da Amazônia. O autor se refere ao Diretório Pombalino de 1750 que, conforme avalia, representou um momento de inflexão da ocupação portuguesa na região, pois levou a reestruturação radical da política econômica, alterou profundamente a relação dos colonos com as sociedades indígenas e restituiu aos colonos leigos e a administração do Estado, o controle político total daquela parte da colônia.

É difícil mensurar, segundo Falcon (1982), a importância da implementação do Diretório na vida cotidiana da Amazônia portuguesa. Contudo, este autor destaca quatro pontos que considera fundamentais e que marcam a política pombalina na Amazônia. O primeiro, diz respeito a expulsão das Ordens religiosas e dos missionários da região, o que fez com que a Coroa retomasse o controle político da colônia; o segundo, refere-se a transição da situação insustentável representada pelo extrativismo, para uma dinâmica estruturada na agricultura, e pela substituição do trabalho indígena pelo negro africano; em terceiro, a instituição da Companhia Geral do Maranhão e Grão-Pará, em 1755, no sentido de dinamizar as transações econômicas entre a colônia, a Metrópole e outros mercados consumidores; por fim, a implementação, em 1757, do Diretório dos Índios, que mudou radicalmente a relação do Estado com os indígenas, a qual fora marcada pela exploração e violência cometidas pelas Ordens religiosas.

Tocantins (1960), Dias (1970) e Santos (2019), analisam os aspectos sócio-históricos do Diretório, buscando por suas contradições e, ao mesmo tempo, enquadrando-o na dinâmica do desenvolvimento capitalista da época. Para esses autores, o Diretório significou uma resposta importante, embora tardia, da Coroa portuguesa à

nova conjuntura que se desenhava no mercado mundial, impulsionada, sobretudo, pela guerra de independência nos Estados Unidos e pela consequente liberação das forças produtivas norte-americanas. Esse evento, segundo os autores, acendeu o sinal de alerta para Portugal, que se viu imerso em uma Amazônia de bases produtivas extrativistas, reproduzindo uma prática econômica ainda ancorada no modelo feudal, cujas relações sociais e de produção, já não se observavam nas nações europeias concorrentes.

Estava no cerne do projeto pombalino para a Amazônia, a negação irrestrita da economia de base extrativista executada até então. Cardoso (1990) ressalta que a principal tarefa do Diretório, seria a de suprimir o modelo econômico assentado na exploração da mão-de-obra indígena e na coleta das drogas do sertão, e estruturar um sistema econômico baseado na agricultura de larga escala, com mão-de-obra de escravos negros, nos mesmos moldes das outras colônias portuguesas. Tratava-se, segundo este autor, de uma oportunidade ímpar para a administração colonial, pois a instituição do Diretório se deu ao mesmo tempo da promulgação do Tratado de Madrid, que possibilitou a expansão portuguesa pelas terras antes pertencentes à Coroa Espanhola. Dessa maneira, as atividades da colônia que antes se concentravam somente na calha do Rio Amazonas, poderiam, agora, se estender pela bacia do Rio Negro, conferindo maior poder político e possibilidades de ampliação das atividades econômicas pelo governo colonial.

A supressão da economia de base extrativa, repercutia diretamente na condição do índio diante da nova conjuntura econômica que se buscava implementar. Uma vez identificada a debilidade do sistema econômico dominado pela coleta das drogas do sertão, o contexto social dos índios aldeados e vivendo em regime de escravidão, passou a ser uma questão para a administração colonial (CARDOSO, 1987). O Diretório Pombalino personificado pelo Marquês de Pombal, não era complacente com a violência instituída pelas Ordens religiosas sobre a vida dos indígenas, e buscou se contrapor às arbitrariedades impostas aos nativos, as quais resultaram na sua escravização. Para o novo ordenamento político-jurídico que se pretendia estabelecer na Amazônia por meio do Diretório, deveria ser atribuído ao componente indígena – presente em maior número na colônia – o mesmo grau de importância conferido a outros grupos, devendo esse componente ser integrado totalmente à sociedade da época. Conforme aponta Guzmán (2015):

O período pombalino é um divisor de águas no que se refere a esta normatização jurídica da escravidão indígena. Tratou-se de conter os abusos, e, pela primeira vez, instaurar mais seriamente um conjunto de medidas proibitivas da exploração desordenada do serviço dos índios nas vilas, povoados e fazendas do Pará. Vinha à luz uma iniciativa sistemática de regulamentação do trabalho indígena e a transformação dos índios antes escravizados em dignos súditos do rei de Portugal (GUZMÁN, 2015).

A liberação da força de trabalho do índio escravizado e sua inserção na vida política da colônia, ocorreu em etapas e por meio de instrumentos jurídicos. O primeiro deles, foi a publicação de um Alvará, em 1755, pelo Rei de Portugal Dom João I, que declarava proibida a escravização de índios, restituindo a liberdade aos cativos, e dando a eles pleno domínio de seus bens e terras. Depois, em 1757, ocorreu a implementação do Diretório dos Índios, que alterou significativamente o modo como os grupos indígenas se viam inseridos na estrutura social da colônia, sobretudo em relação à emancipação da sua condição de escravo. Fazia parte desse Diretório, uma política de promoção e favorecimento ao casamento inter-étnico, especialmente entre colonos brancos e mulheres indígenas⁴⁷, visando a incorporação das populações indígenas o mais rápido possível como sujeitos ativos na sociedade colonial (COSTA, 1992).

Cardoso (1988) salienta que durante o primeiro ciclo econômico por ele identificado – entre 1650 e 1750 – a despeito de um setor econômico dominante – o extrativista – observava-se, também, um setor agrícola subsidiário. Com características heterogêneas, esse setor era composto por pequenos proprietários ou posseiros livres, fossem eles brancos, mestiços ou índios e, em pequena medida, por atividades autônomas consentidas aos escravos negros nas fazendas. Esse setor coexistiu com a produção mercantil dos produtos florestais ao longo de cem anos, mesmo que de forma economicamente pouco influente e socialmente abafada, num período em que os fundamentos produtivos estavam sob forte regulamentação do Regimento das Missões.

A partir de 1750, contudo, nota-se um crescimento substancial desse setor, promovido, evidentemente, pelo advento dos Diretórios Pombalino e dos Índios. Conforme aponta Novais (1986), além da abolição do trabalho escravo indígena ter assumido estatuto legal por meio do Alvará de 1755, a criação da Companhia Geral reestruturou as relações de produção, técnicas e sociais praticadas nos aldeamentos, e buscou centralizar as atividades comerciais da Amazônia portuguesa nas mãos do

⁴⁷ Mas também entre homens indígenas e mulheres brancas.

governo local. Não obstante terem o controle total do processo produtivo desenvolvido a partir de então, a intenção dos administradores era a de excluir o componente indígena de qualquer envolvimento em atividades econômicas “oficiais”, pois isso também significava apagar a influência religiosa dos assuntos da Coroa.

Dessa maneira, um contingente indígena importante se somou ao setor agrícola subsidiário existente no período extrativista. Composto predominantemente pelas populações indígenas alforriadas a partir de 1755, essa fração da sociedade colonial manteve como característica principal, as práticas de extração de produtos oriundos da floresta desenvolvidas durante o Regimento das Missões. Além disso, como boa parte dessa população passou a ter direito e acesso à terra, atividades voltadas a pequena produção agrícola começaram a ser desenvolvidas em paralelo as técnicas de coleta adotadas até então. Essa nova conformação social e a maneira autônoma como essa fração da sociedade passou a se relacionar com a terra – sem a necessidade de produzir para o mercado, por exemplo – serviram de catalizadores para a formação de um numeroso setor camponês na Amazônia (CARDOSO, 1990; COSTA 2012).

Esse setor cresceu de forma considerável na medida em que, junto com o Diretório Pombalino, intensificou-se a racionalização das atividades produtivas na colônia. De modo complementar, ao mesmo tempo em que a administração colonial buscava ratificar as bases agrícolas das *plantations* como novo modelo econômico, a exclusão do componente indígena dessa iniciativa, contribuía para fortalecer formalmente seu processo de emancipação. Aliado a isso, era interesse da Coroa promover o povoamento da Amazônia portuguesa aproveitando-se da densidade demográfica e da distribuição geográfica dos povos nativos, como uma estratégia geopolítica de expansão dos domínios lusitanos na região (GUZMÁN, 2006b).

Para Domingues (2000), o Diretório dos Índios e a criação da Companhia Geral, foram pensados para que surtisse efeito quando operados em conjunto. Conforme argumenta, o Diretório não apenas marcou uma nova institucionalidade sobre a vida dos indígenas, mas foi item fundamental no projeto pombalino, pois era o par necessário para que se implementasse uma economia de base agrícola. Em contrapartida, a dispensa da mão-de-obra indígena obrigou que a administração colonial estruturasse um mecanismo que estivesse à altura do desenvolvimento comercial esperado com o novo modelo econômico a ser implementado na região, traduzido na Companhia Geral. Em última instância, o governo local contava com a formação de um campesinato indígena como

forma de aumentar a produção de itens necessários ao abastecimento da população da região.

Tomadas em conjunto, essa leitura do período pombalino permite as seguintes hipóteses: dado que o Diretório dos Índios, a nova institucionalidade estabelecida, seria um plano econômico de governo com o propósito último de estabelecer a agricultura na base produtiva da Colônia, o crescimento da economia do Grão-Pará e Maranhão deveria se fazer através do crescimento da sua componente agrícola e, como implicação necessária, a partir da transformação dos índios em um estrato camponês ameríndio integrado na economia de mercado (DOMINGUES, 2000).

Fez parte desse planejamento, como já mencionei acima, a implementação de práticas sistemáticas buscando a miscigenação entre brancos e índios. Com benefícios oferecidos para ambos os lados, o objetivo do Diretório pombalino era fomentar a constituição de núcleos familiares que aglutinassem em torno de si, características do colono europeu, bem como aquelas relacionadas ao componente indígena. Conforme relata Costa (2000), era importante na formação do campesinato amazônico, que nele estivesse contido o conhecimento dos povos indígenas sobre os ciclos e os produtos da natureza, mas que também carregasse valores e costumes europeus. Com esses atributos, essas seriam famílias que poderiam reproduzir-se apenas pelo trabalho dos seus membros – essa reprodução pressupondo, todavia, a sua inserção, como unidade irreduzível e isolada, no mundo da mercadoria.

Tais famílias – nem índias, nem brancas, e sim caboclas – têm endogenamente as pré-condições de conhecimento para viver e produzir fora dos diretórios, fora, portanto, do controle do sistema produtivo vigente. Pois, ao contrário das famílias dos colonos brancos, elas poderiam lidar sem dificuldades com o meio ambiente e, por outra parte, só com muita dificuldade poderiam viver sem mercadorias industriais europeias (COSTA, 2000).

Costa (2000) crava categoricamente a passagem para a segunda metade do século XVIII, como o período do surgimento de um campesinato típico amazônico ou um campesinato-caboclo próprio da região. Essa particularidade do campesinato regional, ressalta o autor, deve-se ao processo histórico que se delineou ao longo de um século e meio na Amazônia, cujos contextos social, político e econômico, seguiram caminhos significativamente diferentes do restante do Brasil-colônia. Ademais, foi um campesinato que se constituiu de forma bastante peculiar, posto que imbricado às características

naturais da região, bem como voltado – inicialmente – à produção de bens e produtos eminentemente enraizados no contexto amazônico.

De modo que, como ressalta Costa (2000), foi um campesinato que inicialmente pode ser caracterizado como extrativista. Por ser composto principalmente pelo estrato das sociedades indígenas da região – fossem elas ex-escravizadas ou não –, era de se esperar que predominasse nos primeiros núcleos familiares formados na Amazônia, a tradição de coleta e extração de produtos oriundos da floresta. Isto é, predominou na formação desse recente estrato camponês, técnicas de manejo dos recursos naturais disponíveis, que privilegiassem o conhecimento inato sobre o bioma amazônico. Nesse primeiro momento, portanto, o campesinato-caboclo elegeu – e continuou a utilizar – como objeto de trabalho, os elementos constituintes do próprio meio, e só depois foi aprimorando técnicas de uso e manejo dos solos para produção agrícola.

A política pombalina e a Companhia Geral que indiretamente subsidiaram o surgimento do campesinato amazônico, vigoraram até 1777. Segundo Costa (2005), deve-se considerar a existência do Diretório nos cinco primeiros anos de sua gestão, os quais foram marcados pelo estabelecimento das principais reformas, notadamente a instituição do Alvará e da própria Companhia. Os anos que se seguiram – até 1777 – foram, conforme este autor, de administração de uma crise que já se estendia desde 1720, quando a hegemonia político-econômica do Regimento das Missões começa a entrar em declínio e período em que se constatou a inviabilidade da permanência da produção de base extrativista.

Em outras palavras, não havia, por parte do governo local, força suficiente para a implementação das *plantations* na Amazônia. A ideia por trás do Diretório Pombalino e que sustentou sua implementação na Amazônia portuguesa, assentava-se única e exclusivamente na erradicação do modelo extrativista como principal atividade econômica da região, bem como na retomada do poder político – concentrado nas mãos da Igreja – para a administração colonial. Isto é, o Diretório, a princípio, revelou uma face até então desconhecida da Coroa portuguesa, pois buscou racionalizar a produção econômica numa parte da colônia. Com o tempo, tal empreendimento se mostrou como mais uma marca da aventura portuguesa no Brasil, pois a modernização das relações sociais necessárias a esse tipo de agricultura capitalista, era uma característica inexistente na própria Metrópole, nessa época ainda um Estado absolutista (SILVA, 2012).

Embora as *plantations* não tenham se consolidado como alternativa econômica na Amazônia, o período que se seguiu ao ciclo extrativista – compreendido entre 1650 e 1750 – foi identificado por Cardoso (1984), Costa (2019) e Novais (1986), como ciclo agrícola, e teria perdurado de 1750 a 1822. Segundo esses autores, o que se observou a partir do último quartel do século XVIII, foi a dissolução gradativa do projeto pombalino na Amazônia, cujo ápice se deu com a extinção da Companhia Geral, e se estendeu até o fim da colônia, em 1822. Com efeito, duas novas camadas societárias surgem em “substituição” ao extrativismo das aldeias e ao projeto inacabado das *plantations*. Uma formada por camponeses-caboclos e comerciantes locais como uma unidade estrutural recíproca, e outra formada por colonos escravistas remanescentes das oligarquias locais.

Com a expansão da base camponesa-cabocla, cresce o seu par estrutural, o capital mercantil endógeno à colônia, cujos agentes visíveis são os regatões (comerciantes móveis que utilizam barcos em seus deslocamentos), marreteiros (pequenos comerciantes do interior, dependentes de suprimentos de comerciantes maiores) e os aviadores (comerciantes maiores sediados em Belém, supridores e financiadores de regatões e marreteiros) (TOCANTINS, 1960).

De 1750 até as duas primeiras décadas do século XIX, a economia da Amazônia aprofundou a reprodução das camadas camponesas descritas acima. O diferencial ocorrido nesse período, é que os núcleos familiares formados pelo campesinato-caboclo, investiu grandes esforços no desenvolvimento de práticas voltadas à agricultura de subsistência. O extrativismo, por seu turno, não deixou de compor a estrutura produtiva das famílias camponesas, porém, sua produção foi destinada quase que exclusivamente para comercialização, tendo em vista o surgimento de atividades econômicas voltadas a atender um promissor mercado interno, destinado à circulação e consumo de produtos regionais (COSTA, 2012).

O campesinato-caboclo constituiu-se como o fundamento econômico que serviu de base para outro importante ciclo extrativista da Amazônia, o da borracha. O conhecimento acumulado pelo estrato camponês, foi o que deu sustentação quando a Amazônia – já independente – entrava novamente nos circuitos mundiais ligados à expansão dos capitais pelos países do centro. Principalmente na Europa e nos Estados Unidos, desde os anos 1830, observa-se o aumento da demanda por produtos alimentícios industrializados, bem como por especiarias “exóticas” (DIAS, 1970). A exigência de um setor camponês conhecedor dos produtos e ciclos naturais, se impôs de forma mais incisiva quando, em

1850 – data tida como o início do primeiro ciclo da borracha – uma indústria voltada para a produção de artefatos de borracha, expande-se vertiginosamente na Europa e nos EUA, demandando a ampliação das atividades produtivas nos seringais da Amazônia.

2.4. As sociedades caboclas, os caboclos e os ribeirinhos

O nome caboclo carrega uma história particular: surgiu ao longo do processo em que se formou o segmento camponês amazônico, no contexto de uma estrutura social altamente hierarquizada, como foi a sociedade amazônica colonial (LIMA, 1999).

As pesquisas de Roosevelt (1991), indicam ainda que quando os conquistadores chegaram à bacia amazônica, as áreas de várzea às margens dos grandes rios já eram habitadas por sociedades com chefias hierarquizadas, ideologia política centralizada e preocupação com status diferencial (GUZMÁN, 2008).

E outrossim proíbo, que os ditos Vassallos casados com índias, ou seus descendentes, sejam tratados com o nome de caboclos, ou outro semelhante, que possa ser injurioso; e as pessoas de qualquer condição, ou qualidade, que praticarem o contrário, sendo-lhes assim legitimamente provado perante os Ouvidores das Comarcas, em que assistirem, serão por sentença destes, sem apelação, nem agravo, mandados sair da dita Comarca dentro de um mês, e até mercê minha (ALVARÁ RÉGIO, 1755).

Este tópico é, em certa medida, uma continuação ou um complemento do tópico anterior. Isso porque campesinato histórico e sociedades caboclas, no fundo, podem ser compreendidas como sendo “a mesma coisa”, pois se estruturam conceitualmente a partir de uma mesma matriz social, isto é, a população rural da Amazônia. Campesinato histórico e sociedades caboclas não serão, dessa maneira, analisadas como categorias antagônicas. Pelo contrário, por serem resultantes do mesmo fenômeno, a abordagem sobre esses dois temas aparentemente diferentes, converge para uma resolução em comum, cuja raiz está na compreensão dos aspectos sociais, políticos e econômicos que fundaram o estrato camponês na Amazônia.

Se ambas categorias representam “a mesma coisa”, por que tratá-las ou abordá-las de forma distinta, em separado? Primeiro, porque no tópico anterior, busquei investigar os aspectos concernentes ao seu surgimento e a sua formação, bem como aqueles aspectos circunscritos no processo que redundou na sua consolidação enquanto estrato social amazônico. Em segundo lugar, porque as possíveis diferenças existentes entre essas duas categorias, residem em nuances teóricas e particularidades históricas, que pretendo abordar a partir de agora. Nesse novo tópico, porém, pretendo fazer o caminho inverso e

responder à pergunta: por que depois de tanto esforço do governo colonial em criar um campesinato indígena/caboclo, procedeu-se no sentido de invisibilizar essa parcela da sociedade amazônica?

Busco responder a essa questão, pois ela está diretamente relacionada a um dos meus argumentos e que sustenta minha hipótese. A meu ver, a nomeação dessas sociedades rurais a partir de neologismos como, por exemplo, populações ou comunidades ribeirinhas, contribui para o apagamento dos atributos de ordem política, social e econômica que as acompanharam durante um longo, complexo e violento processo histórico. É possível, ainda, localizar a produção desses neologismos como pertencente a um campo discursivo específico, qual seja, aquele vinculado ao movimento ambientalista. Segundo Leonardi (2013), o ponto central desse discurso, apoia-se num reducionismo epistêmico, no sentido de elevar a variável ambiental como determinante do modo de vida dessas sociedades. Segundo o autor, a partir desse pressuposto, a variável ambiental assumiria poder explicativo superior a outras variáveis que fazem parte do conjunto da vida humana, notadamente a política, a social, a econômica, a cultural e assim por diante.

De modo que as razões para esse apagamento, ao que tudo indica, não se restringem apenas aos determinantes políticos da época. Elas resvalam ou assumem caráter fundamental também por outras vias, as quais passaram a coexistir com o fator político, desde o momento – localizado a partir da segunda metade do século XVIII, em 1750 – em que essas sociedades começaram a se constituir. É possível identificar, por exemplo, a elaboração de instrumentos ideológicos e legais (ADAMS; NEVES; MURRIETA, 2006; GUZMÁN, 2006a), bem como a normatização de um regime discursivo, respaldado pela academia, pelas elites intelectuais amazônicas e, certamente, pelo senso comum (CASTRO, 2013; LIMA, 1999).

Contudo, o ponto central relativo à sua invisibilização, reside nas características predominantemente negativas atribuídas a essas sociedades. A começar pelo termo caboclo que, como aponta Lima (1997), evoca vários significados, mas cujo domínio recai sobre seu uso de forma pejorativa, decorrente da representação negativa do indivíduo ou grupo que ocupa uma posição social inferior. Essa negativização do termo e, por conseguinte, dos grupos sociais inseridos de forma bastante abrangente no escopo de uma taxonomia social, encontra ampla ressonância, principalmente na Amazônia, onde

o termo e as sociedades são utilizadas como uma categoria de classificação social (Lima, 1992).

Além disso, é possível identificar outros procedimentos utilizados de forma negativa quando referidos às sociedades caboclas. Um deles diz respeito ao caráter a-histórico atribuído a essas sociedades, por supostamente não guardarem semelhança cultural com os povos indígenas amazônicos. Nugent (2006) localiza esse princípio na tradição antropológica construída no final do século XIX e início do XX, na qual os primeiros estudos sobre as diferentes culturas, o que chamava atenção eram os atributos exóticos referentes aos povos que se pretendia conhecer. Conforme argumenta, essa tradição perdurou por décadas até chegar nos povos indígenas brasileiros – entre 1940 e 1950 –, especialmente os da Amazônia, sobre os quais foi reproduzida a mesma abordagem dos antropólogos que estiveram a serviço do Imperialismo neocolonial nos primórdios da disciplina.

De acordo com Nugent (2006), o interesse dos antropólogos europeus, detinha-se única e exclusivamente sobre as sociedades indígenas, havendo certo desprezo e desinteresse por grupos sociais amazônidas não-indígenas. No discurso antropológico que concerne às populações indígenas, os caboclos representam tanto os restos das sociedades indígenas degradadas, como ameaças imediatas às poucas sociedades indígenas que sobreviveram à catástrofe colonizadora (ADAMS; NEVES; MURRIETA, 2006). Segundo essa corrente antropológica, o fato de as sociedades caboclas não possuírem antepassados pré-capitalistas evidentes, ao contrário das sociedades camponesas tradicionalmente tratadas pela antropologia, dificultou ainda mais uma abordagem histórica sobre esses grupos (NUGENT, 1993; 1997).

Dessa forma, a antropologia se acostumou a ver as sociedades caboclas como os antagonistas diretos das sociedades indígenas. De acordo com a corrente americanista predominante em meados do século XX, o caboclo é retratado, quando o é, como o Outro incompleto ou patológico, que não serve como objeto antropológico, pois a própria existência da sociedade cabocla subverte a distinção formal entre o Outro e o observador (ADAMS; NEVES; MURRIETA, 2006). Com efeito, os caboclos representariam os Outros falsificados, tanto porque são o resultado da conquista europeia e não das sociedades locais – indígenas nativos – quanto porque sua existência é o testemunho da influência nociva dessa sociedade sobre os povos nativos originais (NUGENT, 1993).

Contudo, os próprios Outros originais, contra os quais os caboclos são desfavoravelmente comparados, são, eles mesmos, resultado do processo histórico da colonização (BALÉE, 1993; CUNHA, 1994, MOREIRA NETO, 1988; PORRO, 1996; VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Segundo esses autores, a continuidade existente entre as identidades indígenas e as sociedades caboclas, é muito mais complexa do que normalmente considerado. Envolve tanto as sociedades indígenas, objeto de uma conquista dramática, e a emergência de um neocampesinato amazônico, fruto da própria deterioração das primeiras (NUGENT, 1993; PARKER, 1985; LEONARDI, 2013). De modo que há correspondência entre essas duas formações sociais, mas não da maneira linearizada como pretendiam as pesquisas antropológicas.

De maneira geral, para os antropólogos americanistas deste período, a cultura cabocla teria se solidificado no início do século XX. O mito fundador para esses pesquisadores, residia na realidade empírica observada por eles durante os primeiros anos daquele século, em que a Amazônia experimentava o chamado *boom* da borracha. Como os camponeses-caboclos estavam em evidência, pois eram responsáveis diretos pela manutenção da principal atividade econômica da República, de forma simplista atribuiu-se a eles o estatuto de sociedades caboclas. Para Nugent (2006), trata-se de mais um equívoco cometido pela antropologia norte-americana, pois denota o desconhecimento dessa ciência sobre processos históricos importantes ocorridos na Amazônia colonial.

Se olhássemos para a literatura sobre os amazônidas não-indígenas, por exemplo, no final da década de 1960 e início da década de 1970, procurando algum ponto de apoio enquanto pesquisador inexperiente e ingênuo do hemisfério Norte, haveria pouca coisa de valor. Durante duas décadas, a obra *Amazon Town* (1955), de Wagley em parceria com Galvão, permaneceu solitária como a monografia padrão sobre os modernos amazônidas (NUGENT, 2006).

Decorreu daí outro erro grave, pois nem mesmo os seringueiros foram reconhecidos como autênticos pelos antropólogos. Para esses pesquisadores, as sociedades caboclas forjadas no auge da borracha, não eram formadas majoritariamente por descendentes diretos de grupos indígenas autênticos. Conforme argumenta Nugent (1981), ao analisarem as sociedades caboclas desse período, os antropólogos se depararam com um forte traço da população nordestina e de outras partes do mundo o que, por si só, já era suficiente para descaracterizar essas sociedades como legítimas. Chama atenção, além de mais um erro grosseiro, que era comum nas pesquisas antropológicas, a busca pela

originalidade e autenticidade, pretensamente existente entre os povos nativos da região. Conforme destaca Harris (2006):

Além da migração judaica do norte da África, existiram outros movimentos significativos para a Amazônia (por exemplo, nordestinos brasileiros, japoneses, italianos) desde o *boom* da borracha. Essas pessoas também aprenderam sobre a cultura popular da Amazônia. Algumas delas, como por exemplo os imigrantes italianos do início do século XX, ainda vivem em áreas de várzea e exercem diversas atividades econômicas.

Nugent (1981) identifica alguns elementos que, para ele, são característicos do modelo de pensamento desenvolvido pela antropologia estrangeira sobre os caboclos da Amazônia. Conforme relata, um desses elementos diz respeito à intransigência dos pesquisadores europeus e norte-americanos em manter o olhar sobre a paisagem natural encontrada nos trópicos, sob um ponto de vista exótico e romantizado. Para o autor, faltou cuidado, por parte das primeiras pesquisas realizadas sobre os povos nativos da região – fossem eles indígenas ou não – no que se refere a sua condição humana. O mosaico social que pertencia a essa paisagem, deveria ter sido visto de forma mais cuidadosa, no sentido de problematizá-lo de acordo com suas particularidades (NUGENT, 1981).

Outro ponto destacado pelo autor, remonta ao desconhecimento e ao desinteresse já citados, dos antropólogos pela dinâmica socioeconômica observada na Amazônia colonial. Segundo argumenta, para a antropologia nascente, o campesinato tradicional forjado em países colonizados, era aquele moldado pela economia capitalista mundial, em que capitalismo agrário e industrial, eram dependentes da monocultura de cana-de-açúcar, ou seja, das *plantations*. Como a Amazônia não seguiu esse modelo implementado no restante do Brasil, para os antropólogos, não havia condições objetivas e materiais para o surgimento de um campesinato na Amazônia, sendo que o mesmo já existia e foi, inclusive, fruto de intervenção política.

Em outras palavras, a produção antropológica sobre o campesinato histórico amazônico, herdou o mesmo viés sob o qual as populações indígenas locais têm sido majoritariamente abordadas (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006). Isto é, imprimiu-se uma perspectiva de busca pela sociedade autêntica, quase intocada pela economia política, cuja estrutura, organização social e estratégias de subsistência, devem refletir, antes de mais nada, fatores ambientais próprios do meio em que vivem, posto que muito limitante. Esta forma de abordagem corresponde à própria entrada do caboclo no discurso

antropológico, fortemente influenciado pela legitimidade crescente adquirida pelo discurso ambientalista ecológico da primeira metade do século XX (MURRIETA, 2000; NUGENT, 1997).

Não por acaso, a naturalização ideológica das sociedades caboclas, corresponde a um outro aspecto negativo a compor seu processo de invisibilização. Para Adams, Murrieta e Neves (2006), a inserção das sociedades caboclas nas questões de uso e manejo de recursos no contexto amazônico, se dão a partir de posições altamente fetichizadas sobre a região, que se reproduzem por meio de expressões como “pulmão da Terra”, “banco genético”, “estoque de novas drogas milagrosas”, “ar condicionado do planeta”, entre outras. Essa visão das sociedades caboclas biologizadas, foi reproduzida na principal obra sobre o tema, escrita por Charles Wagley e Eduardo Galvão – e já mencionada aqui –, cujo aporte teórico foi a ecologia cultural de Julian Steward e seu determinismo ecológico.

Steward (1949) foi o primeiro a desenvolver um modelo teórico-metodológico que enfatizasse a importância da ecologia para o processo de diferenciação cultural e econômica das sociedades humanas nomeadas por ele como primitivas. De maneira geral, o modelo Stewardiano buscava correlacionar as características biofísicas – fossem elas bióticas ou abióticas – de determinado lugar, com o modo como as populações que o habitavam respondiam a essas características. De modo que, a partir dessa abordagem relativista da cultura, os condicionantes ecossistêmicos de uma dada paisagem natural, poderiam interferir na expansão das sociedades nela inseridos, ou agirem de forma a limitarem seu desenvolvimento.

Na esteira da tradição Stewardiana, estão os trabalhos da arqueóloga norte-americana Betty Meggers, os quais reproduziram as teses do determinismo ecológico na Amazônia. Para Meggers (1954; 1977), o principal ponto de interação entre a cultura e o ambiente era a subsistência, e seu aspecto mais vital, a produtividade da agricultura itinerante. Assim sendo, Meggers elaborou uma tipologia de paisagens, com base na capacidade produtiva dos solos, para demonstrar como o meio ambiente impunha limitações ao desenvolvimento cultural, distinguindo dois ambientes principais na Amazônia: a terra firme, de solos pobres, e a várzea, beneficiada pela fertilização anual dos rios. A partir dessa premissa, Meggers inferiu que as sociedades não indígenas habitantes das terras interiores, haviam estagnado culturalmente, conferindo aos aspectos naturais a razão de sua permanência no espaço-tempo.

Contudo, Nugent (2006) identifica outros fatores que corroboram com o determinismo ecológico imputado às sociedades caboclas. Para ele, a Amazônia tem sido tradicionalmente retratada como uma floresta tropical, de dimensões continentais, projetada, fundamentalmente, como um domínio natural, em que o social é o invasor. Conforme argumenta, existe uma clara assimetria na relação entre sistema social e sistema natural quando se olha para a Amazônia, na qual, historicamente, o primeiro é subordinado ao segundo. Essa subordinação viria, paradoxalmente, do peso atribuído aos sistemas sociais durante a colonização, pois o que se observou foi a dissolução paulatina das sociedades indígenas ao longo desse período, ao passo que a natureza teria sido o único fator que se manteve constante.

A manutenção do sistema natural em detrimento do sistema social nativo, subsidiaria a hipótese Stewardiana. Para o americanista, a prevalência do sistema natural amazônico ao longo do tempo, sustenta a ideia de que os fatores ambientais foram – e são – limitantes ao desenvolvimento e manutenção dos sistemas sociais na região, sobretudo das sociedades indígenas. Uma vez que essa abordagem não leva em consideração as outras determinantes pertencentes ao mundo social, fica subentendida a impossibilidade do surgimento de novas configurações sociais – como as sociedades caboclas – que não seja aos moldes das populações indígenas. Essa vertente ecológica contradiz a ideia que permite às sociedades caboclas terem uma identidade histórica e materialmente produzida (NUGENT, 2006).

Por trás da naturalização ideológica, está a maneira generalizante como se habituou a pensar a Amazônia e seus povos. Conforme aponta Guzmán (2006b), estão na figura do indígena como o nativo autêntico e na natureza exuberante da floresta, as ideias centrais que ajudaram a construir uma imagem natural e socialmente homogênea da Amazônia. Além disso – ou por conta disso – o “conceito” Amazônia carrega consigo uma ideia de unidade, dando a entender que os processos de ordem natural e social ocorreram de maneira una, sem choques, conflitos ou desarmonia entre essas duas dimensões. De modo que a complexidade necessária para se compreender toda a trama entre “natureza e cultura”, perde sentido diante do artifício preguiçoso que busca atribuir certa inteligibilidade à região.

Contribuiu de forma preponderante para essa compreensão fácil do “conceito” Amazônia, o apagamento paulatino do protagonismo indígena na região. Os primeiros trabalhos realizados por pesquisadores estrangeiros sobre os povos indígenas da

Amazônia, ainda buscavam em sua forma de ser e existir, algo relativo à sua essência ou à alma indígena, traduzidas na ideia do bom selvagem (GUZMÁN, 2015). Perdurou, até a metade do século XX – quando os primeiros trabalhos realizados por antropólogos brasileiros passaram a imprimir uma perspectiva crítica sobre esses povos – um certo pessimismo sentimental (SHALINS, 1997a; 1997b) sobre os povos indígenas brasileiros. Temas relacionados a perda da essência, submissão, passividade e aculturação, prevaleceram em detrimento do aspecto político e da agência dessas sociedades.

As ideias de unidade e de homogeneização, não se sustentam quando se descobre as diferentes realidades amazônicas formadas nos últimos quatrocentos anos. Seja sobre sua história natural, seja sobre seus sistemas sociais, o que se percebe nesse longo percurso, é a formação de uma intrincada rede entrecruzando as formas de vida natural e humana, num movimento de contínua interação. Esse movimento, longe de ocorrer dentro de uma unidade política e territorial, se deu por meio de ações recíprocas, orientadas por características essenciais, como a guerra, o comércio e a competição entre sociedades e organizações político-territoriais diversas. Realizando-se de forma mútua, essa experiência forjou o espaço, a paisagem e as características sociais predominantes da ocupação na Amazônia colonial (GUZMÁN, 2015).

Nugent (1981) localiza a construção das sociedades caboclas como sujeitos ecológicos, dentro de uma chave analítica já abordada anteriormente. Trata-se do período referente ao século XVIII, em que a Amazônia se tornou objeto de interesse de naturalistas europeus, fortemente influenciados pela ciência Iluminista. O ponto alto das pesquisas realizadas pelos naturalistas, centrava-se na hipervalorização dos fatores ambientais últimos, restando pouco ou quase nenhum espaço para o estudo dos povos que habitavam a região. Quando havia contato com populações humanas por parte dos estudiosos e essas não eram representadas pelo arquetípico indígena, os naturalistas lançavam mão do artifício romântico, enquadrando-as em modelos explicativos naturalizantes, como uma saída fácil para o seu desconhecimento.

Castro (2013) entende esse momento de construção dos caboclos como sujeitos naturalizados de forma mais abrangente. Para o autor, esse período não teria se restringido apenas ao século XVIII, nem às abordagens realizadas exclusivamente pelos naturalistas. Conforme explica, entre os séculos XVIII e XX, discursos etnográficos eram produzidos de forma vulgar por sertanistas, pessoas interessadas em saber sobre os povos e a natureza existente em lugares distantes do litoral. Esses viajantes brasileiros, como eram

conhecidos, foram responsáveis por retratar, de forma descompromissada, as sociedades que vivem no chamado sertão amazônico, e objetificaram de forma descritiva a condição naturalizada do caboclo, por meio da literatura e dos relatos feitos quando esses viajantes regressavam ao litoral.

Além da naturalização ideológica, concorreu para a invisibilização das sociedades caboclas, elementos de ordem política e econômica relacionadas a essas populações. Do ponto de vista político, Guzmán (2008) localiza o Alvará Régio de 4 de abril de 1755, como o início do processo que levou, por meio de intervenção do governo colonial, à invisibilização do campesinato histórico amazônico. Esse Alvará, promulgado pelo Rei Dom José I, incentiva os casamentos entre portugueses e indígenas e proibiu o emprego do termo "Caboucolos" a seus filhos mestiços. Para o Rei, tratava-se de uma alcunha "injuriosa" e "ofensiva", devendo ela ser suprimida da comunicação oficial mantida entre colonos e indígenas.

Cabe aqui lembrar qual era o contexto vivido na Amazônia portuguesa na segunda metade do século XVIII, e quais os objetivos da Coroa em relação à essa parte da colônia. Esse foi um importante período de transição ocorrido na Amazônia, impulsionado, em grande medida, pela instauração do Diretório Pombalino, de 1750, cujo fim último era restabelecer controle e domínio político sobre o estado do Maranhão e Grão-Pará. Para tanto, o Diretório atuou em duas principais frentes, no sentido de cumprir esse objetivo. A primeira delas diz respeito a expulsão das Ordens missionárias do território amazônico, o que levou a supressão do poder político e econômico até então concentrado nas mãos da Igreja. A segunda foi a tentativa de modificar a base econômica da colônia assentada no extrativismo pela monocultura da cana-de-açúcar, substituindo a mão-de-obra do escravo indígena pela do negro africano.

O Alvará Régio surge, nesse sentido, como uma necessidade da Coroa de promover o povoamento da colônia a partir desse novo arranjo estrutural. Uma vez modificada a relação do governo português com os indígenas e após abolir as práticas que levavam à sua escravização pelos missionários, era objetivo da Coroa "concorrer muito a comunicação com os Índios, por meio de casamentos".

É no contexto destas ações que se situa a promoção e favorecimento de uma política sistemática de casamentos entre portugueses e mulheres indígenas de diversas etnias (em particular aquelas aliadas dos portugueses) na região amazônica. Elas acompanham, de diversa maneira, as reformas administrativas

decretadas e levadas a efeito pelo Marquês de Pombal em Portugal (MATTOSO; HESPANHA, 1993; FALCON, 2001).

A política de casamentos foi, de fato, sistemática, e não se restringiu somente ao favorecimento do casamento entre portugueses e mulheres indígenas. A ideia de povoar a colônia era, para a Coroa, a maneira mais fácil de se prosseguir à transição desejada a partir das Reformas pombalinas. Conforme relata Domingues (2000), em alguns momentos, o povoamento da Amazônia se tornou uma ideia obsessiva do Rei de Portugal, o qual passou a encará-la como o principal instrumento político para acessar todo o território amazônico. Dessa forma, a política de casamento se estendeu, também, às mulheres portuguesas que desejassem se casar com índios, concedendo a elas e a seus filhos “preferencia nos negócios de officios”.

O mesmo se praticara a respeito das Portuguezas que casarem com Indios: e a seus filhos e descendentes, e a todos concedo a mesma preferencia para os officios, que houver nas terras em que viverem; e quando succeda que os filhos ou descendentes destes matrimonios tenhaõ algum requerimento perante mim, me farão saber esta qualidade, para em razaõ della mais particularmente os atender (ALVARÁ RÉGIO, 1755).

Para Guzmán (2006a), o item deste alvará que mais interessa é aquele que coibiu a aplicação do termo “Cabouclos”, pois trouxe consigo consequências históricas importantes. Para este autor, essa coibição não permite que os historiadores atuais visualizem a figura do mestiço (caboclos) nas suas fontes de informação oficiais relativas ao período pombalino, assim como nas fontes relativas aos períodos subsequentes. Além disso, por meio de uma lei da Coroa portuguesa, institucionalizou-se, no século XVIII, o interdito e a invisibilidade da emergente sociedade cabocla na documentação oficial e escrita, proibida pelas autoridades do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com ressonância no restante do Brasil colonial. Segundo Guzmán (2006a), a partir desse momento o termo caboclo passa a ser oficialmente estigmatizado.

Se o uso do termo foi coibido através de Lei, evidentemente ele já existia e circulava especialmente entre os estratos subalternizados da sociedade colonial. O que o Alvará veio formalizar, segundo Castro (2006), foi a dimensão segregatória assumida pelo termo, depois que este foi formalmente proibido. Apesar da atitude benevolente do Rei, instalou-se na Amazônia o obscurecimento em torno da população mestiça, deixando a população branca, nativa e africana em destaque, isoladas umas das outras. Tem-se, então,

neste fato, as primícias históricas do mito da “pureza” racial na Amazônia (GUZMÁN, 2006a).

Por seu turno, Harris (2001), Costa (2013) e Santos (2019), debruçaram-se sobre o componente econômico como instrumento de negativização do caboclo. De imediato, a vinculação das sociedades caboclas ao ambiente rural, prontamente associava esses agrupamentos humanos às atividades consideradas rústicas, rudimentares e de baixa tecnologia. Embora não houvesse cidades propriamente ditas na Amazônia colonial, o “centro” político e decisório dos governos locais se concentrava nas vilas e povoados, os quais não eram ocupados pelo campesinato. Assim sendo, a atividade econômica desenvolvida pelo caboclo e o meio no qual essa atividade se executava, tornaram-se muito rapidamente motivo de inferiorização do camponês frente à sociedade colonial.

Recentemente, essa visão do atraso econômico das sociedades caboclas, vem sendo atualizada pelos setores desenvolvimentistas. De acordo com Harris (1998a), muitos dos recursos necessários à reprodução do campesinato não são valorados tradicionalmente pelos economistas – como a floresta, os solos, a fauna e os rios – colocando a economia cabocla numa posição completamente marginal ao “economicismo tecnocrata do capital”. Para os desenvolvimentistas, os produtores caboclos estão inseridos numa economia basicamente informal, onde limites setoriais, de atividades e de classe não são claramente demarcados. Para Harris (1998a), essa atitude denota um purismo econômico difícil de encontrar até mesmo nos grandes centros comerciais, mas que ele atribui, em última instância, ao fato de o modo de vida dos caboclos ser diverso e não especializado.

A não especialização – econômica – das sociedades caboclas, é um fator importante e revelador de um sistema altamente heterogêneo. Não se deve esquecer que tais sociedades são fruto de diversas tradições agrícolas, formadas, inicialmente, pelo conhecimento indígena e pela tradição europeia. No final do século XVIII e metade do XIX, juntaram-se a essas duas tradições, o componente negro radicado nos quilombos, além dos nordestinos que começaram a chegar na Amazônia a partir de 1840 (COSTA, 1995). Somados aos imigrantes europeus desembarcados no início do século XX, essa mistura (SOUZA, 1987) provou ser um sucesso reprodutivo e foi decisiva para a adaptação dos camponeses às particularidades políticas e econômicas da Amazônia.

Essa mistura, a qual se refere Souza (1987), conferiu, também, flexibilidade, elasticidade e resiliência às sociedades camponesas (HARRIS, 1998b). Isso porque, ao

contrário do isolamento defendido pelo economicismo clássico, as sociedades caboclas estavam mergulhadas na dinâmica do capitalismo mundial. Ainda que as relações de produção predominantes nos espaços domésticos fossem pré-capitalistas ou até mesmo escravistas, a mão-de-obra utilizada pelo campesinato, fosse no campo ou nos seringais, tinha como finalidade atender a demanda mundial por mercadorias regionais. A despeito do caráter degenerativo imposto pelo capital mercantil (HARRIS, 1998b), as novas estruturas camponesas, fossem elas agrícolas ou extrativas, formaram-se em função das externalidades econômicas mundiais que se ligavam ao contexto local na Amazônia (COSTA, 2000).

A flexibilidade, elasticidade e resiliência citadas por Harris (1998b), remetem ao caráter contraditório do capital mercantil na região. Conforme aponta Santos (2019), embora essa tenha sido a forma prevalecente das atividades realizadas na Amazônia até aproximadamente 1960, a economia da região foi marcada por ciclos. Isso quer dizer que houve momentos em que a demanda mundial impulsionada pelo capital internacional, permitiu ou promoveu a expansão das atividades extrativistas e agrícolas na colônia. Outros momentos foram caracterizados pela diminuição da atividade econômica mundial, refletindo no contexto local e ocasionando períodos de estagnação entre os produtores agrícolas e camponeses amazônicos.

Com frequência, observa-se que a história da Amazônia foi uma história de *booms* e estagnações de mercadorias específicas. O *boom* vem acompanhado de muito interesse internacional, mas, com a estagnação, esse interesse desaparece tão rápido quanto surgiu. O caso da borracha é o melhor exemplo. O *boom* da borracha representou um período de desenvolvimento econômico e social da região, com elevação da renda, aumento das importações, criação de infraestruturas urbanas e assim por diante. Depois da queda da borracha, a região entrou num período de estagnação, em termos de suas exportações e das receitas geradas (SANTOS, 2019).

Como a economia da Amazônia não girou exclusivamente em torno da borracha – embora ela tenha sido seu principal vetor –, é possível extrapolar o pensamento de Santos (2019) para outros momentos da história colonial e republicana. Se assim for, essa visão sustenta que o retraimento da competição por recursos amazônicos permitiu a reconstituição ou a reorganização das formações sociais amazônicas locais (HARRIS, 2006). Essa reorganização atuou no sentido de priorizar as necessidades locais, ao invés das imposições externas. Em outras palavras, tendo em vista essa dinâmica, é possível

afirmar que os sistemas sociais locais se fortaleceram quando as ligações com os mercados externos ficaram mais fracas e arrefeceram (HARRIS, 2006).

Essa “teoria” da contração e expansão das sociedades locais, é incompreensível – e até mesmo inaceitável – para uma oligarquia colonial que nunca conseguiu implementar seu projeto agrícola de monocultivo na Amazônia (COSTA, 1992; 2005). Ela atesta, entre outras coisas, que a economia cabocla estava atrelada a processos definidos mais pelas externalidades – transformações econômicas globais – do que por uma pretensa continuidade histórica herdada dos povos indígenas. Como já foi dito, o componente indígena foi fundamental para a formação do campesinato histórico da Amazônia, e certamente suas características principais perduraram ao longo do processo de desenvolvimento e consolidação do estrato camponês. Para Castro (2013) e Lima (1997), talvez resida exatamente aí a negação das sociedades caboclas como importante setor econômico a existir na Amazônia por mais de dois séculos.

São esses mesmos autores que tratam de mais um processo de negativização dessas sociedades, dessa vez aquele relacionado à linguagem. De modo geral, os autores recorrem à construção dos regimes discursivos formados ao longo do tempo, em que a divulgação e a proliferação do uso do termo caboclo, estapou as fronteiras rurais e o período colonial amazônico. Conforme demonstram, além do predomínio do uso pelas formas coloquiais da linguagem, isto é, aquela falada pelo senso comum, o termo ocupou lugar de destaque em outras esferas do mundo social, como a literatura, o meio acadêmico e também fez parte do pensamento das elites intelectuais da Amazônia. Cada segmento a seu modo, todos contribuíram de alguma maneira para a simbolização da figura do caboclo que, segundo os autores, foi predominantemente depreciativa no transcorrer do seu percurso histórico.

Antes de mais nada, Lima (1997) ressalta que caboclo é um termo próprio, característico e amplamente utilizado na Amazônia⁴⁸. Os atributos que definem os caboclos como uma categoria são econômicos, políticos e culturais. Nesse sentido, o termo se refere aos pequenos produtores familiares da Amazônia que vivem da exploração dos recursos da floresta. Os principais atributos culturais que distinguem os

⁴⁸ Além do caboclo, existem no Brasil, outras categorias populares de raça mista, tais como o mulato (o filho do branco e do negro) e o cafuzo (filho do índio e do negro). Mas, enquanto tais categorias raciais não se associam a uma região brasileira específica, os caboclos estão inseparavelmente associados à região amazônica (LIMA, 1999).

caboclos dos pequenos produtores de imigração recente, notadamente a população nordestina, são o conhecimento da floresta, os hábitos alimentares e os padrões de moradia. Devido a seus atributos econômicos similares, no entanto, os dois, caboclos e imigrantes, podem ser alocados na categoria social mais ampla de camponeses⁴⁹.

Ainda de acordo com Lima (1997), a definição mais pragmática de caboclo, é aquela que associa o termo a uma mistura racial, referente ao filho do branco com o índio. Lima toma como referência as políticas coloniais implementadas durante o século XVIII, que explicitamente objetivaram a constituição de um campesinato amazônico que viria a produzir bens para o mercado europeu. Em contraste com outras regiões do Brasil, a colonização da Amazônia incluiu políticas para integrar, ou seja, escravizar, estimular casamentos mistos e civilizar a população indígena à sociedade colonial. Esse período, segundo a autora, seria o marco a partir do qual se difundiu o uso do termo caboclo.

Castro (2013) concorda com tal pragmatismo, mas contesta essa classificação, por entender que se trata de um artifício maniqueísta, uma ideia simplificadora que esconde processos outros de miscigenação ocorridos na Amazônia. Para o autor, o processo de miscigenação e o surgimento de um campesinato caboclo, não aconteceu somente em função do trabalho nos Aldeamentos e após a implementação dos Diretórios. Castro identifica no que ele denomina de dispersão dos povos indígenas, uma matriz histórica mais plausível e capaz de explicar seu aparecimento. Localizar o início do uso do termo bem como o reconhecimento da identidade cabocla aos marcos instituídos pelo Império português, segundo este autor, é próprio da ideologia colonizadora.

A malha de complicações que resulta na dispersão dos povos indígenas brasileiros é muito extensa, não podendo ser reduzida, como faz crer a ideologia dominante no país, a um movimento binário entre duas entidades opostas: brancos e índios, com uma terceira entidade, implícita, muitas vezes colocada no campo discursivo para servir de referência de equilíbrio, em geral pacificadora, tranquilizadora, da tensão inerente ao tema abordado: os caboclos (CASTRO, 2013).

⁴⁹ Segundo Lima (1999), “A definição de camponeses, assim como a de caboclos, também é problemática e requer especificação. As políticas coloniais, implementadas durante o século XVIII, explicitamente objetivaram a constituição de um campesinato amazônico que viria a produzir bens para o mercado europeu. Nos seus trezentos anos de existência, o campesinato amazônico mostrou períodos de intensa participação no mercado, alternados com períodos de baixa participação, quando predominaram as atividades de subsistência. Contudo, na antropologia, a definição de caboclos como camponeses amazônicos é objetiva e distingue os habitantes tradicionais dos imigrantes recém-chegados de outras regiões do país”.

Esse processo de dispersão dos povos indígenas, está relacionado invariavelmente às estratégias de fuga postas em práticas por vários grupos. Conforme aponta Leonardi (2013), fugir, durante muitas décadas, constituiu-se na principal opção das sociedades indígenas que se sentiam perseguidas pelas Coroas espanhola e portuguesa, à medida da expansão territorial sobre suas terras. Como o contato ocorria sempre de forma muito violenta, a única alternativa viável para aqueles que não “concordavam” em aderir ao governo local e às Ordens missionárias, era fugir para o interior das matas, estabelecendo-se próximos a rios menores e igarapés. As vilas e povoações surgidas durante esse período, concentravam grande número de nativos fugidos, geralmente de diferentes etnias, cujo “cruzamento de raças” foi inevitável.

Outro processo de miscigenação ocorreu de forma implícita e à revelia de condicionantes legais, como os Diretórios. Nos anos em que a escravização dos índios era autorizada, não havia, por parte das Ordens religiosas, um critério no sentido de aldear somente aqueles indivíduos pertencentes a mesma etnia. De modo que as tropas de resgate, a política de descimento⁵⁰ e as *reducciones*⁵¹, trataram de aglomerar, num mesmo espaço, indivíduos ou grupos indígenas pertencentes a sociedades étnicas distintas. Este tipo de enquadramento da mão-de-obra nativa, propiciou o surgimento de formas de convivência forçada nas vilas e povoados coloniais que estão na origem de casamentos e misturas étnicas e raciais as mais diversas. Por um lado, essa condição acirrou os conflitos e as disputas existentes entre esses diferentes grupamentos étnicos, por outro, promoveu o casamento exogâmico e o intercruzamento exolinguístico entre esses diferentes povos (GUZMÁN, 2006a).

Essa condição imposta aos povos indígenas e os processos de violência estatal-clerical aos quais eles foram submetidos serviu, entre outras coisas, para sustentar a tese colonialista de sua destribalização, aculturação e subalternização. De forma paradoxal, esse discurso surgiu tanto por parte do governo local e dos missionários, quanto por aqueles grupos indígenas que lutavam contra o governo colonial e outras nações que ocupavam a Amazônia. Essa, inclusive, seria uma maneira de reconhecer as populações indígenas em suas diversidades culturais e étnicas, como sujeitos sociais politicamente

⁵⁰ Os descimentos eram uma tática empregada pelos Missionários para capturar índios fugidos ou aqueles que se pretendia escravizar. Tem esse nome, pois, geralmente, tal tática consistia em empurrar os índios para perto dos rios que ficam na parte mais baixa do relevo. De modo que se descia com os índios para aldeá-los perto dos rios.

⁵¹ Termo em espanhol, correspondente aos aldeamentos.

ativos nas relações de contato com os brancos, e não apenas como vítimas das ações aculturativas e destruidoras observadas durante a colonização (PERRONE-MOISÉS, 2021).

Todo esse caldeirão de acontecimentos ocorridos antes, durante e depois das políticas pombalinas, são o substrato necessário para que se busque na etimologia da palavra, a origem de sua negatização. Apesar das diferenças encontradas nos referenciais teóricos, parece haver certa convergência no que diz respeito ao surgimento do termo, seu emprego e a disseminação do seu uso. De modo consensual, Castro (2013) e Lima (1999) identificam que a palavra surgiu entre os grupos indígenas brasileiros, e não por parte dos colonos ou do governo local. Para Castro, esse é um dado importante, pois ajuda a restituir a agência dos povos indígenas apagada durante a colonização, bem como é uma maneira de realçar o protagonismo dessas sociedades frente a violência do Estado colonial.

Segundo Lima (1999), existem pelo menos duas etimologias diferentes para a palavra caboclo. Uma, encontrada por Costa Pereira (1975), que afirma que caboclo deriva do tupi *caa-boc*, e que quer dizer “o que vem da floresta”. Outra, designada por Parker (1985), segue a etimologia encontrada no Dicionário de Aurélio B. Ferreira (1971), o qual sugere que o nome vem da palavra tupi *kari'boka*, que significa “filho do homem branco”. Para Lima (1999), ambas as etimologias são especulativas, mas ela entende que a primeira tem maior probabilidade de estar correta. Isso porque, na Amazônia, caboclo foi inicialmente usado como sinônimo de tapuio, um termo genérico de desprezo que algumas etnias usavam quando se referiam a indivíduos de outros grupos indígenas. Em tupi, de acordo com Veríssimo (1970), a palavra tapuio simboliza aquele índio hostil, inimigo, que se deixou escravizar.

Castro (2013), por sua vez, recorreu a outras fontes no sentido de localizar, entre os indígenas, como foi que o termo teria surgido. A primeira remete a Câmara Cascudo e o seu Dicionário do Folclore Brasileiro (1954), o qual considera a palavra caboclo como vinda do tupi, onde *caá* = mato, monte, selva e *boc* = retirado, provindo, oriundo. Para Pereira da Costa (1975), o termo acompanha essa interpretação, dizendo que *caa-boc* significa “o que vem da floresta”. Ferreira (1971), por sua vez, sugere que a expressão vem de *kari'boka*, termo tupi que quer dizer “filho do homem branco”. Por fim, localiza em Grenand e Grenand (1990), com base em escritos da segunda metade do século XVII, que o termo foi usado, primeiramente, pelos índios Tupi do litoral, que com ele designavam os seus inimigos, habitantes do interior, ou seja, da mata.

Seja referente “aquele que vem da floresta”, seja para designar o “filho do homem branco”, caboclo surgiu como um termo de desprezo em relação ao Outro. Ele surge no contexto da expansão europeia sobre a Amazônia, e da tentativa dos povos indígenas em resistir a essa investida. A classificação do Outro “não indígena”, foi uma maneira encontrada pelas sociedades remanescentes, de demarcar uma fronteira política, por meio da guerra e da identificação desse Outro como alguém que estava a serviço da empreitada colonizadora, ou a ela tinha, de alguma maneira, se resignado. De modo que o termo caboclo foi uma construção ideológica de quem era nativo num dado momento da história, e cujo sentido foi apropriado por diversas vozes, que o reproduziram, ao longo do tempo, de forma estereotipada (CASTRO, 2013).

Isso se reflete, segundo Lima (1999), nas diferentes categorias em que o termo pode ser enquadrado na Amazônia, todas como uma qualificação negativa. Quando usado como uma categoria de classificação social, o uso do termo caboclo remete aos conceitos coloquiais de raça e de classe, e os parâmetros utilizados nessa classificação incluem as qualidades rurais e a descendência indígena tomados como evidência de inferioridade, pois são relacionados ao primitivismo de seus antepassados. Embora a associação entre os conceitos coloquiais de raça e de classe não seja sempre real ou precisa, ela é usada na construção de uma representação da classe superior amazônica, enquanto se faz referência à classe inferior como rural ou cabocla.

A existência de uma população rural que tinha um estilo de vida distinto do colono empreendedor, em estreito relacionamento com a floresta, serviu de justificativa para que ela fosse agrupada como uma categoria social específica, uma classe amazônica subalterna. Por conta do histórico colonial, esses grupos seriam remanescentes de um campesinato que teria fracassado na sua missão de se modernizar e produzir bens para o mercado europeu. Nesse sentido, chama a atenção que as qualificações negativas também se relacionam ao fato de que os caboclos são considerados pobres. O caboclo não é só pobre em relação a padrões de vida urbanos, mas, também, em relação a uma expectativa elevada de performance econômica e social deste “neobrasileiro” na Amazônia que não se concretizou (LIMA, 1992).

Lima (1999) explica que essa expectativa derivava da intenção colonial de se estabelecer um campesinato empresarial na Amazônia. Também se relaciona ao mito de que o meio ambiente amazônico é um reino de riquezas, o qual o campesinato ideal iria explorar e dele enriquecer materialmente. Ao contrário disso, a modéstia de sua moradia

e suas poucas conquistas econômicas, aliadas a ociosidade indígena em oposição ao ideal de produtividade, conferiram ao caboclo a alcunha de preguiçoso e fracassado. Inicialmente, a oposição era designada exclusivamente em termos de raça. Com o tempo, a definição de caboclo passou a implicar uma série de oposições, inclusive em relação à classe. Por conta disso, o estereótipo caboclo e as opiniões que se têm sobre as qualidades do meio ambiente, têm sido usados para explicar a pobreza humana e o subdesenvolvimento da Amazônia.

Lima (1999) enfatiza que além do enfoque social, na Amazônia o termo caboclo também é utilizado como uma categoria relacional. Nessa utilização, o termo identifica uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior em relação àquela com a qual o locutor ou a locutora se identifica. Os parâmetros utilizados nessa classificação coloquial incluem as qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada” – ou seja, analfabeta e rústica –, que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada. Nesse sentido, o termo caboclo equivale a um pronome de tratamento que o superior, à guisa de demarcar sua condição social privilegiada, utiliza para referir o inferior. Por mera oposição subjetivamente construída, advoga para si, indiretamente, a condição privilegiada de pertencer ao campo social do colonizador, do branco, do civilizado.

No campo intelectual, tanto o caboclo quanto o meio ambiente são representados de maneiras contraditórias. Além de ser retratada como paraíso tropical, a Amazônia também é representada como inferno verde, no qual sobressai a imagem de uma natureza hostil, que só poderia ser habitada por um ser igualmente rude, o “homem amazônico”. Empregado de forma útil e generalista, o homem amazônico acaba sendo um elemento intersubjetivo atualizador e, portanto, catalizador do processo de denegação do caboclo. Ele aparece num outro momento histórico importante da Amazônia, em que o fim do período colonial, a Revolta Cabana e o início da Regência, colocaram questões de ordem desenvolvimentistas para a região (CASTRO, 2006).

O ponto central dessas reformas, mais uma vez recaía sobre o tipo de mão-de-obra que seria utilizada nessa nova fase de recuperação econômica na Amazônia. A intelectualidade paraense daquele tempo, tinha o propósito de discutir o futuro econômico e social da Amazônia à luz da decadência da região, após a falência do ciclo econômico da borracha. Esse *corpora* regional, como descreve Castro, desejava encontrar alternativas para a região, mas sabia que a solução não viria de fora, como antes, pois a

lógica da demanda por trabalho se invertera dramaticamente. Ao mesmo tempo, não se apostava no sistema social local que, de acordo com as elites amazônicas, permanecia atrasado, sendo incapaz, portanto, de levar adiante o tão sonhado projeto de modernização da região.

A crítica da indolência mesclada ao influxo modernista de regionalizar o espaço amazônico e ao desejo de sonhar com um futuro melhor, engendrou a afirmação da faceta do caboclo como um homem bom e feliz – aspectos positivos da sua preguiça e indolência (CASTRO, 2006).

A figura do homem amazônico buscou reproduzir a imagem do caboclo a partir de sua indolência e preguiça. Esteve a serviço, como aponta Castro (2006), da *intelligentsia* amazônica da época – especialmente a paraense – com o único intuito de manter influência política e econômica junto ao governo local. A construção do homem amazônico, foi um recurso discursivo edificado pelas elites intelectuais da Amazônia, no sentido de dar ênfase e ratificar o arquetípico do caboclo. O objetivo, segundo aponta este autor, era excluir a possibilidade desses grupos sociais fazerem parte de qualquer projeto ou ação governamental que aludisse ao seu passado rural, uma vez que o discurso do momento se assentava numa racionalidade econômico-desenvolvimentista, pouco afeita as tradições do homem rústico da Amazônia.

A exclusão compulsória de uma parcela significativa da sociedade amazônica dos processos decisórios daquela região, perduram ao longo do tempo. Conforme observa Castro (2006), por terem sua identidade denegada durante todo o período de sua existência, não lhes é possível reivindicar essa mesma identidade e, conseqüentemente, o território, da mesma forma que outros povos, como os indígenas ou as populações quilombolas o fazem atualmente. Essas populações, para serem reconhecidas e, muitas vezes, para terem reconhecidos direitos civis e históricos, acabam por enunciar uma identidade que, no fundo, lhes é uma imposição. Quando não, a assumem em desacordo com a crença que tem sobre si mesmos, mas que configura a única maneira de situá-los no mundo simbólico.

Recentemente, a problemática ambiental tem reposicionado o caboclo diante da pressão política exercida pela pauta ecologista. Para ressaltar seu caráter ideológico preservacionista, gerou-se um processo que fez dos caboclos os depositários essenciais e úteis dos diversos conhecimentos autóctones da Amazônia. Essa inaudita valorização do

seu status social, desta feita acrescido de um valor verde agregado, conferiu aos caboclos um status inédito: o de elementos úteis e mesmo privilegiados para dar continuidade ao projeto desenvolvimentista da sociedade ocidental. Isto é, por serem os caboclos os guardiões dos conhecimentos sobre a floresta, merecem eles a possível proteção e o reconhecimento de sua identidade (CASTRO, 2013).

Porém, os mercados verdes capitalistas e os anseios do movimento ambientalista, não desejam se associar a um tipo social com características tão negativas. A inserção do caboclo no jogo das políticas ambientais, passa pela ressemantização do termo, na medida em que subidentidades são especificadas para designar esse segmento social (CASTRO, 2013). Essas subidentidades surgem em nomeações e nominações como babaçueiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, vargeiros, povos da floresta, populações tradicionais ou mulheres da floresta, mas nunca como caboclos. Diferentemente dos povos indígenas e dos quilombolas que associam sua identidade à conquistas e direitos políticos, não seria possível, por parte das sociedades caboclas, adquirir tal reconhecimento mobilizando sua identidade.

Sua representatividade política e social, realiza-se a partir do momento em que as sociedades caboclas são ressignificadas. Essa ressignificação ocorre por meio de estratégias políticas e recursos discursivos, buscando o verdejar do seu ser (CASTELLS, 1999). Isto é, busca-se construir simbolicamente a imagem do caboclo como um sujeito ecológico que, em certa medida, é vítima das injustiças ambientais, mas que, ao mesmo tempo, por conta de suas características naturalizadas e pelo conhecimento que detém acerca dos segredos da floresta, é um sujeito indispensável na luta pela conservação ecológica. De tal sorte que ao ser instituído com preceitos ecologicamente corretos e socialmente desejáveis pelo mundo moderno, essas sociedades se sentem finalmente representadas, podendo, então, engajarem-se social e politicamente.

Está implícito na construção do caboclo como um sujeito ecológico, o apagamento das contradições relativas às suas relações sociais e ao seu reconhecimento enquanto uma classe social. No seu lugar, surge uma identidade ambientalmente produzida, mais próxima e desejável do engajamento social e da ação política que se pretende. Isso ocorre, pois, a problemática ambiental é indissociável do modo de produção capitalista. Não se espera que as contradições inerentes às relações sociais de produção constituintes desse sistema, sejam encarnadas ou expostas por meio de um segmento historicamente subalternizado. Dessa forma, cria-se entre tantas outras imagens, a figura do ribeirinho,

um sujeito simples, humilde e sofrido, disposto a abdicar da luta por melhores condições de vida, e a permanecer na beira do rio em prol da defesa do meio ambiente.

* * *

Neste capítulo, procurei expor os argumentos centrais que darão sustentação à tese que ora apresento. Tendo como fio condutor o colonialismo e o processo de colonização da Amazônia, busquei trazer para o centro do debate, os pontos que julgo serem os mais relevantes para encaminhar essa discussão. O primeiro deles, diz respeito à supressão do feudalismo e ao surgimento do capitalismo mercantil, que impulsionou a colonização das Américas e redundou na acumulação primitiva de capital. Em seguida, abordei a forma como a ideia de e a própria natureza foram construídas socialmente pelos colonos. Por fim, mostrei como que a partir do processo de colonização, foi possível o surgimento de um seguimento camponês, ou campesinato histórico na Amazônia, e de que maneira se prosseguiu ao longo do tempo no sentido de sua invisibilização.

Fica claro, ao entrelaçarmos esses três pontos, os aspectos deletérios da colonização, bem como a permanência do colonialismo. A começar pela ideia de descobrimento, essa é uma noção que perdura até nossos dias em diferentes segmentos da sociedade, cuja causa deve ser atribuída ao pensamento – e ao espírito – colonizador. Uma vez emudecidas as reais razões que levaram a posse e a conquista da Amazônia, tanto mais difícil se torna apreendermos a realidade dos seus povos e das suas condições naturais que hoje se apresentam para nós. De modo que será tarefa quase impossível, buscarmos compreender a Amazônia de hoje, sem levar em conta o processo de desenvolvimento histórico do capitalismo que a forjou.

Por conseguinte, uma vez subsumido tal processo, some-se, também, com as pessoas e com os povos dos quais o capitalismo se utilizou durante a colonização. Não à toa, a não ser nos trabalhos acadêmicos e entre os movimentos sociais ligados ao tema, não se fala do estrato camponês amazônida, dando mesmo a entender que o campesinato não existe nessa região do Brasil. Ora, se se apagam as relações sociais que sustentaram a produção do capitalismo mercantil-extrativista na Amazônia, evidentemente não há sujeitos dotados de historicidade e agência nesse processo. Isto é, o apagamento das relações de classe do segmento camponês – composto, também, por indígenas

escravizados – redundou na redução do campesinato histórico a um caboclo ecologizado, sem história.

Para tanto, também se naturalizou, desde os primeiros anos do período colonial, a própria natureza. A ideia do caboclo ecológico, somente se torna possível na medida em que as condições naturais da flora e da fauna amazônica, tornam-se objeto do campo do exótico, mesma característica atribuída a seus povos. A natureza exteriorizada serviu, ao mesmo tempo, para exaltá-la, e para imprimir nos povos nativos um marcador temporal, que consegue identifica-los somente por meio da sua relação com o próprio meio. Dessa forma, seria impensável a construção de um sujeito ecologizado, não tivesse sido a natureza, ela mesma, naturalizada.

3. Do colonialismo ao neoliberalismo: a natureza como mercadoria

No capítulo anterior, busquei localizar os sistemas sociais da Amazônia e sua natureza, nos chamados períodos de posse e conquista, e durante a política de colonização propriamente dita. Tomando como referência a acumulação primitiva do capital e o desenvolvimento do capitalismo mercantil, procurei demonstrar de que forma os aspectos políticos, econômicos e religiosos, contribuíram para a construção da imagem da Amazônia extremamente naturalizada, bem como de suas populações e sociedades nativas – indígenas ou não – igualmente ecologizadas. A partir desses pressupostos, a ideia foi discutir o surgimento das sociedades caboclas e a formação do estrato camponês na Amazônia, cuja base de sustentação – não obstante a alternância de ciclos – permaneceu assentada no extrativismo de produtos florestais e na pequena produção agrícola.

Apesar de algumas divergências, parece haver certo consenso entre as pesquisas que a economia da Amazônia permaneceu predominantemente extrativista até os anos 1950. Esta data simboliza o fim do segundo *boom* da borracha, quando a demanda por este produto caiu vertiginosamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, e também pela inovação dos processos tecnológicos observados na indústria, que passou a sintetizar materiais com a mesma textura do látex. A modernização das relações sociais de produção na Amazônia, começa a ocorrer a partir da instalação da Zona Franca de Manaus, em 1967, e após a elaboração de diversos planos de desenvolvimento para a região, marcados pelo autoritarismo do regime militar, o qual se apoiou na mercantilização dos recursos naturais, especialmente a terra e os minérios presentes em seu subsolo.

Dessa forma, a análise empreendida neste capítulo, terá como ponto de partida o chamado período de modernização da Amazônia. O objetivo principal, contudo, será tentar estabelecer conexões que enfatizem o processo de aprofundamento da mercantilização dos recursos naturais da Amazônia com o advento do neoliberalismo. Isto é, busco compreender, a partir do elemento central do neoliberalismo, qual seja, a tentativa de estabelecer um mercado autorregulado, como se tem mercantilizado elementos da biodiversidade na Amazônia. Comumente chamada de neoliberalização da natureza, essa abordagem busca esclarecer em que sentido as condições naturais do planeta, entram no cálculo da racionalidade econômica sob o capitalismo gerencial avançado.

Uma das vertentes da neoliberalização da natureza – e que nos interessa aqui –, diz respeito aos mecanismos de valoração dos recursos naturais. De maneira geral, tais mecanismos se caracterizam como um constructo teórico-metodológico, de modo a atribuir valor a bens e recursos públicos, com o fim de incluí-los no sistema de preços do mercado. O pagamento por serviços ambientais, por exemplo, surge em decorrência ou como resultado dessa proposta de valoração da natureza. Pensado inicialmente para agentes econômicos dotados de propriedade privada, os esquemas de PSA logo atingiram a esfera público-governamental, tornando-se um dos dispositivos mais importantes a compor as políticas ambientais.

A hipótese que norteia este capítulo, é a de que houve uma confluência, a partir dos anos 1980, entre a consolidação do neoliberalismo, a adoção de estratégias e mecanismos para legitimá-lo e a implementação de políticas públicas ambientais. Como estratégias, pode-se citar a ênfase na privatização, na mercantilização, desregulamentação, re-regulação e a transferência de poder do setor público para agentes outros da sociedade civil, como as organizações não-governamentais. Como mecanismos, tem-se um forte comprometimento ideológico dos diversos setores com a concepção neoliberal, a divulgação dessa concepção por meio de diferentes representações discursivas, a introdução de práticas institucionais alinhadas aos princípios neoliberais e a disseminação da ideia de boa governança.

Buscando acomodar esses fatores, está a figura do Estado nacional, sem o qual o mercado não consegue operar livremente. O lugar do Estado no neoliberalismo, tal qual tem sido desde de sua origem, é o de conformar os diferentes interesses de frações das classes dominantes, e resguardar os direitos conquistados pela fração da classe dominada. O século XXI trouxe um ingrediente a mais, pois a importância atribuída aos recursos naturais para a reprodução do capitalismo, levanta a questão sobre quem deve cuidar e regular o acesso e a gestão desses bens. Trata-se, pois, de uma importante contradição posta ao neoliberalismo, que surge em função de uma forte crítica ao papel do Estado, mas que reconhece sua importância como instituição responsável pela estruturação normativa, da qual o mercado é dependente.

Dessa forma, a moderna questão ambiental aparece, também, como uma possibilidade de resolução da contradição ecológica do capital. A função da periferia do sistema, nesses casos, é fundamental, pois, uma vez dotada de grandes reservas de recursos naturais, é nesses locais onde o capital acumulado pode se expandir,

notadamente por meio dos mercados verdes. Em última instância, o objetivo ao qual me proponho neste capítulo, é compreender como se estruturou, nos últimos anos, um caminho que tornou possível a implementação do Programa Bolsa Floresta, uma política pública ambiental, que tem como eixo principal a valoração e mercantilização dos recursos naturais da Amazônia.

3.1. O processo de modernização na Amazônia

[...] a já mencionada estratégia de ocupação da Amazônia, a partir de uma política de terras favorecedora das grandes apropriações e dos incentivos fiscais para a agropecuária, far-se-á como parte desse processo e terá como resultado a projeção, para o agrário na Amazônia, dos níveis de concentração e desnacionalização dos setores urbanos fundamentais: 628 empresas gigantes (584 agropecuárias e 44 agroindustriais), dispendo em média 20.448 ha (estima-se a propriedade conjunta dessas empresas em 12.000.000 ha), foram fundadas na Amazônia, de 1966 a 1985, para exploração agropecuária e agroindustrial, recebendo, no conjunto, em torno de US\$ 847,5 milhões de dólares de incentivos (cada empresa agropecuária teve incentivos em média de US\$ 1,2 e cada agroindustrial de US\$ 4,9 milhões); entre elas, encontra-se um sem número de empresas estrangeiras, as maiores empresas do país de capital nacional, estrangeiro ou misto e as principais famílias latifundiárias do centro-sul do país (COSTA, 2012).

Desde o século XVII, quando os primeiros portugueses chegaram à Amazônia, as relações sociais de produção se deram por diferentes formas de subordinação entre o capital mercantil e a mão-de-obra necessária à sua realização. Seja pela escravidão ou pelo modelo de aviamento⁵² – uma forma sutil e quase moderna de escravidão –, nunca se estabeleceu na região, até meados do século XX, atividades econômicas propriamente capitalistas, especialmente no que diz respeito a um dos seus aspectos principais, que são as relações sociais de produção assentadas no assalariamento. Por conta disso e de outros fatores que caracterizam o modo de produção capitalista desde, pelo menos, o advento da Revolução Industrial, em raros momentos se desenvolveu na Amazônia de forma robusta, atividades econômicas marcadamente atreladas ao desenvolvimento desse sistema e à modernização das suas relações sociais de produção.

Apesar disso, Costa (2012) aponta o desenvolvimento de atividades industriais, especialmente no Pará, após o fim do primeiro ciclo da borracha (1890- 1912). Conforme argumenta este autor, na base da crise, estava a violenta retração no valor da exportação da borracha. Em 1921, a quantidade de borracha exportada pela Amazônia representava

⁵² O sistema de aviamento é próprio e característico da Amazônia colonial e pós-colonial. Nesse sistema, estavam envolvidos os donos de barracões e donos das casas de aviação – responsáveis por comercializarem produtos e mantimentos nos seringais – e os seringueiros e produtores extrativistas, os quais eram consumidores desses produtos. O aviamento consistia num adiantamento de bens de consumo e instrumentos de trabalho feito pelos comerciantes e aviadores aos seringueiros quando estes chegavam nos seringais. Isto é, antes de começarem a trabalhar, esses produtores contraíam uma dívida, que deveria ser paga à medida que se coletava os produtos agrícolas. Ao retornarem ao barracão com o dinheiro do pagamento da primeira dívida, os seringueiros levavam novamente mais mantimentos contraindo uma nova dívida, a qual deveria ser paga da mesma forma. Como dificilmente conseguiam quitar suas dívidas, o aviamento é conhecido como um sistema de escravidão por dívida (SOUZA, 2019).

45% da quantidade vendida ao exterior em 1910. O preço médio da libra/t situou-se, naquele ano de 1921, em torno de 11% em relação a 1910. Os decréscimos da quantidade exportada e do preço no mercado mundial levaram, conjuntamente, a que as receitas de exportação da borracha amazônica passassem a representar, em 1921, apenas 5% do montante de 1910. Em decorrência disso,

verifica-se um reposicionamento da indústria, que quase duplica seu significado na formação da renda. O setor vinha experimentando crescimento continuado, com o número de empresas crescendo exponencialmente à proporção que a economia da borracha caminhava para seu auge. Com efeito, orientadas pela demanda crescente dos centros urbanos, o número de empresas industriais multiplica por fator maior que dez entre 1860 e 1920, saindo de 15, chegando a 156 empresas, principalmente dos ramos de consumo corrente, como vestuário e têxtil, alimentação, farmacêutica, couros (parte era exportado, parte para a produção local de calçados), madeira e mobiliário. A isso se aduz os ramos da construção civil e da produção de eletricidade (COSTA, 2012).

O pequeno crescimento da atividade industrial na Amazônia, manteve-se relativamente estável por aproximadamente duas décadas (1910 -1930). A partir de 1930, assiste-se a reorganização das estruturas mercantis assentadas nos seringais, e a retomada da economia camponesa-cabocla como substrato principal da economia amazônica. O extrativismo de produtos florestais assentado em relações sociais e de exploração arcaicas, que redundam na espoliação do trabalho, dos meios de produção camponês e na concentração de renda, voltam a fazer parte da paisagem socioambiental da Amazônia até o final da Segunda Guerra. Quando, de novo, a borracha deixa de ser um importante produto para a balança comercial brasileira, a Amazônia entra na segunda metade do século XX, como um lugar ainda marcado pelo ultraje da colonização.

Não obstante, a questão da região-nação, como colocada por Silva (2013), sempre se mostrou como um impasse para a modernização da Amazônia. Isso porque, mesmo após a Independência, as oligarquias amazônicas, constituídas, sobretudo, por seringalistas, fazendeiros e empresários aviadores, permaneceram fieis aos ditames do Império. Uma das maiores expressões desse ufanismo invertido das elites locais, corporificou-se na derrota de caboclos e colonos na Revolta dos Cabanos, que reivindicavam a desvinculação política da Coroa portuguesa. Após a proclamação da República e durante suas diferentes fases, a Amazônia, conforme assevera Silva (2013), permaneceu estigmatizada sob a alcunha de região, sendo sistematicamente apartada do projeto nacional.

Curiosamente, aponta esta mesma autora, a Amazônia nunca deixou de estar conectada com elementos de ordem global que tem caracterizado o sistema capitalista nos últimos cinco séculos. Conforme argumenta, as forças que dinamizaram e conformaram a realidade mundial desde o período colonial, sugerem que se imprima outra interpretação para a Amazônia, completamente diferente daquelas atribuídas a outras regiões do país, pois seu modelo de desenvolvimento seguiu um percurso particularmente diverso do que ocorreu no Brasil-Colônia. Assim sendo, para Silva (2013), muito mais do que aspectos relacionados a dinâmica interna, conformada no binômio região-nação, as respostas para o entendimento da formação econômica e social da Amazônia, encontram-se no próprio desenrolar do sistema capitalista, que encontrou nesse espaço, possibilidades reais e concretas de se expandir ao longo de suas diferentes crises.

Desse modo, o processo de modernização ao qual foi submetida “tardamente” a Amazônia, não tinha como único objetivo alterar os modos de produção da riqueza implementados desde a conquista. Ao contrário, nos anos 1950 e 1960, a Amazônia se via mais uma vez as voltas com o processo de dinamização da capacidade produtiva mundial, ocasionada, especialmente, pelo período Pós-Guerra. Segundo Silva (2013), nesse período, observa-se a reestruturação das relações políticas e econômicas e a um processo de internacionalização da economia, mediante a liberação de forças econômicas de caráter transnacional. Para a autora, esse movimento foi impulsionado pelo aumento da capacidade produtiva das economias centrais e à retomada da industrialização nesses países, com forte emprego de mão-de-obra assalariada, o que demandou a busca por produtos e pela ampliação dos mercados na periferia, onde a Amazônia teve papel fundamental.

A Zona Franca de Manaus, nesse sentido, foi a materialização do processo de modernização, via expansão geográfica das relações sociais de produção (SILVA, 2013). Em linhas gerais, a implementação da Zona Franca, em 1967, encarnou o espírito da economia internacionalizada que se construía naquele momento, a qual buscava por regiões ainda em processo de integração ao sistema capitalista. Destacam-se, dessa maneira, alguns aspectos em torno da criação da ZFM, em especial, como: i) uma nova reorganização da divisão internacional do trabalho, com deslocamento das firmas mas com utilização de mão-de-obra local; ii) o caráter transnacional dos capitais, descentralizados, desterritorializados e sem respeitar as fronteiras jurídicas dos Estados; iii) implementação, de forma mais abrangente, de relações assalariadas de produção; iv)

surgimento e formação de estratos diferenciados de classe; v) instituição da propriedade privada dos meios de produção, assentada, principalmente, na expropriação e reapropriação dos recursos naturais, especialmente terra, água e minérios.

Para Silva (2013), a concepção e a decisão de implementar a Zona Franca em Manaus, reforça a tese de que a modernização na Amazônia está atrelada a processos e relações mais amplas, arrançadas na descentralização da produção capitalista fora das suas zonas originárias. Para a autora, essa concatenação de interesses determinou a escolha do lugar de experimentação de uma das primeiras Zonas Francas do mundo, fato visto como uma maneira de compatibilizar a ordem nacional com a ordem mundial. Grosso modo, a efetivação da Zona Franca na Amazônia, um lugar até então improvável – como ainda hoje parece ser – ajudou a reforçar a disposição e o papel dos países periféricos-dependentes, como lugar histórico de expansão e realização da acumulação capitalista⁵³.

Os primórdios da modernização remetem, portanto, à conjuntura do capitalismo mundial, que teve, mais uma vez na Amazônia, um espaço para realização dos seus capitais. No plano nacional, a modernização da Amazônia percorreu caminhos característicos, próprios da dinâmica e do desenvolvimento da economia brasileira, mas sempre associado à evolução do capital estrangeiro. Essa é uma das contradições mais importantes envolvendo o processo de formação e desenvolvimento do Estado-nação brasileiro a partir dos anos 1960. Trata-se da entrada em vigor da ditadura civil-militar no Brasil que, partindo de uma premissa nacionalista e de defesa da soberania nacional, submeteu-se ao Imperialismo estadunidense e favoreceu a penetração de diversas frações do capital internacional no país (CAMELY, 2018).

Contudo, o processo de integração da Amazônia à economia nacional e mundial e ao território brasileiro, começa alguns anos antes de 1964. Conforme aponta Oliveira (2021), é a partir dos anos 1960 que a região vai entrar definitivamente para o espaço

⁵³ Neste trabalho, Silva (2013) faz menção, ainda, ao contexto da Guerra Fria vivido nos anos 1960, como um dos componentes a influenciar a decisão pela implementação da Zona Franca no Brasil. Conforme argumenta, a situação vivida no mundo naquele momento de polarização ideológica entre duas concepções político-econômica completamente distintas, colocou desafios ao Imperialismo norte-americano na América Latina, especialmente depois da Revolução cubana de 1958. Para a autora, “a exportação da Guerra Fria” para a América Latina, buscou, num primeiro momento, sob a liderança dos EUA, manter os níveis crescentes de produção desse país, que floresceu extraordinariamente após a Segunda Guerra. Concomitantemente, as lutas e movimentos anti-imperialistas influenciados pela onda socialista, deveriam ser abafados, e as economias periféricas desestabilizadas, de modo a favorecer aos interesses e necessidades da economia norte-americana, sobretudo no que diz respeito à criação de novos espaços para expansão dos seus capitais, tal como a Zona Franca.

socioeconômico nacional e internacional e se tornar uma fronteira de recursos naturais, sob o processo de reprodução ampliada de capital. Antes disso, contudo, algumas ações já estavam em curso com vistas a elaboração de instrumentos e mecanismos jurídicos, no sentido de promover a integração da região ao território nacional. De modo que, até 1967, o que predomina no contexto político sobre a Amazônia, fundamenta-se, principalmente, no planejamento estratégico que se implementará como forma de incorporar politicamente essa região ao território nacional.

Segundo Oliveira (2021), as iniciativas voltadas a “nacionalização” da Amazônia datam da década de 1940. Conforme argumenta, em 1946 foi instituído um dispositivo constitucional que estipulava 3% da arrecadação de impostos federais para financiar um programa de desenvolvimento para a Amazônia. No bojo dessa iniciativa, seis anos mais tarde, promulga-se a Lei 1.806/1953 e cria-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a quem caberia gerir tais recursos. Para este autor, contudo, o marco que caracteriza a intenção do governo brasileiro em se dedicar à região amazônica, vem após a construção de Brasília, em 1950, e coincide com o início da construção da rodovia Belém-Brasília, a primeira obra de infraestrutura a propor verdadeiramente uma ligação entre a Amazônia e o restante do país.

Já sob o regime ditatorial, o sentido do planejamento continua, porém, com algumas mudanças promovidas pelos militares. Um dos primeiros atos desse regime é lançar, em 1966, o plano *Operação Amazônia*, como resultado de discussões promovidas por um grupo de trabalho, no intuito de pensar o desenvolvimento dessa região sob o prisma do militarismo. Uma das primeiras atitudes tomadas no âmbito da *Operação*, foi a de substituir a SPVEA por um novo órgão, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), aos moldes da SUDENE, do Nordeste. Em seguida, foi criado, em substituição ao Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Banco da Amazônia S.A. (BASA), com vistas a financiar os projetos e programas da SUDAM. Por fim, como já mencionado, criou-se, em 1967, a Zona Franca de Manaus, tendo como premissa básica a concessão de incentivos fiscais para instalação de empresas e indústrias naquela região.

Mahar (1987) se refere a essa iniciativa como o tripé de sustentação do regime militar recém-chegado à Amazônia. Para o autor, nesses primeiros instrumentos jurídicos elaborados pelos militares, estão encarnados os dois principais axiomas que justificariam a definição de uma estratégia geopolítica para a região. O primeiro deles diz respeito a ideia de vazio demográfico, o que demandaria a formulação de políticas no sentido de

promover a ocupação da Amazônia, isto é, incentivar a ocupação de uma “terra sem gente para gente sem-terra”. O segundo, baseia-se em outro postulado militar, “integrar para não entregar”, que encontrava refúgio na paranoia persecutória, por conta de a Amazônia fazer fronteira com mais sete países, o que a colocava – segundo os militares – sob ameaças iminentes de internacionalização, justificando-se, portanto, a ideia de integração.

A partir de 1967, a Amazônia passa a ser pensada e integrada à dinâmica desenvolvimentista, por meio do período chamado de milagre brasileiro. Costa (2012) situa esse período entre os anos de 1967-1973, em que a economia brasileira passou por um momento denominado pelo autor de “industrialização pesada”. Nas suas palavras, a industrialização pesada veio substituir a fase anterior, conhecida como “industrialização restringida” (1939-1953), em que a economia brasileira dava seus primeiros passos rumo a industrialização, substituindo produtos importados por bens de consumo imediato. O segundo momento, contudo, caracterizava-se pela ampliação do mesmo processo, bem como pela diversificação da produção, baseada em bens de consumo duráveis – especialmente automóveis – surgimento de oligopólios e forte tendência a desnacionalização.

Esse processo se deu predominantemente nos estados da região Sul e Sudeste, os quais precisavam de escoadouros para dar vazão à produção. Conforme aponta Marques (2019), não é por outra razão que uma das marcas desse período desenvolvimentista, é o pesado investimento em infraestrutura, sobretudo no que se referia ao binômio rodovia-automóvel. A construção de longas estradas, além de ser a única forma de ligar o centro do país à Amazônia, consistiu num famigerado artifício de liberação das forças produtivas, no sentido de expandir seus capitais para outros limites. Daí também a ideia da Amazônia como última fronteira, levando em consideração que aquela poderia ser a única região do país onde ainda não havia se desenvolvido atividades econômicas com características de um capitalismo moderno.

Contribuiu para o ímpeto desenvolvimentista dos militares, a promulgação, em 1971, do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Pensado como um projeto amplo para todo território nacional – não somente para a Amazônia – o I PND buscou assegurar, por meio de investimentos financeiros, o período de crescimento econômico experimentado nos anos anteriores. De acordo com Picoli (2006), a principal estratégia do I PND residiu na criação do Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais, o qual buscou articular a participação da classe empresarial do Brasil com os

setores que refletiam gargalos para o desenvolvimento. Dentre esses, destacam-se as áreas de siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia elétrica, mineração e telecomunicações.

Na Amazônia, o I PND teve pouco alcance, e a rodovia Transamazônica foi a principal obra executada durante a sua vigência. Ao contrário do resultado esperado pelos militares, a Amazônia do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, convivia, ainda, com a expansão da sua fronteira agrícola, pouco afeita ou impactada pelos projetos modernizadores. Segundo Ianni (1978), o que se observa na Amazônia nesse período, é o que autor chama de “colonização espontânea”, caracterizada pelo deslocamento voluntário de trabalhadores rurais vindos de diversas regiões do país. Para Ianni (1978), esse movimento é fruto do processo de privatização da terra nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, que redundou em contingentes enormes de migrantes rumo às terras devolutas da Amazônia, o que, segundo este autor, pode ser entendido como uma desembocadura da luta pela reforma agrária.

Martins (2013), por seu turno, vai mais longe e enxerga na Lei de Terras, de 1850, o marco da corrida pela terra na Amazônia. Conforme argumenta, esse dispositivo jurídico criado durante o Império, tinha como único objetivo impedir que trabalhadores livres pudessem ter acesso a terras públicas, as quais deveriam ser adquiridas por meio da compra. No regime anterior de sesmarias, as terras não eram vendidas, mas, sim, doadas, ou então transferidas às famílias pertencentes as oligarquias agrárias ou com algum grau de proximidade com a família Real. Para Martins (2013), esta Lei, ao tornar a terra cativa, previa sua não-apropriação pelo trabalhador livre ou, dito de outro modo, sua expropriação era condição essencial para a garantia de mão-de-obra para as grandes fazendas.

Segundo Martins (2013), a Lei de Terras é o marco fundador dos conflitos agrários observados em diversas regiões do Brasil, em especial na Amazônia. Ao promover sua privatização nas regiões detentoras da produção de café e açúcar, particularmente no Nordeste e Sudeste, uma outra lógica de ocupação territorial foi desenvolvida no Centro-Oeste e no Norte do país. Em grande medida, essa lógica é impulsionada em conjunto com a crise do trabalho escravo que, a partir de 1888, tornou livre milhares de trabalhadores sem condições de acessarem financeiramente a terra. Como resultado, produziu-se uma massa de expropriados que migrou rumo à Amazônia, dando origem a

figura do posseiro, que lá foram se refugiar da expulsão causada pela ampliação dos latifúndios.

De acordo com Martins (1991), o deslocamento dos migrantes constituiu faixas distintas de ocupação territorial na Amazônia. As sociedades indígenas ocupavam o limite mais interior, a sociedade regida pela lógica capitalista situada no limite exterior e, entre os dois, estava o posseiro e sua lógica distinta do capitalismo de relação com a terra, embora a este conectado via mercado como produtor de mercadorias simples. No âmbito desta ocupação territorial, o posseiro, sob pressão do grande empreendimento capitalista, passou a avançar sobre as terras indígenas desalojando diversos grupos tribais, intensificando as tensões entre esses diferentes segmentos.

Para Martins (2012), o posseiro está conceitualmente abrigado no movimento que o autor identifica como pertencente à chamada frente de expansão. Conforme explica, a concepção de frente de expansão lança o olhar para além da figura do empreendedor típico e encontra nas populações pobres, não-indígenas e mestiças, seus principais representantes. Martins (2012) identifica a economia regional dos posseiros nos grupos formados por garimpeiros, vaqueiros, seringueiros, castanheiros e pequenos agricultores que praticavam agricultura nos roçados e no limite do mercado. De modo geral, a frente de expansão era majoritariamente agrícola, suas atividades econômicas eram marcadas pela posse da terra e giravam em torno do núcleo familiar desprovido de capital.

Contrapunha-se à frente de expansão, outro segmento presente na fronteira amazônica dos anos 1960, denominada de frente pioneira. De acordo com Martins (1983), esta frente era representada pela figura do fazendeiro, do comerciante, do pequeno agricultor moderno e do chamado empreendedor. Para Martins (1983), subjaz à frente pioneira uma concepção de mundo em que a sociabilidade é regida pela lógica do mercado e das relações contratuais deste derivadas. Isso significa que, mais do que o deslocamento populacional pelo território brasileiro, a frente pioneira teve a tarefa ideológica de induzir à modernização, à mudança social das velhas e tradicionais formas de vida social. Segundo Martins (1983), os conflitos pela terra tão presentes na Amazônia contemporânea, tem sua origem na superposição desses dois movimentos de ocupação.

Contudo, os atores pertencentes ao movimento empreendido pela frente pioneira, terão papel de destaque a partir de meados dos anos 1970. Antes disso, os militares teriam que lidar com os efeitos adversos ocasionados pela implementação do I PND, os quais se

assentavam, especialmente, numa crise de sobreacumulação gerada no período em que esteve em vigor. Segundo Picoli (2006), para obter financiamento para o Plano, o regime militar recorreu a elevados empréstimos em capital estrangeiro e os direcionou em investimentos para o setor industrial. A despeito desse setor ter se beneficiado significativamente dessas medidas, esse foi o período em que o Brasil viu nascer e explodir sua dívida externa e aumentar sua dependência dos credores internacionais.

Ainda como efeitos negativos do I PND, assistiu-se ao crescimento das desigualdades regionais entre os estados submetidos a essa iniciativa. Como a maior parcela dos investimentos foi destinada às regiões Sul e Sudeste que, historicamente, eram economicamente mais avançadas que outras regiões, o Plano contribuiu para que essas assimetrias se acentuassem, reproduzindo quadros de desigualdades previamente existentes. Ademais, como os projetos de infraestrutura não ocorreram a contento das necessidades de drenagem dos artigos produzidos no Sul e Sudeste, foi observado nesse período, aumento substancial na concentração de renda dos capitais industriais nessas regiões. De modo que a dívida assumida pelos militares e a sobreacumulação de capital em regiões específicas, colocou um novo desafio de expansão das forças produtivas, no sentido de honrar os compromissos com credores e buscar meios para realização dos capitais.

Ciente dessa tendência interna, como, também, do cenário de crise internacional ocasionada pela elevação do preço do petróleo, o regime militar formulou seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (OLIVEIRA, 2021). De acordo com Costa (2012), o II PND foi uma resposta ao conjunto dos efeitos colaterais verificados no Plano anterior, e que previa a retomada de elevados níveis de crescimento pela substituição de importações de bens de produção. Implementado a partir de 1975, o II PND tinha como objetivo principal, imprimir novo rumo ao desenvolvimento brasileiro, ao priorizar o aumento da capacidade energética, a produção de insumos básicos e de bens de capital, por meio do aprofundamento do processo de industrialização e da utilização do Estado como elemento indutor do investimento privado (COSTA, 2012).

Na Amazônia, o II PND se expandiu e se territorializou por meio dos chamados Grandes Projetos de Desenvolvimento. No centro desses Projetos, estava a facilitação, por parte do Estado autoritário, de acesso as terras públicas devolutas, via criação de instrumentos que viabilizassem a venda, a concessão e a aquisição dessas terras. Conforme aponta Oliveira (2021), a terra pública, habitada secularmente por colonos,

ribeirinhos, índios, caboclos e posseiros, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores, que as adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares. Como resultado, a concessão de terras para fins empresariais, foi modificando o caráter da propriedade e de apropriação dos recursos naturais em direção à lógica da mercadoria, e consistiu no primeiro passo para modernização da reprodução capitalista na Amazônia.

Assim como no I PND, os Grandes Projetos pensados para a Amazônia, assentaram-se na concessão de grandes incentivos fiscais à grande empresa. Conforme aponta Costa (2012), de maneira geral, esses Projetos vão se desenvolver em três linhas principais, quais sejam, agropecuária, agroindústria e o complexo minero-metalúrgico. A novidade, segundo Costa (2012), diz respeito a composição da fração dessa nova empresa, a qual se encontra organizada em torno de capital industrial, bancário e comercial. Esses eram os setores de ponta do desenvolvimento nacional, e substituiriam em importância o fazendeiro, aquele agente isolado e tradicional da sociedade amazônica que, em confronto com os camponeses, protagoniza historicamente a constituição da fronteira.

De acordo com D'Incao e Silveira (1994), os militares elaboraram os Grandes Projetos a partir de dois diferentes eixos. O primeiro deles, voltado ao chamado desenvolvimento regional explícito, teve como principais vetores, a implementação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA); do programa de desenvolvimento do Centro-Oeste (POLONOROESTE); e, por fim, do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas (PDRI Amazonas). O segundo eixo, dedicado ao desenvolvimento dos Projetos setoriais/nacionais, teve como principais alicerces o Programa Grande Carajás, de exploração mineral e financiado parcialmente pela então estatal brasileira Vale do Rio Doce; a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, também no Pará; além da instalação do Projeto Trombetas, com vistas a exploração de bauxita.

Segundo Ianni (1979a), nessa fase, a colonização deixa de ser espontânea e passa a ser oficial, coordenada pelo regime militar. A partir da análise do Programa de Integração Nacional (PIN), promulgado em 1970, é que Ianni (1979a) encontra as bases que dão fundamento ao que este autor chamou de colonização dirigida. Em linhas gerais, o PIN tinha como objetivo principal ampliar a escala da colonização para abarcar as terras férteis das margens do rio Amazonas e incorporar os grupos sociais ainda regidos pela economia de subsistência à lógica do mercado. Ao proceder dessa maneira, o regime militar

propiciaria, a um só tempo, a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada no Sul e Sudeste, a dissolução das tensões envolvendo disputas e conflitos agrários nessas regiões, bem como promoveria a modernização das atividades econômicas na Amazônia, por meio da expropriação e reapropriação privada das terras coletivas.

A respeito desse movimento, Ianni (1981) elenca quatro momentos que marcam a “Ditadura do Grande Capital” na Amazônia. O primeiro aspecto a considerar, é a intensificação do monopólio das terras pelas empresas privadas, sejam elas nacionais ou estrangeiras. Em seguida, Ianni (1981) destaca que, imanente ao processo de monopólio das terras, ocorre a expropriação delas de posseiros e indígenas. O terceiro aspecto, relata este autor, é relativo à proletarização de índios e posseiros que, respectivamente, não foram estabelecidos em reservas ou transformados em colonos. Por fim, Ianni (1981) chama a atenção para o fato de que todo esse processo ocorre sob o uso de um aparato privado e estatal de violência visando a expulsão de índios e posseiros das terras que ocupavam.

Como não poderia deixar de ser, a “modernização conservadora” (SILVA, 1982) na Amazônia, operou no sentido de transformar a terra em propriedade privada. Conforme aponta Oliveira (2021), a promulgação do Estatuto da Terra, como uma resposta a crescente tensão social no campo, constituiu ao mesmo tempo um estímulo à grande empresa rural e abriu caminho para a venda e a compra de terras devolutas na Amazônia. A compra, a grilagem e a expropriação violenta de terras devolutas, camponesas e tribais, consistiram em práticas regulares que marcaram essa transformação qualitativa no regime de propriedade até então existente na região. Para Oliveira (2021), essa talvez seja a transformação mais radical que marca uma ruptura com as formas preexistentes de ocupação da região pelas sociedades regionais.

Associados a essa peculiar dinâmica de privatização das terras da região, desenvolveram-se, na Amazônia, processos de estruturação de classes sociais (COSTA, 2012). Segundo este autor, o surgimento de classes sociais está intimamente relacionado à redefinição da estrutura da propriedade fundiária na região, que ele localiza em três momentos distintos:

- 1) territorializaram-se, na Amazônia, frações de capital urbano, em particular aquelas frações maiores do capital total em valorização no país;
- 2) latifundizaram-se, na região, tanto aquelas frações de capital originadas nas primeiras fases da industrialização brasileira (que se gestaram e se mantiveram

umbilicalmente ligadas ao agrário) quanto também, e particularmente, aquelas que até então não detinham propriedade do solo rural, como as grandes empresas industriais estrangeiras e 3) capitalizou-se e acresceu-se, ampliando seu domínio territorial, o latifúndio tradicional do sul do país (COSTA, 2012).

Para Ianni (1979b), a terra transformada em meio de produção, remete ao processo de acumulação primitiva, que ele observa na Amazônia no início dos anos 70. As forças capitalistas engendradas nos países centrais se projetaram na região, configuraram-se e lá reconfiguraram conforme as demandas do capital industrial e segundo as condições objetivas de produção na região, impulsionada pelo Sul e Sudeste do país. No plano nacional, a dinamização do desenvolvimento econômico foi fortemente influenciada pela expansão e aumento da dependência do capital monopolista, que exigiu a elaboração de estratégias para expansão das atividades econômicas, como forma de honrar os compromissos e saldar a dívida.

Nesse sentido, a modernização é conservadora, pois modernizam-se as relações técnicas subjacentes ao capitalismo, ao mesmo tempo em que se mantem e ampliam as relações de propriedade que permeiam a dinâmica econômica brasileira daquele período (SILVA, 1982). Na Amazônia, tem-se, como fator agravante e implícito a esse processo, a desapropriação e expropriação das terras coletivas, de propriedade comunal, que rompeu com a forma clássica de evolução da fronteira, impondo-se, subsequentemente, um novo padrão de privatização das terras (COSTA, 2012). Tal movimento aprofundou – como no restante do país onde se procedeu dessa maneira – a concentração não só de terra e capital, mas de poder político e econômico na Amazônia.

Esse modelo “modernizador” de ocupação e de expansão sobre a fronteira amazônica, perdurou até fins dos anos 1980. Conforme aponta Loureiro (2012), tratou-se de um modelo exportador de produtos semielaborados e in natura, baseado na extração madeireira, na pesca industrial, na atividade pecuária e na mineração. No início dos anos 1990 e com o advento do neoliberalismo, destaca a autora, a fronteira interna dá lugar ao que ela chama de fronteira externa, em que a apropriação dos recursos naturais – como a água e a biodiversidade de modo geral – vão substituir em grau de importância a terra como elemento central do processo de acumulação. De acordo com Loureiro (2012), na esteira das *commodities* agrícolas, passam a coexistir com elas as *commodities* ecológicas e, junto com elas, um novo tipo de mercado destinado a negociar essas novas mercadorias.

3.2. Neoliberalismo e neoliberalização da natureza

A mundialização (do capital) é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996).

O segundo movimento ao qual se refere Chesnais no trecho acima, diz respeito ao advento do neoliberalismo. Apesar de sua formulação teórico-política ter sua gênese vinculada ao final dos anos 1930 – sobre a qual não tratarei aqui –, tem-se a década de 1980 como o período em que, de fato, as teses neoliberais passam a ser implementadas. O neoliberalismo, ou seja, uma nova forma de liberalizar a vida e o mundo social, foi a maneira encontrada pelas classes dominantes de restaurar as condições sociais necessárias para acumulação de capital, por meio, sobretudo, da reestruturação da dinâmica produtiva. Ele surge em resposta à política Keynesiana e à crise econômica dos anos 1970, que levou à redução significativa das taxas de lucro nos Estados Unidos e na Europa (HARVEY, 2014a).

Até os anos 1970, vigorava a política de bem-estar social elaborada no final da Segunda Guerra Mundial por John Maynard Keynes, conhecida como Keynesianismo. Caracterizado pela forte intervenção do Estado, esse período se tornou possível por conta da articulação orgânica entre ação estatal e gestão da produção, vindo a configurar uma onda longa expansiva, nos termos de Mandel (1990). Esse pacto permitiu a centralização, concentração e expansão de capitais por meio da regulação estatal, ao mesmo em que possibilitou o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade via trabalho. Como resultado, assistiu-se a um quadro de quase pleno emprego, aumento real da renda dos trabalhadores, universalização da seguridade social, o que repercutiu positivamente no consumo e bem-estar das famílias (ANDERSON, 1995).

Esse acordo teria prosperado entre os anos de 1945 e 1975, os chamados 30 anos gloriosos experimentados pelo capitalismo. Contudo, já no final dos anos 1960, Guttman (1998) observa a desaceleração da atividade industrial nos Estados Unidos, comprometendo a rentabilidade das empresas daquele país. A desaceleração do desenvolvimento da atividade produtiva, acarretou uma prolongada estagnação dos

salários dos trabalhadores norte-americanos, habituados, até então, com ganhos reais em suas rendas. Essa situação fez com que os trabalhadores passassem a recorrer a tomada de empréstimos bancários, como forma de manter seu consumo e quitar os compromissos financeiros assumidos.

Esse cenário também se repetiu na Europa, que acompanhou o equilíbrio sugerido entre capital e trabalho se desgastar gradativamente. No final dos anos 1960, não era mais interessante para os proprietários, reinvestirem o pouco do capital excedente e ocioso no próprio setor produtivo, em virtude de sua estagnação. Dessa maneira, frações consideráveis do capital oriundo do setor industrial, foram transferidas para o setor financeiro, no sentido de multiplicar os rendimentos de forma mais acelerada. Esse mecanismo, além de retirar capital de circulação do circuito da produção, promoveu, de forma expressiva, a fusão entre capital financeiro e industrial, que passou a autofinanciar o setor produtivo em crise (DUMÉNIL e LÉVY, 2002).

Essa iniciativa colocou em xeque a questão do trabalho, revelando-o dispensável como forma privilegiada de geração de valor. Estava implícito nesse movimento, o descarte deliberado dos trabalhadores assalariados e, conseqüentemente, a retirada da centralidade da produção manual como força de trabalho predominante. Por conta disso, no início dos anos 1970, tanto Europa quanto Estados Unidos, conviviam com índices elevados de desemprego, bem como com altas taxas de inflação. Conforme aponta Pilhon (1998), as principais economias mundiais saíram de um estado de crescimento e estabilidade, para uma situação preocupante de estagflação, interferindo drasticamente nos rendimentos, nos lucros e na acumulação das classes dominantes.

Lucros baixos, baixas distribuições de dividendos e baixas taxas de juros, combinados com altas taxas de inflação, era o quadro desenhado durante a primeira fase da crise estrutural dos anos 1970 (DUMÉNIL; LÉVI, 2007). Pode-se dizer que as crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que, diante dos esquemas de reprodução ampliada do capital, a emergência delas é uma tendência sempre presente (MOTA, 1995). Como bem argumenta esta autora, as crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias produzidas. Com efeito, quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que estoques de mais-valia não asseguram o fim último do capital (MOTA, 2009).

As expressões mais emblemáticas das crises, são as reduções de operações comerciais, acúmulo de mercadorias estocadas, redução ou paralisação da produção, falências, queda de preços e salários, crescimento desmesurado do desemprego e empobrecimento generalizado dos trabalhadores (MOTA, 2009). Longe de serem naturais, as crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, entre elas, a sua contradição fundamental, qual seja, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza. As crises também reproduzem e criam outras contradições, como as existentes entre:

- 1) a racionalidade da produção em cada empresa e a irracionalidade do conjunto da produção e dos mercados capitalistas;
- 2) a maximização dos lucros de cada corporação empresarial e suas refrações na concorrência, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucros;
- 3) o crescimento da produção de mercadorias e a estagnação ou redução da capacidade de consumo (MOTA, 2009).

Não obstante o desemprego e a inflação, esse período também foi marcado pela instabilidade na política de preços. Conforme argumenta Grespan (2021), a estabilidade na política de preços é fator preponderante na economia capitalista, pois sinaliza para o proprietário que há certa segurança no mercado para que esse possa fazer seus investimentos. Por outro lado, altas taxas de inflação são observadas pelos capitalistas como um sinal desfavorável vindo do mercado, que exigirá do Estado a tomada de medidas impopulares, as quais afetam o sistema econômico como um todo, como o aumento da taxa de juros, por exemplo. Por conseguinte, isso se refletirá na queda da taxa de lucro e comprometerá gradualmente o processo de acumulação de capital.

Para regular a política monetária, foi inevitável que os Bancos Centrais norte-americanos e europeus elevassem consideravelmente as taxas de juros. Segundo Duménil e Lévy (2002), essa operação desencadeou a segunda fase da crise estrutural dos anos 1970, conhecida mundialmente como crise do petróleo. Como os bancos norte-americanos e europeus eram os principais financiadores dos empréstimos em escala doméstica e industrial, o aumento da taxa de juros sinalizou uma oportunidade de ganhos recordes para esse setor. Assim, a crise do petróleo foi um conluio (HARVEY, 2014b) entre bancos e países produtores de petróleo, para tentar aumentar o preço do barril, no sentido de expandir o volume de petrodólares entre os bancos norte-americanos e os euromercados (CHESNAIS, 1998).

Tal tentativa se mostrou frustrada, e contribuiu para que uma crise de sobreacumulação se instituísse nas economias centrais. Isso porque, a essa altura – final dos anos 1970 – o capital financeiro já se sobrepunha ao produtivo, de modo que o excedente principal de capital, concentrava-se nos setores bancários. Ademais, como já mencionado, assistiu-se, nesse período, um número considerável de fusões entre empresas, indústrias e bancos, o que gerou uma concentração ainda maior de capital imobilizado nesses novos conglomerados. Por não ter onde se realizar e sem ter em vista escoadouros lucrativos que pudessem hospedar o excedente produzido, o processo de financeirização (FOSTER, 2008; GUTTMAN, 2008; LAPAVITSAS, 2013; DOWBOR, 2017) foi responsável pelo agravamento do quadro experienciado por norte-americanos e europeus.

Sob os imperativos do capital financeiro, o novo protagonista da Economia Política em fins dos anos 1970, dá-se início à reforma do Estado e à redefinição das estratégias de acumulação. Tendo o trabalho – e, portanto, as relações sociais de produção – como o ponto central a partir do qual se buscava restaurar a dinâmica que permitiria restabelecer a retomada das taxas de lucro e o processo de acumulação, uma série de medidas é tomada visando acabar com o pacto estabelecido nos últimos 30 anos.

Confrontando o declínio de sua renda e riqueza, as classes dominantes modificaram politicamente o curso do capitalismo. A partir de meados da década de 1980, eles foram capazes de impor controles rígidos sobre o crescimento dos custos salariais e ampliar, de forma surpreendente, seu próprio "sifão" de lucros. Eles restauraram sua posição dramaticamente, mesmo antes do surgimento da nova tendência ascendente na taxa de lucro (DUMÉNIL e LEVY, 2002).

Nesse contexto, redefinem-se as relações entre Estado, sociedade e mercado, determinando medidas de ajustes econômicos e de reformas e contra-reformas sociais, que continuassem garantindo a acumulação capitalista, em conformidade com as particularidades de cada formação social. O Estado, por sua vez, redefine seus mecanismos legais e institucionais de regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, instituindo renovadas formas de intervenção relativas aos sistemas de proteção social, à legislação trabalhista e sindical, além daquelas diretamente vinculadas à política econômica. Na prática, isso se traduz em medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social (MOTA, 2009).

Sob a chancela de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, observa-se a redefinição das bases da economia-mundo através da reestruturação produtiva e das mudanças no mundo do trabalho. Entre os principais movimentos oriundos desse reordenamento, pode-se destacar:

- a) a reestruturação dos capitais, com as fusões patrimoniais, a íntima relação entre o capital industrial e financeiro, além da formação de oligopólios globais via processos de concentração e centralização do capital (HARVEY, 2004);
- b) as transformações no mundo do trabalho, que tanto apresentam mudanças na divisão internacional do trabalho, como redefinem a organização do trabalho coletivo, reduzindo a fronteira entre os processos de “subsunção real e formal” do trabalho ao capital e compondo a nova morfologia do trabalho com o fim da era fordista (ANTUNES; POCHMAN, 2007).
- c) a reconfiguração do aparato estatal e das ideologias e práticas que imprimem novos contornos à sociabilidade capitalista, redefinindo mecanismos ideopolíticos necessários à formação de novos e mais eficientes consensos hegemônicos (DUMÉNIL; LÉVY, 2016).

A retirada do mundo do trabalho como tema central da produção de riqueza no capitalismo, repercutiu em mudanças sobre diversas áreas do mundo social. Em termos geopolíticos, reatualizou a divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo em que reconfigurou a relação histórica de subordinação entre centro e periferia. No que se refere a própria Economia Política, desregulamentou as relações de trabalho estabelecidas durante o *Welfare State*, no sentido de estabelecer um regime de acumulação flexível. Ecologicamente, ensejou uma nova forma de produção de mercadorias e o surgimento de novas mercadorias em si, uma vez que o trabalho, enquanto mediador da transformação da natureza em mercadorias instituídas de valor, perdeu sua centralidade (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

Embora não tenha tido o mesmo protagonismo que o mundo do trabalho como alvo das reformas neoliberais, o reposicionamento da natureza no neoliberalismo também ocorre em resposta ao Estado de bem-estar. Conforme apontam McCarthy e Prudham (2004), o aumento da proteção ambiental foi uma das maiores conquistas do período Keynesiano, como uma herança do liberalismo clássico e, depois, adaptada ao intervencionismo de Estado. Contudo, a proliferação de leis, regulamentos e normas ambientais nos países capitalistas avançados, redundou numa crescente restrição das matérias-primas necessárias ao processo de acumulação, tornando-se, juntamente com a proteção trabalhista e a seguridade social, alvo de duros ataques ao fim do período *Welferiano*.

Segundo Smith (2007), as políticas de preservação ambiental surgidas nos anos 1960 e 1970, foram uma conquista do movimento ambientalista. Elas surgiram, em grande medida, como uma forma de expor que o processo de desenvolvimento que levava ao crescimento econômico celebrado naquele período, era altamente degradante. De acordo com o autor, a regulamentação e a legislação ambiental que se seguiram após a exposição dos níveis alarmantes de exploração aos quais os recursos naturais eram submetidos, buscavam impor limites legais à utilização desmesurada de tais recursos. Contudo, ao destacar e isolar a destruição ambiental como resultado integral dos padrões capitalistas de produção e consumo, fez-se com que os recursos naturais amparados por legislação ambiental, assumissem o estatuto de bens escassos, o que levou ao desenvolvimento de mercados inteiramente novos de bens ecológicos.

Robertson (2004) localiza esse período, em que ainda vigoravam as práticas de intervencionismo de Estado, como o momento em que a natureza se torna uma fronteira de acumulação. Como exemplo, cita o caso das zonas úmidas das regiões de clima temperado que, por conta de sua importância como arrefecedoras e provedoras de umidade nos períodos mais secos do ano, passaram a ser protegidas legalmente. Ao implementar em várias escalas leis destinadas a mitigar a perda de tais ambientes, o Estado acabava por fazer reconhecer seu valor socioecológico. Ademais, ajudava a ressaltar o benefício obtido a partir da preservação das zonas úmidas, e o perigo do seu desaparecimento face ao desenvolvimento urbano e o avanço da fronteira agrícola.

Porém, à medida que a nova legislação ambiental cada vez mais exigia e incorporava a conservação das zonas úmidas, um mercado de créditos de zonas úmidas surgiu rapidamente. Nesse caso, a mercadoria produzida é, no sentido mais imediato, a zona úmida restaurada ou conservada, e seu valor reside precisamente no fato de não poder ser “consumida produtivamente”. Conforme aponta Robertson (2004), esse processo produz uma nova escassez econômica, nomeada de zonas úmidas mitigáveis, onde antes não existiam. A mais-valia é colhida ou do trabalho morto adormecido na destruição prévia do local ou do trabalho de restauração. Quaisquer que sejam suas características físicas ou ecológicas, portanto, o valor de uso central das zonas úmidas restauradas é precisamente sua capacidade de acumular valor de troca sob as novas condições de escassez criadas.

O caso das zonas úmidas explicitado por Robertson (2004), ajuda-nos a compreender as contradições ecológicas postas pelo desenvolvimento do capitalismo

(O’connor, 1991). Em linhas gerais, quanto mais se avança sobre as condições naturais do planeta, mais se bloqueia – via legislação ou sobreexploração – as possibilidades de acesso aos recursos naturais remanescentes. Quanto mais se escasseia os meios de produção necessários à reprodução do próprio sistema capitalista, maior será o valor de troca atribuído a determinado recurso, mesmo que sem tempo de trabalho humano empregado em tal recurso. A solução encontrada para resolver essa contradição, passa pela inserção dos resíduos da produção – externalidades – e dos meios de produção escassos, no sistema de preços do mercado.

Embora os princípios desse mecanismo possam ser localizados ainda no Estado de bem-estar, ele se tornou possível e se expandiu com o advento do neoliberalismo. Mesmo que o Estado continuasse a legislar a partir da implementação do ideário neoliberal surgido nos anos 1980, serão suas características intrínsecas o motor do novo modo de gerar riqueza a partir da natureza. Assim, o poder de regulamentação das políticas centrado nas mãos do Estado durante a era Keynesiana, passou por um processo de desregulamentação, transferindo o poder de escolher sobre o melhor lugar para alocar os recursos para a esfera do mercado. De modo que, somada às outras premissas neoliberais, como a mercantilização, privatização e mercadorização, novos mercados surgiram tendo a natureza como principal ativo.

Para tanto, a estratégia fundamental desse novo marco, consistiu em investir de valor aspectos da natureza outrora inquantificáveis. Conforme aponta Smith (2007), enquanto a mercantilização tradicional da natureza geralmente envolvia a colheita de valores de uso como matéria-prima para a produção capitalista – madeira para mesas, petróleo para energia, minério de ferro para aço, vários grãos para pão – essa nova geração de *commodities* ecológicas é diferente. Resultado do que Heynen e Robbins (2006) chamam de enclausuramento do mundo natural, os sistemas de mercado surgidos no início dos anos 1980, têm se estendido sobre os peixes, a água, as árvores, paisagens e até mesmo o ar.

O mercado de carbono, talvez o mais importante mecanismo de negociação privada da natureza, marca o surgimento das *commodities* ecológicas (BRUNNENGRÄBER, 2007). Num esforço conjunto entre cientistas do clima e a política das mudanças climáticas, o consenso científico produzido pelos especialistas do IPCC, identificou o carbono – ou o CO₂ – como o principal gás emitido para a atmosfera a contribuir com o agravamento do aquecimento global. Desde então, todo empenho tem sido feito no

sentido de mitigar os efeitos das mudanças climáticas, a partir do armazenamento ou sequestro de carbono. Devido à importância socioecológica adquirida diante da possibilidade de enfrentamento da principal questão socioambiental do nosso tempo, a molécula de carbono rapidamente se tornou um produto com valor de mercado.

Isso porque, assim como outros componentes naturais aos quais foram atribuídos algum tipo de valor, o carbono emitido não pode ser consumido produtivamente, como meio de produção. Ademais, as políticas envolvendo mecanismos – como o Protocolo de Kyoto – de sequestro, armazenamento e programas de redução de emissões REDD, necessitam de grandes áreas florestadas para captar quantidades satisfatórias desse gás poluente. Uma das maneiras de tornar isso possível, especialmente nos países do Sul, é por meio da criação das chamadas áreas protegidas ou Unidades de Conservação, cuja preservação dos seus ecossistemas pode garantir que o carbono permaneça estocado em suas florestas. Tal qual as zonas úmidas, essa também é uma maneira, por meio do Estado neoliberal, de tornar um recurso escasso e, assim, aumentar seu valor de troca.

Esse cenário não deixa dúvidas de qual é – e qual será – o papel da periferia sob a governança neoliberal do meio ambiente (Foster; Clark, 2004). Para esses autores, o Sul continuará a subsidiar, dessa vez por meio de *commodities* ecológicas, a reprodução do capital e garantir, devido às suas reservas naturais, o processo de acumulação. Conforme argumentam, a divisão hierárquica que separa centro e periferia, tem servido, em diversos momentos históricos, para legitimar um sistema mundial baseado em dominação, subordinação e dependência de algumas poucas nações ricas sobre outras tantas consideradas pobres. Em termos ambientais, o reposicionamento desses dois polos a partir do neoliberalismo, apenas serviu para ratificar quem continuará se beneficiando dos recursos naturais, e quem continuará fornecendo-os em detrimento desses benefícios.

Em outro trabalho, Foster (2005) já havia chamado atenção para as assimetrias existentes na constituição das economias centrais e a formação da periferia do sistema. O autor centra sua análise no segundo momento referente à acumulação primitiva do capital, que desencadeou a dinâmica de acumulação caracterizada entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Conforme argumenta, a exemplo da acumulação “primária” ou “anterior”, nessa segunda fase a propriedade privada da terra também se constituiu em meio de produção por meio do qual se gerava riqueza. A diferença, quando comparada com a acumulação primitiva observada nos séculos XV e XVI, diz respeito às suas características imperialistas, uma vez que se desenvolveu nos domínios coloniais. Esse

processo se deu por meio da implementação das monoculturas tropicais, especialmente as lavouras de cana-de-açúcar e plantações de café. Além disso,

a descoberta do ouro e da prata na América, a extirpação, escravização e sepultamento em minas da população indígena daquele continente, os primórdios da conquista e pilhagem da Índia e a conversão da África em reserva para a caça comercial de peles-pretas, são todas as coisas que caracterizam o alvorecer da era da produção capitalista. Esses procedimentos idílicos são os principais momentos da acumulação primitiva (FOSTER, 2005).

Em um trabalho anterior, Foster e Magdoff (1998) também identificam uma contradição ecológica posta pelo desenvolvimento do incipiente capitalismo agroindustrial. Os autores se referem ao problema relatado por Marx e descoberto pelo químico alemão Justus von Liebig, sobre a perda de nutrientes nos solos onde já se praticava agricultura em escala industrial. Seguindo as pistas de Liebig, Marx se voltou para o processo que tornou possível o desenvolvimento do capitalismo, e que teve como uma de suas consequências, o apartamento promovido entre o campo e a cidade. Conforme relatam Foster e Magdoff (1998), Liebig identificou que a produção agrícola exportada para as cidades, carregava consigo uma quantidade considerável de nutrientes presentes no solo, os quais não retornavam ao seu local de origem após o consumo nos centros urbanos.

Com o tempo, a terra foi progressivamente minada até que sua relativa exaustão restringiu a lucratividade. Estava posta uma contradição importante para o capitalismo agroindustrial da época, que via sua produção agrícola aumentar na mesma proporção em que a fonte dessa produção se exauria em termos nutricionais. Contradição que as potências econômicas solucionaram por meio da expansão política sobre novos territórios e pela apropriação econômica dos recursos naturais necessários à correção dessa falha metabólica (FOSTER, 1999). Essa situação se traduziu na iniciativa do capital industrial de buscar e desenvolver novas formas de exploração até então fora do alcance da lei do valor, notadamente os países da América Latina dotados de grandes quantidades de fertilizantes naturais, como o guano e o nitrato.

O neoliberalismo atualizou a forma como as contradições ecológicas são resolvidas pelo capital secularmente em dois aspectos. Primeiro, diferentemente do que ocorreu no século XIX, em que as perdas ou os resíduos gerados no processo produtivo não eram contabilizadas, a partir dos anos 1980 elas passam a entrar no cálculo econômico,

sobretudo como externalidades negativas. A premissa do mercado levada às últimas consequências pelo neoliberalismo, forjou o ideal de que tudo pode ser mercantilizado, desde rejeitos historicamente indesejáveis ao funcionamento do sistema, até componentes do mundo natural abstraídos secularmente do sistema financeiro, como o ar e os “serviços ambientais”, por exemplo.

Por conta disso, o segundo aspecto diz respeito a instrumentalização da natureza como uma estratégia de acumulação (SMITH, 2007). Se nos séculos XVIII e XIX a terra era o meio de produção por excelência através do qual se produziam as mercadorias e que permitia a realização do capital, com o neoliberalismo as condições naturais do planeta se tornaram elas mesmas mercadorias dotadas de valor de troca e capazes de se inserirem no circuito da acumulação. Aprofundando os elementos que possibilitaram a acumulação primitiva, essa nova fase se caracteriza pela acumulação por espoliação (HARVEY, 2014b), onde processos como a expropriação de terras comunais, espoliação dos recursos e a privatização dos bens públicos e sua consequente transferência para o setor privado, dão a tônica dessa nova fase do capitalismo ambientalizado.

3.3. Neoliberalismo, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável

Sem o suporte oferecido durante um longo prazo pelo setor empresarial, em particular as empresas norte-americanas com negócios nas áreas de petróleo, petroquímica, mineração e outras atividades industriais altamente poluentes, as aspirações dos intelectuais da Sociedade Mont Pèlerin, nunca teriam adquirido a influência e a proeminência da qual os neoliberais desfrutam hoje (WALKER, 2020).

Ao contrário do que ocorreu na origem do ambientalismo, o objeto de escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente. A escolha se coloca precisamente entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar de agora em diante, uma vez que, após a criação das tecnologias limpas – a nova vantagem competitiva no mercado –, desenvolvimento e meio ambiente deixaram de ser considerados como duas realidades antagônicas, e passaram a ser complementares (LAYRARGUES, 1997).

Uma das características dos estudos que se dedicam à neoliberalização da natureza, apoia-se na tentativa de compreender o neoliberalismo como um processo (CASTREE, 2006; 2008a). Esses estudos reconhecem os traços principais que ajudam a descrevê-lo, como a mercantilização, privatização, desregulamentação e a liberalização irrestrita da vida social, a partir das premissas do mercado. Contudo, a despeito da sua definição no

plano político-ideológico, esses estudos estão interessados naquilo que se passa nos “bastidores” da agenda política neoliberal, e que tornam sua implementação possível. Isto é, ao entendê-lo como um processo, essas abordagens sobre o neoliberalismo buscam nos atores, nas instituições, nas redes de contato estabelecidas entre eles, de que forma os diferentes agenciamentos se correlacionam em busca do mesmo objetivo (PARR, 2015).

Pensado como um projeto político, o neoliberalismo nunca é implementado uniformemente, e tende a incorporar as críticas e as diferentes formas de resistência (CIPLET; ROBERTS, 2017). Além disso, tentar definir o neoliberalismo foge ao escopo mais usual sobre sua descrição pois, enquanto categoria analítica, ele aglutina complexos compromissos ideológicos, uma miríade de representações discursivas e diferenciadas práticas institucionais (CASTREE, 2008b). De maneira geral, essas estratégias são elaboradas e propagadas por alianças de classes altamente específicas e organizadas em múltiplas escalas geográficas (McCARTHY; PRUDHAM, 2004).

Dessa forma, pensar o neoliberalismo como um processo, parece ser a maneira mais eficaz de abordar o tema que proponho discutir a partir de agora. Sem perder de vista seus fundamentos centrais já mencionados acima, a ideia é estabelecer as correlações que tornaram possíveis a implementação do ideário neoliberal, ao mesmo tempo em que emergiam as discussões sobre mudanças climáticas e se consolidava o conceito de desenvolvimento sustentável. Mas, mais do que isso, o intuito é explicitar como questões e interesses aparentemente tão díspares e, de certa forma, antagônicos, convergiram em determinado momento histórico em torno de um objetivo comum, qual seja, a legitimação da esfera do mercado como principal força política a administrar a problemática ambiental.

Para tanto, três aspectos – ou três movimentos – me parecem fundamentais e de vital importância para o argumento que pretendo apresentar. O primeiro diz respeito ao surgimento do movimento ambientalista e do ambientalismo como principal força a antagonizar com o desenvolvimentismo e o paradigma do crescimento econômico nos anos 1960 e 1970. O segundo, refere-se à reação apresentada por parte das elites econômicas mundiais, notadamente grandes corporações e empresas do ramo petrolífero, no sentido de subverter os impactos negativos oriundos das críticas a elas direcionadas. Por fim, o deslocamento feito em torno do conceito de ecodesenvolvimento para o de desenvolvimento sustentável, entendido como capitulação da crítica advinda do

ambientalismo e sua conseqüente incorporação na agenda neoliberal como estratégia de reprodução do capital.

Curiosamente, aponta Walker (2020), essas duas correntes do pensamento – ambientalismo e neoliberalismo – surgiram em torno de interesses comuns. Conforme argumenta, elas são tributárias de dois campos científicos surgidos na metade do século XIX, notadamente a economia neoclássica e a ecologia dos sistemas. Em linhas gerais, essas ciências estavam interessadas em desenvolver uma abordagem que se dedicasse a compreender de que forma as energias físicas disponíveis, poderiam ser melhor aproveitadas para usufruto humano. Assim sendo, a luz, o calor, a força mecânica, a afinidade química, o magnetismo, a eletricidade e a estrutura do átomo, passaram a ser objetos de interesse e de disputa entres esses campos.

Ainda segundo Walker (2020), essa disputa se acentua na virada para o século XX, quando os neoclássicos passam a se apropriar dos enunciados da física termodinâmica. Segundo relata este autor, a partir de 1870, os neoclássicos adotam uma postura mais ortodoxa, vinculada aos preceitos difundidos por autores como Leon Walras, William Jevons, Vilfredo Pareto e John Clark. Com isso, os pressupostos matemáticos que sustentavam as leis da conservação de energia defendidas pelos físicos, passam a ser interpretadas a partir “das forças do mercado”, por meio do princípio geral do equilíbrio ótimo. Essa manobra contribuiu para modelar a ideia presente entre os neoclássicos de utilidade subjetiva, a qual permite que a apropriação dos recursos disponíveis, seja feita em termos do suprimento de desejos individuais.

Essa conduta dos neoclássicos, fez com que gradativamente os postulados físicos defendidos pela ecologia dos sistemas, assumissem importância secundária. Automaticamente, esse movimento permitiu o posicionamento dos economistas neoclássicos como cientistas dotados de prestígio e autoridade epistêmica para se posicionarem sobre o assunto. Embora na época isso não tenha sido explicitado de forma objetiva, mas a incorporação das leis da termodinâmica como similares às leis de mercado, visava retirar o componente político da economia e atribuir a ela um estatuto de pureza. Dessa forma, seria possível retratar a ciência econômica como detentora das leis capazes de reger a sociedade, e investir o mercado de prerrogativas de ordem natural e universal, podendo ser adotado em todas as esferas da vida social (WALKER, 2020).

Nos anos 1970, essas correntes se reencontrariam, dessa vez localizadas em polos radicalmente opostos. A economia neoclássica influenciou fortemente a formação da Escola Econômica de Chicago, uma das matrizes teóricas mais importantes presente no processo de construção do neoliberalismo. A ecologia dos sistemas expandiu seu campo de atuação, e passou a investigar – além das relações puramente restritas aos ambientes físicos – a forma como a sociedade e as populações humanas também se relacionavam com o ambiente a sua volta. De modo que os anos 1970 reúnem as contradições historicamente construídas por essas disciplinas, uma vez que o que estava em discussão, eram as diferentes perspectivas referentes ao modelo civilizacional de desenvolvimento adotado até então, expostas pela crise energética da época, pela ascensão das mudanças climáticas e pela disputa entre dois modelos de sociedade defendidos por cada corrente respectivamente (WALKER, 2020).

Em termos políticos, o acirramento das contradições expostas pelos ecologistas e neoclássicos remonta à primeira metade do século XX. Após o fim da Segunda Guerra, tem início uma reconfiguração na geopolítica internacional, em que os elementos de ordem política e econômica assumem papel fundamental. Capitaneado pelo governo norte-americano em conjunto com as instituições de Bretton Woods, buscava-se, a partir da reconstrução da Europa, do combate ao comunismo e da necessidade de inserção dos países localizados fora do eixo EUA-Europa, um modelo de governança global que pudesse abarcar a todos. No centro desse discurso, estava a ideia relativa ao desenvolvimento⁵⁴ e sua variável dependente, o crescimento econômico.

O conceito de desenvolvimento é problemático em vários sentidos, e é atribuído ao Presidente dos EUA, Harry Truman, seu primeiro uso político⁵⁵ (ESPINOSA, 2016). Utilizado num discurso proferido em 1949, o termo desenvolvimento tinha como objetivo

⁵⁴ Originalmente cunhados pelo campo das ciências da natureza, desenvolver e crescer diziam respeito aos processos observados nos organismos naturais, os quais, após seu nascimento, utilizar-se-iam dos recursos disponíveis no sentido de cumprir seu ciclo vital. Qualquer interferência que viesse a limitar a disponibilidade desses recursos, era entendido, pelos cientistas da natureza, como impeditivos ao seu crescimento e desenvolvimento. Esses dois conceitos foram amplamente utilizados pela Teoria Darwinista sobre a origem das espécies, e ajudou a fundamentar o sucesso de alguns organismos no processo evolutivo.

⁵⁵ O termo foi apropriado politicamente pelo presidente norte-americano, devido à influência exercida, já naquele momento, pelo ideólogo do desenvolvimento Walt Rostow (1913-2003). Em sua principal obra intitulada *The process of economic growth* (1952), Rostow se apropria do termo das ciências da natureza e o incorpora na ciência econômica, sua área de interesse. Agido assim, reproduz uma das ideias surgidas no final do século XIX, o Darwinismo Social que, à semelhança da Teoria Darwinista, buscava na sociedade estágios evolutivos entre os diferentes povos. Os postulados de Rostow fundados no Darwinismo Social, embasaram em grande medida a ideia de que também as sociedades se encontravam em estágios evolutivos distintos, o que desaguou nas classificações em nações desenvolvidas, subdesenvolvidas, terceiro e primeiro mundos.

estabelecer um tipo de nivelamento entre os diferentes países, no sentido de balizar as ações que seriam necessárias de ser implementadas para cada um especificamente. Tomando o próprio Estados Unidos e o continente europeu como modelos de sociedade a serem copiados, o modo de vida ocidental serviu como parâmetro para o tipo de reordenamento político-econômico que se desejava estabelecer. Assim, o modelo de desenvolvimento a ser perseguido universalmente, seria aquele proposto e vivido pelos chamados países avançados.

O discurso do presidente Truman tinha vários objetivos implícitos, sendo que um deles foi o de ratificar posições neoimperialistas com um verniz democrático. Direcionando-se ao bloco soviético, o discurso foi estruturado a fim de polarizar entre o “modelo comunista” e o “mundo livre” que se pretendia construir a partir de então. Ademais, foi precursor da noção de países do Terceiro Mundo, os quais, por suas características endógenas e pelo estágio evolutivo em que se encontravam suas sociedades, apresentavam um quadro de subdesenvolvimento. Para esses países, localizados principalmente na América Latina, Ásia e África, onde a pobreza aparece como o elemento primordial a ser erradicado, o desenvolvimento deveria almejar o nível de vida alcançado pelos países do, agora, Primeiro Mundo, e o crescimento econômico deveria ser a premissa a Nortear a superação do atraso. Contrapondo-se a essa assertiva, Layrargues (1997) argumenta que,

As diferenças culturais existentes entre os países não seriam devido às variadas formas de se apropriar e interagir com o ambiente, mas, sim, uma consequência dos retardamentos em relação à modernização, entendida como sinônimo de evolução. Este é o golpe fatal que se desfere na diversidade cultural do planeta, pois a verdadeira cultura seria representada pela sociedade norte-americana. As demais, entrave ao desenvolvimento, mas força de resistência endógena, deveriam ser sumariamente eliminadas.

Após o fim da Segunda da Guerra, foi dada a largada a corrida desenvolvimentista, por meio da chamada Grande Aceleração. Esse período – que compreende basicamente os 30 anos gloriosos – serviu para que as assimetrias estruturais preexistentes entre as diferentes nações, se acentuassem profundamente, (re)condicionando estrategicamente as posições do centro e da periferia, bem como reafirmando a divisão internacional do trabalho. As diferenças de ordem histórica secularmente experimentadas pelos países inseridos nessa dinâmica, impossibilitou que a proposta desenvolvimentista fosse colocada em prática em condições de igualdade de oportunidades. Desse modo, à medida

que se insistia nesse modelo de “desenvolvimento desigual e combinado” (LÖWY, 1998), reproduziam-se e se acentuavam as desigualdades estruturais entre os países.

Ao longo desse período, o crescimento econômico foi colocado como meta e objetivo principal pelos governos centrais, instituições financeiras e organismos multilaterais. O crescimento, sob uma perspectiva socioecológica, significou o avanço desmesurado sobre as condições naturais do planeta, como forma de garantir melhoria na qualidade de vida da sociedade das economias avançadas. Ao final dos anos 60, a crise que se experimentava não se resumia aos seus aspectos políticos, econômicos e sociais, mas tinha a natureza como um dos seus elementos-chave. Esse período marca, também, a consolidação do ambientalismo e do neoliberalismo como os principais movimentos de base política e ideológica a surgirem na segunda metade do século XX (McCARTHY; PRUDHAM, 2004).

De acordo com Ribeiro (2012), o movimento ambientalista foi a principal força contestatória do ideal desenvolvimentista e do sistema capitalista de maneira geral. Isso, segundo o autor, deveu-se a alguns fatores, como o fato do ambientalismo ter surgido no final dos anos 1960, momento de enfraquecimento drástico das lutas trabalhistas como principal corpo de enfrentamento ao capital. Depois, por conta do reconhecimento da Ecologia enquanto campo disciplinar pertencente às ciências duras, e às posições contundentes vindas desse corpo de cientistas, sua característica principal passou a ser a seriedade com que lidavam ao denunciar às agressões do modelo de desenvolvimento aos sistemas naturais. Por fim, as críticas feitas pelo movimento durante seu surgimento, eram consideradas radicais⁵⁶, o que colocava seus militantes e pessoas ligadas às pesquisas ecológicas, como um movimento subversivo.

Ambientalismo e Ecologia passaram a ser entendidos como um só corpo e, uma vez unificados, pautaram o debate político do início dos anos 1970, tomando lugar de referências intelectuais históricas, como aquelas pertencentes ao campo das Ciências Sociais (LOUREIRO, 2006a). Por outro lado, faltava ao movimento uma compreensão mais apurada dos processos estruturais constitutivos ao modo de produção capitalista, as quais estavam na raiz da degradação ambiental. Uma marca do movimento ambientalista desse período, foi se ater aos efeitos do modelo de desenvolvimento, pois a relação afetiva

⁵⁶ As críticas mais radicais advindas da corrente ambientalista, na verdade, vinham de uma de suas vertentes, a Deep Ecology.

predominante entre seus membros, sempre foi referente à defesa intransigente das condições naturais do planeta, ou seja, da natureza, relegando para segundo plano as relações sociais existentes por trás do quadro de deterioração ambiental (FOLADORI, 2001).

Ainda assim, desde 1970, a consolidação do movimento ambientalista conclama a crise de um sistema e da sociedade ocidental como um todo (RIBEIRO, 2012). O alvo principal dos ambientalistas foram as companhias de petróleo e o uso indiscriminado desse combustível por ser a principal matriz energética a ser utilizada nas atividades econômicas. A própria instabilidade do modelo Keynesiano, foi marcada por uma crise energética no final dos anos 1960, agravada pelas crises do petróleo na década subsequente. Além do mais, pela primeira vez se começava a debater sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas, e a relacionar sua causa ao uso de combustíveis fósseis. Desse modo, a crítica não se restringiu a constatação da grave situação em que se encontravam os ecossistemas globais, como também se tornou um apelo para substituição das fontes de energia utilizadas até então (LOUREIRO, 2006b).

Um ponto contraditório do movimento ambientalista – e da sua radicalidade – reside nos marcos institucionais atribuídos a esse movimento. Conforme aponta Ribeiro (2012), no início dos anos 1970, o movimento já é bastante expressivo e já tinha atingido certa notoriedade. Assim sendo, muitas pessoas que se identificavam com as “causas ambientais”, também participavam de outros círculos sociais, fazendo parte, muitas vezes, de órgãos institucionais de governos, organizações e empresas privadas. Esses espaços, muitas vezes resistentes às ideias ambientalistas e sem tradição de lutas contestatórias, também passaram a conviver com pessoas pertencentes ao movimento. Para Ribeiro (2012), esse cenário ajudou a disseminar as ideias ambientalistas entre os setores mais conservadores, o que contribuiu para institucionalizar o ambientalismo em outros segmentos da sociedade civil.

Decorre daí a primeira controvérsia, pois, de acordo com Walker (2020), o Relatório Meadows (1972) ou *Limits to Growth*⁵⁷, é um dos marcos expressos pela radicalidade do movimento ambientalista. O ponto alto do Relatório, segundo Walker (2020), está no confronto estabelecido entre o Clube de Roma – que assinava o documento – e os economistas neoclássicos, ideólogos do modelo desenvolvimentista e apoiadores das teses neoliberais. Conforme este autor, o Relatório enfatizava a necessidade – diante das condições observadas – de uma rápida transição da matriz energética e do modelo fordista de produção, para energias alternativas e limpas, pautadas, sobretudo, em inovação e inserção de aparato tecnológico. Os neoclássicos, por sua vez, comprometidos com os ideais desenvolvimentistas, eram ferrenhos defensores do petróleo como fonte energética principal, já que dependiam do poder das companhias em influenciar a transição entre o Estado de bem-estar e neoliberalismo.

O Clube de Roma previu que, a menos que houvesse um acordo político reconhecendo a necessidade de substituir o crescimento econômico exponencial por alguma outra forma de estado estacionário da economia, os limites do crescimento seriam catastróficamente transgredidos perto de meados do século XXI, causando drásticos declínios na população humana. A economia industrial precisava ser regulada dentro de limites fixos estabelecidos pela lógica geofísica do esgotamento desse mineral, e pelo frágil equilíbrio do ecossistema global. O relatório chamou a atenção para a adoção de uma estratégia urgente, ainda que indefinida, para atingir o equilíbrio global, situação na qual a população e o capital seriam essencialmente estáveis, com forças atuando no sentido de aumentar ou diminuir-los, mantendo-os numa balança hermeticamente ajustada (WALKER, 2020).⁵⁸

⁵⁷ *Limits to growth* foi o título do livro publicado meses antes da Conferência de Estocolmo, por vários autores, entre eles, D. H. Meadows, a pedido do Clube de Roma. O Clube de Roma era uma instituição de caráter empresarial, comandada pelo presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurélio Peccei, e patrocinado por grandes empresas automotivas, como FIAT e Volkswagen. Também faziam parte do Clube cientistas, acadêmicos do MIT, economistas, outros industriais e membros de instituições públicas dos países desenvolvidos. Em linhas gerais, a partir de um modelo matemático, chegou-se a conclusão de que o controle populacional dos países pobres era a única alternativa para conter o avanço da pobreza nesses locais. Ainda, em se mantendo os níveis de industrialização, degradação ambiental e crescimento populacional, o mundo chegaria no seu limite de crescimento em 100 anos a contar da data de sua publicação.

⁵⁸ Embora Walker considere a proposta do Clube como a mais contundente e até radical para aquele momento, fica clara que a intenção do Clube, é propor medidas e alternativas no sentido de acelerar o processo de modernização ecológica, ao sugerir e confrontar o uso de combustíveis fósseis. Como se sabe nenhum de seus membros era do ramo petrolífero, apesar de haver entre eles, fabricantes de automóveis, dependentes de petróleo. A posição do Clube denota, também, sua postura colonizadora, pois uma vez concretizada a ideia de estágio estacionário, certamente os países desenvolvidos aos quais seus membros pertenciam, teriam menos impactos negativos em seu modo de vida e no acesso a bens e serviços necessários a redução da vida.

Os argumentos levantados e defendidos no Relatório Meadows, influenciaram decisivamente os debates na Conferência de Estocolmo que, para Walker (2020), foi o último grande suspiro de radicalidade vindo do movimento ambientalista⁵⁹. Conforme argumenta, o impacto do Relatório foi de tal monta que, meses depois a sua publicação, os principais temas que seriam debatidos na Conferência passaram por uma reformulação, no sentido de incorporar as principais teses apresentadas pelos autores. Para Walker (2020), devido ao caráter institucional, simbólico e diplomático da Conferência, foi a primeira vez em que representantes dos países das economias avançadas tiveram seu modelo de desenvolvimento confrontado publicamente. Em termos políticos, a Conferência significou a incorporação da agenda ambiental nas instâncias oficiais da diplomacia internacional, e foi vista como uma ameaça aos interesses econômicos dos que sustentavam o desenvolvimento dos países industrializados.

As críticas expostas na Conferência, direcionaram-se, sobretudo, ao governo norte-americano, principal economia capitalista naquele momento, erguida e sustentada há décadas pelas grandes companhias de petróleo. Conforme argumenta Walker (2020), desde 1920 – antes mesmo da criação da Sociedade Mont Pelèrin – Von Mises e Hayek já se encontravam na câmara de comércio de Viena, com os principais representantes das grandes corporações petrolíferas. Um dos objetivos desses encontros, era pensar em formas “legais” que pudessem limitar o impacto dos valores democráticos disseminados na sociedade, bem como diminuir a intervenção do governo nos assuntos referentes a esfera de mercado. Além disso, nesses encontros se discutia de que forma se poderia capturar o poder do Estado, no sentido de se fomentar um planejamento geopolítico que favorece essas companhias.

Quando a crise dos anos 1970 eclode, as companhias de petróleo já estavam organizadas como um grande monopólio do setor energético. É desse setor que vem a principal reação à crítica ambientalista, crítica que, em certa medida, alimentou o ímpeto contrarrevolucionário impulsionado pelo neoliberalismo. Para Walker (2020), a correlação feita entre o uso do petróleo e o agravamento do aquecimento global, fez surgir entre as corporações um sentimento anti-ambientalista, que se traduziu na elaboração de estratégias no sentido de amortecer o impacto das críticas. Dentre elas, destacam-se o abrandamento das formas de reação e a incorporação gradativa da crítica, a criação de

⁵⁹ É possível se aprofundar com mais detalhes nessa discussão, a partir dos trabalhos de Lago (2006) e Oliveira (2011).

instrumentos como os Think Tanks⁶⁰ – ou Banco de Ideias (BOURDIEU; WACQUANT, 2003), o financiamento de grandes ONGs ambientalistas⁶¹ e a articulação com organismos comprometidos com a agenda neoliberal, como a ONU, o Banco Mundial⁶² e o FMI.

Segundo Holling (2001), a reação das companhias de petróleo foi rápida e contundente, pois atingiu o “coração do sistema empresarial norte-americano”. Como se sabe, no início dos anos 1970, o movimento de contracultura não se resumia ao movimento ambientalista, mas abrigava correntes pacifistas, feministas, anti-guerra e pelos direitos civis, todos em oposição ao modelo da sociedade ocidental. As grandes corporações, sobre quem recaía a maior parte das críticas, viram-se ameaçadas e entenderam aquele momento como uma oportunidade de subverter o discurso e poder avançar com o projeto neoliberal sem, contudo, desconsiderar as razões que fomentavam tais críticas.

Dado o fato de que a queima de combustível fóssil era o principal agente das mudanças climáticas, era esperado que as companhias agissem no sentido de capitular o conceito (ELLIOTT, 2022). Para este autor, o ponto central a ser analisado, resume-se ao fato das companhias terem dado ao tema das mudanças climáticas um caráter político desde o primeiro momento em que essa questão passou a ser debatida, ao invés de tratá-la como um fenômeno natural complexo, aparentemente sem solução. A partir dessa abordagem, as “*big oil companies*”, juntamente com outros atores engajados com a proposta neoliberal, puderam dar uma resposta de forma coordenada, que redundou numa espécie de governança cooperativa do capitalismo neoliberal (ELLIOTT, 2022).

Por ter surgido no alvorecer do neoliberalismo, foi sob as lentes neoliberais que se encaminhou o tratamento da questão relativa às mudanças climáticas. Conforme argumenta Rodrigues (2012), a tônica empregada pelos governos dos principais Estados comprometidos com a agenda neoliberal, girou em torno do tema da segurança. Isto é, a insegurança alimentar, energética, sanitária, militar entre outras que poderiam surgir em função de alterações no padrão do clima, criou um ambiente psicossocial, no sentido de

⁶⁰ Neste trabalho, Bourdieu e Wacquant (2003) mostram como esses Banco de Ideias atuam, muitas vezes, no sentido de deslegitimar o pensamento ou a produção científica. No caso dessa discussão específica, trata-se da negação de que as mudanças climáticas existam e sejam um fenômeno observável.

⁶¹ Ver Diegues (2008b).

⁶² Em seu trabalho, Pereira (2011) aborda como o Banco Mundial se tornou um ator político no que diz respeito a temática ambiental.

que toda e qualquer ação para conter tal ameaça seria bem-vinda. Os ideólogos neoliberais familiarizados com a questão, deram início a essa tarefa por meio da deslegitimação da ciência enquanto fornecedora dos dados, e pela negação da própria mudança do clima, o que, segundo este autor, “serviu para acalmar as mentes e corações” de milhões de pessoas ao redor do planeta.

De acordo com Elliott (2022), governar o medo e administrar essa questão, ao invés de atacá-la, foi a principal estratégia adotada no processo de neoliberalização. Conforme argumenta, o neoliberalismo entendido como um processo, tem como uma de suas regras fundamentais, a elaboração de mecanismos visando a pacificação dos dissensos. Isto é, no caso do movimento ambientalista e do ambientalismo de forma geral, é mais interessante para as classes dominantes, evitar o confronto deliberado com seus opositores. Dessa forma, faz parte do processo de neoliberalização, adotar estratégias de acolhimento de parcela significativa de setores de onde se originam as críticas, ao invés de ignorá-las ou abandoná-las por completo.

O que é impressionante nesse processo de conversão neoliberal, é o sincretismo presente no seu modo de operação: o neoliberalismo dificilmente remove seus opositores por meio da oposição explícita, ao invés disso, busca reformulá-la de maneira que ela se torne uma contestação socialmente mais aceita. Aqueles oponentes que permanecem recalcitrantes podem, eventualmente, serem classificados como perigosos, radicais, extremistas ou até mesmo terroristas. De qualquer forma, o objetivo final é gerar uma convicção coletiva, um tipo de ideologia comum, em que as únicas soluções possíveis para determinado tipo de problema, encontre nas reformas neoliberais a maneira mais aceitável para sua implementação (ELLIOTT, 2022).

A última investida do neoliberalismo sobre aquele que poderia ainda ser seu inimigo mais radical, centrou-se na antítese à ideia de ecodesenvolvimento. Este conceito surgiu pela primeira vez em 1973, e foi introduzido pelo diretor executivo do PNUMA, Maurice Strong. Elaborado a partir do princípio de “pensar globalmente e agir localmente”, o ecodesenvolvimento foi primeiramente elaborado para as áreas rurais dos países do então Terceiro Mundo. Tal proposta tinha como objetivos preliminares, fomentar a utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes países ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento econômico em moldes ocidentais (LAYRARGUES, 1997).

Contudo, no começo dos anos 1980, o termo foi melhor apropriado pelo economista franco-polonês Ignacy Sachs, que tratou de aperfeiçoá-lo. Logo de início, Sachs (1981) procurou definir o ecodesenvolvimento como “um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado as regiões rurais do Terceiro Mundo, fundado na sua capacidade natural para fotossíntese”. As teses fundamentais do ecodesenvolvimento se assentavam em três pilares, quais sejam, a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica. Pensadas em conjunto, essas teses contribuíram para estruturação daquelas que se tornaram as cinco dimensões principais deste conceito, a partir das quais ele pode ser difundido.

- 1) *sustentabilidade social*, que visa reduzir as diferenças sociais e a pobreza;
- 2) *sustentabilidade econômica*, que propõe a manutenção do capital natural;
- 3) *sustentabilidade ecológica*, que compreende a preservação dos recursos naturais;
- 4) *sustentabilidade espacial*, que pressupõe uma relação mais equilibrada entre o rural e o urbano;
- 5) *sustentabilidade cultural*, que busca o respeito as especificidades locais dos ecossistemas, culturas, identidades e tradições (SACHS, 1993).

Para Layrargues (1997), o ecodesenvolvimento tentou reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas, sem negar a importância presente nos intercâmbios culturais. Conforme argumenta, em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, Sachs e sua teoria, procuraram dar um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes propor soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Isto é, a aposta do ecodesenvolvimento ao se voltar para o Terceiro Mundo, era a de dar uma resposta incisiva ao modelo tradicional de desenvolvimento, pensado a partir de e para os países do chamado Primeiro Mundo.

A despeito da contundência da crítica, Leff (2009) observa a fragilidade teórico-conceitual por trás da construção epistemológica do ecodesenvolvimento. Para este autor, a questão ambiental foi apresentada genuinamente por Sachs a partir da perspectiva crítica da Economia Política, de forma a antagonizar com os efeitos negativos causados pela racionalidade econômica oriunda do desenvolvimentismo. Para Leff (2009), quando Sachs se referiu a esses efeitos, estava se reportando claramente às consequências danosas causadas ao ambiente pelo sistema econômico, notadamente se referindo às externalidades. Contudo, analisando a proposta ecodesenvolvimentista, Leff (2009)

entende que esta se voltou para a assimilação da problemática ecológica ao processo de desenvolvimento socioeconômico, principalmente via internalização das externalidades.

Para Leff (2009), reside aí a fragilidade do conceito pois, teoricamente, não buscou se opor radicalmente à reprodução da racionalidade econômica vigente. Ao contrário, Leff (2009) identifica que o discurso do ecodesenvolvimento não insere em sua análise, exatamente a perspectiva crítica necessária para evidenciar os limites dessa mesma racionalidade. Além disso, propõe a internalização do ambiente no sistema econômico, sem levar em conta possíveis obstáculos epistemológicos, institucionais e políticos, confiando ao próprio conceito o seu poder de contestação. Dessa forma, Leff (2009) entende que o objetivo primeiro do ecodesenvolvimento se adaptou à necessidade de reajustar a ordem internacional, para resolver os problemas da degradação socioambiental gerados pelo desenvolvimento capitalista.

É, sobretudo, um discurso prático orientado para harmonizar a reprodução da natureza como objeto e meio do processo reprodutivo na reprodução ampliada de capital. Por isso, mesmo sugerindo a criação de um novo projeto de civilização e aportando elementos positivos para a transformação da racionalidade produtiva dominante, as estratégias de ecodesenvolvimento não questionaram a possibilidade de realizar os seus objetivos dentro dos paradigmas econômicos e de suas estruturas institucionais prevaletentes. O discurso do ecodesenvolvimento foi diluindo o seu potencial crítico nas suas próprias estratégias teóricas e práticas (LEFF, 2009).

A ausência de práxis em sua concretização, assentava-se na falta de análise política das contradições em que se inseriam as próprias estratégias do ecodesenvolvimento. Uma delas e, talvez, a principal, dizia respeito a falta de respaldo político e institucional de diversos setores, preocupados com a possibilidade de superação da racionalidade produtiva dominante, da qual muitos desses mesmos setores se beneficiavam. Com o tempo, as propostas que subsidiaram a elaboração do ecodesenvolvimento, foram perdendo o seu sentido específico e sua capacidade de mobilizar os diferentes atores sociais na consecução dos seus objetivos, especialmente aqueles vinculados ao movimento ambientalista (LEFF, 2009).

Descolado das lutas sociais, o ecodesenvolvimento ficou vinculado a uma imagem voluntarista de transformação da realidade social, e teve seu significado restringido ao discurso contestatório. Ademais, por adotar uma visão sistêmica e pragmática dos processos naturais e das dinâmicas ecológicas, o ecodesenvolvimento não incorporou o

potencial histórico-crítico das relações sociais de transformação da natureza, bem como ignorou o potencial transformador dos conflitos sociais em luta por sua apropriação. De modo que, para Leff (2009), o ecodesenvolvimento surgiu para refuncionalizar a racionalidade econômica dominante, incorporando dimensões ambientais no processo produtivo sem, contudo, interferir na reprodução ampliada do capital.

Concomitante ao esvaziamento da proposta do ecodesenvolvimento, assistia-se à capitulação gradativa do movimento ambientalista. Elliott (2022) atribui à forma como o movimento construiu sua abordagem em torno da problemática ambiental – especialmente sobre o aquecimento global – como determinante para seu declínio. Conforme argumenta, as várias vertentes do movimento ambientalista, inclusive as mais radicais, sempre abordaram o tema das mudanças climáticas a partir do arcabouço teórico da Ecologia, entendendo esse fenômeno como uma crise sistêmica. Por conseguinte, os efeitos observados na esfera ambiental oriundos do aquecimento global e das mudanças climáticas, seriam compreendidos como pertencentes a ordem das catástrofes ou desastres naturais, descolados das relações sociais que os produzem.

Por conta disso, uma das marcas do movimento ambientalista no início dos anos 1970, foi o “seu entusiasmo pelas soluções e o apelo para o cuidado com o planeta” (ELLIOTT, 2022). Essa conduta romantizada e hedonista do movimento ambientalista, contribuiu para despolitizar a questão ambiental, destituindo-a dos seus componentes sócio-históricos. Por outro lado, foi exatamente essa a estratégia utilizada pelos atores engajados na implementação da agenda neoliberal que, desde o início, politizaram a problemática ambiental no sentido de instrumentalizá-la ideologicamente. Isto é, uma vez que para os ambientalistas importava cuidar dos efeitos das mudanças climáticas desconsiderando suas causas, tornou-se tarefa fácil para os neoliberais apresentarem propostas no sentido de amenizar tais efeitos, sem alterar as estruturas que estavam na raiz do problema.

Em se tratando do movimento ambientalista – principal antagonista do projeto neoliberal –, um dos pontos-chave dessa proposta recaía na manutenção da perspectiva a-crítica e a-histórica apreendida pelo movimento. Dessa forma, a não exposição dos processos históricos que levaram à organização da sociedade moderna por meio do modo de produção capitalista, constituía-se em uma das tarefas principais dos neoliberais. Uma vez invisibilizado o procedimento histórico que gerou a situação de degradação ambiental constatada empiricamente, as contradições ecológicas provocadas pela necessidade de

crescimento imanente ao próprio sistema, também ficaram subsumidas como causas da crise ambiental. De modo que manter no anonimato as razões por trás do aquecimento global, era motivo de primeira ordem para garantir o processo de neoliberalização em curso.

Da mesma forma, buscou-se manter intocados os paradigmas sobre os quais se originaram as críticas, notadamente o desenvolvimento e o crescimento econômico. Conforme aponta Layrargues (1997), a crítica centrada no modelo de desenvolvimento concebido a partir do Norte, demonstrava claramente que este modelo apresentava problemas, sobretudo por não cumprir a promessa de erradicação da pobreza dos países do Sul. Ademais, o crescimento econômico observado em escala global, nitidamente indicava sinais de fraqueza desse modelo, já que não resolveu os problemas sociais das próprias economias centrais, tampouco propiciou nivelamento adequado das condições de vida dos cidadãos do Terceiro Mundo. Ainda assim, aponta Layrargues (1997), desenvolvimento e crescimento econômico permaneceram como esferas invioláveis da economia capitalista, servindo, inclusive, de substrato para sua fase sustentável.

Para tanto, a partir dos anos 1980, a ideia de sustentabilidade ganha notoriedade e passa a ser o conceito central do processo de neoliberalização (ELLIOTT, 2022). Por ser mais um termo apropriado das ciências da natureza pelos economistas, certamente seu uso foi adaptado aos interesses econômicos do momento. Assim sendo, sustentabilidade passou a significar a capacidade dos sistemas econômicos em conjunto com os sistemas naturais continuarem a gerar lucros, incorporando um tom de consciência ambiental durante esse processo. Em termos ideológicos, a sustentabilidade serviu, também, para ocultar os antagonismos entre verdes e neoliberais, já que ambas as correntes seriam contempladas com essa nova abordagem. Conforme aponta Leff (2015):

O discurso da sustentabilidade busca reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico. Este mecanismo ideológico não significa apenas uma volta de parafuso a mais da racionalidade de econômica, mas opera uma volta e um torcimento da razão: seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, firmado nos mecanismos do livre mercado como meio eficaz de assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social.

As prerrogativas e os reais interesses por trás da ideia de sustentabilidade, ficaram mais evidentes em 1987, quando da publicação do Relatório Brundtland, também

conhecido como *Our Common Future*. Sob um ponto de vista mais pragmático, o Relatório continha duas propostas principais (ELLIOTT, 2022). A primeira, era a de como envolver os países mais desenvolvidos economicamente, em compromissos que buscassem, principalmente, a cooperação e o seu engajamento político nas arenas onde aconteciam as discussões sobre a questão ambiental. Por outro lado, buscava-se criar mecanismos que facilitassem a industrialização de países “em desenvolvimento”, sem sobrecarregar as suas condições naturais ainda preservadas. Para Elliott (2022), apesar do conteúdo predominantemente generalista, o Relatório buscou dar preferência ao modo como os países “subdesenvolvidos” poderiam encontrar maneiras de se desenvolver, sem que o processo de desenvolvimento repetisse os resultados negativos sobre o meio ambiente nos anos precedentes à publicação do Relatório.

A questão toda sobre o Relatório, sem dúvida gira em torno da relação construída entre os países do Norte e os do Sul. Porém, a maneira como a Comissão Brundtland decidiu abordar essa questão, é que deve ser motivo de questionamento. Conforme aponta Layrargues (1997), o que motivou a criação da Comissão – em 1983 – bem como a publicação do seu Relatório, foi o cenário testemunhado de crise ambiental, e que se traduzia num impasse civilizacional. De forma mais categórica, o que estava posto no final dos anos 1980, era a exposição incontestada das assimetrias construídas historicamente entre as diferentes nações, as quais resultaram no nível de desigualdade socioeconômica e no estágio de degradação ambiental observados na época.

De forma mais incisiva, o que estava em jogo – e que não foi explicitado – era o questionamento sobre o estilo de vida e o nível de consumo dos países do Norte. Pela primeira vez, constatava-se que a defesa incondicional da padronização do modelo de desenvolvimento, não havia permitido que os países pudessem prosperar de maneira equânime. Ademais, a defesa intransigente do crescimento econômico como paradigma de superação da pobreza, não havia resolvido os problemas sociais das economias centrais, bem como aprofundou o quadro de miséria nos países do então Terceiro Mundo. O ponto central, porém, diz respeito ao fato de que os países que se encontravam numa posição mais vantajosa na trajetória desenvolvimentista, tornaram-se os principais responsáveis pela degradação ambiental do planeta.

Isto é, o modo de vida dos países ocidentais e outras nações industrializadas, estava no epicentro da crise socioambiental. Dessa maneira, a discussão que deveria ter sido encampada pela Comissão Brundtland, demandaria, necessariamente, uma análise

histórica das condições estruturais que permitiram a construção de realidades tão díspares. Desde a perspectiva crítica da Economia Política, compreende-se que nessa análise deveria constar, em primeiro plano, o processo de colonização como propulsor das assimetrias e desigualdades observadas naquele dado momento. Ao fazê-lo, seria inescapável uma abordagem sobre a submissão das Colônias em relação às Metrôpoles, no sentido de que as primeiras forneceram, durante séculos, mão-de-obra escravizada e recursos naturais de forma ilimitada para a consecução do projeto da Modernidade.

Isso implicaria em revelar as condições da acumulação primitiva do capital, a qual possibilitou a transferência irrestrita de recursos para as Metrôpoles. Uma vez que havia recursos disponíveis de forma integral, era natural e esperado que os cidadãos dessas regiões consumissem de forma desproporcional em relação aos habitantes das Colônias. Centrada, portanto, nas relações sociais de produção capitalista, a referida análise chegaria a conclusão de que o modo de produção que possibilita o acesso a esses bens de consumo, só se viabiliza mediante à expansão incessante das forças produtivas que o alimentam, as quais, em certa medida, dizem respeito às condições naturais disponíveis no planeta. Assim, a discussão a qual a Comissão se omitiu em fazer, teria que propor formas de reduzir o consumo dos países do Norte e, ao mesmo, tempo, criar mecanismo que possibilitassem que os países do Sul pudessem elevar o seu padrão de consumo, até que se atingisse um estado de equilíbrio (ZACARIAS, 2009).

Além disso, outra discussão que a Comissão se furtou de fazer, remonta ao nível acelerado de degradação ambiental constatado naquele momento. Ao expor esse tema de forma radical, o que se esperaria da Comissão é que esta sugerisse a reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica, social e cultural vigentes nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista. Os sinais clarividentes do esgotamento dos recursos e de sua sobreexploração, seriam mais do que suficientes para que a proposta apresentada no Relatório, pudesse apontar para um outro modo de produção, em que os recursos naturais não estivessem submetidos da maneira infinita à racionalidade econômica (SILVA, 2010).

Trinta e cinco anos depois da publicação do Relatório, sabe-se bem que não foi isso que aconteceu. Conforme apontam Mota e Silva (2009), a ausência de uma crítica radical e classista à problemática ambiental, contribuiu para a construção de um consenso que unificasse interesses de classes antagônicas em torno da defesa do desenvolvimento

sustentável. Para as autoras, o desenvolvimento sustentável foi o limite máximo, foi o mais longe que as classes dominantes e os governos das economias centrais se dispuseram ceder. Ficou estabelecida, nesse acordo, a manutenção do estilo de vida e do padrão de consumo dos países do Norte, atenuando, portanto, o peso de sua responsabilidade sobre a degradação ambiental, a geração de riqueza e a reprodução da pobreza (LAYRARGUES, 1997).

A manutenção do prefixo desenvolvimento precedido do sufixo sustentável, evidencia o caráter colonialista da proposta. Isso ajuda a desmistificar a ideia de que o desenvolvimento sustentável seja um termo aparentemente asséptico e pretensamente destituído de conteúdo ideológico (FRETAS; NELIS; NUNES, 2012). Pelo contrário, o desenvolvimento continuaria a ser a força motriz e o parâmetro por meio da qual se guiariam as formas de organização social daquele momento em diante. Trata-se, portanto, de um importante artifício ideológico, pois apaga as origens das relações desiguais entre Norte e Sul; sinaliza que ainda é possível que ambos os polos atinjam o mesmo nível de satisfação, e; reforça o papel de cada um na divisão internacional do trabalho, no sentido da manutenção das trocas desiguais de recursos naturais e matérias-primas (MESZÁRIOS, 2011).

Sob o ponto de vista das relações de produção capitalista, é impossível qualquer modalidade de desenvolvimento sustentável, com vigência ampla e duradoura e que venha salvaguardar os recursos naturais e humanos do planeta Terra. O próprio “desenvolvimento” na lógica capitalista é insustentável, sendo, portanto, impossível pressupor desenvolvimento sustentável sem superar a desigualdade substantiva, o modo de produção hegemônico e as dificuldades estruturais nele existentes (MESZÁRIOS, 2011).

Segundo Leff (2015), o tema central na proposta de desenvolvimento sustentável, refere-se às novas estratégias de apropriação econômica da natureza. Para este autor, a degradação ambiental observada nas últimas décadas e que tem a levado a obstaculização da própria produção capitalista, não foi suficiente para desvincular o meio ambiente da racionalidade econômica vigente. Pelo contrário, por meio do desenvolvimento sustentável, a poluição, a degradação e os rejeitos da produção industrial, passariam a entrar nos cálculos econômicos do mercado, desobstruindo, assim, a sua condição imanente de expansão. A natureza degrada, na virada do século XX, tornar-se-ia, assim, em possibilidades de acumulação do sistema capitalista.

Para Leff (2015), o discurso do desenvolvimento sustentável, converteu o sentido crítico presente no conceito de ambiente, numa proclamação de políticas neoliberais. Conforme argumenta, a partir da ratificação do discurso sustentável, as dimensões ambientais perderam seu caráter intrínseco de serem as catalisadoras das transformações sociais, de busca pelo equilíbrio ecológico e justiça social. Em seu lugar, o desenvolvimentismo verde tratou de encontrar maneiras de atribuir valor as características ambientais até então “invaloráveis”, de modo a internalizar no sistema produtivo aquilo que se entendia como descartável. De uma só vez e de forma retórica, o discurso do desenvolvimento sustentável insere as políticas ambientais nos ajustes da economia neoliberal, ao mesmo tempo em que legitima a economia de mercado como aquela responsável pela utilização racional dos recursos (LEFF, 2015).

Em um de seus trabalhos, O’connor (2000) pergunta se é possível um capitalismo – ou desenvolvimento – sustentável. Ele mesmo responde que não só é possível como também desejado. Conforme argumenta, para os capitalistas, sustentabilidade é, antes de tudo, uma questão ideológica e política, diante de um problema ecológico e econômico. Isto é, um sistema capitalista que se pretende sustentável, diz respeito a manutenção ou sustentação de um estado de coisas por um determinado período, preferencialmente longo. A aparente ambiguidade do termo, resolve-se a partir do momento em que, no sistema produtivo, interessa que as taxas de lucro e o regime de acumulação possam se sustentar no longo prazo, o que, na prática, confere sustentabilidade às finanças. Para O’connor (2000), não poderia ter havido melhor escolha da terminologia que representaria essa nova etapa do capital, pois, em termos econômicos, um capitalismo sustentável deve necessariamente ser um capitalismo cujo desenvolvimento esteja permanentemente – e de forma sustentável – em expansão.

3.4. Neoliberalismo, políticas públicas e institucionalização dos serviços ecossistêmicos

Nem tudo que é muito útil custa caro (água, por exemplo) e nem tudo que custa caro é muito útil (como o diamante).

Este exemplo expressa não um, mas dois dos principais desafios de aprendizagem que a sociedade enfrenta na atualidade. Em primeiro lugar, estamos ainda descobrindo a “natureza do valor” conforme o nosso conceito de “capital” passa a incluir o capital humano, social e natural. Ao reconhecer e trabalharmos para desenvolver ou conservar estes outros “capitais”, estamos trabalhando em prol da sustentabilidade.

Em segundo lugar, ainda estamos buscando entender o “valor da natureza”. A natureza é fonte de muito valor no nosso dia-a-dia apesar de estar fora do mercado e ser difícil atribuir-lhe um preço ou um valor. Como temos percebido, a ausência de valoração está na raiz da degradação dos ecossistemas e da perda de biodiversidade (The Economics of Ecosystems and Biodiversity, 2008).

A consolidação do desenvolvimento sustentável como novo paradigma civilizacional, colocou novos desafios e possibilidades para as classes dominantes pós crise dos anos 1970. O consenso criado em torno desse conceito, garantiu perpetuidade do modelo de desenvolvimento assentado no modo de produção capitalista e permitiu que o sistema produtivo permanecesse intocado. Esse acordo gerou expectativas e novas oportunidades em relação a retomada do crescimento econômico, aumento nas taxas de lucro e continuidade do processo de acumulação. Por outro lado, a nova configuração político-econômica engendrada com a solidificação do neoliberalismo, colocou desafios à forma como a nova agenda ambiental poderia ser apropriada pelo capital. Isto é, após ter o acesso aos recursos naturais garantido, caberia pensar de que forma esses recursos poderiam entrar nos circuitos da racionalidade econômica vigente (LEFF, 2006).

Nesse sentido, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, tornou-se o marco institucional dessa nova agenda. Isso porque foi durante a Rio-92 que se ratificou o conceito de desenvolvimento sustentável, após sua primeira aparição no Relatório Brundtland. Também foi durante a Rio-92 que importantes documentos foram formalizados, como a Agenda 21, a Convenção da Desertificação, a Convenção das Mudanças Climáticas, a Declaração de Princípios das Florestas, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Carta da Terra. Além desses, também foi promulgada nessa mesma Conferência, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que balizaria novas formas de acessar e utilizar os recursos naturais a partir daquele momento (LAGO, 2006).

Em linhas gerais, a CDB se apoiou, principalmente, na proposição de mecanismos com vistas à conservação e preservação das áreas florestadas. Conhecida como conservação *in situ* (CDB, 1992), tal proposta buscava orientar os países detentores das maiores reservas de áreas florestadas do planeta, no sentido de desenvolverem mecanismos para sua preservação. A premissa por trás da conservação *in situ*, era a de que essas ações deveriam ser implementadas de forma localizada, levando em conta aspectos e especificidades de cada região em particular. As prioridades em torno da

conservação *in situ*, justificavam-se, segundo os planejadores da CDB, pois eram nessas áreas onde se observava as maiores taxas de desmatamento, perda da biodiversidade e consequente influência nas mudanças climáticas (LAGO, 2006).

Do ponto de vista sociológico, as operações discursivas concentradas no campo ambiental nesse período, trataram de atribuir aos países “em desenvolvimento” um prognóstico de aumento da degradação. Conforme argumentam Agarwal e Narain (1991), o fato dos países subdesenvolvidos apresentarem altos índices de pobreza e miséria, dava a entender que, para a superação desse quadro, inevitavelmente esses países avançariam sobre as áreas florestadas presentes em abundância nos seus territórios. Devido ao quadro de subdesenvolvimento e à suspeição das economias centrais em relação à forma como a apropriação dos recursos seria feita em prol da redução dos quadros de pobreza, dava-se como certa que a degradação das condições naturais do planeta ocorreria em maior escala nesses países.

Dessa forma, argumenta Ribeiro (2008), a CDB não se restringiu a sua proposta conservacionista, senão estava permeada de interesses políticos. Para este autor, a Convenção da Diversidade Biológica mostrou, ao longo do tempo, como os países centrais poderiam intervir de forma decisiva nos assuntos referentes ao meio ambiente dos países periféricos. A aposta feita na elaboração da CDB, recaía, portanto, na regulação ambiental a ser implementada nos países do Sul, sobretudo por meio da formulação de políticas públicas. Segundo Altvater (1995), ao mesmo tempo em que freavam o ímpeto desenvolvimentista dos países do Sul, os países do centro do capitalismo garantiram que os recursos dos quais necessitavam poderiam estar sob a garantia de alguma proteção legal.

Segundo Zhouri (2006), na virada dos anos 1990, o discurso neoliberal foi construído politicamente tendo como alicerce a teoria neoclássica. No que diz respeito à temática ecológica, esse discurso encontrava respaldo na sua vertente principal, qual seja, a economia ambiental. Para esta autora, data desse período uma operação discursiva própria ao neoliberalismo, que passou a criticar as políticas ambientais dos Estados nacionais centradas, historicamente, nos mecanismos de comando e controle, como sendo ineficazes e ineficientes em relação à preservação. Em contrapartida, advogou-se em defesa de um ambientalismo de resultado, o qual passou a condenar a dependência do Estado no trato sobre assuntos ambientais, e a defender a adoção de instrumentos econômicos como forma de garantir o acesso e a gestão dos recursos naturais.

Para Acserlrad (2005), esse mesmo período é marcado pela implementação dos primeiros Programas de Ajustes Estruturais (PAEs) nos países do Sul. Conforme argumenta, esses programas nada mais eram do que acordos feitos entre os países submetidos ao esquema da dívida externa com as instituições credoras e os governos das economias centrais, no sentido de oferecer garantias de que a dívida continuaria a ser paga. Isso implicava na restrição orçamentária por parte dos Estados nacionais, o que resultava na diminuição de recursos financeiros disponíveis para serem investidos na aplicação de políticas públicas nos diferentes setores domésticos. Em última instância, tratava-se de enxugar a estrutura do Estado, minimizar seu poder de ação e possibilitar a entrada das forças do mercado nos assuntos de interesse público.

Tais premissas estão em consonância com o *modus operandi* neoliberal, que estabeleceu a primazia do mercado como esfera privilegiada da vida social. Segundo Fletcher e Büscher (2017), os princípios norteadores do neoliberalismo, como privatização, mercantilização e desregulamentação, tenderam a penetrar, também, no campo ambiental, regulado tradicionalmente pelas estruturas do Estado. Segundo os autores, os teóricos comprometidos com a Economia Ambiental, entendiam os mecanismos de comando e controle como uma falha de mercado, devido ao caráter de bem público atribuído aos recursos naturais de uso comum. Desse modo, os autores localizam o surgimento de um ambientalismo de mercado, que passou a reivindicar a gestão dos recursos a partir das práticas desenvolvidas na esfera mercantil.

Em termos objetivos, essa é uma demanda há muito defendida pelos neoclássicos e economistas ambientais. Conforme apontam Shapiro-Garza et al. (2019), trata-se da internalização das externalidades, uma questão levantada desde o início do século XX por Pigou (1932), e aprimorada a partir dos trabalhos de Coase (1960). Segundo os autores, esses economistas defendiam a atribuição de valores a bens não mercantis como meio de aumentar a eficiência da política ambiental e a eficácia das medidas de conservação. Somente a partir da inserção desses bens sob um sistema de preços regulado e gerido por agentes econômicos inseridos na esfera do mercado, é que se atingiria um “ótimo” de sua utilização – o “ótimo de Coase”.

A internalização das externalidades negativas, oriundas do sistema produtivo, tornou-se prática recorrente no capitalismo desde 1960. Conforme aponta Lohmann (2012), esse mecanismo remonta aos primeiros mercados de poluição do século XX, os quais foram criados nos Estados Unidos por um grupo de economistas de Washington,

chamados de “*Big Green*”. Além dos economistas, faziam parte desse grupo representantes de grandes conglomerados empresariais, as *business alliances*, bem como pessoas ligadas ao mercado financeiro. O interesse que os unia, girava em torno da temática ambiental, mais precisamente, esse grupo buscava encontrar formas de minimizar os impactos causados por suas atividades econômicas, sem que fossem penalizados por isso.

A iniciativa mais recente e que ajudou a consolidar o sistema de internalização das externalidades, foi elaborada pela OCDE (OECD, 1972). Publicada como uma recomendação e tendo o peso de um instrumento legal, nessa iniciativa apareceu, pela primeira vez, o conceito-chave de poluidor-pagador. A partir deste instrumento, identificava-se que determinadas atividades econômicas realizadas de maneira privada, também atingiam a terceiros, na forma de custos sociais e danos ambientais. Dessa forma, ao reconhecer que os agentes econômicos eram, também, poluidores, buscou-se por meio desse mecanismo, uma maneira de responsabilizá-los pelos danos causados, através do estabelecimento de um pagamento que restituísse um recurso natural degradado durante as atividades produtivas (MARTINS, 2004).

O desafio posto às classes dominantes no início dos anos 1990, seria o de incorporar aspectos do mundo natural considerados benéficos aos seres humanos, e que não eram contabilizadas no sistema de preços do mercado. Nesse período, por conta da prevalência do debate em torno das externalidades negativas, a ideia sobre externalidades positivas era pouco difundida, e até mesmo se questionava se era possível que o modo de produção capitalista pudesse gerar “resíduos benéficos” ao bem-estar da população. Isto é, em função desse questionamento, forjou-se a possibilidade de tornar todos os aspectos da vida biológica em instrumento de reprodução do capital e em novas técnicas de apropriação de excedentes (CHESNAIS, 2009).

Contudo, a Convenção da Diversidade Biológica aprisionou quantidades consideráveis de recursos sob a rubrica da conservação. Segundo Little (2003), nos países do Sul e no Brasil especificamente, a conservação dos recursos naturais esteve submetida à criação de áreas protegidas – ou, Unidades de Conservação – cuja administração e gestão estão, em sua larga maioria, sob a tutela dos Estados. Um grande volume de capital, portanto, passou a ser imobilizado pela criação das legislações ambientais locais, redundando, muitas vezes, nos contumazes conflitos de interesse entre desenvolvimento e preservação. Desse modo, o desafio passou a ser o de transformar bens públicos em

mercadorias e o de internalizar externalidades com características benéficas – ou seja, positivas – ao bem-estar humano.

Para tanto, algumas estratégias foram elaboradas no sentido de reverter o aspecto pejorativo em torno das externalidades negativas. Segundo Kosoy e Corbera (2010), o principal passo ocorreu perante à necessidade dos diferentes agentes em buscar reconhecer – e correlacionar – a importância das funções biofísicas da Terra para o bem-estar da humanidade, passando a encarar tais funções como serviços. Uma vez transformadas em serviços, certamente esses elementos do mundo natural passaram a requerer o reconhecimento de quem presta e quem se beneficia de tais serviços. Isto é, seguindo a racionalidade econômica que sustenta a economia ambiental, os serviços ecossistêmicos constituiriam externalidades, pois fornecem benefícios que não são pagos e, portanto, não são internalizados nas decisões econômicas.

Conforme aponta McAfee (2012), conservacionistas e ecologistas criaram o conceito de serviços ecossistêmicos na década de 1980, para destacar as maneiras pelas quais indivíduos, comunidades e economias dependem das funções de suporte à vida dos ecossistemas. Para a autora, o principal argumento para a adoção desse conceito, tem sido que a contabilidade econômica convencional apenas valoriza os ecossistemas pelos produtos extraídos que entram no mercado, não pelos serviços externalizados que eles fornecem. Desse modo, a avaliação monetária das funções do ecossistema, poderia ajudar a esclarecer as consequências de diferentes opções de políticas ambientais e de uso da terra, tanto nos seus aspectos quantitativos quanto qualitativos.

O clássico trabalho de Costanza et al. (1997), é o marco temporal que ajuda a compreender a transformação de funções ecológicas em serviços descrita acima. Fruto de um esforço que envolveu economistas, ambientalistas e até membros do Clube de Roma – como o próprio Costanza – este artigo introduziu na literatura a ideia de serviços ecossistêmicos. O argumento central defendido pelos autores, era o de que as funções biofísicas desempenhadas pelos diferentes ecossistemas, representavam importantes serviços para o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos da Terra e para manutenção do bem-estar humano. Por interferir direta ou indiretamente no suporte da vida no planeta, seria preciso desenvolver novas estratégias no sentido de preservar essas funções e frear o ritmo de degradação desses serviços.

Teoricamente amparados pela Economia Ambiental, para os autores, a escassez dessas funções poderia ser evitada se as mesmas possuísem algum valor. Isto é, como o funcionamento dos ciclos biogeoquímicos ocorre independentemente da vontade humana e de forma gratuita, não se percebe, quando estes são danificados, o valor desperdiçado no ato da degradação. À luz da teoria econômica neoclássica, o trabalho de Costanza et al. (1997) buscou, a partir do princípio de capital natural, identificar e nomear esses serviços, para que sua função na natureza pudesse ser valorada. Assim como o artigo, tornou-se clássica a cifra apresentada pelos autores que previa a quantia de US\$ 33 trilhões de dólares por ano, o volume possível de ser negociado com a manutenção e prestação de tais serviços. Naquele momento, esse valor era maior do que o PIB mundial, calculado em US\$ 18 trilhões.

Desde então, as teses sobre o capital natural, as ideias sobre serviços ecossistêmicos e as metodologias para sua valoração, foram aprimoradas. Após o grande impacto causado pelo trabalho de Costanza (1997), uma série de instituições e atores se comprometeram com a temática ambiental a partir dos princípios neoliberais e voltados para a esfera do mercado. De acordo com McAfee (1999), esse período também viu a incorporação dos serviços ecossistêmicos e outras formas do chamado capital natural no universo conceitual dos economistas neoclássicos. Segundo a autora, isso ficou mais evidente à medida que funcionários do Banco Mundial e outras instituições financeiras, começaram a incluir ativos ambientais em suas estimativas de riqueza.

Um desses funcionários, Stefano Pagiola, tornou-se um dos proponentes e teóricos principais de um mercado em torno dos serviços ecossistêmicos. Em um dos seus primeiros trabalhos sobre o tema, intitulado *Selling Forest Environmental Services: Market-Based Mechanisms for Conservation and Development*, este autor esboça os princípios de um mecanismo regulatório sobre a venda e a compra desses serviços. Conforme aponta:

O propósito básico dos mecanismos baseados no mercado examinados neste livro, é remediar as falhas do mercado. Ao vender os serviços prestados pelas florestas, individualmente ou em pacotes, esses mecanismos visam gerar receita que pode ser usada: (i) para aumentar os benefícios privados da conservação para os gestores florestais individuais e, assim, alterar seus incentivos; ou (ii) para gerar recursos que possam ser usados para financiar esforços de conservação por grupos conservacionistas públicos ou privados. (PAGIOLA et al., 2002).

Após esse delineamento preliminar com vistas a estruturar um mercado em torno dos serviços ecossistêmicos, esses tiveram que ser melhor delimitados. Uma das iniciativas de maior proeminência relacionada a definição dos serviços ecossistêmicos, refere-se ao *Millenium Ecosystem Assessment* (2005). Divulgado alguns anos após o trabalho de Costanza et al. (1997), esse foi o trabalho mais completo publicado sobre o tema até então, o qual ainda serve de referência quando o assunto é valoração ambiental. De acordo com Matulis (2013), o Relatório MEA, como ficou conhecido, tornou-se o instrumento norteador sobre os serviços ecossistêmicos, pois nele foram definidas quais funções desempenhadas pela biosfera teriam relevância para o bem-estar humano. O ponto alto do Relatório, afirma o autor, foi justamente o de fundamentar de forma positiva as relações benéficas – e que deveriam ser preservadas – entre serviços ecossistêmicos e a satisfação das necessidades humanas.

A Avaliação se concentra nas ligações entre os ecossistemas e o bem-estar humano e, em particular, nos “serviços ecossistêmicos”. Um ecossistema é um complexo dinâmico de comunidades de plantas, animais e microrganismos e o ambiente não vivo interagindo como uma unidade funcional. A Avaliação lida com toda a gama de ecossistemas – desde aqueles relativamente intocados, como florestas naturais, até paisagens com padrões mistos de uso humano, até ecossistemas intensamente manejados e modificados por humanos, como terras agrícolas e áreas urbanas. Os serviços ecossistêmicos são os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas (MEA, 2005).

Composto por um corpo bastante heterogêneo, o MEA definiu os serviços ecossistêmicos em quatro categorias diferentes. A primeira delas é a de serviços de provisão, referentes ao fornecimento de bens e produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização, como água, madeira, alimento, fibras, etc. A segunda, é a de serviços de suporte, os quais, segundo os autores, são responsáveis pela manutenção da vida na Terra, como conservação da biodiversidade, ciclagem de nutrientes, fertilidade do solo, polinização, entre outras. A terceira, diz respeito aos serviços de regulação, os quais teriam importância para estabilidade dos processos físicos, como sequestro de carbono, purificação do ar, manutenção do ciclo hidrológico, entre outros. Por fim, os serviços culturais, como aqueles que provêm benefícios recreacionais, estéticos, espirituais e outros benefícios não materiais à sociedade humana (MEA, 2005).

Como se percebe, a abrangência dos serviços é ampla e a concepção dos benefícios que deles se obtêm, é bastante diversificada. Dessa maneira, constituiu tarefa importante

entre os atores comprometidos com a legitimação dessa proposta, criar mecanismos e estabelecer regras no sentido de se propor um espaço onde esses serviços pudessem ser transacionados. Após a definição dessas funções ser amplamente aceita e chancelada pela comunidade internacional ligada a questão ambiental, o próximo passo ocorreu em direção a sua institucionalização enquanto serviços, os quais, a partir de então, poderiam ter sua prestação atrelada a alguma forma de pagamento. Mais do que isso, o desafio consistia em validar uma atividade econômica até então nunca experimentada pelo *modus operandi* do mercado (VATN, 2015).

No mesmo ano da publicação do MEA, surgiu a primeira proposta sistematizada de um instrumento que pudesse regular um mercado em torno desses serviços. Trata-se da publicação do economista alemão Sven Wunder, que apresentou de forma introdutória o chamado mecanismo de pagamento por serviços ambientais (WUNDER, 2005). Neste trabalho, Wunder apresentou um esboço de como as transações envolvendo tais serviços poderiam ocorrer, delimitando, principalmente, qual seria o papel dos diferentes atores que decidissem aderir a essa iniciativa. Na proposta original, estão contidos os princípios norteadores do esquema de pagamentos por serviços ambientais (PSA), os quais podem ser resumidos da seguinte maneira:

- (1) uma transação voluntária em que,
- (2) um serviço bem definido
- (3) está sendo comprado por (no mínimo) um comprador
- (4) de um provedor (no mínimo um)
- (5) se, e somente se, o provedor de serviço garantir a provisão desse serviço

A maioria das discussões iniciais, claramente posicionou o PSA como um instrumento de governança ambiental explicitamente baseado no mercado (HEYNEN, et al., 2007). Como resultado desse enquadramento explícito de mercado por formuladores de políticas e pesquisadores, o PSA se tornou cada vez mais incluído em um corpo crescente de literatura explorando o surgimento de naturezas neoliberais e conservação neoliberal. Para Fletcher e Büscher (2017), essas literaturas examinaram como a governança ambiental em todo o mundo tem adotado cada vez mais os princípios neoliberais de privatização, mercantilização e mercadorização, ao desafiar uma ênfase

anterior nos chamados mecanismos de comando e controle que defendem a legislação estatal direta e a regulação de gestão de recursos naturais.

Segundo Muradian et al. (2013a), em resposta às críticas pelo caráter extremamente economicista, Wunder reformula o conceito de PSA, no sentido de desmercadorizá-lo. Conforme argumentam os autores, em uma nova publicação intitulada oportunamente de *Revisiting the concept of payments for environmental services*, Wunder (2015) se concentra em reformular a ideia em torno do conceito de poluidor-pagador. Para ele, este conceito havia adquirido um sentido pejorativo ao longo do tempo, sendo sempre imputado àquele agente econômico descompromissado com a degradação ambiental. Em vista disso, Wunder busca reverter a conotação negativa construída em torno desses agentes, e encontra no léxico próprio à economia ambiental, uma forma de positivar essa relação, cunhando o conceito de provedor-recebedor/usuário-pagador de serviços. Após a reformulação, os PSA passaram a ser compreendidos como:

- (1) transações voluntárias
- (2) entre usuários do serviço
- (3) e prestadores de serviços
- (4) que estão condicionados a regras acordadas de gestão de recursos naturais
- (5) para geração de serviços externos.

Esse conceito – de provedor-recebedor – se tornou um dos elementos-chave do mecanismo de PSA, pois ajudou a dar visibilidade os agentes envolvidos no esquema. Wunder tratou de suavizar os esquemas de PSA de outras formas, como ao propor que o “pagamento” pelos serviços eram, na verdade, “compensações” feitas aos provedores por sua provisão. Além disso, ao apontar que as transações ocorridas nos esquemas aconteceriam de forma voluntária, Wunder flexibiliza o caráter impositivo e rígido observado no ambiente de mercado. Isto é, ao invés da desgastada terminologia utilizada pelos agentes econômicos envolvidos em problemas relacionados à degradação/recuperação ambiental, este teórico proporcionou uma mudança terminológica em torno do PSA, que se refletiu, também, no seu aspecto conceitual (MURADIAN; GÓMEZ-BAGGENTHUN, 2013b).

Ao fim e ao cabo, os esquemas de PSA não tem sido caracterizado pela literatura especializada como um mecanismo “puro” de mercado. Conforme apontam Kolindivaji

et al. (2019), o crescente escrutínio empírico começou a demonstrar que, na prática, poucos programas de PSA se ajustavam perfeitamente ao modelo ideal de Wunder, levando-o a admitir que a maioria dos programas existentes era, na melhor das hipóteses, semelhante ao mercado. As razões para isso podiam ser observadas no fato de que uma fração muito grande de transações entre intermediários públicos e provedores não assumiam a forma de comércio, sendo melhor caracterizados como subsídios.

Ainda segundo Kolindivaji et al. (2019), essa proposição se mostrou problemática porque excluiu uma variedade de esquemas de PSA que poderiam operar sob diferentes princípios, com serviços ecossistêmicos mal definidos ou sob níveis de provisão ineficientes. Além disso, não estava claro mesmo na proposta reformulada, que as transações ocorreriam especificamente entre agentes privados, abrindo precedentes para que os negócios pudessem ocorrer, também, entre entes estatais. Todos esses elementos quando observados em conjunto, trouxeram à tona o risco de que poucos participantes pudessem aderir à proposta, o que desconfiguraria seu propósito original, qual seja, o de constituir um mercado competitivo em torno desses serviços. Segundo os autores, onde existem mercados, eles são do tipo incompleto.

Para McElwee (2012), os esquemas de PSA não avançaram em sua proposta original por esbarrarem em uma de suas demandas principais. Conforme argumenta, um dos objetivos dos teóricos neoclássicos em conjunto com as classes dominantes em torno dos mecanismos de PSA, era o de instituir direitos de propriedade sobre os bens e serviços considerados públicos. Na prática, os números mostram que a maioria dos esquemas de PSA existentes em todo mundo, estão sob execução dos Estados nacionais e de governos regionais ou municipais. Desse modo, esta autora conclui que mercados para a venda de serviços ecossistêmicos são praticamente inexistentes, e que as políticas públicas de conservação são centradas, basicamente, na estrutura dos estados, caracterizando seu caráter intervencionista.

Isso pode ser entendido como uma contradição ou como uma estratégia do neoliberalismo. De acordo com Gledhill (2007), este cenário poderia se caracterizar como uma contradição pois, ao contrário do que apregoa o ideário neoliberal de minar as funções e o poder do Estado, o que se observa com os PSA é que sua implementação é demasiadamente dependente das estruturas governamentais e da intervenção estatal, no sentido de garantir juridicamente a elaboração de políticas públicas assentadas nos PSA. Segundo este autor, o grande trunfo neoliberal em relação aos PSA, foi conseguir fazer

com que o Estado estruturasse juridicamente um arcabouço legal que amparasse legalmente as políticas que decidissem se apoiar nesses esquemas.

Por outro lado, pode-se apreender esse movimento como uma estratégia de governança ambiental, em que estabelecer ou incorporar um *ethos* de mercado nas instituições e estruturas governamentais, seja mais vantajoso a longo prazo do que criar mercados propriamente ditos (McElwee, 2017). Para esta autora, enquanto o neoliberalismo é comumente equiparado ao afastamento do Estado dos assuntos econômicos, de fato, um corpo substancial de literatura contesta essa caracterização. Conforme argumenta, o que esses estudos mostram é que o neoliberalismo geralmente implica – e de fato pode exigir – a não retirada total da governança estatal, senão uma transformação na forma como os estados governam, tendo como parâmetro os mercados.

Trata-se, segundo Vatn (2010), da institucionalização de uma cultura neoliberal, baseada e assentada nos valores da livre iniciativa no ambiente de mercado. Para este autor, a internalização desses valores por si só atinge o objetivo principal da governança ambiental pautada em instrumentos econômicos, que é o de engajar o Estado e as comunidades que se “beneficiam” de tais políticas numa atitude empresarial. Isto é, esse tipo de governança ambiental, visa alterar a forma como o Estado e as comunidades se engajam política, econômica e socialmente nos assuntos relacionados à questão ambiental, sobretudo em relação à degradação e conservação. Com isso, busca-se cumprir a tarefa implícita nos instrumentos econômicos de preservação, que é a mudança de conduta dos agentes, motivada por um incentivo financeiro ou pagamento pela prestação de um determinado serviço.

A partir desse cenário, já é possível estabelecer os ideais neoclássicos e dos economistas ambientais, como práxis dominante acerca da problemática ambiental. As propostas e metodologias de valoração ambiental, crescem em número exponencial, tornando-se cada vez mais aceitas como a única forma de se evitar ou frear o processo de degradação em curso. Observado e analisado como um processo, o neoliberalismo vem cumprindo o papel de transformar os aspectos da vida biológica em mercadorias passíveis de serem comercializadas num futuro mercado ecossistêmico. O *ethos* implementado ou enraizado no Estado e nas comunidades, já é, dessa forma, predominantemente de mercado, na medida em que os atores sociais entenderem a natureza e suas funções como um serviço, passível de remuneração.

* * *

Neste capítulo procurei fazer uma espécie de preâmbulo para a discussão que se segue nos capítulos seguintes. De maneira geral, o objetivo foi apresentar ao leitor, de que forma se deu na Amazônia, o processo que redundou na transformação dos recursos naturais de uso comum em produtos dotados de valor de troca, isto é, em mercadorias. Para tanto, foi preciso localizar um período específico em que tal processo iniciou seu curso, como propósito claro de diferenciá-lo do período anterior em que outros produtos também foram negociados na Amazônia. Apesar da borracha e das drogas do sertão terem sido comercializadas durante e após o período colonial, é somente na segunda metade do século XX que a terra e os recursos naturais da Amazônia serão utilizados como meio de produção da riqueza dos seus novos proprietários.

Porém, até mesmo a chamada modernização da Amazônia ocorreu de forma tardia, e seu processo ocorreu de maneira bastante violenta. Ao longo dos quase trinta anos em que perdurou, suas terras e seus recursos, especialmente os minérios, foram transferidos de forma compulsória das comunidades locais que deles se apossaram comunalmente, para colonos e invasores nacionais e estrangeiros, tudo isso avalizado pelo Estado brasileiro. Do outro lado do mundo, a modernização das relações sociais de produção, encaminhava-se para sua hiper radicalização, marcada pelo esgotamento do Estado de bem-estar e pelo fim dos trinta anos gloriosos. A partir de 1980, a adoção do neoliberalismo mudaria drasticamente a maneira de se pensar o trabalho, a natureza e a produção de mercadorias.

A arena ambiental também se permitiu seduzir pelas teses neoliberais, o que alterou o modo como essa questão vinha sendo tratada. Como um primeiro movimento, tem-se a cooptação dos setores ambientalistas, e a incorporação da noção de sustentabilidade no discurso dos principais agentes poluidores, inclusive as grandes companhias de petróleo. Em seguida, observa-se mais uma vez a manipulação dos setores produtivos-poluidores, no sentido de preservar a ideia-chave do desenvolvimento, incorporando a essa ideia o sufixo sustentável, de maneira a garantir e legitimar a continuidade do modo de produção capitalista. Por fim, perpassando todos esses movimentos e sustentando sua articulação, estiveram os teóricos neoclássicos e sua vertente verde, a Economia Ambiental, ratificando nos diferentes meios a necessidade de se mercantilizar os recursos naturais a fim de preservá-los.

As funções biofísicas da terra, realizadas de forma gratuita e involuntária, são, então, transformadas em serviços ecossistêmicos, pressupondo um pagamento para garantir sua provisão. As regiões com rica biodiversidade e onde esses serviços estão presentes em abundância, tornaram-se lugares privilegiados para implementação de políticas ambientais conservacionistas, subsidiadas, predominantemente, pela Economia Ambiental. Na Amazônia, assiste-se a um salto que vai de 1950 aos anos 2000, em que além de terra e minérios, sua beleza cênica, o carbono sequestrado e seu ciclo hidrológico também se torna mercadoria. Sob a vigência do neoliberalismo, o esforço dos Estados em preservar seus recursos naturais por meio de políticas e legislação específica, ocorre no sentido de transformar bens públicos em propriedade privada, em decorrência da valoração – e consequente mercantilização – da natureza.

4. Unidades de Conservação: o elefante verde na sala do ambientalismo

São cinco os maiores grupos sociais que alimentam a conservação da vida selvagem no Terceiro Mundo. Em primeiro lugar, estão os moradores das cidades e turistas estrangeiros que tomam algum tempo de férias para visitar o mundo selvagem, com objetivos de prazer, estética e recreação. O segundo grupo são as elites governantes, que veem na proteção de um animal um símbolo de prestígio nacional. O terceiro grupo é formado pelas organizações ambientalistas internacionais, como IUCN e WWF, que trabalham para educar os profissionais nas virtudes da conservação. O quarto grupo é formado pelos funcionários dos serviços de parques. E, finalmente, o último grupo é o dos biólogos, que querem conservar a natureza por causa da ciência (GUHA, 1997).

Quando decidi que um dos meus objetos de pesquisa seria o Programa Bolsa Floresta, muitas questões não estavam para mim ainda definidas. A proposta contida no projeto inicial, buscava abordar o Programa a partir da perspectiva institucional, no sentido de compreender os aspectos político-jurídicos envolvidos na implementação de uma política pública ambiental. Outras questões, que apareceram no texto com muito mais ênfase e com as quais busquei dialogar de forma mais próxima, sem dúvida se sobrepuseram à ideia original que, no final das contas, parece ter deixado de ser o problema central deste objeto em particular. De modo mais preciso, muitas ou quase todas as questões que aparecem no texto e a “escolha” do referencial teórico-metodológico que serviu de instrumento para analisar essas questões, surgiram à medida que eu tive meus primeiros contatos com o campo.

O campo ao qual me refiro, diz respeito a uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), uma das categorias de áreas protegidas previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Nela, vive um “grupo social” com características mais ou menos homogêneas, agrupado de forma genérica sob a denominação de povos tradicionais, cuja maior expressão – ou subcategoria analítica – são os ribeirinhos. O Programa, eu sabia, tinha como objetivo remunerar financeiramente essas pessoas, por meio de compensações pagas pela preservação e provimento de serviços ambientais. Essa era a moldura, representada de forma bastante sintetizada sobre o Bolsa Floresta, que eu havia elaborado antes de ir a campo.

Não estava no meu radar, nos idos de 2017 – quando escrevi o projeto –, fazer uma discussão sobre natureza, conservacionismo e Unidades de Conservação na Amazônia. Embora eu imaginasse que, em algum momento, essa discussão tivesse que ser feita, pois

as Unidades de Conservação do estado do Amazonas são condição *sine qua non* para a implantação do Programa Bolsa Floresta. De acordo com a proposta original, talvez uma análise institucional dos mecanismos, instituições, órgãos e outras estruturas governamentais referentes à implementação dessas áreas, fosse suficiente para cobrir meu objetivo inicial. Contudo, à medida que entrava em contato com os moradores da Reserva, fazia as entrevistas e ouvia seus relatos, minha percepção sobre o tema teve que obrigatoriamente ser repensada.

Lá, entre tantas pessoas, conheci dona Esmeralda, umas das moradoras mais antigas e mais respeitadas da Reserva. Por ser uma liderança, um dos meus interlocutores – na casa de quem eu estava hospedado – sugeriu que eu fizesse uma entrevista com ela. Fui alertado que dona Esmeralda era mulher de poucas palavras e não tinha muita paciência “pra esse negócio aí de pesquisa”. Com o gravador na mão, eu e Dedé paramos a embarcação na beira do barranco que dava para sua casa e, como era período de seca, subimos uma imensa escada até chegarmos no platô. Lá em cima, Dedé, que já conhecia dona Esmeralda, apresentou-me a ela e disse o motivo da minha visita, de quem imediatamente recebi uma torcida de nariz.

Foram seis minutos de conversa. Percebi que dona Esmeralda não estava confortável e nem queria falar. Mal desliguei o gravador, subiu pela mesma escada um sujeito, vestindo o uniforme da Fundação que executa o Programa na Reserva. Dona Esmeralda é uma das beneficiárias. Com um *tablet* na mão, ele se sentou ao lado de dona Esmeralda e abriu um questionário com dezenas de perguntas. Sem se importar conosco, sem querer saber se estávamos conversando ou sem mesmo perguntar se dona Esmeralda poderia – ou gostaria – de atendê-lo naquele momento, começou a fazer as perguntas. As respostas ao questionário duraram cerca dez ou quinze minutos. Ao final, o sujeito agradeceu dona Esmeralda, desligou o *tablet*, desceu as escadas e foi embora. Dona Esmeralda virou para a gente e disse: “falei qualquer coisa, não suporto esses cão”.

Na hora não entendi o mal-estar gerado, mas aquele acontecimento singular – quando elaborado mais para frente em relação com o todo que nos cercava – definiu, dali em diante, os rumos da pesquisa. Mas, mais ainda. Naquele dia, – hora do almoço – dona Esmeralda não tinha o que comer. Como era de praxe, quando eu ia até outras comunidades, sempre levava alguma coisa para cozinhar. Geralmente a pessoa que eu entrevistava fazia a refeição. Dona Esmeralda mora num terreno sem limites físicos demarcados, cuja dimensão é incalculável. Mas para ela é só “a beira do rio”. Não é

Reserva, não é área protegida, não é Unidade de Conservação, ela não sabe o que é povo tradicional, ela se diz “filha de índio, caboquinha”.

Assim sendo, o campo – insisto nele – foi quem trouxe a antítese do que se produz e do que vem sendo discutido dentro daquilo que pode ser chamado de ambientalismo hegemônico, de mercado ou de resultado. A partir das contradições que foram se apresentando ao longo da experiência vivida no espaço-tempo daquele lugar e com aquelas pessoas, foi possível compreender e aprofundar a discussão sobre temas que, a meu ver, estavam subsumidos quando eu mirei o Bolsa Floresta apenas como uma política pública *strictu sensu*. Não seria exagero dizer que o campo revelou aquilo que merecia ser dito, aquilo de fato tem importância e que, aos olhos de uma Lei, permaneceria implícito. O “campo revelou” soa como eufemismo, e dito dessa maneira realmente é. As pessoas, seus olhares, as conversas, seus depoimentos, as viagens, os cafés-da-manhã, os desabafos, as dores e alegrias compartilhadas pelos moradores da Reserva revelaram o que deveria estar nesta tese.

4.1. Breve contexto das áreas protegidas

A ideia de conservação da natureza surgiu quase que concomitantemente nos Estados Unidos e na Europa. No primeiro país, ela aparece fundamentada sobre o conceito de *wilderness*, o qual asseverava que regiões que reuniam uma alta concentração de biodiversidade, apresentavam tal quadro por não terem sofrido interferência da ação humana durante seu processo de formação. No continente europeu, a ideia de conservação advém da sua tradição judaico-cristã que contribuiu, a partir de uma leitura teológica do mundo, para que o “homem” pudesse domesticar a natureza. Com o tempo, essa apropriação se tornou desmedida e gerou degradação das condições naturais, de onde se propôs a conservação como medida regulatória para frear o ímpeto desenvolvimentista.

Rapidamente essa noção foi exportada para os países do Sul, uma vez que esses são os maiores detentores de reservas da biodiversidade. Os modelos de conservação chegaram nos países tropicais tendo como paradigma principal, a implementação das chamadas áreas protegidas (da ação humana), inspiradas no protótipo do Parque Nacional de *Yellowstone*, criado em 1872. Em seu bojo, tal modelo era fundamentado por três características principais, a saber: a primeira diz respeito aos seus aspectos fisiográficos, notadamente concernentes à sua forma, devendo essa corresponder aos parques e reservas

da vida selvagem já existentes nas regiões citadas acima; a segunda, refere-se ao aspecto social dessas propostas, que advogavam pela não presença de populações humanas onde essas áreas fossem criadas; e, por último, seu caráter extremamente biológico e naturalizante, um vez que a ideia de conservação, desde o início, elegeu os aspectos da flora e da fauna como elementos primordiais a serem conservados.

Aliado a isso, tem-se, no início dos anos 1960, o surgimento da disciplina conhecida como Biologia da Conservação, tributária das Ciências da Natureza. Conforme o próprio nome sugere, essa disciplina foi formada predominantemente por biólogos ligados afetivamente ao tema da natureza e preocupados em aprimorar os mecanismos para sua conservação. Em linhas gerais, os biólogos e ecólogos vinculados a essa corrente, corroboravam com o argumento que defendia a incompatibilidade entre presença humana e conservação, reforçando o caráter essencialista de que a natureza deveria permanecer intocada. De modo que a principal proposta da Biologia da Conservação era a de aliar conhecimento técnico-científico produzido a partir das ciências naturais, sobretudo a Biologia, com a recente ideia de gestão ambiental.

No Brasil, esse modelo de áreas protegidas – que por aqui chamamos de Unidades de Conservação (UCs) –, tornou-se predominante em termos conservacionistas. Na Amazônia, particularmente, a despeito de toda euforia criada por parte do movimento ambientalista, as diferentes tipologias de UCs tem levado ao surgimento de inúmeros conflitos de ordem socioambiental. Mesmo com a mudança de paradigma surgida com a implementação do SNUC, que buscou descentralizar a elaboração das políticas ambientais e promover a participação das comunidades envolvidas na criação das UCs, sua configuração ainda se assenta num padrão de políticas *top-down*, em que prevalece a vontade do Estado em detrimento das necessidades e da relação sócio-histórica das pessoas com determinado lugar ocupado secularmente.

Ademais, a implementação de Unidades de Conservação na Amazônia está intrinsecamente relacionada à sua questão fundiária. As Reservas Extrativistas (RESEX), uma das tipologias mais importantes de UCs, surgiram a partir de um movimento de base, formado por trabalhadores do campo que tinham como bandeira histórica a luta pela posse da terra onde viviam e trabalhavam. Os seringueiros – juntamente com os povos indígenas – encapavam a luta pela reforma agrária na Amazônia, no sentido de desapropriar as terras utilizadas pelos seringalistas, como forma de exploração de trabalho escravo desenvolvido pelo segmento camponês e indígena nos seringais. Os Povos da Floresta –

união entre camponeses escravizados e indígenas desterritorializados – reivindicava a posse da terra, a gestão comunal dos recursos naturais e participação democrática das sociedades caboclas nas tomadas de decisão sobre seus territórios.

O Sistema criado a partir da Convenção da Biodiversidade como forma de garantir juridicamente a criação de novas Reservas, em quase nada se assemelha à proposta das RESEX. Fortemente amparado pelo ideal ambientalista e financiado por instituições e organismos internacionais, o SNUC internalizou as principais demandas contidas na agenda ambiental global, especialmente em relação à perda da biodiversidade oriunda de processo de desmatamento. Isto é, com o SNUC, o conflito de terras e o avanço das atividades capitalistas sobre a fronteira amazônica que estão na origem da degradação ambiental formatada desde os anos 1960, perdem espaço para a luta preservacionista e conservacionista, assentada na criação de áreas protegidas, como forma privilegiada de se enfrentar o desmatamento.

Muitas das diferentes tipologias de Unidades de Conservação contidas no SNUC e implementadas na Amazônia, invisibilizam essa questão. Uma dessas tipologias, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável – objeto de estudo deste trabalho – embora permita a presença de moradores em seu interior, não exige a desapropriação de terrenos particulares nem a suspensão de atividades econômicas realizadas de forma privada antes da criação da Reserva. Esse cenário contribuiu para que questões relativas à terra e ao conservacionismo, tornem-se cada vez mais um assunto de Estado, o qual passa a ser o mediador legítimo entre os diferentes interesses em torno dessa questão. A depender do nível de penetração dos agentes econômicos na estrutura estatal e do modo como a instituição responsável gere determinada área, o desequilíbrio existente entre os múltiplos agentes, pode definir a maneira como se conduzirá a política ambiental naquele local.

Tal fato se agrava quando se vincula um grupo social aos determinantes ambientais, no sentido de que estes determinantes garantiriam a sobrevivência desse grupo ao fornecer os recursos naturais necessários à sua subsistência. Ainda que fosse verdade, residiria aí talvez a principal contradição das UCs na Amazônia – mesmo naquelas de uso sustentável – pois, enquanto instrumentos de comando e controle conservacionista, seu principal objetivo é restringir o acesso e o uso desses mesmos recursos por parte dos seus moradores. Por sua vez, os instrumentos econômicos como aquele que sustenta o Programa Bolsa Floresta, buscam, por meio de incentivos financeiros, que os moradores alterem seu modo de vida, envolvendo-se em atividades outras que não aquelas que

dependam dos recursos naturais. Diferentemente dos indígenas e quilombolas, por exemplo, que tem legislação específica para regulamentar o uso e apropriação de seus territórios, as comunidades ribeirinhas não gozam de nenhum tipo de garantia que promova sua autodeterminação, o que em termos objetivos, reproduz sua condição subjugada frente ao Estado e ao capital.

4.2 O Programa Bolsa Floresta

Meu primeiro contato com o Bolsa Floresta ocorreu em 2009, ano em que me mudei para Manaus e um ano após o Programa ser, de fato, implementado. Num primeiro momento, o termo Bolsa Floresta me levou a um equívoco um tanto quanto óbvio, pois pensava se tratar de uma política de transferência de renda, à semelhança do Bolsa Família ou do Bolsa Verde. Esses dois últimos Programas, caracterizam-se pela transferência de renda direta do Estado – mediante algumas contrapartidas – às famílias beneficiárias e que atendem a critérios socioeconômicos pré-estabelecidos. A diferença basilar entre eles, é que o Bolsa Família se destina às famílias vivendo, predominantemente, em contextos urbanos, enquanto o Bolsa Verde tem como público prioritário as comunidades extrativistas da Amazônia.

O Bolsa Floresta, por seu turno, diz respeito a um mecanismo de compensação financeira, que presume a adoção de um instrumento econômico baseado na valoração dos recursos naturais. O instrumento em questão é o pagamento por serviços ambientais (PSA), o que o diferencia substancialmente das políticas de transferência de renda *strictu sensu*. O PSA se fundamenta no princípio do provedor-recebedor e usuário-pagador, onde os provedores de serviços ambientais, recebem uma recompensa financeira por parte dos usuários, por contribuírem para a melhoria e provimento de tais serviços (ENGEL; PAGIOLA; WUNDER, 2008). Conceitualmente, os serviços ambientais derivam dos serviços ecossistêmicos⁶³, os quais podem ser definidos como os benefícios gerados pelos ecossistemas e que contribuem de forma relevante para a manutenção da vida na Terra.

⁶³ De acordo com a *Millenium Ecosystem Assignment* (MEA) e a *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (TEEB), principais publicações que trataram de definir tais serviços, os serviços ecossistêmicos seriam benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas para manutenção, recuperação ou melhoramento das condições ambientais, enquanto serviços ambientais são aquelas iniciativas individuais ou coletivas que podem favorecer a manutenção, recuperação ou o melhoramento dos serviços ecossistêmicos. Os esquemas de PSA, portanto, remuneram os serviços ambientais, e não os ecossistêmicos.

Contudo, para que tal recompensa se consubstancie, é preciso que os provedores de serviços ambientais, adotem práticas de uso de solo que sejam – de acordo com as diretrizes do PSA – menos agressivas ao meio ambiente do que aquelas que estão habituados a utilizar, o que maximizaria o provimento dos serviços ambientais prestados. Em outras palavras, os rendimentos advindos da nova prática adotada, devem ser maiores do que aqueles adquiridos com as práticas tradicionalmente utilizadas, o que justificaria o abandono da prática antiga. É o que se chama de custo de oportunidade. Como se trata de um instrumento de mercado, o incentivo financeiro implica na indução ao abandono, por parte do prestador de serviço, de suas práticas tradicionais de manejo e uso do solo.

Esse tipo de mercado surgiu no início dos anos 1990, e tem a Costa Rica como pioneira na regulamentação e implementação dessa iniciativa (MATULIS, 2013). Os primeiros projetos desenvolvidos naquele país estipulavam, contudo, algumas premissas básicas. A primeira era a de que os serviços ambientais fossem bem delimitados, de modo a garantir para ambas as partes, qual era o serviço prestado que estava sendo negociado. Outra premissa importante se referia aos termos do negócio em si. Só poderiam ser feitos contratos envolvendo PSA com provedores que tinham a propriedade da terra, ou seja, aqueles que eram donos do lugar onde se estava gerando tal serviço. Além disso, a remuneração ao provedor do serviço em questão seria de acordo com a extensão de sua propriedade – geralmente medida em hectare – e poderia ser feita por outro proprietário de terra – usuário do serviço – ou pelo Estado, principalmente por meio da criação de um fundo que viabilizasse os pagamentos⁶⁴.

Na América Latina e no Brasil, as experiências pioneiras envolvendo PSA, são aquelas relacionadas ao uso e conservação da água. Atualmente, os Programas abrangendo a valoração e prestação de serviços hídricos, sobretudo em escala local e em pequenas propriedades, são as que predominam no Brasil (PAGIOLA; GLHEN; TAFFARELO, 2013). Nesse tipo de negócio, proprietários de terras a jusante ou empresas que necessitam do recurso hídrico para realização de suas atividades, pagam uma compensação financeira ao proprietário da terra localizada a montante, onde estão situadas as nascentes ou cursos d'água que devem ser conservados. A conservação,

⁶⁴ Na Costa Rica, quando esse mecanismo surgiu, o Fundo estatal que financiava os esquemas de PSA, era mantido em função de uma alíquota arrecada a partir da comercialização de combustíveis fósseis no país. Parte do dinheiro proveniente desta comercialização, destinava-se a alimentar o Fundo e os Programas consecutivamente.

contudo, implica na adoção de práticas agrícolas ou ambientais que favoreçam a proteção desse recurso.

No estado do Amazonas, onde o Bolsa Floresta é implementado, elegeu-se os “povos tradicionais” – mais especificamente comunidades ribeirinhas – como os provedores dos serviços ambientais. Além disso, o Programa atende aquelas comunidades residentes em Unidades de Conservação do estado de diferentes tipologias, como as Reservas Extrativistas ou as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Como se tratam de terras públicas onde predominam o regime de uso e de posse comunal – ainda que sob a chancela do Estado – o pagamento em forma de compensação financeira é feito para as famílias que decidem aderir ao Programa, a despeito do tamanho da área onde vivem. De acordo com a Fundação Amazonas Sustentável, organização não-governamental que gere o Programa, são aproximadamente 10 mil famílias atendidas – cerca de 40 mil pessoas – , distribuídas em 16 Unidades de Conservação, cuja área soma algo em torno de 11 milhões de hectares (Tabela 1).

Tabela 1. Unidades de Conservação, área de abrangência, número de famílias e comunidades assistidas pelo Programa Bolsa Floresta.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ÁREA (HA)	FAMÍLIAS	COMUNIDADES E LOCALIDADES
1 - Reserva Extrativista (Resex) do Rio Gregório	427.004	203	27
2 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Cujubim	2.450.380	34	2
3 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari	632.949	358	30
4 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	1.124.000	2.031	178
5 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã	2.350.000	807	63
6 - Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna	217.486	271	13
7 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus	1.008.167	976	63
8 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro	102.979	621	19
9 - Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Negro	611.008	210	11
10 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista	76.936	300	13
11 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã	424.430	376	20
12 - Floresta Estadual de Maués	438.440	799	21
13 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Canumã	22.355	427	20
14 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira	283.117	1.079	49
15 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Amapá	216.109	441	11
16 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma	589.611	388	41
TOTAL	10.974.971	9.421	581

Fonte: FAS (2019)⁶⁵

⁶⁵ Os dados atualizados no site da Fundação, dão conta de que o Programa atende 10.009 famílias, 647 comunidades e um total de 41.808 pessoas.

Dessa maneira, as comunidades ribeirinhas, a quem é atribuído um modo de vida tradicional, baseado na subsistência, deveriam abandonar ou substituir suas práticas, no sentido de garantir a qualidade e o provimento dos serviços ambientais gerados nesses locais⁶⁶. Na Amazônia, dentre as práticas que buscam caracterizar o modo de vida ribeirinho, estão as atividades relacionadas ao acesso dos recursos pesqueiros, a produção agrícola nos roçados, o extrativismo vegetal e a caça de pequenos animais. O pequeno excedente da produção, quando obtido, é comercializado nos circuitos econômicos nos quais as comunidades estão inseridas. De modo que essas atividades, à luz das diretrizes do Programa, são geradoras de impactos no ambiente natural e, portanto, devem ser alteradas.

Além dos instrumentos econômicos, outra forma de alterar ou induzir a mudança de comportamento por parte dos sujeitos envolvidos nos programas de PSA, é por meio de instrumentos de comando e controle. Esses, geralmente, constituem a própria legislação ambiental implementada em determinado local, onde se pretende conservar ou preservar as condições naturais ali existentes. Previamente se estabelecem normas – como aquelas contidas nos Planos de Gestão das Unidades de Conservação –, condições de uso e restrições de acesso aos recursos naturais existentes nessas áreas. Como o descumprimento dessas normas pode levar à aplicação de sanções e penalidades, o instrumento de controle é, também, uma maneira de alterar a conduta dos indivíduos no que diz respeito à sua relação com territorialidades específicas.

Outro ponto que merece atenção é que, embora se trate de uma política pública, elaborada e instituída pelo estado do Amazonas, cabe à Fundação Amazonas Sustentável a tarefa de captar, gerir e executar o orçamento do Programa nas Unidades de Conservação onde atua, sendo que 90% do montante advém de doações e parcerias com o setor privado⁶⁷. O carro-chefe do Programa e da Fundação é o Bolsa Floresta Família, o qual corresponde à compensação financeira propriamente dita. Por meio desse

⁶⁶ Os serviços ambientais elencados pelo Programa Bolsa Floresta nas Unidades de Conservação são: sequestro de carbono e conservação da biodiversidade. O pagamento ou compensação financeira é feito em virtude do desmatamento evitado.

⁶⁷ O restante dos recursos levantados vem de um fundo fiduciário – Fundo FAS – do qual a FAS retira apenas os dividendos (cerca de 30% do total investido) e reaplica nos subprogramas do Bolsa Floresta. Esse fundo é gerenciado pela FAS em parceria com o Bradesco (*Bradesco Assessment Management*) que, voluntariamente, isenta a FAS de quaisquer taxas administrativas ou de serviços bancários. Além disso, a Fundação capta recursos por meio de editais e prêmios, Leis de incentivo a projetos socioambientais, agências e fundos ambientais, como o Fundo Amazônia.

instrumento, é pago mensalmente o valor de R\$ 50,00 às famílias beneficiárias, como forma de compensá-las pela manutenção e provimento dos serviços ambientais nos territórios onde vivem.

Outra forma de compensar as famílias beneficiárias do Programa, assenta-se nos subprogramas que compõem o Bolsa Floresta. Além do BF familiar, a Fundação conta ainda com o BF renda, infraestrutura comunitária, empoderamento comunitário e empreendedorismo ribeirinho. Para cada um desses subprogramas, é destinado um valor no sentido de compensar as famílias ou as comunidades como um todo, pela adoção de práticas tidas como sustentáveis ou que estimulem o engajamento em uma outra atividade considerada menos impactante ambientalmente.

Usualmente, esses investimentos – ou compensações – se revertem para as demandas específicas das famílias ou das comunidades de um modo geral. O valor empenhado – que varia de acordo com cada localidade dentro das Reservas – pode ser destinado para uma família gerir um pequeno negócio, como padaria, criação de frangos ou de peixes; para a melhoria da infraestrutura da comunidade, por meio da reforma de escolas, postos de saúde, instalação de poços artesianos e caixas d'água; até a implementação de alguns empreendimentos, como pousadas, restaurantes e lojas de artesanatos (Figuras 6, 7, 8 e 9).

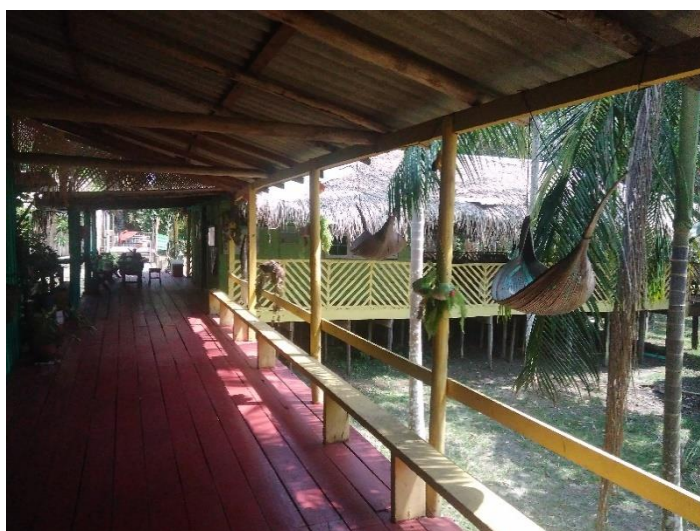


Figura 6. Pousada do Jacaré. Comunidade São Tomé. RDS do Rio Negro (Registro: setembro de 2019)



Figura 7. Restaurante na Comunidade São Tomé. RDS do Rio Negro (Registro: setembro de 2019)



Figura 8. Loja de artesanato na Comunidade Sto. Antônio. RDS do Rio Negro (Registro: outubro de 2019).



Figura 9. Sistema de captação e abastecimento de água. RDS do Rio Negro (Registro: outubro de 2019).

Como o Programa opera recompensando a unidade familiar, a adesão independe que a comunidade como um todo opte por fazer parte da ação conjuntamente. Assim sendo, a família que desejar aderir ao Programa, assina um termo de compromisso e responsabilidade onde, além de se tornar beneficiária das atividades previstas, deve atender a uma série de contrapartidas estabelecidas pela Fundação como garantia de cumprimento do referido termo. Essas contrapartidas envolvem a anuência e o cumprimento de nove principais critérios estabelecidos pela Fundação, quais sejam:

- i) cumprir as regras do plano de gestão da Reserva onde vivem;
- ii) compromisso de não-desmatamento em áreas de floresta primária;
- iii) participação em oficinas de gestão participativa;
- iv) adoção de medidas para prevenção de queimadas;
- v) capacitação permanente em mudanças climáticas e serviços ambientais;
- vi) realizar manejo adequado do fogo em áreas de roçado;
- vii) estar associado e adimplente com a associação de moradores;
- viii) garantir a presença dos filhos na escola;
- ix) participar dos encontros de formação de lideranças;

Desde sua implementação, o Bolsa Floresta, bem como a Lei Estadual, passou por algumas reformulações. Inicialmente, o Bolsa Floresta era subdividido em quatro subprogramas: renda, familiar, social e infraestrutura comunitária. Hoje, além do próprio Programa estar inserido em um projeto maior denominado Floresta em Pé, seus subprogramas também mudaram. Além dos componentes renda, familiar e infraestrutura comunitária, o Programa conta, também, com os subprogramas empoderamento comunitário e empreendedorismo ribeirinho, citados anteriormente⁶⁸.

A Lei Estadual também passou por mudanças. Em 2015, transformou-se na Lei 4.266 e passou a se chamar Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais, com o propósito de criar e implementar o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais, como mecanismo econômico para a incorporação das políticas de conservação florestal e mitigação da mudança do clima. Em decorrência do processo de regularização do referido marco legal, foi publicado o decreto 40.768/2019, por meio do qual se regulamentou o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Serviços Ambientais

⁶⁸ No Apêndice que segue ao final desta tese, estão descritos todos os subprogramas de forma mais detalhada.

(FEMUCS) e criou-se o Comitê Científico Metodológico (CCM) para a gestão dos serviços ambientais no Estado. A criação do Fundo visa regular a captação de recursos e impor maior controle sobre o montante arrecadado e sua conseqüente destinação.

4.3 O conservacionismo da política ambiental no Amazonas

A Política Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (AMAZONAS, 2007), tornou-se a mais importante no estado do Amazonas desde sua criação, em 2007. Nesta política, também está contida a criação do Programa Bolsa Floresta, um dos sete Programas criados no âmbito da Lei 3.135/2007, que regulamenta a referida Política Estadual⁶⁹. Essa política é o ponto alto de uma tradição do estado amazonense que teve início nos anos 1990, a qual Nascimento (2000) denominou de estadualização das políticas ambientais⁷⁰. Isso traduz, também, uma prática recorrente dos estados pertencentes à Amazônia Legal, de intervir juridicamente no sentido de internalizar as questões ambientais por meio da criação de legislação específica.

Segundo Nascimento (2000), até o início dos anos 1990, o estado amazonense era negligente em relação à incorporação da questão ambiental nas estruturas governamentais. Conforme argumenta, devido às pressões internacionais e ao próprio desenrolar do discurso ambiental que tomava corpo naquele momento, os sucessivos governantes amazonenses, tanto na esfera municipal quanto estadual, passaram a adotar medidas alinhadas ao discurso hegemônico e a internalizar as práticas nas políticas ambientais de seus governos. O primeiro passo no campo institucional foi dado com o apoio da cooperação internacional, que culminou com a criação, em 1996, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

No início dos anos 2000, alguns passos foram dados no sentido da articulação política local com os debates que vinham acontecendo em âmbito global sobre as

⁶⁹ Os sete programas são: I) Programa Estadual de Educação sobre Mudanças Climáticas; II) Programa Bolsa Floresta; III) Programa Estadual de Monitoramento Ambiental; IV) Programa Estadual de Proteção Ambiental; V) Programa Estadual de Intercâmbio de Tecnologias Limpas e Ambientalmente Responsáveis; VI) Programa Estadual de Capacitação de Organismos Públicos e Instituições Privadas; VII) Programa Estadual de Incentivo à Utilização de Energias Alternativas Limpas e Redutoras da Emissão de Gases de Efeito Estufa.

⁷⁰ A autora usa essa terminologia para se referir a um processo de internalização da questão ambiental na esfera governamental do estado amazonense que, até então – meados nos anos 1990 – não havia se sensibilizado sobre esse tema.

mudanças climáticas, especialmente nos encontros internacionais sobre o clima, como as Conferências das Partes (COPs). Uma das apostas políticas dos governantes amazonenses, centrava-se exatamente no apelo que o estado do Amazonas suscitava em relação às suas condições ambientais, quando comparadas a outros estados da Amazônia brasileira. Ao mesmo tempo que o sul do estado está inserido no arco do desmatamento e é fortemente impactado pelo avanço das atividades econômicas na região – o que pressupõe a adoção de políticas para contenção do desmatamento – o Amazonas, à época – e ainda hoje – era o estado da Amazônia Legal com maior área de floresta preservada, tendo 98% do seu território coberto por vegetação nativa.

Como a preocupação mundial em torno das mudanças climáticas nos países em desenvolvimento diz respeito, sobretudo, às ações relacionadas ao desmatamento, as condições de preservação dos recursos naturais apresentadas pelo Amazonas, colocavam-no numa situação privilegiada e com destacado poder de negociação nos fóruns internacionais. Àquela altura – meados dos anos 2000 – as evidências apontavam que a solução para o aumento da temperatura oriunda da alta concentração de gases poluentes, passaria pelo desenvolvimento de iniciativas que mitigassem as emissões, sem que se alterassem, necessariamente, as atividades econômicas causadoras do aquecimento do planeta. Nesse sentido, a compreensão de que as florestas poderiam exercer o papel mitigador por serem grandes reservatórios e sumidouros de gases poluentes – especialmente o carbono – tornou-se um trunfo político importante para as regiões com alta densidade de ecossistemas preservados.

Ainda nos anos 2000, o Amazonas se alinhou ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), criado em 2003 pelo Governo Federal⁷¹. Para tanto, foi preciso que o estado investisse na criação de autarquias, órgãos fiscalizadores e contratação de pessoal, que pudessem estar à altura do desafio proposto pelo PPCDAm. Por conseguinte, deu-se andamento no processo de estadualização das polícias ambientais e, entre os anos de 2003 e 2007, o Amazonas criou

⁷¹ Em junho de 2003, o INPE divulgou dados relativos à projeção de desmatamento na Amazônia brasileira no período de agosto de 2001 a agosto de 2002, indicando um crescimento acelerado do desmatamento em torno de 40% em relação ao período anterior. A notícia sobre o aumento do desflorestamento na região, clamou por uma avaliação cuidadosa de suas causas, como base para o planejamento de um conjunto de ações integradas do Poder Público, a serem implementadas com a participação ativa da sociedade brasileira. Dessa ação, surgiu o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia Legal, que redundou no seu Plano de Ação. O Plano foi dividido em quatro fases: (2004-2008); (2009-2011); (2012-2015); (2016-2020).

as principais instituições estatais voltadas para a regulamentação e fiscalização das atividades envolvendo o meio ambiente. Nesse período, foram instituídos o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) (VIANA; SANTOS, 2008).

Seguindo as proposições do PPCDAm, a partir da estruturação desses órgãos, o Amazonas privilegiou a criação de Unidades de Conservação estaduais como principal medida para conter o avanço do desmatamento no estado. Essas medidas foram marcadas por três períodos distintos. O primeiro, durante os anos de 2002 e 2003, quando o estado saltou de 12 para 18 Unidades de Conservação. O segundo período, correspondeu aos anos de 2004 e 2005, sendo o momento mais significativo, quando o estado passou de 18 para 31 UCs. E, por último, o período entre 2008 e 2010, quando houve um aumento de 31 para 42 Unidades de Conservação – número que permanece até hoje. No total, o Amazonas aumentou em 242% a extensão de áreas protegidas estaduais, passando de 7,4 milhões de hectares em 2003, para 19 milhões em 2010. Por conta disso, hoje, 58% do território do Amazonas é coberto por áreas protegidas⁷². (STERCI; SCHWAICKEIRDT, 2010; VIANA et al., 2013).

4.4 Histórico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro

Para a discussão que proponho aqui, cabe perguntar: quais as implicações dessa política para as pessoas que já habitavam os espaços onde algumas dessas Reservas foram criadas? No caso específico da RDS do Rio Negro, quais foram as tratativas apresentadas pelo estado aos moradores, no sentido de sugerir a criação de uma Reserva? E ainda, passados quase quinze anos da sua criação, o que se pode apreender dessa iniciativa? Na RDS do Rio Negro, por exemplo, há registros de que o local onde hoje é a Reserva, já era habitado desde a primeira metade do século passado. De acordo com o Plano de Gestão publicado em 2016 (SEMA, 2016), pode-se ter uma ideia da ocupação da área correspondente à Reserva. A tabela 2 indica o ano em que cada comunidade foi criada, revelando os períodos referentes à chegada dos moradores nessa região.

⁷² Esse número não se refere apenas às Unidades de Conservação estaduais. Diz respeito a todas as tipologias de áreas protegidas previstas, como Terras Indígenas e Quilombos, além das UCs municipais, estaduais e federais.

Tabela 2. Ano de criação das comunidades ribeirinhas da RDS do Rio Negro e número de residências georreferenciadas até 2016.

Comunidade	Ano de criação	Número de residências georreferenciadas
Terra Santa	1945	81
Marajá	1955	32
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1976	104
São Francisco do Bujaru	1980	66
São Tomé	1982	48
Tiririca	1985	20
Santo Antônio do Acajatuba	1985	38
Tumbira	1986	45
Saracá	1986	50
Santo Antônio	1988	13
Nova Esperança	1989	58
Santa Helena dos Ingleses	1989	33
Nossa Senhora da Conceição	1989	66
Terra Preta	1990	84
Nossa Senhora de Fátima	1991	67
Carão	1993	14
Camará	1995	38
Nova Aliança	2001	25
XV de Setembro	2002	46

Fonte: SEMA (2016).

Ao conversar com uma das moradoras, ela confirmou que muito antes da criação da Reserva, já havia pessoas morando naquela região. Uma delas, inclusive, foi o seu pai.

...e a minha trajetória aqui, eu sou daqui, apesar de ter passado algum tempo fora né, eu vim pra cá com 7 anos, aqui pro Tumbiras, mas não especificamente aqui, nosso terreno é lá dentro, onde meu pai construía barco. E nós viemos morar aqui em 1967 e a nossa família já tem 51 anos aqui na comunidade, e bem aí nessa época, aqui não havia escola, não havia nada, só o meu pai foi o empreendedor, isso nos anos 60 pra frente, tanto que a gente só foi ter escola em 1986, a partir de 1986 (Maria Isabel, professora na RDS – 22/08/2019).

O pai de dona Maria Isabel era o Sr. Fonseca, um dos moradores mais antigos da Reserva e fundador da comunidade Tumbiras. A própria Maria Isabel e sua irmã, também conviveram naquela região enquanto ainda não tinha se transformado em Reserva.

Então, eu, na verdade eu nasci aqui, eu sou daqui e trabalho aqui desde de 94, eu trabalho há 25 anos como professora. Saí de perto dos meus pais aos doze

anos de idade pra estudar em Novo Airão, onde cursei até na época que tinha oitava série e fui fazer ensino médio em Manaus. Depois que eu concluí o ensino médio em Manaus eu já voltei e vim trabalhar aqui no Tumbiras em 94. E de 94 pra cá eu vim desenvolvendo algumas atividades, então anterior a minha chegada havia sido fundada a comunidade do Tumbiras, então perante a sociedade já tinha tido início de uma associação, que foi fundada em 1986 pela minha irmã na época, professora Maria Lucia, e um comunitário que era o presidente Sr. Raimundo Mesquita (Bernadete Fonseca, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019).

Além da família Fonseca, que teve importância fundamental na criação da comunidade Tumbiras e no seu fortalecimento, outras pessoas também testemunharam que tinham chegado na região há bastante tempo.

Com 17 anos eu entrei pela primeira vez aqui e comecei a fazer esse trabalho de evangelização, no Acajatuba, lá no Corinthians, naquela vila grande e comecei a formar vínculos de amizade com as pessoas e ia e vinha periodicamente pra cá, passava uma semana, duas né e ia pra outros locais, mas aí parece que eu comecei a querer um vínculo um pouquinho mais profundo pra esse lugar, acho que um plano de Deus creio eu, eu creio muito em Deus. Eu acho que foi por esse lado que um tempo depois eu vim morar, me desvinculei da missão e já conheci algumas pessoas aqui e vim morar pra cá... Isso era mais ou menos em 1984, 1985 mais ou menos. Eu tenho 32 anos mais ou menos aqui dentro (Bragança, morador da RDS – 10/09/2019).

Eu nasci por aqui mesmo, nasci e me criei aqui, bem ali assim numa casa grande, era terreno do meu pai, foi eu que tirei esse terreno pra mim porque meu pai que fundou essa comunidade (Marajá)...era uma época mais ou menos de 1960, que eu nasci em 1954, capaz de 1960 (Seu Gilberto, morador da RDS – 16/09/2019).

Minha mãe foi a fundadora dessa comunidade (15 de setembro) com 16 anos, através da Igreja Católica e o padre né, incentivou ela participar de coordenação, é porque ela daqui a pouco vai poder falar um pouco também. E aí foi através disso ela começou, aí quando ela voltou de um encontro da igreja ela armou toda a reunião com a comunidade e queria formar a comunidade e perguntou quem queria fazer parte e aí foi juntando 6 famílias e foi fundada a comunidade, e aí então começaram as coisas da igreja, então foi assim que iniciou né. Faz 42 anos, agora 15 de setembro, agora dia 15 de setembro faz 43 anos que ela foi fundada e criada (Cris, agente de saúde e moradora da RDS – 13/09/2019).

Com diversos relatos de moradores que haviam chegado na região há tanto tempo, ao longo das conversas, procurei saber de que forma eles haviam se estabelecido, e como fizeram para sobreviver num período em que praticamente não havia infraestrutura na Reserva. Isto é, queria saber se naquele momento, foi possível desenvolver algum tipo de atividade econômica pelos moradores, que garantisse o seu sustento. Conforme é possível observar a partir dos relatos, a principal atividade econômica girava em torno do extrativismo madeireiro.

Logo quando a gente viemos pra cá, a primeira atividade era farinha, com roça, todo mundo trabalhando com roça. Era roçado pra lá, roçado prali, depois que nós paramos com roça, começamos a trabalhar com madeira, fui madeireiro 7 anos, trabalhando com meu pai mais meu irmão, meus tios, ia embora pelo beiradao, no meio dessas comunidade aí comprando a árvore em pé pra beneficiar madeira (Genivaldo, agente de turismo e morador da RDS – 03/10/2019).

Antes os caras faziam aleatoriamente o que tinham vontade de fazer, serravam muito, ia, vinha, pessoal compravam madeira, era aqui. Tinha estoque de madeira, era aqui na Meire, no Jairo, que era como daqui ali pro lado dessa casa ali de tábua. Na beira, aqui dentro do lago, lá pro lado dali do são Francisco, um pouquinho. Do lado de lá do Acajatuba, tinha o Cubota, pessoal ali do Carlitinho, ali, todos eles compravam muita madeira, Carlinhos, que fazia canoa e tal (Bragança, morador da Reserva – 10/09/2019).

De acordo com Leonardi (2013), o uso intensivo de madeira no baixo Rio Negro⁷³ teve início a partir de 1860. Conforme relata, a retomada das atividades econômicas voltadas aos produtos extrativistas, aqueceu o comércio que era realizado entre as povoações estabelecidas ao longo do Rio Negro e em Manaus. Como o transporte das mercadorias era feito por meio dos barcos a vapor, desenvolveu-se na região uma intensa atividade voltada à extração de madeira, que serviria para produção de lenha com vistas a abastecer as embarcações. Em 1867, com a abertura dos portos da Amazônia às nações amigas (SOUZA, 2019), essa atividade se intensificou de forma extraordinária, concorrendo em grau de importância com as outras atividades econômicas desenvolvidas na mesma época.

Ainda segundo Leonardi (2013), a produção de lenha para abastecimento dos vapores durou até os anos 1950, período que marca o fim do segundo ciclo da borracha. Com a diminuição das viagens e a queda vertiginosa da principal atividade econômica da região, a extração de madeira para fins comerciais também entrou em declínio, passando a fazer parte, apenas, de uma economia de pequena escala, voltada à subsistência. No baixo Rio Negro assim como em toda bacia amazônica, a madeira é um recurso utilizado amplamente pelas comunidades rurais que habitam as matas e as beiras dos rios, constituindo-se em item fundamental para construção de suas casas e das canoas, usadas como meio de transporte.

⁷³ É comum, na linguagem popular da Amazônia, que se “dívida” os grandes rios de acordo com sua extensão e localização. Geralmente, a nascente do rio e sua foz, são relacionados a algumas cidades ao longo do seu leito, de modo que se pode referir a São Gabriel da Cachoeira (perto da nascente) como alto Rio Negro, Barcelos no médio Rio, e Novo Airão e Manaus (perto da foz) no baixo Rio Negro.

O fim do segundo ciclo da borracha, desencadeou uma grande onda migratória no estado do Amazonas. Como os principais seringais estavam localizados ao longo das calhas dos rios Purus, Juruá e Madeira, após o fim das atividades da borracha, as famílias de seringueiros saíram à procura de outros lugares onde pudessem se estabelecer. O Rio Negro, durante o longo período em que prevaleceu o extrativismo gomífero, não teve importância econômica significativa quando comparado aos outros rios da bacia amazônica⁷⁴, porém, passou a receber um contingente importante de pessoas que haviam abandonado os seringais. Assim sendo, essas pessoas se somaram àquelas famílias remanescentes da época da produção de lenha para as embarcações a vapor, e também passaram a utilizar a madeira como um dos principais meios de subsistência.

O Seu Fonseca foi um dos principais comerciantes de madeira no período que precedeu a criação da Reserva. Segundo relato de suas filhas, o pai era proprietário de um estaleiro, e obtinha madeira para empenhar na construção naval.

...porque a principal atividade econômica naquela época era madeira, as pessoas sobreviviam da madeira, e o meu pai ele foi o grande gerador de renda porque ele construía barcos. Mas assim, o meu pai não vendia madeira, ele tirava madeira para as obras, especificamente madeira só para aquelas obras, ele já sabia quanto que ele ia gastar naquela obra, então ele já sabia exatamente quantas pranchas, quantas tábuas e não sei o que lá. E ele mesmo que fazia o melhoramento da madeira, e mais ainda, era manual, era artesanal mesmo, porque naquela época não existia motosserra, veio muito depois (Maria Isabel, professora na RDS – 22/08/2019).

E aí por conta do serviço desse senhor Josias que iria vender o terreno e estava disposto a sair daqui, talvez porque faltou dizer também qual a razão, papai comprou o terreno aqui em Tumbiras, não sei te dizer exatamente mas acho que foi em 1956, e veio morar pra cá com meus irmãos mais velhos que é Maria, José e Joana, mamãe, e mamãe veio grávida do quarto filho que é Janice, e aí já nasceu aqui em Tumbiras e, e como ele comprou o terreno, também já deu continuidade no estaleiro, na construção dos barcos navais e esse processo durou por muitos anos, até mais ou menos 1997, talvez 97 ou até 2000, mais ou menos, foi o ano que realmente ele ainda trabalhou e depois pela a aposentadoria e devido aos fatores de problemas ambientais ele resolveu parar mesmo, por idade, por serviço e mais ainda por causa dos problemas ambientais que já estavam assim fechando o trabalho dele né (Bernadete, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019).

⁷⁴ No mesmo trabalho, Leonardí (2013) aborda a questão relacionada à biogeografia da *Hevea brasiliensis*, relacionando sua distribuição geográfica aos aspectos demográficos e físico-químico dos rios. Conforme esclarece, as principais atividades ligadas à borracha, aconteceram inicialmente ao longo do Rio Amazonas, pois foi a partir do Pará que se deu a colonização da região e onde já haviam núcleos populacionais estabelecidos há mais tempo. Ademais, a composição química dos rios de água barrenta, a exemplo do Amazonas, Purus, Juruá e Madeira, e a composição nutricional dos solos das terras banhadas por esses rios, mostrou-se como uma vantagem adaptativa das seringueiras quando comparadas ao Rio Negro, cujas características nutricionais são mais restritivas.

Os problemas ambientais aos quais se refere Bernadete, dizem respeito exatamente ao extrativismo madeireiro praticado na região. Conforme me relatou na conversa que tivemos, no final dos anos 1990, o estado do Amazonas já contava com uma razoável estrutura de fiscalização, e as incursões na área da atual Reserva, passaram a ser cada vez mais frequentes. Naquele período, aquela área, em termos ambientais, não estava sob jurisdição do estado amazonense, pois o principal órgão fiscalizador era o IBAMA, que possuía sede na cidade de Manaus desde 1992. Ainda segundo os relatos de Bernadete, ao longo desse período, o patrulhamento realizado pelo IBAMA tinha um caráter altamente intimidatório, e as abordagens eram feitas no sentido de constranger e ameaçar os moradores, em detrimento da sua função fiscalizadora.

Porque quando foi já em 98, foi, o IBAMA vinha fazer fiscalização, foi fechando pra todo mundo, então as pessoas começaram a migrar das comunidades, acho que a comunidade que menos migrou pra essas cidades, que é Cacau Pereira, que é aquele distrito ali do Iranduba foi aqui. Porque Saracá, Ingleses, porque foi praticamente eles que povoaram o distrito de Cacau Pereira e Acajatuba. Então essas três comunidades, elas, se fossem contar o histórico acho que tem 40 por cento dos moradores de lá foram oriundos desse período[...]e aí o tempo foi passando as dificuldades também, e sempre acalmando, e sempre tentando amenizar e se juntando e fazendo e lutando, quando foi em 2005 começou a vir o IBAMA com mais frequência, então nesse período de 98 até 2004, 2005 na verdade, foi um período de fiscalização tão intensa que deixava todo mundo triste. E eu ficava mais triste ainda porque a gente não consegue encontrar meios pra modificar. (Bernadete, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019).

Os municípios de Cacau Pereira, Iranduba e a vila de Acajatuba, ficam próximos aos limites da RDS do Rio Negro. Parte da cidade de Iranduba, por exemplo, faz parte dos limites físicos da Reserva. Conforme relata a professora Bernadete, esses municípios serviram de refúgio para muitos moradores que viviam na área da Reserva quando a fiscalização praticada pelo IBAMA endureceu. É razoável supor que um número próximo a 40% dos moradores dessas cidades, fossem oriundos da área da Reserva pois, se a principal atividade econômica girava em torno da extração da madeira, é compreensível que, à medida que se intensifica a fiscalização, aumenta-se, também, o risco desses moradores sofrerem algum tipo de penalização.

Esse é um episódio clássico que retrata o tom da política ambiental brasileira do início dos anos 1990, e que ainda permanece, mesmo que de forma atenuada. Ele é revelador do descompasso entre o objetivo das políticas ambientais conservacionistas e as realidades sócio-históricas das pessoas que habitam os lugares onde essas políticas são

implementadas. Representado pela figura do “guarda florestal” construído a partir dos referenciais da Biologia da Conservação, os órgãos de fiscalização ambientais se auto proclamam como os únicos moralmente capazes de defender a natureza. Faz parte desse *ethos* ambiental, um desejo de vingança pelo fato dos moradores serem aqueles que não cumprem a lei e degradam o ambiente em questão, o qual se traduz no caráter extremamente punitivo dos órgãos fiscalizadores em geral.

Esse episódio revela, também, o descompasso entre diferentes visões de mundo e diferentes formas de se estar no mundo. Conforme aponta Balée (2013), a história do conservacionismo também é marcada por pares de oposição, no sentido de estabelecer as fronteiras entre os campos que estariam em disputa. Dessa forma, faz parte da corrente conservacionista, reforçar sua vinculação ao pensamento técnico e científico surgido a partir da modernidade. Ao fazê-lo, além de se colocarem frente aos seus principais opositores – as populações que habitam áreas destinadas à conservação – automaticamente se atribuiu ao conhecimento científico, a única matriz do pensamento capaz de lidar com a questão da conservação.

Tomando como exemplo o episódio ocorrido na RDS, para Balée (2013), fica evidente que existem diferenças marcantes entre as formas pelas quais as populações autóctones produzem e expressam seu conhecimento sobre o mundo natural e as que foram desenvolvidas pela ciência moderna. A biodiversidade usualmente defendida pelos cientistas naturais, é fruto exclusivo de interações entre os elementos e funções do mundo natural, e raramente é vista como resultado das interações entre essas populações e seus ambientes. De modo que, para a ciência da conservação, não cabe a ideia de que a madeira de uma árvore esteja servindo, há muitos anos, como objeto garantidor da reprodução social das populações, podendo, inclusive, ser resultado de anos de domesticação.

O parque nacional acaba representando um hipotético mundo natural primitivo, intocado, mesmo que grande parte dele já tenha sido manipulado por populações tradicionais durante gerações, criando paisagens mistas de florestas já transformadas e outras que raramente sofreram intervenções dessas mesmas populações (BALÉE, 2013).

Segundo Schwartzman (2000), a relação entre conservacionismo e populações autóctones, além de descompassada, é assimétrica. De acordo com este autor, pelo fato da ciência moderna ter se imposto ao longo do tempo de forma hegemônica sobre outras formas de pensamento e organização cultural, o peso maior do descompasso cabe aos

conservacionistas. Para ele, trata-se de uma atitude que denota incapacidade por parte dessa corrente, em não procurar entender essas formas organizativas distintas, bem como em não buscar reconhecer que os interesses conservacionistas de ambos os lados, tendem muito mais para uma convergência do que para o quadro observado de fragmentação. Por conta dessa herança histórica, é compreensível que se alimentem conflitos entre populações residentes e órgãos fiscalizadores.

Bom, não sei exatamente o que repercutiu pra lá, mas isso trouxe o povo do governo na época né, por causa dessas fiscalizações, começou a vir as visitas, aí vieram as pessoas da mobilização, pra trabalhar o que poderia ser feito, porque era uma APA. Explodiu-se uma bomba, sabe. O Tiago que era o cara do IBAMA, ele quase saiu morto dessas comunidades, porque ele só ia proibir e o povo começou a se revoltar, então chegou aquele momento que eu cheguei a dizer pro chefe na época, eu não lembro mais quem era o senhor que tava a frente, foi do IPAAM na época, não foi nem do IBAMA, foi do IPAAM, que ele só ia, eu disse pra ele, ao invés de vocês amenizarem vocês vão criar conflitos, porque o povo, de certa maneira, nós temos nossos direitos, e foram vocês mesmo que colocaram, vocês decretaram isso, então agora nós queremos que seja exercido, nós somos um povo de floresta, somos ribeirinhos, deve prevalecer essa lei (Bernadete, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019).

Em conversa com vários moradores, esse período de intensa fiscalização foi um tema unânime nas suas falas. Contudo, o que chama a atenção é a surpresa dos próprios moradores com o aumento da fiscalização naquela área. Isso nos leva a pensar sobre o tipo de relação desenvolvida pelas populações locais com o território que escolhem para se estabelecer e reproduzir sua vida. Cumpre retomar, portanto, a discussão feita no primeiro capítulo, que buscou jogar luz sobre os processos sócio-históricos vividos pelas populações indígenas e sociedades caboclas, os quais foram invisibilizados a partir de sua construção como sujeitos ecológicos, pelo fato de sua identidade ter sido atribuída em relação ao ambiente onde viviam, e não como resultado de movimentos macroestruturais inerentes às dimensões político-econômicas que se desenvolveram na Amazônia.

Conforme argumenta Arruda (1999), trata-se de um modelo sociocultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais, que deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país. Para este autor, a colonização portuguesa dedicou-se à exploração intensiva de certos produtos valiosos no mercado internacional, promovendo o adensamento populacional apenas nas regiões em que essa exploração era mais bem-sucedida. A perda da importância econômica ou o esgotamento

do recurso em exploração, deslocava o eixo do povoamento, deixando a região ao abandono, restando, no mais das vezes, núcleos populacionais relativamente isolados e dispersos subsistindo numa economia voltada para a autossuficiência, marcados por uma fisionomia e características predominantemente indígenas.

Em outras palavras, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem (ARRUDA, 1999).

Isto é, a surpresa dos moradores com a prática de fiscalização, é porque esta não faz parte de sua história de ocupação territorial e utilização dos recursos. Conforme aponta Arruda (2009) e segundo procurei argumentar no primeiro capítulo, a história das sociedades caboclas na Amazônia, é uma história marcada por perseguições e fugas, onde o estabelecimento em lugares dotados de recursos naturais, traduzia-se em possibilidades de sobrevivência para determinados grupos. Ademais, o estatuto jurídico de fugitivo, nunca permitiria a esses grupos terem acesso por meios legais, a qualquer coisa que se assemelhasse a um título de propriedade fundiária. De modo que sua relação com a terra, com o território e com os recursos, obrigatoriamente não seguiu a legalidade apregoada pelo direito fundiário, mas, sim, um tipo de apropriação social de caráter comunal, por isso incompreendido pelos cânones do ambientalismo moderno, para quem a incompatibilidade entre presença humana e preservação da biodiversidade é razão de sua existência.

Por isso, também, a surpresa por parte dos comunitários, ao descobrirem que uma atividade realizada secularmente havia se tornado crime. Nesse período, final dos anos 1990 e início dos anos 2000, aumentou o número de apreensões de madeira na Reserva, e a prática passou a ser considerada criminosa. Nessa época, além do extrativismo para uso doméstico, parte da atividade madeireira visava a comercialização das pranchas beneficiadas, sobretudo nos mercados de Manaus. As principais apreensões ocorreram quando pequenas embarcações eram interceptadas saindo dos igarapés do Rio Negro com destino a Manaus. A “mercadoria” era apreendida pois, segundo a legislação vigente, tratava-se de uma atividade ilegal.

E foi quando eu comecei a sentir, porque havia apreensão de madeira, então as pessoas saíam na madrugada pra levar madeira, então assim, viviam de uma forma marginalizada, mesmo, eram tratadas como marginais, sem estar roubando, mas simplesmente pelo fato de extrair madeira ilegal. E o reflexo foi bem difícil porque os pais chegavam pra mim e diziam que, no ano seguinte se eles não conseguissem empregos eles estariam saindo com seus filhos, então, caía o número de alunos pra mim então ficava mais difícil de manter a escola (Bernadete, professora e líder comunitária na RDS – 22/08/2019).

“Mas como atividade ilegal se nós sempre fizemos isso”, perguntou uma moradora. A atividade havia se tornado ilegal pois aquela região tinha se tornado uma Área de Proteção Ambiental (APA). Essa é uma das tipologias mais antigas de áreas protegidas existentes no Brasil, e sua criação data de 1981 e remonta ao antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (MEDEIROS, 2006). Em 2000, foi regularizada pelo SNUC, e passou a permitir atividade agropecuária, industrial, mas não produção florestal e extrativista. O fato daquela área ter se tornado uma APA foi o que causou espanto nos moradores.

E nesse período, é de 2005, foi que eu descobri que a área de proteção ambiental tinha sido criada em 24 de abril de 94. A APA aqui, que era uma área de proteção ambiental setor Padauari-Solimões, que era um nome antigo, não era RDS do Rio Negro, era essa APA. Criada em 24 de abril de 1994. O IBAMA chegou aqui proibindo isso 25 de setembro de 2005, onze anos depois, então. E aí tinha toda regra que deveria ter sido construído tudo em assembleia pública, conforme a legislação de construção e no caso seria, é, as escolhas dos locais das UCs que deveriam ter sido com consultas públicas. Nada disso aconteceu. De repente eu descobri que essa área é uma APA e todo trâmite que deveria ter ocorrido pra isso acontecer não aconteceu[...]depois desse dia, assim, foi como se tudo tivesse morrido, virou um grande silêncio nesses dias na comunidade, um olhava pro outro e dizia e agora, como é que vai ser? (Bernadete, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019)

E foi assim um trabalho quase invisível, como até hoje ainda me exponho bastante, e nesse período de 2005 foi realmente mesmo o momento que o IBAMA fez uma reunião aqui e decretou, todo mundo aqui é de prova, que a partir daquele dia ninguém aqui podia cortar mais uma vara ou qualquer mato que fosse em qualquer uma das margens, nem caçar e nem pescar. 25 de setembro de 2005 (Bernadete, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019).

O imbróglio todo em torno da categorização daquela área, deu-se por conta da não comunicação, por parte do estado, do novo estatuto jurídico a qual ela foi submetida. Isto é, antes do SNUC regularizar as APAs enquanto uma tipologia de Unidade de Conservação de uso sustentável, não estava explícito em sua formulação, quais eram as atividades que poderiam ser desenvolvidas no interior dessas áreas. De modo que a extração de madeira e seu uso de forma comercial, não era explicitamente tipificada como

uma atividade ilegal. Ainda que fosse, não reside aí o problema. O problema está na omissão praticada por parte do estado do Amazonas em não comunicar os moradores da área sobre a alteração da jurisdição do terreno e por não seguir os protocolos legais que regem a criação de áreas protegidas no Brasil, notadamente aqueles relacionados a consulta aos moradores e à realização de audiências públicas. Ao que tudo indica, essas etapas foram negligenciadas do ponto de vista legal por parte do estado do Amazonas, conforme apontou Nascimento (2000).

Além disso, a criação da APA como Unidade de Conservação precedente à Reserva, revela mais um efeito da política conservacionista para a Amazônia. Trata-se dos deslocamentos e migrações provocadas de forma direta ou indireta quando se decide pelo estabelecimento de uma área protegida previamente ocupada por comunidades rurais ou extrativistas. De modo mais rotineiro, tais situações ocorrem quando se decide pela criação de Unidades de Conservação de proteção integral, aquelas que não permitem a permanência de grupos humanos em seu interior. Quando a criação se dá em locais onde não se constata a presença de grupos humanos *a priori*, o estabelecimento dessas áreas é relativamente mais fácil e, até certo ponto, compreensível. Contudo, não é incomum que se decida pela criação dessas áreas onde já existem pessoas vivendo em seu espaço, o que inevitavelmente leva a conflitos e situações de vulnerabilidade social.

Embora a RDS em questão não obedeça ao critério de proteção integral, ela não está imune, conforme se observa nos relatos, a esses mesmos efeitos. Em certa medida, sua ocupação é fruto desse processo que promove remoção, expulsão e deslocamento de grupos humanos habitantes de áreas consideradas como prioritárias para a conservação. Isso porque muitos comunitários com os quais conversei, eram moradores de lugares próximos à RDS do Rio Negro, e já vinham de um processo de remoção desses locais. Em especial, muitos moradores vieram do Parque Nacional do Jaú (PARNA-Jaú), criado em 1980, e do Parque Nacional de Anavilhanas (PARNA-Anavilhanas), criado em 2008 e inserido nos limites físicos de Novo Airão, um dos municípios que também engloba a RDS do Rio Negro (Figura 10).

Meu nome é Genivaldo, como diz o pessoal, eu sou filho daqui eu nasci aqui também na região, próximo a Novo Airão, Anajatuba, uma área particular que tinha lá na época, e meu avô morava lá, de lá a gente passou pra morar nas ilhas de Anavilhanas antes de ser IBDF, e depois que passou a ser IBDF, pessoal passou tirando todo mundo das ilhas e nós viemos pra cá nesse lugar. Aqui morava meu Tio Lázaro, a gente não morava aqui nesse local, a gente

morava ali na parte mais alta (Genivaldo, agente de turismo e morador da RDS – 03/10/2019).

Eu nasci aqui mesmo em Novo Airão, aí a gente foi morar ali nas ilhas (Anavilhanas) na época ainda não era IBAMA, era liberado do estado, e lá a gente na vista de hoje era muita fartura que existia, a gente plantava mandioca, melancia, e trabalhava com milho, vários tipos e o barco, que é o barco de linha ia lá pegar nossa produção, aí a gente não deixava ninguém entrar nos lagos, a gente preservava o lago pra gente, quando chegava algum amigo lá a gente acompanhava um pra levar o rapaz lá pescar, só aquela quantia, aí foi o tempo que foi a proibição e a gente veio pra cá pra comunidade, quando virou parque lá (Joaquim, morador da RDS – 20/10/2019).

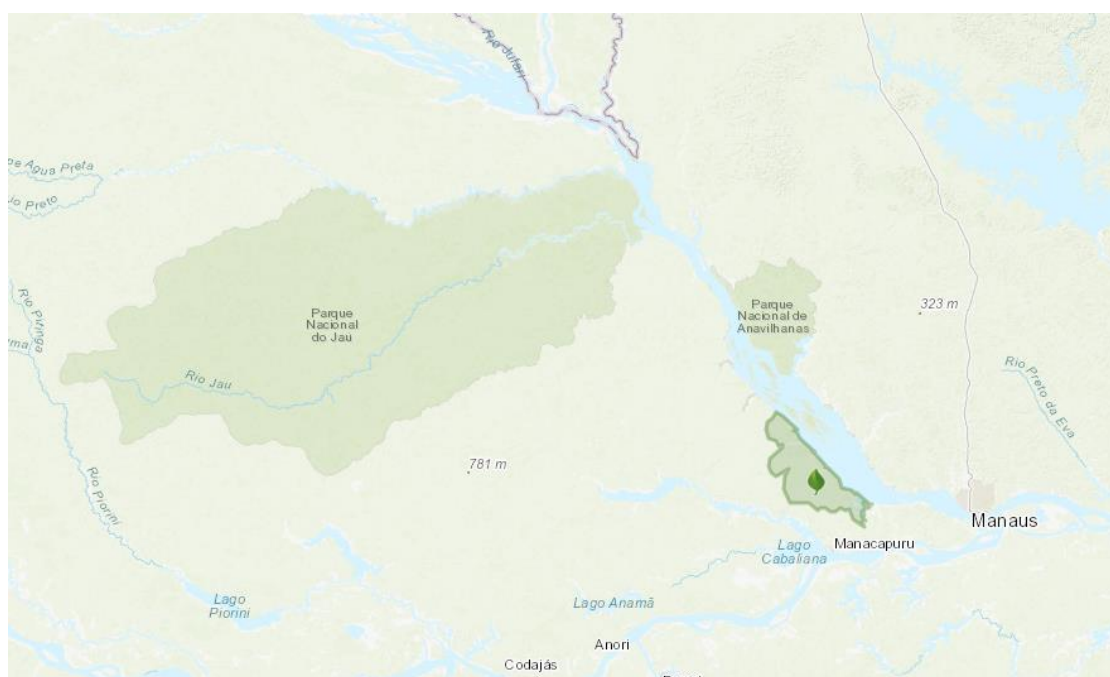


Figura 10. Localização do PARNA-Jaú, do PARNA-Anavilhanas e da RDS do Rio Negro. Fonte: Instituto Socioambiental.

Os trabalhos de Barreto-Filho (1997) e Santos (2014), estão entre os mais importantes documentos sobre o processo de criação desses Parques. Por meio de pesquisa minuciosa que abrangeu levantamento documental e realização de entrevistas com os moradores desses locais, bem como com representantes das instituições envolvidas diretamente na sua criação – notadamente o IBDF, o IBAMA, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Fundação Vitória Amazônica (FVA), os autores esmiúçam as características do conservacionismo brasileiro, fortemente voltado aos aspectos biológicos da conservação e amparado pela racionalidade técnico-científica dos agentes executores.

Barreto-Filho (1997) destaca, entre outros temas, as contradições institucionais envolvendo a discussão sobre criação de áreas protegidas e presença humana. Conforme

relata, a década de 1970 e o início dos anos 1980, marcam um período importante no que diz respeito às ideias conservacionistas mundiais, com reverberação nas políticas ambientais no Brasil. Um desses momentos remonta ao ano de 1971, em que a UNESCO lança o Programa *Man and Biosphere*, com vistas a dialogar de forma mais abrangente, questões relacionadas à preservação dos recursos naturais, levando em conta aspectos referentes a condição das pessoas vivendo em áreas ricas em biodiversidade, os chamados *hotspots* (Myers, 1988).

Em 1976, a UNESCO ratifica esse programa, definindo o conceito de Reserva da Biosfera como forma de alcançar a otimização da relação “homem”-natureza, no sentido de encontrar uma relação de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Tal iniciativa se mostrou como uma primeira tentativa de abrir um diálogo com setores mais inflexíveis do conservacionismo mundial, historicamente contrários à ideia de presença humana em áreas destinadas à preservação. A União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês), principal organização a sistematizar e a elaborar diretrizes para a criação de Parques Nacionais e Áreas Protegidas⁷⁵, acenou para essa iniciativa somente em 1988, com a publicação do relatório *From strategy to action* (IUCN, 1988), onde admite a possibilidade de conciliar proteção da diversidade biológica e da diversidade cultural.

Conforme destaca Barreto-Filho (1997), essa mudança de atitude por parte da IUCN, chegou relativamente tarde para as comunidades do Parque Nacional do Jaú. Embora tenha se constituído em uma medida importante e que contribuiu para que mais tarde a presença humana em áreas de preservação se tornasse uma realidade, as discussões sobre a criação do PARNA-Jaú datam dos anos 1960 e 1970, onde prevalecia o espírito da conservação *strictu sensu*. Ademais, esse foi um período marcado por um grande afluxo de capital internacional, que resultou na promoção de vários acordos, tratados e

⁷⁵ Conforme aponta Barreto-Filho (1997), as assembleias gerais da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e os Congressos Mundiais sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas, têm sido promovidos pela Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da IUCN em conjunto com o WWF Internacional, a Comunidade Econômica Europeia e os Bancos Interamericano de Desenvolvimento e Mundial. Os Congressos Mundiais têm se realizado a cada década desde 1962 – quando foi realizado o primeiro, em Seattle – com o objetivo de promover o desenvolvimento e o manejo mais efetivo dos habitats naturais do mundo, de modo que estes possam oferecer a sua máxima contribuição para sustentar a sociedade humana.

convênios com instituições financeiras, organismos multilaterais e governos internacionais, com vistas a promover a conservação, especialmente na Amazônia⁷⁶.

Para este autor, a política ambiental brasileira desse período, foi marcada pela internalização das teses conservacionistas em conjunto com premissas do Estado disciplinador. Por um lado, tinha-se a valorização “de atributos considerados singulares e especiais da natureza, de uma excepcionalidade natural intrínseca, que justificariam científica e objetivamente a sua criação”. Por outro, a predileção “por instrumentos reguladores de comando e controle, nos quais formas de regulação direta e indireta via legislação, normas e procedimentos administrativos, seriam utilizados para o estabelecimento de restrições ambientais”. Como resultado, Barreto-Filho (1997) conclui que a dinâmica social foi a mais prejudicada ao longo desse transcurso, como pode se observar no processo de remoção das comunidades do PARNA-Jaú.

De modo semelhante, Santos (2014) se voltou para os aspectos administrativos e da natureza ambientalizada, para compreender os efeitos da conservação sobre as populações do PARNA-Jaú. Conforme argumenta, as dimensões circunscritas à normatização e aquelas referentes à natureza amazônica como lugar idílico, tem sido os elementos fundamentais a darem sustentação para as políticas conservacionistas na Amazônia. Santos (2014) recorre em vários momentos ao trabalho de Arnt e Swchartzman (1992), os quais trabalham a ideia da Amazônia como um artifício orgânico, a partir do qual uma série de mecanismos jurídicos e órgãos voltados a proteção do meio ambiente são desenvolvidos, levando em conta a condição natural/biológica da Amazônia.

Para tanto, Santos (2014) cunha o termo panóptico verde, referente ao clássico trabalho de Jeremy Bentham, para se referir à criação do PARNA-Jaú. Tomando como ponto principal os efeitos da criação do Parque sobre as populações residentes, o autor demonstra como que as discussões que precederam sua criação, capitaneadas pelo INPA, IBAMA e FVA – todas instituições predominantemente conservacionistas – voltaram-se

⁷⁶ Datam desse período, a implementação dos dois principais projetos voltados à criação de Unidades de Conservação na Amazônia. Um deles foi o Programa Piloto para Proteção das Florestas, conhecido como PPG-7, criado em 1992 pelos sete países mais industrializados (G7), em parceria com os Países Baixos, o Banco Mundial e o Governo Brasileiro. Centrado exclusivamente na criação de áreas protegidas, o objetivo principal do PPG-7 era buscar soluções para os conflitos envolvendo a questão fundiária na Amazônia, por meio das Unidades de Conservação e do Zoneamento Ecológico (ZEE). O outro programa constituiu o ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia) que, à semelhança do PPG-7, tinha como principal objetivo financiar a expansão das Unidades de Conservação no bioma Amazônico. Para mais detalhes a respeito desses programas, consultar Kohlhepp (2002) e Antoni (2010).

exclusivamente para as características naturais, fisiográficas, geomorfológicas, científicas e estéticas daquela área. Essas características, ressalta, são mobilizadas em articulações pré-estabelecidas por essas instituições que, quando agem em conjunto, deixam pouca ou nenhuma margem para o protagonismo dos atores locais. Conforme aponta Santos (2014) a esse respeito:

Uma profusão de práticas e saberes diversos, encoberto pelo discurso institucionalizado, saltam à cena da reflexão: um movimento ambientalista local articulado com o ambientalismo mundial; a prevalência de um conhecimento técnico-científico de bases biológico-ecológicas que se legitima pelo saber que produz e pela habilidade com que se articula para definir as tomadas de decisão governamental, oferecendo, assim, uma ancoragem científica para a ação do Estado.

Numa dialética com ares de dinâmica democrática, o discurso ambientalista se confirmava à medida que se apagava a história dos sujeitos. Segundo Santos (2014), o ambientalismo vigente na área do PARNA-Jaú, em suas vertentes governamentais e não-governamentais, científica ou administrativa, possibilitou a consolidação de uma máquina de controle até então inexistente na bacia do rio Jaú. Conforme argumenta, antes uma área que tinha apenas seus limites definidos por força de lei, com ações pontuais, passa a ser objeto de vigilância constante, a partir da instalação, antes mesmo da criação do Parque, de um flutuante do órgão fiscalizador competente, o qual passa a desenvolver incursões cada vez mais repressivas sobre os grupos sociais locais.

As características culturais relacionadas aos hábitos, costumes, crenças e valores, aparecem, quando muito, como cálculo da racionalidade conservacionista. Conforme aponta Santos (2014), o conhecimento que se produziu sobre as comunidades que habitavam a área do Parque antes de sua criação, serviu, antes de mais nada, como instrumento de saber-poder ambiental. Primeiro, o corpo técnico buscou reduzi-los a formas classificatórias homogeneizantes, como ribeirinhos, moradores ou populações tradicionais. Num segundo momento, o levantamento socioeconômico e o censo demográfico, buscou construir uma imagem numérica desses grupos, pois conhecendo seu modo de vida e a forma como utilizam os recursos disponíveis na região, tornar-se-ia mais fácil intervir juridicamente para a criação do Parque.

Para Santos, o desvelamento de aspectos específicos dos grupos sociais da bacia do rio Jaú, foi o que tornou possível a criação do Parque. O aumento do conhecimento

científico, o estabelecimento de rotinas de fiscalização e o avanço do ideário ambientalista sobre os grupos sociais residentes naquela área, formam, segundo Santos, o conjunto panóptico construído no âmbito do PARNA-Jaú. Esse processo é representativo da prevalência do conhecimento biológico em detrimento das preocupações advindas das ciências sociais. O que revela, segundo Santos, que nos regimes de ambientalização que penetraram os espaços onde se elaboram as políticas ambientais de viés conservacionista, o elemento humano continua a ser secundário quando o que se está em discussão é a capacidade de suporte de determinada área a ser preservada.

Na RDS do Rio Negro, o ponto alto da criminalização ocorreu após a prisão de alguns moradores. Como o extrativismo madeireiro nunca deixou de ser a atividade mais importante da região, depois de tomarem ciência de que essa atividade constituía uma atividade proibida dentro dos limites da então Área de Proteção Ambiental, alguns moradores buscaram por alternativas fora dali. Uma delas, também considerada ilegal, passou a acontecer justamente no PARNA-Anavilhanas, e também dizia respeito à extração madeireira. Por trás do aspecto da (i)legalidade, chama a atenção como que medidas inteiramente restritivas, podem alterar o modo de vida das pessoas, impedirem de tê-las acesso aos recursos necessários à sobrevivência e, no limite, recorrerem a atividades ilegais.

Eu também, além de plantar, nas horas vagas, eu serro no meu terreno madeira, sou muito sincero de assumir o que eu faço e respondo por tal. Mas isso também não é direto, que nem o pessoal aí pra fora, tem gente que serra direto. Eu serro no meu terreno pra ajudar manter, comprar o rancho de casa, aplicar nos meus plantiozinhos, que eu tenho uma área de cupuaçu, a gente planta uma macaxeira, uma bananazinha, uma mandioca pra farinha, que a macaxeira é a branca que a gente come, e a mandioca é pra beneficiar pra farinha, pra goma, e essas coisas assim. Então, é mais ou menos isso. Secou o rio eu não trabalho serrano, por que não tem como, seca. A gente lida direto na agricultura ne. Cria mais ou menos uma galinha, um porco, que ajuda no mantimento de casa também (Bragança, morador da RDS – 10/09/2019).

Eu parei com a atividade de serrar madeira pra vender de metro né e hoje eu ainda tenho o motor hoje, hoje eu vou na mata hoje, por exemplo assim, me encomenda uma mesa, ou tipo assim, uma armação de uma casa, a gente vai lá, tira, aquilo lá, trás, aí eu também eu sou um carpinteiro, sou um profissional dessa área, louvo a Deus por isso, e hoje, tipo assim minha renda hoje, hoje, particular, não é uma renda fixa mas ela varia entre aí 1500, 2000 reais por mês que eu ganho com a madeira (Raul, morador da Reserva – 10/09/2019).

Longe de expor qualquer morador por conta das atividades que desempenham serem consideradas ilegais, o objetivo aqui é expor, isso sim, as contradições das políticas

ambientais na Amazônia. Uma delas, como já ficou claro, diz respeito à insustentabilidade do modo de vida das populações que vivem nesses ambientes. Por mais que se mantenha as práticas geracionais voltadas à criação de animais e pequena produção de produtos agrícolas – além de outras atividades econômicas mercantis – a chamada agricultura de subsistência não tem sido, por si só, capaz de manter a reprodução dessas comunidades. A restrição de acesso aos recursos e a imposição de legislação ambiental que regulamenta esse dispositivo, é flagrantemente impraticável, de modo que se precise recorrer a práticas ilegais para complementar a renda e garantir o sustento das famílias.

Foram em busca de alternativa pra viver, já que não dava pra viver por aqui. 2008, 2007, eu tava iniciando minha faculdade de pedagogia, 2005. Esse período de 2005 pra 2007, o Chicão, mais outros comunitários, já era proibido extrair madeira aqui na terra firme, e começaram a fazer extração de madeira ilegal nas Anavilhanas, aí o IBAMA pegou. 2007, 2008, final de 2007 pra 2008. Nesse período de 2007 pra 2008 eles foram pegos serrando madeira e ainda com adolescentes na realidade, no barco. Tinham acho que eram oito motosserras, era assim, foi considerado, que eles eram uma quadrilha e por muito pouco não foram baixado pra penitenciária, nisso eu estava em Iranduba, na faculdade, e chegaram e disseram, professora estão precisando da senhora. Porque era assim, eu acabava virando meio que uma pessoa que batia de frente, mas eu não podia nesse dia, esse dia eu não pude estar com eles. Mas a situação era muito grave sabe, então o que eu pude foi orientar, façam isso, isso e isso. Vão lá, mostrem, não vão pela agressividade, vão pelas leis, vão pelos direitos humanos. Isso eu já tinha lido os direitos humanos de uma ponta a outra, quando não desse pela legislação entrava pelos direitos humanos, de alguma forma tinha que aparar tudo isso né? (Bernadete, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019).

Esse acontecimento na então Área de Proteção Ambiental, rapidamente se espalhou e chegou ao conhecimento dos moradores das dezenove comunidades. Não à toa, pois envolveu uma das figuras mais emblemáticas daquela região, Seu Francisco Saracá. Seu Chicão, como é conhecido, é, juntamente com a professora Bernadete, uma das principais lideranças comunitárias dentro da Reserva, e uma das pessoas mais engajadas na defesa do modo de vida das sociedades caboclas. Ademais, Seu Chicão é genro de Dona Rosa Saracá, fundadora da comunidade Saracá nos anos 1980 e umas das moradoras mais antigas da Reserva, além de ter sido presidente de ACS Rio Negro entre os anos de 2016 e 2019. De modo que a gravidade deste acontecimento foi proporcional à importância e ao simbolismo representados pela figura do Seu Chicão.

Seu Chicão e os demais comunitários foram pegos em flagrante, mas não chegaram a ser presos. Contudo, esse evento foi considerado pelos moradores como um divisor de águas, pois expôs como nunca antes havia acontecido, as fragilidades e a vulnerabilidade

as quais estavam submetidos os moradores da APA. A partir de então, tem início uma discussão entre os moradores sobre a necessidade de se alterar o estatuto jurídico daquela área, levando em conta a insuficiência das atividades realizadas por seus moradores no sentido de garantir sua reprodução, e também a necessidade de considerar a extração madeireira como a principal atividade econômica ainda em vigor na região.

Ele (Seu Chicão) foi considerado um dos chefes, um dos chefes da quadrilha. E aí quando eles foram pegos foram pra Novo Airão, de Novo Airão iam descer pra penitenciária por crime ambiental, tinham cortado não sei quantos metros cúbicos de madeira, a infração era altíssima. Aí dona Rosa Saracá, também que, digamos assim, talvez uma das ativistas na época com mais idade a frente disso, pela amizade. Aí tinha o José Melo pelo meio, o Jose Melo na época, em 92, 94 foi o meu primeiro chefe né, que ele era secretário de educação, e na época ele estava secretário de governo do estado, ele era de educação mesmo, mas o secretário de meio ambiente era o Virgílio Viana, aí começou essa entrada da FAS do governo pra cá pra esse nosso lado (Bernadete, líder comunitária e professora da RDS – 22/08/2019).

E aí nessas buscas de ajuda e tudo mais, o Jose Melo entra em contato com o Virgílio, que era amigo do Virgílio, então juntou assim. A pedido de Rosa Saracá, José Melo foi atrás de Virgílio Viana, ele foi atrás de Eduardo Braga que era o governador na época e apresentaram a história como estava tudo e porque acontecia isso e aí o programa bolsa floresta estava aí nascendo (Bernadete, líder comunitária e professora da RDS – 22/08/2019).

Em 2007, como já mencionado, o estado do Amazonas surfava a onda conservacionista. Esse ano precedeu o último período referente ao aumento expressivo de Unidades de Conservação, que durou de 2008 a 2010 e contou com a criação de 11 novas UCs estaduais. Além disso, 2007 também foi o ano de promulgação da Lei Estadual de Mudanças Climáticas que, entre outras coisas, criou o Programa Bolsa Floresta. De modo que, como é possível perceber no relato acima descrito pela professora Bernadete, uma vez que o governador do estado e seu secretário de meio ambiente tomaram conhecimento do acontecido na APA do Rio Negro, hoje não é difícil compreender de que maneira se encaminharam as tratativas em torno do novo ordenamento jurídico que se pretendia para aquela área.

A Política Estadual de Mudanças Climáticas e o Programa Bolsa Floresta apenas se materializaram em 2007. Ambos instrumentos jurídicos vinham sendo pensados desde 2002, quando o atual superintendente-geral da FAS, Virgílio Viana, foi convidado para elaborar o Plano de Governo da área ambiental do então candidato a governador do estado

do Amazonas, Eduardo Braga⁷⁷. Isso porque, nos anos anteriores, Virgílio havia se destacado por desenvolver um plano de desenvolvimento sustentável de uso de floresta nativa em Boa Vista do Ramos, município no interior do Amazonas, quando dirigia a ONG Imaflora. Naquele tempo – e ainda hoje – Virgílio era conhecido por sempre usar um bordão: “como fazer a floresta valer mais em pé do que derrubada”?

Virgílio aceitou o convite e propôs, então, a elaboração de uma política de desenvolvimento pautada nos princípios da sustentabilidade, que levasse em conta o crescimento da economia, a geração de emprego e o desenvolvimento social, principalmente no interior do estado. Tendo como paradigma a conservação da floresta, isto é, fazendo a floresta valer mais em pé do que derrubada, o Programa proposto naquele momento levou o nome de Zona Franca Verde (ZFV), uma alusão à Zona Franca de Manaus, porém, com viés bioeconômico. O intuito da ZFV era o de investir em cadeias produtivas focadas em produtos oriundos do extrativismo, cujas origens remontassem aos “povos da floresta” e à população do interior, e que a esses produtos fosse agregada a ideia de natureza, trazendo em seu bojo um forte apelo à sustentabilidade.

Em 2003, com a vitória de Eduardo Braga para o governo do estado, Virgílio foi convidado para estar à frente do plano de criação de uma secretaria voltada para assuntos ambientais, até então inexistente no Amazonas. Desta feita, no ano da posse foi criada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). A secretaria foi concebida num momento crítico para o Amazonas, uma vez que o desmatamento – principal pauta a ser enfrentada – bateu seu recorde entre os anos de 2003 e 2004, chegando a 1.558 Km² de área derrubada⁷⁸. Impuseram-se, então, dois desafios: i) reduzir a taxa de desmatamento e; ii) implementar a Zona Franca Verde.

Enquanto política pública, a ZFV teve como base a formulação de propostas que conciliassem questões sociais, ambientais e econômicas. Desenvolvida para ser cumprida em metas de curto, médio e longo prazos, a ZFV foi pensada para atender, principalmente, aos municípios do interior do estado. As prioridades incluíam ações emergenciais de melhoria nas áreas de saúde e educação, combinadas a ações de segurança alimentar, de manejo de recursos florestais, pesqueiros e de proteção ambiental. A princípio,

⁷⁷ Esse fato narrado está descrito no livro de comemoração de 10 anos de criação da Fundação Amazonas Sustentável (2018).

⁷⁸ Essa havia sido a maior taxa de desmatamento registrada no estado até então, desde que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) iniciou sua série histórica de medição, em 1994.

privilegiou-se o enfoque às cadeias produtivas, no sentido de resolver gargalos identificados pelos atores sociais e agentes envolvidos nas atividades econômicas do interior. Esses gargalos eram diversos: regularização fundiária, acesso ao crédito, falta de assistência técnica, desenvolvimento de tecnologias para produção, infraestruturas de transporte, energia e comunicação, dentre outros (RAPOZO, 2014).

As propostas contidas na ZFV que se direcionavam ao desenvolvimento de cadeias produtivas no interior do estado, buscando a valorização das populações rurais e dos produtos extrativistas, não tiveram sucesso. Segundo Santos (2010), a falta de investimentos por parte do estado e de conhecimento estratégico sobre como atrair recursos voltados para projetos ancorados na premissa do desenvolvimento sustentável, inviabilizaram o estabelecimento das atividades com potencial bioeconômico. Na ocasião, o estado havia elencado as Unidades de Conservação e Terras Indígenas do interior, como principais áreas para implementação da ZFV.

Em 2005, um evento climático chamou atenção da sociedade amazonense e da população brasileira e mundial como um todo. Neste ano, o Amazonas registrou o maior intervalo de seca dos rios de sua história, seguido das menores taxas de pluviosidade medidas para aquele período – maio, junho e julho – além do aumento significativo da temperatura na região (MARENGO et al., 2009). Esse evento causou forte comoção no estado, pois afetou a maioria das cidades do interior que estão localizadas na beira dos rios, além de um número grande de comunidades que vivem espalhadas nos seus afluentes. Comunidades inteiras ficaram isoladas e sofreram com escassez de alimento, de modo que uma operação militar foi necessária para distribuir comida e outros mantimentos por todo o estado (LEITE; NETO, 2010).

Ainda segundo Leite e Neto (2010), esse episódio acelerou o processo já em curso de criar mecanismos jurídicos que estivessem em consonância com as discussões realizadas em nível global, que alertavam sobre a intensificação de eventos climáticos decorrentes do aquecimento do planeta. No mesmo ano da grande seca, foi realizada a 11ª Conferência das Partes (COP 11), referente à Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima, em Montreal, no Canadá. Nesse evento, foi ratificado o Protocolo de Kyoto e adotados os primeiros mecanismos visando à mitigação das emissões de gases poluentes. Esses mecanismos se desenhavam como um esboço para projetos que pudessem recompensar financeiramente ações que evitassem as emissões de GEEs.

O estado do Amazonas, por meio da SDS, enxergou nesses mecanismos a maneira mais viável de colocar em prática aquilo que fora proposto no Programa Zona Franca Verde. De outra maneira, não haveria como obter recursos necessários para o financiamento dos projetos ajustados a essa iniciativa. Essas ideias se apresentavam bastante interessantes já naquela altura, uma vez que o Amazonas era o estado com maior área de floresta preservada da Amazônia Legal (98%) e o que detinha a maior extensão de áreas protegidas do Brasil (432.000 Km²), correspondente a 50% dos estoques de carbono disponíveis para mitigação no país (NOBRE; NOBRE, 2002). O Programa Bolsa Floresta foi pensado em substituição à Zona Franca Verde, e foi apresentado ao governo do estado em 2007, como desdobramento de uma política pública para valorizar os serviços ambientais das UCs do estado.

Tais elementos, quando analisados *pari passu* com o ocorrido com Seu Sabá e outros moradores, evidenciam as assimetrias e os diferentes interesses colocados em jogo quando as tratativas para o reordenamento jurídico da área tiveram início. De um lado, o estado do Amazonas, fortemente amparado por arcabouços político-jurídicos ambientais, resultado de décadas de aprimoramento e internalização dessa questão. Do outro, moradores em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo que recorrer a práticas ilegais para garantir um ganho extra e ter as suas necessidades básicas atendidas. Além disso, a correlação desproporcional de força e poder, deram o tom quando se decidiu solucionar esse conflito.

Traduzida em bom português, essa inflexão sobre o destino da área foi o encontro da fome com a vontade de comer. Os moradores amedrontados com a possibilidade de serem presos e sem saber qual seria o destino de suas vidas no território que ocupavam há décadas, clamavam por urgência na resolução da questão. Por seu turno, ao transformar um ato criminoso em fato político, o estado do Amazonas viu nesse episódio, uma oportunidade de dar prosseguimento no cumprimento da política de caráter conservacionista, ao apresentar a criação de uma Reserva como única alternativa aos moradores.

O que eu lembro bem é que deram duas opções: ou aqui seria uma reserva ou aqui seria terra de oleiros, quem tinha...pra fazer tijolos, pra não pegar o barro da região. Aí o pessoal ficou meio que com medo. A gente não quer que vire um lugar diferente do nosso...aí foi isso que foi dado as duas propostas, pelo governo. Ou seria reserva ou seria terras de oleiros, terra de olaria pra vender o barro pra fazer tijolos. Aí optaram pela reserva. Aí entrou os parceiros que

trabalharam. Era bom que fosse alguma coisa assim (Cris, agente de saúde e moradora da RDS – 13/09/2019).

Então, criou-se, isso que eu to te falando, quando foi pra adentrar no programa, que vinha isso pela categoria de RDS aí veio junto o programa Bolsa Floresta, então assim, eles fecharam uma RDS e disseram vocês tem isso daqui, ou é isso ou é nada, foi mais ou menos assim (Bernadete, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019).

Conforme pode ser apreendido das falas das duas moradoras acima, o modelo de RDS e o Programa Bolsa Floresta não foram discutidos pelos moradores como uma opção, senão a única alternativa oferecida aos seus comunitários. O tom ao qual me referi num trecho acima, parece não ter sido dos mais amigáveis, pois a pressa por parte dos órgãos governamentais quando defrontada com a apreensão por parte dos moradores, parece ter atropelado, mais uma vez, a possibilidade de incluir as suas vozes para decidirem o próprio destino. Ao contrário disso, a ânsia pela resolução do problema pela forma mais burocrática possível, acentuou o sentimento de desconforto e receio já disseminado em vários moradores. Muitos, como é possível compreender pelos relatos, não sabiam exatamente o que significava aquela área virar uma Reserva e, ao ficarem sabendo da proposta, temeram ser expulsos do lugar.

...teve, teve pessoas que foi embora porque achava assim, aí eu não posso ficar, porque eu não vou poder trabalhar, então teve pessoas que fizeram isso ne, foram embora (Francisca, líder comunitária e moradora da RDS – 01/11/2019).

Ia perder, ia ser expulso. Porque muitas pessoas passavam por aqui, diziam, rapaz, cuidado que esse negócio aí vem pra tirar de vocês. Eles vão tomar as terras de vocês, vocês vão ficar sem terra pra trabalhar, aí muitas pessoas ficou com medo né? (Seu Rodolfo, morador da RDS – 10/09/2019).

Aí depois de 2008 começou esse processo aí de transformação dessa área em reserva, foi uma calamidade, porque o povo se desesperou porque achava que ia acontecer como aconteceu com o parque nacional do Jaú, que todo mundo saiu de lá. Mas só que o pessoal do Jaú saíram e a mesma situação ia acontecer aqui, porque aí, vai virar parque, vai virar parque (Maria Isabel, professora e moradora da RDS – 22/08/2019).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma categoria de UC de uso sustentável, incorporada ao SNUC no ato de sua criação, nos anos 2000. Porém, a primeira UC desse tipo, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, foi criada em 1996, também no estado do Amazonas. Segundo Bezerra e Lima (2015), o modelo de RDS passou a ser pensado e discutido após a realização da Rio-92, levando em consideração as contínuas contradições do conservacionismo de conciliar presença

humana, preservação e desenvolvimento nos *hotspots*. Conforme relatam as autoras, o modelo de RDS nasceu de uma aliança entre ambientalistas, cientistas e populações tradicionais, que, através de ações articuladas em prol da conservação, protagonizaram a experiência que culminou na criação desta categoria de unidade de conservação.

Por meio das Unidades de Conservação de uso sustentável, o SNUC procurou amenizar as contradições citadas acima. Fruto de um intenso debate iniciado nos anos 1980 pela corrente da Ecologia Social e do Etnoconservacionismo⁷⁹, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação aderiu, em paralelo às Unidades de Conservação de Proteção Integral, as proposições referentes a possibilidade de presença humana nas áreas a serem protegidas. As oito⁸⁰ tipologias de UCs que fazem parte dessa categoria, procuram ressaltar a importância de se “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2000).

O problema envolvendo os moradores da RDS do Rio Negro, diz respeito ao aspecto fundiário deste tipo de UC. Conforme consta no SNUC, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável são de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas de acordo com o que dispõe a Lei. Contudo, a despeito do seu caráter de domínio público, a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, são regulados por contrato de concessão por direito real de uso, conforme aponta o capítulo IV do SNUC sobre criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

Como assinar um contrato se não se sabe exatamente o conteúdo do contrato e para que serve sua assinatura. Por trás da falta de comunicação e da omissão em relação a esse instrumento jurídico-burocrático, estava o interesse do estado em implementar o Programa Bolsa Floresta naquela região. A realização de atividades envolvendo a

⁷⁹ Segundo Diegues (2000), a Ecologia Social e o Etnoconservacionismo, são correntes ligadas ao pensamento socioambiental, que buscam romper com o determinismo ambiental das correntes conservacionistas e preservacionistas. Para o autor, tanto a Ecologia Social quanto a Etnoconservação, buscam alterar esse padrão ao inserir aspectos sociais e culturais em suas análises, argumentando que a manutenção das condições naturais do planeta, é fruto de um longo e intenso processo de interação entre sociedade e a natureza, o que, em última instância, teria redundando na domesticação de imensas áreas de florestas mundo afora.

⁸⁰ As oito tipologias que compreendem as UCs de uso sustentável são: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

exploração de componentes dos ecossistemas naturais sem que esta seja proveniente de manejo sustentável, é proibida tanto nas APAs quanto nas RDS, segundo o SNUC. Ademais, o episódio envolvendo os moradores pegos em flagrante transportando madeira extraída de área proibida e de forma ilegal, ocorreu fora dos limites da atual Reserva. De modo que parece não ter sido o fato em si o motivo de alteração do regime jurídico daquela Unidade de Conservação.

E aí nesse meio tempo vieram, as pessoas vinham em grupo, olha, professora vai ter reunião, você reúne todo mundo aí, vai ter reunião tal hora, tal dia, assim, e aí começaram a ter mobilizações, mobilizações. Marcamos com a fundação, já representando ainda pelo programa bolsa floresta, que, já era o programa que era, o outro, o federal era o bolsa verde, né, e o estadual o bolsa floresta, e só tinha pro Solimões, não tinha pro lado aqui ainda né. Por conta de ser uma APA não dava pra aplicar o mesmo mecanismo que uma RDS, então, vamos fazer a assembleia, três assembleia direto, aí vieram pessoas de todos os locais pra fazer aqui. Então, digamos assim, nossa comunidade sempre foi bem estruturada, então o espaço mais organizado pra essas oficinas eram aqui, então vieram sempre, primeira oficina, segunda oficina, com tudo, com as comunidades mais próximas, isso aqui parecia um dia de festa daqueles maiores que tinham (Bernadete, líder comunitária e professora na RDS – 22/08/2019).

A ideia era que os moradores assinassem de uma só vez o contrato de concessão de posse e uso da área ocupada e o termo de compromisso que as tornavam participantes do Programa Bolsa Floresta. A pressa do governo amazonense se aliou ao quadro de desespero vivido pelos moradores há mais de um ano desde o episódio envolvendo o Seu Chicão. As discussões e as tratativas para a mudança de estatuto jurídico ocorreram a toque de caixa.

Eram discussões, eram coisas horríveis que saíam né, e no final conseguimos fazer o documento de transformar a área de APA pra categoria de Reserva. E como vieram as implantações do programa bolsa floresta pra cá. Então, pra fazer o cadastramento, foram feitas já cinco oficinas, porque a primeira remessa estava todo mundo desesperado, pra mudar de vida, pra mudar de história talvez, então a saída era, assinar um documento, um termo de compromisso, pra cuidar da redução do redd né tudinho, e cuidar do meio ambiente, ser os guardiões da floresta, e a maioria assinou o documento e em cima disso já vieram a aplicação, a apresentação do que era o bolsa floresta e as quatro bolsas que existiam lá dentro (Bernadete, professora e líder comunitária na RDS – 22/08/2019).

Ao conversar com alguns moradores sobre o processo de criação da Reserva, perguntei se havia, entre eles, o entendimento de que a transformação da APA em RDS, não alteraria substancialmente a legislação ambiental, no sentido de flexibilização da fiscalização e permissão do uso dos recursos naturais ali presentes. Isto é, os pontos

principais que suscitaram a mudança de estatuto jurídico da área – permissão para presença e/ou ocupação humana e uso sustentável dos recursos naturais mediante manejo sustentável – já constavam na legislação que ampara as APAs. Além do mais, o estatuto jurídico que subsidia a criação de RDS, é muito mais amplo e, em termos legais, muito mais restritivo. De modo que não aparentava ser vantajoso para os moradores, reivindicar tal alteração. Contudo, parece não ter havido tempo para que os comunitários fizessem essa discussão.

Então a gente fez o projeto de criação da reserva, tipo assim, a gente passamos uns dois dias pra criar essa reserva, foi lá no Saracá, foi no Saracá, então assim foi 2 dias muito puxado mesmo, porque tipo assim, foi um aprendizado porque como a gente não tinha nada, foi pegado pelos pés, a gente não sabia assim nem como começar por onde inventar, criar essas coisas, foi difícil, mas aí a gente pegamos o estatuto de outras comunidades, a gente fomos lendo, entendendo, aí que foi encaixando, cada pedacinho e aí foi quando foi criada a reserva (Francisca, líder comunitária e moradora da RDS – 01/11/2019).

Mas as conversas era tudo diferente, depois que nos assinemo tudinho e foi aprovada a reserva, com 2 dia pra aprovar isso, lá no Saracá, que foi aprovado aí já veio, proibição disso, proibição daquilo, proibição daquilo outro (Pereira, morador da RDS – 16/09/2019).

A despeito de como foi conduzido o processo de criação da Reserva, a RDS foi uma demanda legítima levantada por parte das comunidades. O Programa Bolsa Floresta foi apresentado como possibilidade de se abandonar as práticas consideradas ilegais e com intuito de oferecer alternativas de obtenção de renda por meio da implementação de outras atividades econômicas que fossem viáveis dentro do novo estatuto legal. Contudo, junto com o Programa Bolsa Floresta – que já pressupõe a adoção de contrapartidas no ato da assinatura do termo de compromisso – o Plano de Gestão a ser elaborado como instrumento regulatório obrigatório a balizar as regras dentro da Reserva, traria consigo uma série de imposições e restrições, como é próprio dessa categoria de UC.

Além da extração de madeira que se tornou uma atividade proibida a não ser mediante plano de manejo, a caça de animais, a pesca, a abertura de roçados e a prática milenar de queimada da capoeira⁸¹, também sofreram alterações significativas a partir da transformação daquela área em Reserva. Para aqueles que viviam exclusivamente da

⁸¹ Na Amazônia, os sistemas agrícolas conhecidos como corte e queima, agricultura itinerante ou de coivara, a característica principal é a queima da capoeira, ou seja, da vegetação secundária que cresce no local do roçado após a terra ficar descansando ao fim de um ciclo agrícola, que pode durar de 2 a 3 anos na mesma área.

madeira, a situação ficou muito difícil. Para as famílias que se dedicavam à agricultura e à pesca artesanal, as restrições para a produção obrigaram igualmente a busca por adaptação diante dos novos termos de uso e acesso dos recursos naturais disponíveis. Instituiu-se, por meio de decreto, a criação de Reserva com vistas à preservação ambiental e atendendo a todos os mecanismos, instrumentos e acordo internacionais sobre o tema. Criava-se, em função do mesmo decreto, uma situação de vulnerabilidade econômica e social que estão na origem das teses conservacionistas, quais sejam, a incompatibilidade entre presença humana e conservação.

Tal qual *Os Despossuídos* de Marx (2017), também “o roubo” de madeira por parte dos camponeses do Rio Negro, motivou a criação de uma legislação no intuito de coibir tais práticas. Ocorre que, da mesma forma que acontecia com os camponeses da Prússia, as terras ocupadas pelos moradores da área que hoje corresponde à Reserva, eram consideradas de posse comunal, e a utilização dos recursos disponíveis, como a madeira, era indispensável para sua reprodução social. Porém, diferentemente do Estado prussiano que visava criar uma Lei que transformasse as terras comunais em propriedade privada, garantindo o direito de uso da madeira como recurso a um pequeno grupo, no caso da RDS do Rio Negro, o estado amazonense atendeu a uma demanda conservacionista, que elegeu o combate ao desmatamento como bandeira de luta do ambientalismo mundial.

Não se pode, em função disso, desconsiderar o caráter mercantilizador da Lei que instituiu o Bolsa Floresta. Cabe lembrar que, uma vez construído a partir das premissas contidas nos programas de pagamentos por serviços ambientais, a execução do Bolsa Floresta – ou seja, a arrecadação de recursos financeiros por parte de usuários de tais serviços, e sua transferência para os provedores dos mesmos serviços – dependeria da manutenção dos recursos naturais em condições viáveis para que se atribuisse um valor de troca. Isto é, para além do pragmatismo conservacionista, preservar as madeiras que sustentam as árvores da Reserva de práticas extrativistas, em última instância, significa dizer que a floresta vale mais em pé do que derrubada, pois é, também, por meio do sequestro de carbono que se financia o Programa.

Criar a Reserva rendeu ao estado do Amazonas dois importantes ativos. Primeiro, possibilitou o incremento de mais uma área ambientalmente protegida nos cálculos da política de conservação estadual, o que, de modo pragmático, refletiu na produção de externalidades positivas. Em segundo lugar, ao submeter a área da Reserva a um instrumento de comando e controle, de forma a incidir na restrição do uso dos recursos

naturais ali presentes, o estado tornou a madeira e outros aspectos da biodiversidade daquela área, em produtos ou recursos escassos. Por conseguinte, elevou o valor de mercado dos serviços ecossistêmicos e dos ativos ambientais contidos no seu interior, de modo a aumentar seu poder de barganha no momento de captar recursos para financiar o Programa.

5. Os mercados verdes e a proletarianização das sociedades caboclas da Amazônia

Ao longo de sua história, a FAS implementou mais de 5.671 projetos, definidos de acordo com as prioridades de 581 comunidades e aldeias da sua área focal de atuação, na Amazônia profunda. As prioridades desses projetos foram definidas em mais de 967 oficinas de gestão participativa. Dentre os resultados, destaca-se o aumento de 202% na renda média das famílias, entre os anos de 2009-2019 que, majoritariamente, superaram a linha da pobreza extrema (VIANA, 2021).⁸²

A pesquisa Mapa da Nova Pobreza, da FGV Social (Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas) aponta que o Amazonas é o segundo estado com maior índice de pobreza do país, com 51%, média maior que a nacional, que é de 30%. Em primeiro lugar está o estado do Maranhão, com 57,9%. A parcela da população em extrema pobreza atinge 12,5%, o segundo pior índice entre os 26 estados do Brasil e o Distrito Federal (PORTAL DE NOTÍCIAS AMAZONAS ATUAL, 2022).⁸³

No entanto, embora o Banco (Mundial) endosse o PSA como um meio de gerar benefícios sociais a partir de esquemas de conservação florestal, as próprias diretrizes do Banco alertam que o foco excessivo na redução da pobreza é contraproducente para o objetivo mais fundamental do PSA, que é o de maximizar a eficiência nos gastos com conservação e gestão dos recursos naturais (PAGIOLA, 2007).

Assim como ocorreu com a questão ambiental e seus elementos principais – natureza, conservação e áreas protegidas –, também não estava no meu radar fazer uma discussão mais aprofundada sobre a questão social das comunidades ou famílias residentes na RDS do Rio Negro. Como já disse anteriormente, o foco da análise envolvendo o Programa Bolsa Floresta, concentrava-se nos seus aspectos institucionais, sobretudo na sua configuração e elaboração enquanto uma política pública ambiental. Eu sabia, porém, das relações conflituosas existentes nas Unidades de Conservação em geral e, em especial, naquelas onde o Bolsa Floresta era implementado⁸⁴. De modo que minha atenção às pessoas num primeiro momento, buscava compreender de que maneira a

⁸² Trecho do artigo de Virgílio Viana, Superintendente-Geral da FAS, intitulado “Treze anos e as lições aprendidas para o futuro da Amazônia”, publicado no Jornal Correio Braziliense, no dia 04/03/2021.

⁸³ Matéria publicada no site de notícias Amazonas Atual, no dia 8 de agosto de 2022, intitulada “Pobreza no Brasil é recorde e atinge 19,8 milhões de pessoas”.

⁸⁴ O tema referente aos conflitos interinstitucionais envolvendo a FAS e o órgão responsável pela gestão das UCs estaduais eram públicos e bastante recorrentes nos debates envolvendo a discussão sobre Unidades de Conservação e a terceirização de sua gestão. O conflito se tornou ainda mais evidente quando foi noticiado na imprensa, em 2015, que o então governador do estado, José Melo, tentou por meio de decreto, anular a cláusula que concedia à FAS o direito exclusivo de execução do Programa Bolsa Floresta nas UCs estaduais. Para mais, ver Coelho (2012).

implementação do Programa estaria contribuindo para o surgimento ou acirramento de conflitos interpessoais e interinstitucionais dentro da Reserva.⁸⁵

Quem vive ou já viveu na Amazônia e de alguma maneira está vinculado – seja na academia, movimento social, partido político ou organização não-governamental – às questões socioambientais, sabe que há certo consenso pela defesa – às vezes intransigente – de determinados temas. Não é usual que se questione a efetividade e a necessidade, por exemplo, de políticas públicas ou de iniciativas que tenham como mote a sustentabilidade de ecossistemas, da mesma forma que não se coloca em xeque a situação em que vivem os grupos sociais em contextos não urbanos, seja em espaços rurais ou áreas protegidas. Isto é, predomina entre os setores citados acima, a ideia de que povos e comunidades em contextos não-urbanos – não necessariamente rurais – ainda vivem da subsistência e em harmonia com o ambiente, ou seja, de forma tradicional.

Ademais, a prevalência do discurso sobre conservação e crescimento econômico por meio do desenvolvimento sustentável, inviabiliza quase que por completo uma abordagem que se pretenda crítica em torno dessa questão. Dessa maneira, o que prepondera no seio dos setores que lidam com as temáticas socioambientais na Amazônia, refere-se, sobretudo, ao ambientalismo de resultado. Isto é, desde que princípios preservacionistas e conservacionistas sejam contemplados, é possível sobrepor a questão ambiental sobre quaisquer outras, inclusive a social. Como fiz parte durante muitos anos desses círculos, essa era, também, a ideia que construí ao longo do tempo em relação, principalmente, aos ribeirinhos e ao seu modo de vida.

Nesse percurso todo em que me vi envolto a temas tão sensíveis e interessantes, junto a pessoas e instituições tão relevantes, havia ainda um agravante. Antes de enveredar pela rota das Ciências Humanas e Sociais, eu mesmo tive uma formação que me levou, quase que naturalmente, pelos caminhos do conservacionismo. Graduado primeiramente em Ciências Biológicas, adotei, desde o primeiro ano de curso, as premissas inquestionáveis da defesa intransigente do meio ambiente e, claro, da Amazônia. Não foi por outro motivo, afinal, que decidi, após a conclusão do curso, realizar o mestrado no INPA, uma instituição com propósito político-científico

⁸⁵ Tanto é verdade, que o título inicial do projeto de pesquisa submetido em 2017 era “O Bolsa Floresta como política público-ambiental: mudanças sociais e conflitos entre povos tradicionais da Amazônia”.

predominantemente conservacionista, cujas pesquisas são, majoritariamente, destinadas aos campos da Ecologia e Ciências da Natureza⁸⁶.

Consequentemente, foram cinco anos – dois como aluno de mestrado e mais três como bolsista de um projeto maior – de convívio com biólogos, ecólogos, agrônomos, engenheiros florestais e de pesca. Muitas pesquisas realizadas no INPA, a despeito do seu interesse principal nos aspectos da flora e da fauna amazônicas, também buscam inserir e abordar os aspectos sociais de determinado ambiente natural. Não raro, as pesquisas que lá são feitas por esses profissionais, levam em conta comunidades rurais, “populações tradicionais”, povos indígenas e outros grupos sociais locais com igual importância para a paisagem socioambiental. Contudo, reconhecendo o privilégio que o tempo presente me dá, é impossível não se reportar às abordagens teórico-metodológicas delineadas nessas pesquisas por mim e pelos meus colegas, que não seja pelas lentes da boa intenção, do romantismo e da técnica exacerbada quando se trata das pessoas.

Assim sendo, quando fui a campo pela primeira vez, tinha a certeza que encontraria os ribeirinhos das fotos, dos livros e dos artigos sobre o tema.

Os ribeirinhos residem às margens dos rios, vivendo, especialmente, da caça, pesca e do extrativismo vegetal. O manejo das áreas de várzea, as técnicas produtivas e de organização social são conhecimentos herdados dos indígenas que viviam nessas áreas no período pré-colonial (FERNANDES; MOSER, 2021).

Há uma imensa relação dos ribeirinhos com a natureza, sendo que a dinâmica da natureza norteia e produz os acontecimentos cotidianos destes, as ações de sobrevivência do ribeirinho se repetem periodicamente de acordo com o movimento das águas e do sol (CRUZ, 2011).

A economia utilizada pelos ribeirinhos é uma economia ecológica, na qual o ambiente representa o limite da economia, onde o *stop* é a reprodução ecológica e não a econômica, onde o comportamento é altruísta e não egocêntrico (ROMEIRO, 2012).

Os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia a partir da sua relação com a natureza, da forma de comunicação, do uso das representações dos lugares, do tempo, da integração com a língua e dos conhecimentos dos sistemas classificatórios da fauna e flora, que formam um extenso patrimônio cultural (CHAVES, 2001).

⁸⁶ O INPA é um Instituto de Pesquisas voltado, apenas, à pós-graduação. São dez programas de pós-graduação *strictu sensu* (Agricultura no Trópico Úmido; Biologia de água Doce e Pesca Interior; Botânica; Ecologia; Ciências de Florestas Tropicais; Clima e Ambiente; Entomologia; Genética, Conservação e Biologia Evolutiva; Aquicultura; Biodiversidade e Biotecnologia) e um mestrado profissionalizante (Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia).

Para minha felicidade pessoal e sorte nos assuntos acadêmicos, encontrei Dona Esmeralda e tantos outros moradores da Reserva que, na “foto oficial”, são classificados – desde fora, é preciso lembrar – como ribeirinhos. O episódio já citado que presenciei quando buscava por uma entrevista com Dona Esmeralda, confirmou, naquele momento, uma hipótese presente no projeto anterior, a de que havia conflitos entre as pessoas que moravam na Reserva e a ONG que executava o Programa. Contudo, a fome de Dona Esmeralda e outras situações de vulnerabilidade social que presenciei pessoalmente, além de outras que eu não vi mas que foram relatadas durante as conversas que pude ter com os moradores, fizeram-me perceber que os conflitos extrapolavam os domínios físicos da Reserva, e se conectavam com processos mais amplos, porque não dizer, de ordem global.

Chamou-me a atenção, nesse sentido, a questão da pobreza, um tema que, de fato, não havia sequer imaginado tratar quando do início da pesquisa. Isso porque, como já disse, a ideia predominante – e com isso quero dizer que existe, sim, dissonâncias – sobre as comunidades ribeirinhas, é a de que seu modo de vida é garantido pela sua relação com a floresta e pela produção de subsistência. Jamais imaginaria que numa Reserva a poucos quilômetros de Manaus, haveria pessoas em situação de insegurança alimentar e financeira, sobretudo quando o lugar onde se vive é, em tese, capaz de prover os itens necessários e essenciais à sua existência. Ou seja, pobreza e ribeirinhos era um tema aparentemente incongruente pois, ao que parecia, isso nem mesmo existia.

A meu ver, essa incongruência se deve a três fatores fundamentais quando se busca compreender os sentidos da pobreza entre as sociedades caboclas. O primeiro, diz respeito ao fato de que as análises feitas em torno das comunidades ribeirinhas, não levam em conta as relações sociais desse grupo enquanto classe, mas, sim, enquanto sujeitos ecológicos, naturalizados. Em segundo lugar, conforme aponta Leguizamón (2007), os estudos sobre a produção e reprodução da pobreza, principalmente na América Latina, focaram-se, desde o início, no êxodo rural provocado pelo processo de modernização-urbanização, que levou uma massa de camponeses a entrar no circuito do trabalho assalariado nas cidades. Em função disso, o terceiro elemento diz respeito exatamente ao predomínio das pesquisas serem realizadas levando em conta contextos urbanos, onde o fenômeno da pobreza teria aparecido pela primeira vez e se perpetuado indefinidamente (CIMADAMORE; CATTANI, 2007).

O desinteresse sobre o tema pode se confirmar a partir de uma consulta nas bases de pesquisa convencionais. Numa busca rápida na plataforma acadêmica *Google Scholar*,

ao digitar as palavras-chave “unidades de conservação” e “conflitos”, o buscador oferece 160.000 artigos relacionados ao tema. Quando a busca é feita em inglês, esse número salta para mais de 3.650.000 produções científicas que tratam do assunto. Quando se busca pelas palavras-chave “pobreza” e “ribeirinhos”, o resultado aponta para um número bem menor, próximo a 24.000 publicações. A mesma pesquisa quando feita em inglês, oferece um número um pouco mais expressivo, algo em torno de 33.400 trabalhos dedicados a essa questão. Ou realmente não existe pobreza entre os ribeirinhos, ou, de fato, esse é um tema desinteressante quando comparado a outros de maior apelo científico.

A generalidade do termo *conflitos*, quando não esmiuçada, opera a partir dos interesses por trás daquilo que se deseja esconder. Para a perspectiva crítica da Economia Política, os conflitos redundam dos choques inevitáveis entre os diferentes interesses expressos pelas classes constituintes do sistema capitalista. Dessa maneira, a luta de classes seria resultado do modo como as relações sociais são acomodadas no capitalismo, baseadas no princípio básico de apropriação desigual dos meios de produção disponíveis para reprodução da vida material. Em determinados momentos históricos, essas assimetrias tendem a se intensificar, acirrando a possibilidade dessas duas forças se confrontarem. O conflito, seria assim, o momento em que essa disputa envolvendo a necessidade de manutenção dos meios de produção e a possibilidade de alargamento da vida social das classes dominadas, atingiriam o ápice da incompatibilidade social entre ambas.

Via de regra, os conflitos observados em Unidades de Conservação, ocorrem em função da implementação da legislação ambiental subjacente ao seu estatuto jurídico. Isto é, a depender se se trata de Unidades de Conservação de proteção integral ou de uso sustentável, as normativas pertencentes a cada uma dessas tipologias serão implementadas de acordo com o fim desejado pelos órgãos gestores. Não raro, a implementação de Unidades de Conservação de proteção integral onde há presença de moradores, procede no sentido de expulsão, remoção e, às vezes, ação indenizatória às populações deslocadas. Quando se trata de UCs de uso sustentável, o principal efeito da legislação ambiental incidente, ocorre no sentido de restringir o acesso aos recursos naturais disponíveis às comunidades, bem como pela imposição de um ordenamento que estabelece novas regras de uso dos recursos e desempenho das atividades praticadas de forma secular.

A despeito das políticas ambientais assentadas no conceito de desenvolvimento sustentável apostarem na resolução dos conflitos como estratégia desenvolvimentista, o simples fato dos sujeitos a quem geralmente se destina tais políticas serem, eles mesmos, fruto de conflitos político-econômicos decorrentes do contexto sócio-histórico do qual são fruto, por si só seria suficiente para descredibilizar qualquer tentativa política de apaziguar esses mesmos conflitos. Ocorre que os conflitos decorrentes entre a institucionalidade praticada pelo Estado – por meio de imposição de legislação ambiental – e a ocupação humana baseada no direito consuetudinário, representa apenas uma dimensão conflituosa em UCs. Naquilo que nos interessa aqui, o conflito que se explicita com o episódio envolvendo Dona Esmeralda, remete ao que trata a crítica à Economia Política, uma vez que se vale da mercantilização dos recursos naturais de uma determinada área na Amazônia, em detrimento da manutenção do modo de vida dos seus moradores.

Dessa forma, a questão da pobreza e a realidade empírica dos moradores, fizeram-me pensar em alguns desdobramentos desse tema, os quais buscarei apresentar em três eixos. O primeiro deles, remete ao processo de espoliação-despossessão ao qual são submetidos os moradores, quando deixam de ter acesso aos recursos naturais e ao seu modo de vida para que o Programa possa ser implementado. O segundo, diz respeito ao tema da pobreza em si e suas “variáveis dependentes”, desemprego e renda. Por fim, busco discutir de que forma a ideia de tradição que perpassa a classificação desses povos, traduz-se em estratégia discursiva para reprodução ampliada do capitalismo.

5.1 Acumulação por espoliação – despossessão

Não obstante os PSA não se constituírem como mecanismos de mercado “puros”, como procurei demonstrar no terceiro capítulo, as funções biofísicas da Terra, quando transformadas em serviços, acabam por incorporar um valor de troca. É por meio desse valor instituído aos então serviços ecossistêmicos e ambientais – sejam eles a biodiversidade como um todo ou elementos dela, como o ciclo hidrológico, a beleza cênica ou as moléculas de carbono – que se realiza o negócio de tais serviços, entre provedores-vendedores e usuários-compradores. Isto é, como o próprio nome sugere, para que se possa pagar por um serviço, é preciso que se transforme determinado bem público

– neste caso, a biodiversidade presente nas Unidades de Conservação – em mercadoria dotada de valor e, assim, realizar o pagamento pela prestação do serviço em questão.

Geralmente, até mesmo os defensores dos esquemas de PSA e os ideólogos por trás dessa iniciativa – notadamente os economistas ambientais – reconhecem a dificuldade de se atribuir valor aos elementos da natureza⁸⁷. De acordo com Martins (2004), o enfoque dos neoclássicos sobre a teoria do valor, não leva em consideração o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria. Ao contrário, a composição do valor de determinado bem ou mercadoria, cabe exclusivamente à sua relação com o mercado. Assim sendo, a dinâmica envolvendo a produção de valor, estaria circunscrita à esfera do consumo ao invés da produção, e o valor de determinado bem produzido seria estabelecido de acordo com a sua utilidade, construída e referendada pelo conjunto da sociedade.

De modo que, nos esquemas de PSA, a maioria dos serviços ecossistêmicos são bens públicos transformados em mercadorias, e não exigiram nenhum trabalho para serem produzidas. Nesse sentido, duas estratégias foram desenvolvidas para facilitar a atribuição de valor de troca aos bens e serviços ecossistêmicos. Uma delas, diz respeito à simplificação da complexidade dos ecossistemas naturais, reduzindo-os a frações cada vez menores, como biodiversidade < ciclo hidrológico < água, por exemplo, com intuito de conceber um único valor de troca, igualando, assim, mercadorias em diferentes partes do mundo. A outra se refere a elaboração dos chamados custos de oportunidade e transição, que são premissas básicas para implementação de qualquer esquema de PSA.

Em linhas gerais, quando o PSA é implementado pelo Estado como uma política pública, o custo de oportunidade corresponde ao valor a ser pago como compensação pela prestação do serviço ambiental em questão. Dito de outra maneira, o custo de oportunidade é entendido como o valor que o prestador de determinado serviço deixará de receber ao abandonar uma atividade econômica desempenhada por ele, a qual é considerada rentável ou lucrativa. Para cobrir os ganhos obtidos por esse prestador de

⁸⁷ Segundo Martins (2004), nos últimos anos tem havido um esforço por parte dos teóricos da Economia Ambiental em estimar valores monetários para bens e serviços ambientais. Tal metodologia consistiria na elaboração de duas categorias: a primeira delas diria respeito aos métodos diretos de valoração ambiental, que se relacionam estritamente com a produtividade dos recursos naturais. A segunda, referir-se-ia aos métodos indiretos de valoração ambiental, que se baseariam na investigação do comportamento e das preferências individuais dos consumidores em relação a determinados recursos e serviços ambientais disponíveis.

serviço que decide abandonar essa atividade e alterar o uso da terra no sentido de prover e aumentar a qualidade de determinado serviço ambiental, paga-se uma compensação, ou seja, busca-se compensar o custo da oportunidade perdida. Por sua vez, o custo de transição diz respeito ao valor que deverá ser aportado pelo esquema de PSA para que o prestador de serviço possa abandonar sua prática antiga, e se envolver em uma nova atividade que possa, também, trazer rentabilidade.

Os custos de oportunidade e transição estão diretamente associados à restrição do uso dos recursos por parte dos ex-produtores, agora prestadores de serviços, pois é a partir da alteração do modo como se utiliza esses mesmos recursos, que se calculará o valor a ser compensado pelo benefício renunciado. Na RDS do Rio Negro, as principais restrições, dentre várias que ocorreram com a publicação do Plano de Gestão da Reserva em 2016, referem-se à proibição do extrativismo madeireiro⁸⁸ e à implementação de regras referentes à prática da agricultura, pesca, caça e criação de animais⁸⁹. Após a criação da Reserva, as atividades desenvolvidas pelos moradores das quais obtinham alguma renda e por meio das quais se reproduziam materialmente, foram drasticamente alteradas.

A gente morava assim, como eu tô te falando, morava ali, morava outro pra li, morava finado meu tio, o Trajano e o João Gomes, só esses seis moradores que moravam aqui. Aí foi aumentando, aumentando, aumentando, depois em 2008 criou a Reserva. Aí ela foi criada em 2008, assim já visitando o pessoal, querendo dar o bote, porque isso aí foi bote que deram em nois, porque se nois acreditasse que fosse essa Reserva fosse assim, a gente não tinha assinado nada, não tinha aceitado não (Seu Pereira, morador da RDS – 16/09/2019).

O bote ao qual se refere Seu Pereira, diz respeito às restrições impostas pela legislação subjacente ao próprio estatuto de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, à assinatura do contrato de concessão de direito real de uso, bem como às próprias contrapartidas exigidas para se tornar membro do Programa Bolsa Floresta. Todos esses instrumentos, em alguma medida, incidem sobre as práticas convencionais de uso do solo e apropriação dos recursos naturais pelos ocupantes daquele território. Conforme aponta o próprio Seu Pereira, as atividades realizadas na terra em que vive há

⁸⁸ Segundo Resolução 003/2008 do Conselho Estadual do Meio Ambiente/AM, o extrativismo madeireiro fica permitido nas Unidades de Conservação do Estado desde que a extração da madeira seja para atender fins de auto-abastecimento. Em caso de comercialização, a extração da madeira deve ser feita via Plano de Manejo autorizado pelo órgão competente.

⁸⁹ As regras de uso dos recursos naturais da RDS do Rio Negro sobre cada atividade em específico estão no Anexo que segue ao final do trabalho.

décadas, eram executadas de forma geracional, de modo que eram elas que garantiam sua sobrevivência.

Era só roça, plantio, banana, tudo que a gente plantava a gente ganhava dinheiro, porque a gente botava grande o roçado, 2 hectare, naquele tempo não era nada proibido. A gente tirava 100 pau de escora, você vendia, era 100 pau era 50 reais. Tirava 200 era 100 contos que tu ganhava. Então até as taberna se desenvolvia porque a gente trocava a mercadoria com a madeira aí tu ia vendia e trazia outra mercadoria, e ai tal. Era só roça. Naquele tempo era tudo de monte, não tinha nada de proibição. Esse rio aqui era muito farto, muito farto, farto, farto, farto, fatura de tudo. Não tinha pra quem a gente vender. Só pegava, matava pra comer. Só pra alimento. Não tinha, é, concorrência assim de nada, nada, nada (Seu Pereira, morador da RDS – 16/09/2019).

Seu Pereira tinha 55 anos quando conversei com ele, em 2019. Segundo me informou, ela morava naquele lugar onde hoje é a Comunidade Camará, desde 1974 “mais ou menos”. Ainda segundo seu relato, ele nasceu e se criou naquele lugar pois seu pai já vivia ali há muitos anos. Mas não só. Seus avós, pais do seu pai, também moravam naquela localidade há muito tempo, e trabalharam, como me disse, na extração de madeira para produção de lenha no início do século XX. Sua família, ao que tudo indica, sempre viveu da agricultura e do extrativismo.

Eu nasci e me criei aqui mesmo. Aqui nem era comunidade. Não tinha comunidade ainda. Morava ali ó. Aqui nós só era, 5, 6 morador. Não tinha reserva, não tinha comunidade, não tinha nada. Meus pais já moravam aqui. Eu sou de 65. Meu pai nasceu em Manaus e cortou muita lenha também. Nasceu em Manaus e se criou desde pequeno aqui, meu finado meu avô, pai dele, já morava aqui também. Então meu pai só nasceu em Manaus, mas se criou aqui também. Isso faz muito tempo já, nem eu me lembro disso aí. Depois que foi desenvolvendo de 1990 por aí assim, foi desenvolvendo. Essa comunidade foi fundada em 1995. Esse é o tombamento dela aqui. Ela colocou que quando era 95 pra cá aí, aqui só tinha doze casas, era 12 comunitário que fundou essa comunidade. Era 12 família (Seu Pereira, morador da RDS – 16/09/2019).

Toda essa história – que certamente não coube no curto espaço de tempo em que conversamos – e toda construção de uma vida ao redor de atividades desenvolvidas, até então, para permanecer sobrevivendo naquele lugar, não se constituíam em motivos suficientes para serem levados em conta pelo estado amazonense. A decisão tomada de forma verticalizada de se criar a Reserva, invisibilizou a partir do seu horizonte

normativo, a história de todos aqueles que por ali passaram e ajudaram a construir um modo de vida condizente com as necessidades e as possibilidades oferecidas pelo lugar. De modo que, após a criação da Reserva, Seu Pereira, casado e pai de quatro filhos, teve seu modo de vida profundamente modificado.

Porque depois que essa reserva entrou aqui, que foi vigorado, o negócio ficou mais difícil pra nois foi de desemprego. Porque já vem proibição de madeira, proibição de caça, proibição de peixe. Aí ficou as coisas difícil pra nois. Até hoje nois veve desempregado aqui. A gente veve aqui porque Deus é bom (Seu Pereira, morador da RDS – 16/09/2019).

Em outro momento, chama a atenção o sentido de posse atribuído e pertencimento adquirido por Seu Pereira àquele lugar. Se ele mora ali desde que nasceu, portanto, há 55 anos, não seria exagero dizer que sua família, isto é, seu pai e seus avós, estão ali há mais de 100 anos. Na pressa com que foi concebida a criação da Reserva e testemunhada, inclusive, por Seu Pereira, que citou o período de dois dias de reunião, certamente não houve tempo para que outras formas de direito de uso e posse da terra, como o consuetudinário, entrasse na pauta de discussão. O Direito legal e positivo se impôs diante de formas comunais de apropriação e utilização dos recursos naturais disponíveis.

Isso aqui tudo nois tiramo na enxada, isso aqui nois não manda, não pode desmatar, não pode fazer nada. Por exemplo, isso aqui era tudo nosso aqui, agora é tudo Reserva, nois não manda mais em nada. Quem manda é a FAS. Virou tudo Reserva, você não manda em nada mais (Seu Pereira – 16/09/2019)

Assim como Seu Pereira, alguns outros moradores com os quais tive a oportunidade de encontrar no caminho da pesquisa, compartilham de histórias de vida semelhantes. De maneira geral, percebe-se que essas pessoas participaram em algum momento, de movimentos migratórios que ocorreram no estado do Amazonas, bem como daqueles provenientes, principalmente, do Nordeste. Aquelas pessoas que relataram ter nascido e se criado na Comunidade, não raro são filhos e filhas de moradores que em algum momento migraram de lugar, seja dentro do estado ou vindos de fora. Seja como for, o que interessa nesse ponto, é a maneira como essas pessoas se apropriaram e se apossaram desse lugar, como forma de dar continuidade e sentido à própria vida.

Eu, nos anos 80, na década de 80, cheguei, com 17 anos de idade. Quando eu cheguei, essas famílias já tavam cada uma no seu local, é. Chegou assim, não chegou todo mundo no mesmo tempo não. Chegou primeiro, primeiro, morador nascido aqui, Augustinho, que é da mesma família da dona Guiomar, que é vó dele. A Ondina que é de Manacapuru, logo ela entrou aqui né, ela descobriu o lugar e veio pra cá. E você, pela estrada, que o dele ele veio pela estrada, aqui, e se localizaram cada um ainda sem demarcação nenhuma, tudo mata nativa. Cada um se assentou nesse lugar, e começaram a plantar, a fazer a casinha, tudo era de palha, observação, tudo de palha, palha branca do lugar, tudo artesanal, abria a palha, abria, cipó também, sem prego, sem dinheiro, sem ganho nenhum sem nada, sem renda nenhuma, viva só o que se plantava ali uma farinhazinha da mandioca, matava uma caça, faxiava um peixe no igapó, e iam sobrevivendo, cada um se assentou no seu lugar (Seu Bragança, morador da RDS – 10/09/2019).

De todas as pessoas com as quais conversei, sem dúvida a conversa com Seu Bragança foi uma catarse. Gostaria de ter tempo e espaço para poder relatar de forma mais abrangente as 19 páginas de uma única conversa transcrita, a qual durou exatos 90 minutos. Com 49 anos quando nos encontramos, Seu Bragança já fez muita coisa na vida e tem, de fato, muita história para contar. Bastante comunicativo, hábil, perspicaz e muito inteligente, Seu Bragança sabe das coisas do mundo, aquelas que dizem respeito a sua vida. Nessa conversa falamos de tudo um pouco, mas aqui trago algumas considerações sobre sua chegada e estabelecimento na, então, Comunidade Terra Santa.

Eu quando cheguei aqui tinha 5 famílias, com a minha que eu conto com a minha já, 5 famílias nesse braço do Bujaru, tinha pro Acajatuba, no braço do Bujaru eram 5, cito o nome delas pra você. Isso aqui só era mata meu irmão, só mata nativa, não tinha ramal, não tinha energia, não tinha como Você ir pra Manaus, a não ser por uma picadinha no meio da matazona, pra varar pra estrada Manoel Urbano, ou via fluvial, Rio Negro, rabetinha que deixa eu lhe dizer a realidade, aqui quem tinha uma canoa com remo era rico, naqueles anos 80. Nós vamos já chegar nos dias de hoje, escute lá (Seu Bragança, morador da RDS – 10/09/2019).

Antes de “chegar nos dias de hoje”, Seu Bragança contribuiu, por meio do seu testemunho, a montar o quebra-cabeça que envolve a chegada dos moradores na área da RDS, nos meios utilizados para se estabelecerem e nas práticas desenvolvidas quando aquele lugar era, como ele próprio diz, “só mata nativa”. Ademais, o relato do Seu Bragança é, em certa medida, um tanto quanto desmistificador do caráter naturalizado que se atribuiu aos ribeirinhos. Conforme é possível apreender do relato que segue abaixo, a possibilidade de sobrevivência num ambiente desconhecido e de difícil acesso, só pode ocorrer mediante o trabalho, ou seja, através da imposição de um tipo de relação social

em que a transformação da natureza proporcionava as condições para sua reprodução, e não a partir de uma natureza dada a priori.

Na segunda semana, começamos mutirão, eu olhei logo que eles botavam roçadinho, cada um pedacinho, aí plantava 100 pés de banana pra comer, tantos pés de macaxeira, tantos de mandioca, plantava aí 2000 cova de cana, que era pra fazer a garapa, fazia engenhoca de madeira, cavava, aquela antiga, rústica e tirava 20 litros, fazia o café, que não tinha açúcar, não tinha comércio nenhum aqui, nada, nada, nada, tudo era só Manacapuru ou Manaus. Transporte de onde? Quando iam em Manacapuru que faziam um dinheirinho pra comprar alguma besteirinha, no lombo, nas costas, cortava envira, botava no paneirinho e vinha 8 km, que eu acho que no caminho fazia um ziguezague tantas voltas dava mais de 15 km. Chegava no fim da cabeceira desse lago tinha que pegar uma canoinha pra chegar aqui que o caminho não vinha. Era 2 horas, 2 horas e meia, pra trazer um quilo de açúcar, um quilo de feijão, uma coisinha diferente que não se plantava, você tá entendendo?

A conversa com Seu Bragança foi realmente riquíssima. A descrição que ele faz das dificuldades enfrentadas por ele e por outras famílias para poderem se estabelecer naquele lugar e também para criarem a comunidade, é uma mescla de dramaticidade e comédia, que só se tornou possível devido à espirtuosidade de Seu Bragança. Talvez por isso, por saber exatamente quanto e o que lhe custaram esses 32 anos de vivência naquele território que, ao se transportar aos dias de hoje, Seu Bragança foi bastante enfático e crítico em relação ao Programa e a criação da Reserva. Como ele mesmo diz:

A minha vida até hoje é plantar pra comer, e um pouquinho pra vender pra ir sobrevivendo devagar e não sou mentiroso também e não gosto de pessoas que mentem. Se eu perceber a quilômetros que o cara ta querendo me enrolar, eu sou muito sincero, acho que corre a veia dos cearenses no meu sangue, sabe (Seu Bragança, morador da RDS – 10/09/2019).

Pois esse cearense, sabedor de sua luta e de seu sofrimento, adotou uma posição crítica e “marginal” quando da criação da Reserva e resolveu não assinar o termo de posse, nem mesmo o termo de compromisso com o Bolsa Floresta. Seu Bragança entendia que a legislação que viria em conjunto com a criação da Reserva, impor restrições de uso e acesso aos seus roçados e as suas outras atividades produtivas, de onde abriu mão de ser um beneficiário.

Me lembro, eu tava na reunião, uns queriam, sempre tem divisão né? Uns achavam que ia ser legal, e uns resistem, que achavam que não. Eu sou uma das pessoas que não assinei não, não tem acordo, não tem bolsa floresta. Porque assim, ao assinar, veio a legislação ambiental, porque aí eles usaram esse termo do Bolsa Floresta pra te observar, todos esses regulamentos aí tu acha que é

pra que? É tipo assim, você tá sendo refém, colocaram na cabeça deles esses 50 reais, tu não pode triscar nem fazer mais nada, nem derrubar um roçado na mata, ce tá entendendo? E agora? Tá lá o seu nome assinado. Se tu me perguntar hoje e se tu reunir cada pessoa e perguntar, tu se arrependeu de assinar o Bolsa Floresta? Todos eles vão dizer que sim, todos eles vão dizer que sim.

Ocorre que nem todas as pessoas tiveram a oportunidade de participar das reuniões onde se discutiu a criação da Reserva e a implementação Do Bolsa Floresta. Como já abordado em outro momento, a participação das comunidades como sujeitos ativos nas tomadas de decisões sobre a implementação das políticas públicas das quais são os principais interessados, muitas vezes acontece de forma paliativa e serve apenas como retórica discursiva aos órgãos e agentes executores de tais políticas. Ao fim e ao cabo, implementa-se a política – no caso, cria-se uma Reserva – e todas as pessoas vivendo naquele espaço passam a estar sujeitos às determinações contidas na legislação ambiental vigente. De modo que, no caso da Reserva e de seu Plano de Gestão, onde estão contidas “As regras de uso dos recursos naturais da RDS do Rio Negro”, seus efeitos se estendem a todos, partícipes ou não do processo de criação.

Essa reserva tá muito ruim, pra todo mundo, tudo meus amigos se queixa, não pode mais tirar mais uma roça, tirar mais uma tábua pra ganhar o dinheirinho da gente, não pode uma madeira não pode. No tempo que não tinha Reserva, todo mundo tinha seu dinheiro e andava numa boa, não era rico, mas dinheirinho no bolso todo final de semana tinha (Seu Gilberto – 16/09/2019).

Seu Gilberto também é um dos moradores mais antigos da Reserva. Conforme me contou na breve conversa que tivemos, ele estava com 65 anos e, assim como a maioria dos moradores com os quais conversei, também havia nascido na Reserva, em 1954. Filho de seringueiro, seu pai já morava naquele lugar desde a primeira metade do século passado. Como não poderia deixar de ser, ambos desenvolveram atividades relacionadas a agricultura e ao extrativismo de produtos florestais.

Eu nasci por aqui mesmo, nasci e me criei aqui, bem ali assim numa casa grande, era terreno do meu pai, foi eu que tirei esse terreno pra mim. Naquele tempo meu pai cortava seringa, borracha ainda, muitos anos. Se criemo assim com ele na mata, andando, pra aparar o leite da seringa, botava debaixo da soveira, assim que nós se criemo, 5 anos em diante já andava com ele. Sempre fazendo serviço, pra nós todinho, botava a cuia por baixo pra cair o leite dentro, aí tinha um balde grande o cara pegava botava dentro do balde, aí o balde pra

defumar em casa, fazer a borracha. Cansemo de trabalhar com borracha (Seu Gilberto – 16/09/2019).

Aquele tempo nós trabalhamos muito de roça também com ele, roçado, desmanchava, fazia farinha e ia vender em Manaus, porque aqui todo mundo tinha sua rocinha, as vezes falhava, o cara emprestava 2 litros, aí pagava de novo, nos ia vender tudo em Manaus, tinha muita roçada naquele tempo. Aí eu criava um bocado de porco, galinha, tudo (Seu Gilberto – 16/09/2019).

A ênfase nos relatos que tratam das atividades desempenhadas historicamente pelos moradores, foi uma constante ao longo das conversas. Objetivamente, eles serviam como prelúdio para explicar de que forma a criação da Reserva havia interferido na continuidade e na manutenção dessas atividades. Com o Seu Gilberto não foi diferente. Em determinado momento, ele se reportou as atividades desenvolvidas por ele e por seu pai, para explicar de que forma a criação da Reserva tinha causado efeito restritivo sobre essas atividades.

Nós tinha um batelãozinho grande, tinha uma rabetinha, era aqueles burro preto que tinha antigamente, a gente ia embora, num 3 e meiozinho e ia embora, gastava um dia e tal daqui em Manaus, gastava um dia e meio só pra nós ir. Aquele tempo era muito bom naquele tempo. De uns tempos pra cá, o cara não pode fazer mais roçado, nada mais, nem madeira nós pode tirar, não pode fazer mais nada. Não pode fazer, aí ficou ruim pra todo mundo né, beradão todinho, Inglês, Saracá, tudo conhecia pessoal tudo que trabalhava muito em roça. Só bota um pedacinho pequeno da capoeira fina pra comer mesmo, não pode mais fazer quadra grande, duas quadra pra vender mesmo, é não pode essa proibição, aí ficou ruim pra todo mundo. Pra mim ficou mais ruim que antigamente né, e hoje o cara não pode pescar, pesca só pra comer, mas pra vender não pode, só jaraqui, jaraqui é viajante pode pescar, mas os outro proibiram tudo (Seu Gilberto – 16/09/2019).

O problema relativo às restrições das práticas agrícolas, especialmente no que concerne aos roçados, é de fundamental importância. É a partir da cultura dos roçados, como ficou claro nos diversos relatos anteriores, que os moradores plantam diversos cultivos agrícolas, que se constitui em fonte primária de alimentação e, às vezes, numa renda extra. À medida que se restringe o tamanho dos roçados bem como se limita a abertura de novas áreas para a implementação de novas roças, atinge-se a saúde e o bolso dos moradores. De um lado, a restrição na produção pode levar a quadros de déficit calórico e carência nutricional. Por outro, aquele pequeno excedente de produção que deixa de ser obtido com a diminuição dos roçados, implicará na realização de outras

tarefas que dependem de trocas monetárias, como a compra de produtos para casa, gasolina para os barcos ou manutenção do espaço doméstico.

É o que a gente sempre conversa, é o turismo mesmo, porque aumentar a gente não pode pra fazer 5, 10 hectares de roça. Que a farinha poderia dar, além de ser mais beneficiada. Um hectare, se for na realidade, pra fazer uma roça pra venda, tinha que ser de 3 a 4 hectares de roça pra vender, porque um hectare dá mal pra uma família comer, então não tem condições. E na agricultura da roça você vai esperar, vamos supor, a Fundação chegou aqui, vende o moto serra, vamos plantar roça, mas passou-se um ano pra tirar o primeiro saco de farinha de lá, e isso gerou uma revolta em muita gente, ce ta me entendendo? (Joaquim e Marluce, moradores da RDS – 29/10/2019).

O casal Joaquim e Marluce tenta sobreviver, atualmente, de atividades voltadas ao chamado turismo de base comunitária. Moradores da Comunidade Santo Antônio, não conseguem mais viver nem sub-existir da agricultura, atividade desempenhada por eles e por seus pais durante toda a vida. Junto com outros moradores da comunidade, recebem turistas que ficam alojados nos hotéis de Novo Airão e desejam ter uma experiência contemplativa na Comunidade, ao lado dos moradores. A depender da época do ano, os turistas aparecem com maior ou menor frequência. De modo que a insegurança de todas as ordens é uma constante na vida desse casal.

Nossa fonte de renda fixa, que a gente faz no nosso dia a dia aquele pouquinho que entra é do turismo, o turismo é que tem nos ajudado a apoiar nossa comunidade, porque se não fosse o turismo, acho que muita gente já tinha ido embora, porque não tem de onde tirar. A pesca você não pode pescar, a caça também. Se chegar a acabar o turismo aí não vai ter de onde tirar, por causa que a gente vai pra onde? E aí não tem pra onde você pular, aí vc vai ter que procurar outro local que seja fora da reserva (Joaquim e Marluce, moradores da RDS – 29/10/2019).

Para Joaquim e Marluce, sair da Reserva não será uma novidade para quem passou a vida toda migrando. Migrando e fugindo, eu diria, da implementação de projetos desenvolvimentistas tomados como iniciativa por parte do Estado, dos projetos conservacionistas que implementaram barreiras político-jurídicas em diversos territórios na Amazônia, e também das políticas macroeconômicas cuja modernização não é capaz de abarcar a todos. Conforme aponta Feldman-Bianco (2009), a relação do migrante com o lugar que passa a ocupar é sempre complexa, pois a fronteira por onde avança que pode

representar sua nova morada, é sempre uma fronteira delimitada pelo Estado que, guiado pelo discurso da soberania, pode agir novamente, provocando novas ondas migratórias.

É, eu sempre morei aqui no interior. Nasci em Novo Airão mas cheguei a fazer alguns trabalhos na cidade. Como a situação não tinha condições aqui, e as pessoas muitas delas se deslocam pra buscar serviço em outro local, aí foi o caso que eu fui a Manaus, trabalhei 11 anos em Manaus no Distrito, e aí retornei pra cá, fui pra Barcelos, trabalhei um tempo em Barcelos na cidade de Barcelos, aí lá que eu conheci essa minha esposa e lá a gente veio pra cá novamente, porque meus pais, minha família tudo morava aqui. Porque a Reserva ela virou reserva em 2008, mas muito antes a gente já existia aqui (Joaquim, morador da RDS – 29/10/).

Segundo Acselrad et al. (2013), na atualidade, a mercantilização dos bens públicos está na raiz dos processos denominados de acumulação por espoliação ou acumulação por despossessão. Como se sabe, esses termos foram elaborados e desenvolvidos teoricamente por David Harvey, na sua importante obra intitulada *O Novo Imperialismo*. Nela, Harvey (2004) explica o porquê decidiu adotar essas terminologias em substituição ao clássico conceito marxiano de acumulação primitiva ou originária do capital. Para entender de que maneira sua formulação se conecta com o que acabei de expor por meio dos relatos trazidos pelos moradores, buscarei apresentar de forma sucinta como Harvey (2004) chegou a esses conceitos e porque ele ajuda a explicar o que se passa na RDS do Rio Negro.

Em linhas gerais, Harvey (2004) se apoia em dois princípios fundamentais para reformular o conceito marxiano de acumulação primitiva ou originária, quais sejam, o da sobreacumulação e o dos ajustes espaço-temporais. Conforme argumenta, em determinados momentos históricos do desenvolvimento do capitalismo, ocorre o que ele chama de fracasso dos capitalistas em acumularem capital mediante bases sustentáveis de reprodução ampliada. Para Harvey (2004), reprodução ampliada do capital em bases sustentáveis, é a forma por excelência de acumulação do sistema capitalista, levando em conta, principalmente, as atividades econômicas circunscritas aos setores produtivos.

Porém, a contradição basilar do sistema capitalista, opera no sentido de interromper ou alterar o funcionamento dessas atividades. Harvey (2004) se refere ao momento em que coexistem excedentes de capital acumulado e de força de trabalho, “sem que pareça haver maneira em que possam se combinar de forma rentável com o intuito de realizar tarefas socialmente úteis”. Assim, a tendência no médio-longo prazo, caso esses

excedentes não sejam absorvidos, é que as taxas de lucro diminuam, ocasionadas por um cenário de sobreacumulação. Se não há possibilidade desse capital acumulado se realizar em ambiente doméstico, recorre-se ao que ele chama de ajustes espaços-temporais.

Segundo Harvey (2004), essa seria uma maneira dos capitais se realizarem a partir de sua expansão geográfica, relegando para segundo plano o aspecto temporal. Isto é, a despeito da produção e circulação de mercadorias e capital ocorrem sempre de forma expansiva e em alta rotação, em momentos de travamento do processo, destaca Harvey (2004), o importante para as classes dominantes é dar vazão aos capitais aprisionados, mesmo que de forma mais lenta. Segundo Harvey (2004), esse foi o fenômeno verificado quando da assim chamada acumulação primitiva ou originária do capital, notadamente referente ao processo de colonização empreendido pelos países europeus no início dos séculos XV e XVI.

Como, segundo Harvey (2004), esse processo de acumulação nunca cessou e, ao contrário, adquiriu caráter permanente, ele entende ser equivocado nomeá-lo como primitivo ou originário, quando cunha os termos acumulação por espoliação ou despossessão. Conforme argumenta, todos os traços mencionados por Marx quando este descreve os processos por trás da acumulação primitiva⁹⁰, têm estado claramente presentes na geografia histórica do capitalismo contemporâneo. De acordo com Harvey (2004), alguns deles foram se adequando e hoje desempenham um papel ainda mais importante que o que haviam desempenhado no passado.

No que nos interessa aqui, Harvey (2004) chama atenção para os processos de degradação da natureza, os quais tem levado à sua mercadorização. Conforme enfatiza, a depredação dos bens ambientais globais, ao invés de ser enfrentada como grave risco e entendida como efeito perverso do modo de produção capitalista, tem levado a mecanismos que buscam a internalização da degradação no próprio sistema. Como o avanço das atividades produtivas dá claros indícios de se estender para regiões ricas em biodiversidade e dotadas de recursos necessários para o processo produtivo, também esses

⁹⁰ Segundo Harvey (2004), estes processos incluem a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade –comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito.

bens entram no cálculo do mercado. Como já amplamente discutido aqui, a maioria desses bens são públicos e, por isso, devem ser mercantilizáveis.

Entendido de outra maneira, é o que pode se chamar de cercamento moderno dos bens comuns. Nesses casos, frações significativas de ativos públicos representados pelos recursos naturais sob domínio do Estado, são privatizados e transformados em mercadorias, com vistas à sua incorporação nos mercados verdes, como os esquemas de PSA. Em um só movimento, tem-se, por um lado, a expropriação do patrimônio público e sua conseqüente transferência para o setor privado, o qual negociará a compra e venda desses novos ativos. Por outro lado, destituir dos grupos sociais o uso dos recursos naturais que são os seus meios de produção, para que estes estejam disponíveis para realização de mercados mitigatórios, configura-se num flagrante caso de despossessão. Conforme aponta Brandão (2010), decorre daí a forma privilegiada de acumulação por espoliação-despossessão.

Além disso, apontam Acsehrad et al. (2013), esse cenário exemplifica um quadro típico de desigualdade ambiental. Isso porque os mercados mitigatórios só existem por conta dos danos ambientais causado pela racionalidade específica atribuída ao capitalismo liberalizado. Assim sendo, a capacidade diferenciada dos agentes produzirem impactos indesejáveis para toda a sociedade, deve ser considerada a partir da distribuição desigual do poder sobre a apropriação dos recursos. Com efeito, os danos decorrentes dessas atividades poluentes configuram uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios provocados pelo desenvolvimento econômico, gerando responsabilização dos despossuídos de um lado, e possibilidades de acumulação dos interesses econômicos, de outro.

5.2 Pobreza, desemprego e renda

Ao iniciar este tópico, gostaria, primeiro, de esclarecer alguns pontos sobre essas três categorias: pobreza, desemprego e renda. Como já ficou claro para o leitor a esta altura do texto, meu objetivo com a pesquisa no que diz respeito ao trabalho de campo e à realização das entrevistas, não foi o de fazer uma caracterização socioeconômica dos moradores da RDS do Rio Negro, tampouco coletar informações como se estivesse tratando de algo que se assemelhasse ao um censo demográfico. Se assim fosse, no mínimo teria que ter optado pela aplicação de questionários com perguntas objetivas, e

ter ampliado consideravelmente meu universo amostral. Cabe lembrar, portanto, que um dos objetivos da pesquisa é saber de que forma o Programa Bolsa Floresta incide sobre o modo de vida de seus beneficiários.

Trago os temas da pobreza, renda e desemprego, porque esses foram “padrões” observados nas falas dos moradores em algumas das nossas conversas. Ademais, essa é uma discussão que tem perpassado de forma significativa os trabalhos que se debruçam em analisar criticamente a implementação de esquemas de PSA. De maneira geral, as questões sociais subjacentes aos esquemas de PSA, como a redução da pobreza das comunidades que recebem essas políticas e outras que dizem respeito aos impactos desses mecanismos sobre a vida das pessoas, são tratadas superficialmente pelos seus idealizadores. Assim sendo, conforme ressaltam Cimadamore e Cattani (2007), “as Ciências Sociais não são e nem podem ser indiferentes ao círculo vicioso que gera a interação entre pobreza e desigualdade na América Latina”.

Contudo, há, na literatura, formas específicas e oficiais de se medir e caracterizar a pobreza. Aquelas usualmente utilizadas e mais comumente aceitas, são as que buscam relacionar os quadros de pobreza ao rendimento médio *per capita* obtido por um indivíduo e com o qual sobrevive durante um único dia. Esse tipo de caracterização foi desenvolvida e instituída pelo Banco Mundial e, atualmente, é a mais aceita e utilizada, inclusive pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Segundo o Banco e o último relatório Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2021), está inserida na faixa da pobreza uma pessoa que vive com U\$ 5,50 por dia, ou que tenha rendimento médio mensal de R\$ 497,00. Ainda segundo esses Indicadores, está abaixo da linha da pobreza, ou seja, na faixa da pobreza extrema, a pessoa que dispõe de U\$ 1,90 por dia ou R\$ 155,00 por mês.

De antemão comunico que as informações que obtive relacionadas à renda dos moradores, não contemplam valores totais ou absolutos a ponto de enquadrá-los ou não em uma das duas fixas citadas acima. A discussão que faço aqui se baseia, obviamente, naquilo que pude ter acesso e naquilo que foi possível alcançar por diversas circunstâncias, algumas já explicitadas em outro momento, como o advento da pandemia e a impossibilidade de realizar mais campos. Porém, a despeito do número no mínimo discutível anunciada pelo superintendente-geral do Programa na abertura deste tópico sobre o aumento da renda dos moradores, o mesmo admite a existência de pobreza e pobreza extrema nas Reservas onde o Bolsa Floresta é executado.

Minha análise sobre esses temas e em função dessas categorias, baseia-se exatamente nas propostas da Fundação em cobrir os custos de oportunidade e transição a partir da implementação do Programa e das restrições advindas com a criação da Reserva. Isto é, é a partir dos valores propostos, das alternativas apresentadas e da avaliação feita pelos moradores, é que se pode discutir a insuficiência ou o êxito do Programa. Assim, se os custos de oportunidade servem para cobrir a renda anteriormente obtida pelos moradores, e o custo de transição diz respeito as alternativas propostas como forma de substituir as atividades rentáveis anteriormente realizadas, são esses instrumentos que estão passíveis de análise e a partir dos quais é possível inferir se estão aumentando ou diminuindo o quadro de vulnerabilidades dos seus contemplados.

Um dos mecanismos propostos pela Fundação, foi o subprograma Familiar, o qual destina a quantia de R\$ 50,00 às famílias que decidem aderir ao Programa. O subprograma Familiar é o carro-chefe do Programa Bolsa Floresta, foi o primeiro subprograma a ser elaborado e é responsável pelo seu “sucesso”, o que resultou em grande visibilidade dada à Fundação Amazonas Sustentável. Diferentemente dos esquemas de PSA mais comumente implementados no mundo – que levam em conta a área da propriedade como parâmetro para os pagamentos – o Bolsa Floresta privilegia a unidade familiar. Segundo um dos seus idealizadores, a definição do valor da recompensa mensal oferecida às famílias foi delineada após “extensa discussão com atores públicos, privados e as comunidades locais” (VIANA et al., 2013).

Kosoy e Corbera (2010) contestam a lógica voluntária que sustenta as políticas que se ancoram nos esquemas de PSA, pois ela pode servir para rebaixar os custos de oportunidade e, conseqüentemente, o valor a ser pago aos prestadores dos serviços. Especialmente quando se trata de esquemas de PSA em terras públicas, como Unidades de Conservação, envolvendo um número muito grande de famílias e comunidades, a definição do valor de determinado bem e aquele a ser pago às famílias, geralmente se dá entre os órgãos do Estado e os agentes interessados em pagar por tais serviços. Isto é, além de revelar as assimetrias de poder sobre quem pode negociar o preço de determinado serviço, um valor seria considerado justo desde que aceito pelos gestores dos recursos – no caso, o Estado – e não pelos seus prestadores, sobre quem incidirá as maiores mudanças para que se forneçam os serviços.

Porque quando veio esse projeto do Bolsa Floresta, por exemplo. Acenaram, teve uns que recebem né, assinaram um acordo, com as cláusulas, eles leram e assinaram, aceitaram. Outros não, porque como é que eu vou parar de trabalhar com esses 50 reais, eu vou fazer o que? Eu vou morrer de fome se eu parar, porque 50 reais não dá nem pra uma botija de gás hoje, aqui, aqui. Aqui é 56 reais nessa taberninha, e alguns não assinaram, mas alguns aceitou e assinou (Seu Bragança, morador da RDS – 10/09/2019).

Tomando os esquemas de PSA *ipsis litteris*, as atividades desenvolvidas por moradores como Seu Bragança, são vistas como reprováveis do ponto de vista ambiental. Isso porque para os idealizadores de PSA, os recursos utilizados por Seu Bragança, visam atender as suas necessidades básicas de sobrevivência, desconsiderando seu potencial de serviços ambientais que podem trazer benefícios para toda humanidade. Traduzindo ao pé da letra o Bolsa Floresta como um esquema de PSA, são essas atividades que consistem em custo de oportunidade/transição. Ou seja, o extrativismo madeireiro e a comercialização de pequenos excedentes da produção agrícola – quando gerados – eram as atividades que representavam a principal fonte de renda dos moradores da Reserva e sobre as quais deveria haver a elaboração de um plano que compensasse essas perdas.

Eu gosto de mexer com aquilo que as pessoas tão me propondo, então, eu acho assim. Beleza, essas são as normas e regras, tá aqui as cláusulas, só que, 50 reais tu vai matar o pobre desgraçado que já veve do jeito que veve aqui nesse lugar. A FAS vem com o projeto disso, pessoal assina o BF de 50 reais que não vai solucionar problema nem do mendigo, me perdoa, que eles tão precisando também como a gente precisa. Me perdoa a colocação, não sou muito de certos adjetivos fúteis não, mas as vezes aborrece né um pouquinho (Seu Bragança, morador da RDS – 10/09/2019).

O aborrecimento de Seu Bragança, talvez venha por saber o valor das coisas e o quanto custaria abandonar seu modo de vida e suas práticas convencionais de uso do solo. Ele não sabe muito bem de que forma se chegou a esse valor proposto pela Fundação e, ao que tudo indica, não foi consultado para saber se a quantia de 50 reais cobriria os custos por ter que abandonar seu roçado, sua produção agrícola e seu artífice de marceneiro. Por outro lado, Seu Bragança tem na ponta dos dedos e do lápis, o que seria possível fazer com essa quantia, caso decidisse aderir ao Programa.

As pessoas se tornaram refém, se tornaram refém. E pior, porque tem que tirar 2,50 pra associação, ta entendendo aí? Aí tirar 5 reais pra pagar a associação da comunidade aqui, tem que pagar mensalmente, porque a comunidade necessita, sobra 42 reais e 50 centavos pro cara. Eles tão sendo refém desse valor, tu ta me entendendo? Eu não assinei e te digo por consciência que eu já

to lá na frente, eu to a quilômetros na frente. Enquanto eles tão ouvindo eu to aqui, passando, se eu fizer assim vai dar assim, se eu fizer essa jogada vai dar essa, vai bater ali, então não quero (Seu Bragança, morador da RDS – 10/09/2019).

A clareza e firmeza de Seu Bragança, refletem um pouco do que argumenta Rezende (2020), ao analisar um esquema de PSA com comunidades ribeirinhas da Terra do Meio, no Pará. Segundo este autor, os esquemas de PSA são construídos, geralmente, mobilizando categorias e identidades consideradas tradicionais, e um dos efeitos contraditórios decorrentes de sua implementação, seria o de incidir exatamente sobre os sistemas locais de produção. Isso porque as condições contratuais exigidas para que se adote um esquema de PSA como mecanismo mitigador, invariavelmente restringirá e limitará o uso dos recursos e o manejo do solo naquele território, prejudicando exatamente uma de suas premissas, que é a transmissão dos saberes construídos geracionalmente. Assim sendo, as populações e comunidades que decidem por participar desses esquemas, podem abandonar suas práticas realizadas secularmente, substituindo-as por outras mais próximas a uma espécie de rentismo (REZENDE, 2020).

Tá, tá, tá difícil, a nossa situação aqui tá difícil. Sem renda a gente não consegue. Porque a gente precisa, olha a gente consome luz, até a água ali, porque se a gente não pagar a conta de luz pra puxar água da bomba, do poço. Então tem que ter uma cotinha de 5 reais pra cada família. E da casa da gente? Por isso que as vezes uma parte tu deve de luz. Porque? Porque nós não temo renda pra pagar, as vezes se quiser cortar, corta. Não tem de onde tirar. Vai lá negociar, negociar com quem? É uma situação. Porque 50 reais de hoje em dia não dá nada, se tu for receber tu vem sem nada. São 20 reais pra tu ir lá em Manacapuru pra tu tirar esse dinheiro, e no mês, aí tu vai ficar com 30, aí tu tira 2 da reserva, fica 28 reais, 28 reais tu compra um quilo de arroz e vai embora (Seu Pereira, morador da RDS – 16/09/2019).

Afora o episódio já mencionado envolvendo dona Esmeralda, a conversa com Seu Pereira foi a que me provocou maior aflição. Como já disse anteriormente, Seu Pereira é casado e pai de quatro filhos. Vivia exclusivamente da agricultura e do extrativismo madeireiro. Em 2008, mesmo desconfiado das possíveis alterações que a criação e implementação da Reserva poderiam trazer, tornou-se um dos beneficiários do BF Familiar. Ao assinar o termo de compromisso junto à Fundação, dispôs-se a cumprir as contrapartidas oferecidas no contrato. A partir de então, tornou-se um beneficiário do Programa e passou a receber os 50 reais como forma de compensação pelo abandono de suas práticas.

Hoje nós veve assim, não tem renda pra nada, é um bicozinho mesmo, algum pedreiro, um bicozinho mesmo. Trabalha dá duas vez no mês e já deu. Porque a gente percebe que cada ano tem a mudança, é assim, ano passado a gente ainda tinha uma diária pra dar, tinha uma casinha pra fazer, carpinteiro, quem sabia roçar, roçava um terreno, mas hoje em dia não tem nada disso mais. Nesse ano de 2019 não tem. Quando dá uma diária as vezes, dá uma diária, compra um açúcar, um café e a gente vai passando. Tem uns beneficiozinho também que cai por ano, uma pesca, uns quatro salário por ano do defeso. Tinha uma ajuda também do INCRA, mas também agora foi cortado também. Mas agora esses tempo não tá caindo nada. Corre aqui nesse beiradão, tu vai por aqui nessas comunidade pra ver se tu tem uma diária. Tem o bolsa família também, minha mulher tem, mas é mixaria também, cento e pouco, porque nossas criança cresceu tudo e o valor diminuiu (Seu Pereira, morador da RDS – 16/09/2019).

Não foi possível saber quanto Seu Pereira ganha quando faz os bicos nem se sua esposa tem alguma renda complementar. Pelo que foi possível obter de informações na única conversa que tive com ele, as fontes de renda com as quais ele e sua família podiam contar naquele momento, eram com os 50 reais do Bolsa Floresta, e mais “cento e pouco” do Bolsa Família. O seguro defeso ao qual se refere e que também diz receber eventualmente, diz respeito ao pagamento de um salário mínimo por mês, durante os meses destinados à reprodução dos peixes – conhecida na Amazônia como período do defeso – em que a pesca das espécies que estão no período reprodutivo fica proibida. Por conta disso, os pescadores têm direito a um salário mínimo durante os meses em que perdurar o período de defeso que, normalmente, é de quatro meses (geralmente entre novembro e fevereiro).

Seu Pereira tem plena consciência de que os 50 reais são pagos para que ele adote práticas consideradas ecologicamente sustentáveis. De acordo com Rezende (2020), esse é um aspecto relativo à responsabilidade atribuída às populações e comunidades que “voluntariamente” se envolvem em mecanismos de PSA. Conforme argumenta este autor, os mecanismos desse tipo são de caráter mitigatório, e não buscam pela alteração das relações sociais a eles subjacentes, no sentido de interromper os processos que levam à degradação dos sistemas naturais. Ademais, como são, em grande medida, financiados por grandes empresas e corporações implicadas com a degradação dos recursos naturais, tal mecanismo pode se configurar como uma transferência de responsabilidade pela degradação gerada em outro lugar, para as comunidades e populações locais. O passivo ambiental, portanto, seria assumido por Seu Pereira e por outros moradores da Reserva.

Mas a renda é a nossa tristeza, é o que mata nois aqui. Já que é assim, vamo preservar essa reserva? Vamo criar uma casa de uma família? Então um salário de menos de uns 600 reais, todo mundo com seu cartãozinho, poxa, dava gosto de você preservar a mata, a natureza, a floresta, porque se tu chegar no final do mês, tu ia lá, levava teu cartão, o peixe tu pode tirar daqui, a caça tu pode usar. Mas não acontece. Ninguém não ia mexer em nada, que chegasse num salário mínimo que é muito, mas 50 reais rapaz...então falta uma atitude deles de pensar, nós tem que criar um meio de criar renda lá pra eles não mexerem mais. Porque como eu to te falando, as vezes a gente mexe porque você não vai ver seu filho chorando com fome e você não vai ter de onde tirar. A nossa situação aqui é difícil (Seu Pereira, morador da RDS – 16/09/2019).

Para Furtado (2017), os esquemas de PSA não são implementados nos países do Sul por conta, somente, da alta concentração de biodiversidade e serviços ambientais disponíveis. Segundo a autora, há, também, uma forte correlação entre a pobreza desses países e as possibilidades de implementação desses esquemas, baseada exclusivamente nos custos de oportunidade. Conforme argumenta, o colonialismo ambiental por trás das políticas públicas desse tipo, assume que as pessoas vivendo em áreas de rica biodiversidade desempenham atividades rudimentares, voltadas predominantemente para subsistência. Consequentemente, também se assume que o custo referente à oportunidade perdida e à transição para uma nova ocupação, será baixo. Como esses custos refletem, em grande medida, o valor do pagamento pela prestação dos serviços ambientais em si, tem-se que a vulnerabilidade social das pessoas observadas nessas áreas, é ela mesma tomada como parâmetro dos pagamentos. Isto é, um caso típico em que a pobreza é instrumentalizada para perpetuar a própria pobreza.

Por conseguinte, reforça-se um dos aspectos do mercado presente nos esquemas de PSA, que recai sobre a construção social do preço de um produto (KOSOY; CORBERA, 2010). Baseada na clássica relação entre oferta e demanda, há uma tendência no contexto de pagamentos por serviços relacionados à biodiversidade, dos preços serem controlados pelos compradores, já que a oferta potencial – muitas áreas de biodiversidade protegidas – pode superar a demanda por esses serviços. Assim, se o agente econômico entende que o valor a ser pago para compensar tal atividade que gera degradação for por ele considerado alto, pode-se até mesmo optar pela continuação da atividade degradadora, uma vez que menos onerosa.

Então pra gente não desmatar, pra gente viver com aquele pedacinho ali de roça que sempre é necessário, a gente plantar pra gente poder consumir uma mandioca, acho que 2 salários mínimos seria muito bom pra gente aqui. Porque os 50 reais hoje em dia ó, você compra uma gasolina, é uma ajuda né, mas,

you buy gasoline, gasoline here in the community is 5,50, it's eleven reais for the round trip. When you get there at Dona Rosa's, at the prairie, you get on the bus, it's 10 reais for the fare, it will be 20 reais, so it's only for going, for coming back it's not more. I think that 2 minimum wages per family (Lisiane, resident of the RDS – 12/09/2019).

Assim como Seu Pereira, Lisiane foi uma das poucas moradoras que chegou a sugerir um valor que deveria ser pago – ou que ela entende como justo – para que se cumprisse os compromissos de conservação da Reserva. Sua fala denota a percepção de quem se sente responsabilizada individualmente, por um problema que ela entende ser mais amplo, e cuja responsabilidade, portanto, deveria ser diluída de alguma forma. Para ela, que sente na pele e no bolso as dificuldades de se viver com restrições de diversas ordens, em certa medida, quando reclama por um valor mais alto para a “gente não desmatar”, no fundo ela quer dizer que os benefícios e os lucros do processo produtivo que gera degradação, sejam mais bem distribuídos, principalmente entre aqueles que se esforçam para mitigar seus efeitos.

I think that already that they want that the people preserve so much, so much, so much, and it's good for the future of the people, so it should be 2 minimum wages. Because there are many people, many people from outside who preserve the Amazon, and they want the Amazon like this, without deforestation. Because if the people work in agriculture, that land gets worn out, so the people will have to open other areas, a virgin area, that the people call here is a virgin area, a virgin forest, so the people will have to deforest in the same way. But with 2 minimum wages, the people wouldn't have to open. I think that for the people it wouldn't be so bad, I think that it would be good for the people, it would be very good for each family (Lisiane, resident of the RDS – 12/09/2019).

O caso da Lisiane coloca em xeque a ideia de adesão voluntária por trás dos esquemas de PSA. De acordo com Furtado (2017), não há voluntarismo nos mecanismos de PSA, o que há é tomada de atitude racional motivada pelo incentivo financeiro que os usuários dos serviços estão dispostos a pagar pela manutenção e provisão dos mesmos. Conforme exemplifica, o conceito econômico de compensar por custos de oportunidade – pela madeira não vendida em decorrência da escolha pela conservação, por exemplo – é equivocado, pois o preço pago pelo serviço prestado jamais será condizente ao valor atribuído de forma subjetiva e abstrata, por quem, de fato, constrói suas relações sociais com esses “serviços”. Por isso que, para Lisiane, algo justo seria um valor próximo a dois salários mínimos, algo que está bem distante do valor discutido “com atores públicos, privados e as comunidades locais”.

Ademais, o mínimo seria literalmente o que Lisiane e sua família precisariam para poder viver em condições de severas restrições. Lisiane é filha de pais agricultores que também moram na Reserva. Segundo me contou, eles nunca conseguiram sobreviver exclusivamente dos plantios, o que fez com que seu pai trabalhasse durante muitos anos em Manaus, enquanto sua mãe se virava como podia nos roçados. Embora em condições mais hostis oferecidas pelo contexto das periferias da cidade onde morou, a possibilidade de encontrar empregos temporários com mais facilidade, oferecia e ela e ao pai alguma perspectiva mais distante das privações vividas na Reserva. Por conta disso, por viver muito tempo longe da mãe e dos ofícios do campo, Lisiane não “herdou” o domínio sobre as práticas agrícolas, e hoje encontra dificuldade para se manter. Ela vive em uma pequena casa na Comunidade 15 de setembro com seu filho e seu marido, que parece seguir os mesmos passos do sogro.

Meu marido ele trabalha avulso né. Ele passa duas semanas em Manaus e duas semanas aqui de novo. Ele é pedreiro, ele faz tudo, carpinteiro, agricultor, mas é porque agricultura, ela não, vamos supor, não tem como a gente se manter na agricultura né. A gente planta mandioca, macaxeira, hoje a gente planta assim, mas é impossível viver disso né, assim, viver só da agricultura assim, nem pra subsistência nem pra vender pra fora (Lisiane, moradora da RDS – 12/09/2019).

O quadro relatado por Lisiane, além de apontar uma situação de extrema vulnerabilidade social, revela ainda outros aspectos invisibilizados pelas políticas ambientais. O primeiro é que, a vulnerabilidade socioeconômica em que se encontra a família de Lisiane é tão grande que, ao que tudo indica, não havia nem mesmo uma atividade desenvolvida por ela e seu marido da qual poderiam abrir mão para se tornarem beneficiários do Bolsa Floresta. O outro aspecto diz respeito a existência de pessoas que vivem na Reserva e que experimentam uma situação de desemprego, algo até certo ponto impensável quando se leva em consideração famílias vivendo em contextos ambiental-rural, como é o caso da Reserva.

O fato do desemprego ser impensável entre comunidades ribeirinhas da Amazônia, é fruto de algumas contradições que envolvem a construção social desse grupo. A primeira, talvez, seja aquela que homogeneiza essas populações, incluindo-as em grandes categorias generalizantes, tornando-as iguais e invisíveis diante da complexidade de suas próprias relações com o espaço local e com o todo. Em virtude disso, o outro ponto remete

a uma espécie de limbo em que vive as comunidades ribeirinhas do ponto de vista conceitual, uma vez que mais inclinados às questões ambientais, esses grupos não são compreendidos nem como camponeses, tampouco como pertencentes aos contextos urbanos. Quando olhadas em conjunto, as duas hipóteses acima descritas, implicam na não inserção desses grupos em análises que se pretendem macroestruturais, como as que tornam possível identificar questões relacionadas ao desemprego.

Hoje em dia eu vou te falar aqui, hoje em dia 85 por cento da comunidade Terra Santa é desempregada, 85 por cento da comunidade Terra Santa são jovens que dependem do pai e da mãe. Tipo assim ó, o salário de alguém aqui hoje sustenta 10 pessoas, pra você ter ideia, essa é a realidade, a nua e crua realidade, entendeu? Tipo assim, eu tenho um roçado só mesmo pra fazer a farinha ali, pra deixar ali no canto da casa ali, e tipo assim, eu pesco, pego 30, 20 peixes, passa 30 dias aí pra gente comer, vou a Manacapuru a gente compra a salsicha ali, compro o frango e vai se mantendo ali. Mas nem todo mundo tem essa profissão que eu tenho, nem todo mundo sabe fazer mesa, sabe fazer cadeira, sabe fazer rack, nem todo mundo. Então, a maioria como eu to te falando aqui, de 85 por cento desses jovens aí tudo desempregado, mão na cintura, porque não tem o que fazer, não tem pra onde, entendeu? (Raul, morador da RDS – 10/09/2019).

Ao que tudo indica, contudo, essa classificação homogeneizante parece mesmo ser uma ideia exógena aos próprios comunitários. O fato deles sentirem e perceberem que parcela significativa das pessoas com as quais convivem na mesma comunidade está desempregada, coloca-os como sujeitos que compreendem a realidade em que vivem. A despeito da política pública destinada a essas pessoas buscar por soluções paliativas que nem promovem a conservação, nem desenvolvimento social e econômico dos seus beneficiários, o entendimento de que as investidas do Estado são insuficientes para garantir condições de vida adequadas se explicitam a partir do seu pertencimento àquele lugar. Com efeito, reivindicar a existência de desemprego entre os moradores da Reserva, é, também, uma forma de confrontar políticas ambientais conservacionistas.

Assim sendo, já que o valor destinado para cobrir os custos de oportunidade se revelaram aquém das necessidades dos moradores da Reserva, a FAS desenvolveu outros mecanismos no sentido de cobrir os custos de transição das suas atividades econômicas. Baseadas em outros dois subprogramas, as alternativas propostas pela Fundação não consistiam em transferência de renda para as comunidades, a exemplo do BF Familiar, mas na implementação de atividades econômicas que pudessem lhes render algum ganho. Um desses subprogramas é o Bolsa Floresta Renda, por meio do qual a Fundação

identificava o potencial econômico das comunidades, e aportava recursos para que elas implementassem um pequeno negócio que pudesse gerar renda. Em conjunto com o BF Renda, desenvolveu-se o subprograma Empreendedorismo Ribeirinho, no sentido de incentivar as famílias a criarem seus próprios negócios.

Em linhas gerais, as alternativas propostas pela Fundação se concentraram em três frentes distintas. A primeira, voltada ao fomento para implementação de planos de manejo madeireiro, já que as atividades relacionadas ao extrativismo da madeira com fins comerciais passaram a ser proibidas. A segunda frente, buscou implementar pequenos projetos voltados às práticas agrícolas dos moradores, como estabelecimento de aviários para criação de frangos, ou de tanques visando o aprimoramento da piscicultura. Por fim, houve aporte de recursos e treinamento das pessoas para que se implementasse atividades comerciais propriamente ditas, como aquelas voltadas ao turismo comunitário, pousadas, restaurantes e casas de artesanato.

Uma vez assentado no paradigma de desenvolvimento – mesmo que sustentável – era de se supor que as alternativas subjacentes ao Programa, buscassem a reprodução de práticas observadas na dinâmica do mundo capitalista. Não raro, essas ideias e proposições são pensadas a quilômetros de distância do lugar onde se imagina implementá-las, cuja causa se assenta em um completo desconhecimento do público-alvo de tais projetos, bem como das suas relações com o espaço onde vivem. Retomando Harvey (2004) e sua discussão sobre os ajustes espaço-temporais como forma de resolver o problema da sobreacumulação, “trata-se da penetração de relações sociais e arranjos institucionais capitalistas em formações sociais preexistentes”, o que, via de regra, tende a fracassar.

É, aqui tá ruim de emprego esse lugar, é porque não tem assim como o senhor tá dizendo, não tem renda pra gente trabalhar como nesses outros cantos né, nosso lugar aqui é parado, não tem emprego se não for uma roça. E é assim, já to com essa idade, 62 anos, e todo tempo aqui trabalhando em roça, meus filhos também se criou mais na roça, é porque não tem emprego, não existe emprego trabalha na roça. Eu tenho dez filhos, meus filhos ainda não empregaram não, meus filhos trabalha tudo em roça, tudo em roça (Dona Nazinha, moradora da RDS – 17/09/2019).

Essa fala é um tanto quanto contraditória, e não pode ser lida e nem interpretada às pressas. Ela foi proferida por uma figura emblemática dentro da Reserva, por quem outros

moradores nutrem um imenso carinho e respeito. Dona Nazinha mora há 62 anos na Reserva, nasceu e se criou por ali. “Na época, eu e minhas irmã nós era tudo menina, nós trabalhava em roça, nós plantava muita roça. Amanhecia o dia, nós levantava e já ia trabalhar pra roça, aí se criemo assim, trabalhando na roça. Todo tempo na roça”. Dona Nazinha sempre encarou a lida na roça como um trabalho, o qual aprendeu a partir do convívio com seu pai, já falecido. Levando em consideração a dureza do trabalho realizado nos roçados, Dona Nazinha ainda comentou: “eu quero dizer pro senhor que eu vivo feliz aqui nesse lugar”.

Em “*Capitalismo na Amazônia: utopia e miséria da ascensão social*”, Violeta Loureiro (1985) traz os elementos que nos ajudam a entender o contexto vivido por Dona Nazinha e seus filhos. Neste trabalho, Loureiro (1985) analisa o processo que transformou “pequenos produtores (agricultores e pescadores)” vinculados originalmente com a terra e dotados de um sentimento de existência rural, em trabalhadores proletarizados dos centros urbanos das médias e grandes cidades da Amazônia. Conforme argumenta, esse processo se dá a partir do rompimento do vínculo real que esses produtores mantêm com a terra, seja por regimes violentos de desapossamento, seja pelo falso encantamento que as promessas do mundo do trabalho ensejam sobre sua vontade de migrar espontaneamente para as cidades.

Nesse momento, destaca Loureiro (1985), há a perda de sua dupla condição de produtor, quais sejam, a de agricultor e pescador. Uma vez na cidade, a terra sobre a qual tinha pleno domínio e sobre a qual agora pisa, transformou-se em chão de asfalto, e a utopia da subsistência familiar havia se convertido na identidade de trabalhador despossuído. Na busca pela ascensão social e acesso ao bem-estar urbano que o trabalho assalariado poderia lhe prover, o antigo pescador se via, agora, entretido em uma nova atividade produtiva, e não detinha mais a propriedade dos meios de produção. A utopia da ascensão social, havia transformado esse pequeno produtor em um parceiro despossuído e descapitalizado, cuja exploração da sua força de trabalho, o fez enredar pelos caminhos da miséria cotidiana.

Trata-se de um clássico exemplo em que a acumulação capitalista ocorre em bases sustentáveis, nos termos de Harvey (2004). A partir dos anos 2000, contudo, especialmente na Amazônia, há uma expansão das fronteiras de acumulação, as quais se dão através de um processo extensivo e a partir de novos instrumentos, notadamente a financeirização, mas, também, em função da expropriação e mercantilização dos recursos

naturais comunais (BRANDÃO, 2010). O chamado neodesenvolvimentismo, inseriu a economia nacional no mercado internacional globalizado, em virtude da produção e comercialização de *commodities*, e também em torno da exploração acentuada dos recursos naturais. Esse período também corresponde ao que Svampa (2015) denominou de consenso das *commodities*.

Quando pensado em termos estritamente econômicos, esse período é lembrado a partir das *commodities* produzidas pelos setores agrícola e mineral. Contudo, é nesse período, também, que elementos da natureza vão adquirir um caráter cada vez mais mercadorizado, passando a fazer parte, como ativos ambientais, dos nascentes mercados verdes. Assiste-se, portanto, a criação das *commodities* ecológicas, que não devem ser desconsideradas do período neodesenvolvimentista. Como resultado, tem-se, por um lado, a criação do mercado de mitigação – cuja *commodity* principal é o carbono – a partir da ratificação do Protocolo de Kyoto, em 2005. E por outro lado, tem-se a *commodificação* irrestrita de todos os aspectos da vida natural com o advento do pagamento pelos serviços ecossistêmicos, que transformou componentes inteiros da Biodiversidade em ativos passíveis de negociação.

Tomando como o exemplo o próprio Bolsa Floresta, mais de 90% do Programa é financiado com recursos oriundos de doações privadas⁹¹. Sejam elas feitas de forma individual ou corporativa, isso significa dizer que boa parte dos empreendimentos destinados aos moradores, é proveniente do excedente gerado por esses agentes privados. De tal sorte que as alternativas econômicas oferecidas frente ao abandono das práticas tradicionalmente desempenhadas, constitui-se numa maneira desses agentes realizarem quantias significativas de capitais acumulados no seu ambiente doméstico. De novo retomando Harvey (2004), “trata-se de uma forma de penetração de relações sociais de tipo capitalista em formações sociais pré-existentes”, por meio da produção de novos espaços por onde o capital possa se expandir.

Desde 2008 o Programa vem incutindo nas comunidades da Reserva, ideais vinculados ao empreendedorismo. Diante disso, é natural que depois de catorze anos fomentando sua microempresarização, uma agricultora pense que o fato de seus filhos

⁹¹ De acordo com o *Balanço do Programa Bolsa Floresta (abril 2008 - março 2022)*, publicado em abril deste ano, a Fundação investiu o total de R\$ 63.061.486 no Programa, sendo R\$28.710.761 oriundos de doação do Governo do Amazonas e R\$34.350.725 de “verbas próprias da FAS”. Desse último valor, 90% são provenientes de doações do setor privado.

trabalharem na roça, equivale a dizer que eles não têm emprego. Por um lado, é compreensível que os agricultores da Reserva se queixem da falta de oportunidades que lhes permitam obter alguma renda. Isso pode ser analisado a partir de diferentes aspectos, como a dinâmica do mercado em torno dos produtos agrícolas que produzem, das restrições impostas pela legislação ambiental que regula o uso dos recursos naturais presentes na reserva, ou até mesmo pela incidência de fatores climáticos, como secas ou chuvas intensas, que afetam a produtividade de determinado cultivo agrícola.

Todos esses elementos estão circunscritos no modo de vida das sociedades caboclas, e são passíveis de compreensão quando submetidos ao exame mais detalhado. Porém, quando essas sociedades passam a reivindicar o estatuto de desempregados, é porque eles se sentem pertencentes a uma estrutura econômica, mínima que seja, que opera em função do emprego e da venda da força de trabalho, com vistas a algum tipo de remuneração. Se não há emprego na Reserva em relação ao que conhecemos referente ao mundo do trabalho, é porque as formas de produção capitalistas estão sendo reproduzidas de alguma maneira naquele espaço. Seja internamente, seja nas relações estabelecidas fora dos limites da Reserva, a expropriação das terras comunais e a despossessão do direito de uso dos recursos, pode estar levando à proletarização das sociedades caboclas que não conseguem se inserir nesse modelo.

5.3 Tradição: estratégia discursiva para reprodução ampliada do capital

Vivessem hoje os antropólogos Charles Wagley e Eduardo Galvão e retornassem à velha e ribeirinha Itá (Gurupá, no Baixo Amazonas), por certo que encontrariam um novo cenário, não só com as modificações acarretadas pelo tempo e pertinentes a toda comunidade humana que passa por um processo de mudança, mas com traços de transformações maior que tem caracterizado todas, ou quase todas as comunidades caboclas da região (FURTADO, 1994).

Termino este capítulo e esta tese, retomando uma das principais ideias que motivaram o meu “contra-argumento” neste trabalho. Contra-argumento, pois, problematizar a categoria tradição e os povos ou populações tradicionais, como eu propus e como ainda farei no decorrer deste tópico é, de certa forma, nadar contra a corrente. Isso porque, em linhas gerais, os grupos sociais que fazem parte dessa “categoria-ônibus”, como bem apontou Sterci (2001), sempre estiveram em posição subalternizada no quadro

das relações sociais que os constituiu historicamente. De modo que, diante de tal contexto e frente ao protagonismo e às conquistas políticas que parte dessas populações tem adquirido nos últimos anos, configura certa heresia nas Ciências Sociais, fazer a crítica ao que eu considero o uso hegemônico e indiscriminado do termo.

Meu argumento, contudo, entende que a valorização da ideia de tradição, tem contribuído, em certa medida, para a instrumentalização de alguns grupos que se enquadram nessa classificação. No caso específico da problemática ambiental, a categorização de povos e comunidades como tradicionais, tem subsidiado e legitimado, por exemplo, a implementação de políticas públicas como o Bolsa Floresta. Pensada como par oposto da modernidade e como resquício do processo de desenvolvimento, a tradição – sob a perspectiva socioambiental – aglutina em torno de si aspectos relativos ao atraso e a pobreza, investindo esses grupos sociais de prerrogativas conservacionistas, como se seu modo de vida pudesse garantir a sustentabilidade das condições naturais dos lugares por onde o sistema capitalista avança.

Essa formulação do problema envolvendo tradição e pobreza é bastante recente, e foi pensada, a princípio, a partir do contexto da sociedade urbano-industrial. Em se tratando especificamente da manifestação da pobreza, Leguizamón (2007) chama a atenção para o fato de que esse é um processo que não deve ser atribuído às forças individuais ou contingenciais. Ao contrário, segundo esta autora, sua produção e reprodução, estão circunscritas em relações sociais conjunturais e contextuais, relativas a degradação da vida e dos meios ou recursos produtivos necessários para se garantir a subsistência dos indivíduos. Isto é, a situação de pobreza pertence às dinâmicas sócio-históricas e de natureza estrutural, próprias da sociedade capitalista.

A produção e reprodução da pobreza massiva, especialmente nos países do Sul, levou ao que Chossudovsky (1999) chamou de globalização da pobreza. Numa clara referência ao processo de globalização político-econômico iniciado nos anos 1990, o autor destaca que a permanência da pobreza e sua ampliação, acompanharam – ou foram resultado – da nova ordem econômica estabelecida a partir desta data. Conforme argumenta, desde os anos 1980 a pobreza vem sendo gerada de forma sistemática em todos os países do globo, e sua dimensão alcançaria patamares inimagináveis por meio da liberalização econômica irrestrita. De acordo com Chossudovsky (1999), foi,

sobretudo, nas ex-repúblicas socialistas e nos então países do terceiro mundo, que essa condição se abateu de forma mais contundente⁹².

Contudo, conceitualmente, cabe analisar quais foram os paradigmas impostos desde o final do século XIX, que permitiram problematizar a pobreza. De acordo com Leguizamón (2007), no que diz respeito ao pensamento social latino-americano, é a partir de 1950 que a produção intelectual concernente a este tema, passa a se desenvolver em bases e formulações respaldadas por pesquisa científica. De acordo com esta autora, na América Latina essas reflexões se deram a partir do embate entre construções discursivas eurocêntricas, que se manifestavam, em grande medida, nas ideias de progresso, modernidade e desenvolvimento, e os intelectuais comprometidos com a Teoria da Dependência, que buscavam nos efeitos desse processo, sua fonte de produção.

Leguizamón (2007) atribui à Teoria do Desenvolvimento aliada à da Modernidade, a raiz do problema relacionado à criação, produção e reprodução da pobreza. Para a autora, a ideia de desenvolvimento foi, também, concebida como uma mudança que ocorreria em etapas, as quais seriam pensadas e percebidas no longo prazo, e que reproduziriam a história econômica dos países autoconsiderados desenvolvidos.

Nessas concepções, o desenvolvimento se produziria como consequência da difusão cultural, que levaria a um estágio superior da evolução da modernidade. Essa concepção neo-evolucionista das sociedades, considerava os países que não se adequavam a seus padrões culturais, como fazendo parte de uma etapa anterior de desenvolvimento social. Partia-se do pressuposto de que nossas sociedades eram subdesenvolvidas. A cultura dos latino-americanos e caribenhos, era considerada como um todo homogêneo, de características tradicionais, arcaicas, atrasadas e pouco inclinadas a comportamentos denominados modernos. Ao mesmo tempo, a carência desses atributos constituía a causa de sua pobreza (LEGUIZAMÓN, 2007).

Por outro lado, no que se refere a questão ambiental e aos contextos não-urbanos, predominou a problematização referente a ideia de tradição. Segundo Barreto-Filho (2006), é possível localizar a ascensão dos debates sobre tradição alusiva à problemática ambiental em dois momentos distintos. O primeiro, destaca o autor, é aquele referente ao contexto internacional, com fortes inclinações eurocêntricas e colonialistas, que

⁹² Segundo o autor, o fenômeno da globalização da pobreza é visto por ele como fruto das políticas econômicas e reformas estruturais propostas pelo Banco Mundial e FMI, conforme sugere o subtítulo do livro. Para Chossudovsky, o marco dessas políticas e reformas propostas por essas duas instituições, é o chamado Consenso de Washington, de 1989, destinadas aos países do Sul (incluindo Ásia e Leste Europeu), por meio dos Programas de Ajustes Estruturais.

abordaram o tema a partir das teses conservacionistas. O segundo momento, diz respeito ao contexto nacional, amplamente influenciado pela produção do campo antropológico, em que a organização das sociedades indígenas, representava o ideal de tradição. Em determinado momento, essas duas vertentes se encontram e deram origem aos chamados estudos socioambientais.

De acordo com Barreto-Filho (2006), a ideia de “estilos de vida tradicionais”, surgiu primeiramente no âmbito do conservacionismo internacional. Segundo o autor, essa primeira concepção sobre povos e populações tradicionais, deu-se na conjuntura de incorporação oficial do princípio de zoneamento à definição das áreas protegidas⁹³. Isto é, a ideia começou a tomar corpo entre os defensores do conservacionismo, quando estes passaram a se preocupar com o seu calcanhar de Aquiles, qual seja, a presença humana em áreas com densa biodiversidade. Isso porque, no início dos anos 1960, quando foi sugerida a proposta de zoneamento, já haviam evidências em demasia dos problemas gerados pela exclusão de grupos humanos das áreas protegidas.

Em outras palavras, o debate sobre tradição na arena ambiental, surge em função de uma contradição pertencente ao próprio movimento conservacionista. Essa contradição foi exposta no contexto internacional, no II Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em 1962, em Yellowstone, com quase nenhuma representação das populações nativas, principais impactadas com o a criação de Parques e Reservas (BARRETO-FILHO, 2006). Nesse encontro, seus organizadores propuseram uma alternativa interna, que justificasse a presença e permanência de grupos humanos nas extensas áreas de reserva biológica destinadas a conservação. Esse passo foi dado no sentido de reduzir os danos ao movimento conservacionista, cuja ortodoxia estaria levando ao surgimento de inúmeros conflitos.

Segundo Barreto-Filho (2006), a saída foi discursiva, já que, na prática, tornara-se impossível negar a existência de pessoas nessas áreas. Por ser pensado de forma exógena, os conservacionistas apostaram num constructo ideológico cuja força residisse exatamente naquilo que se desejava negar, por meio da generalização do seu significado e na flutuação do seu emprego. Assim sendo, tomando como referência as reflexões sobre

⁹³ As áreas de zoneamento foram o protótipo do que hoje se conhece por zona de amortecimento numa UC. Essas áreas correspondem, também, às zonas de transição, isto é, ao escopo da UC que deve ser conservada, mas que ainda são identificadas atividades e presença humana. À época, a elaboração do conceito de zoneamento representou um duro golpe aos conservacionistas, que passariam a lidar com a ideia e a possibilidade de se permitir a presença de grupos humanos no interior das áreas protegidas.

o *Indigenous Lifestyle*⁹⁴ das sociedades indígenas norte-americanas, chegou-se à noção de populações tradicionais, no sentido de reconsiderar sua política conservacionista, levando em consideração a presença de grupos humanos pré-existentes nas áreas protegidas.

Por se tratar de uma arena ambiental, o termo populações tradicionais passou a expressar um conjunto de valores culturais e coletivos relacionados ao meio ambiente. De acordo com Barreto-Filho (2006), quem deu a tônica desta nomenclaturalização foram os organismos internacionais ligados à conservação, como IUCN, WWF e PNUMA, pressionados, como agências reguladoras, a reconhecer e elaborar propostas que contemplassem as populações nativas em seus projetos de conservação. Em última instância, essas organizações – uma *joint venture* ambiental nos termos de Barreto-Filho – encontraram uma maneira de tolerar essas populações nos limites geográficos das áreas protegidas, ao invés de reconhecerem seus direitos territoriais.

No contexto nacional, Barreto-Filho (2006) localiza a ideia de tradição inserida na temática ambiental, constituída ao longo de dois períodos específicos. O primeiro deles, se situa a partir dos anos 1960, onde as abordagens sobre grupos sociais com características culturais próprias, eram imprimidas por meio das análises centradas nas suas relações sócio-naturais. Tal perspectiva teria sido empreendida primeiramente pelos Antropólogos, cujo arquetípico de populações tradicionais eram as sociedades indígenas brasileiras. De modo sucinto, pois já explorei bastante essa abordagem antropológica nos capítulos anteriores, ela se dedicava a compreender o modo de vida dessas sociedades de acordo com a sua maior ou menor relação com o ambiente onde viviam.

Posteriormente, o campo antropológico alargou o escopo de sua análise, expandindo-a para as sociedades camponesas e rurais. Darcy Ribeiro, seu principal expoente, buscava um tipo ideal de povo brasileiro, tomando como universo amostral a diversidade cultural encontrada nas diferentes regiões do Brasil. Conforme demonstra Barreto-Filho (2006), Darcy Ribeiro tinha certa obstinação em tipificar idealmente segmentos das populações não-urbanas do Brasil, por serem, segundo ele, um contraponto

⁹⁴ Segundo Diegues (2008), após longo debate na arena internacional, o termo *Indigenous* deixou de se referir estritamente aos povos indígenas norte-americanos, e passou a abarcar características mais amplas de diferentes povos tribais e populações nativas espalhadas pelo globo. O termo passou a ser utilizado para designar povos que vivem em áreas geográficas particulares que demonstram, em vários graus, as seguintes características ligadas a ancestralidade, a auto-identificação, a linguagem própria, presença de instituições sociais e políticas próprias e sistemas de produção voltados, principalmente, a subsistência.

à modernização e ao desenvolvimentismo observado nas cidades. A partir desse procedimento, o antropólogo buscava elaborar uma síntese sobre a constituição do povo brasileiro, enraizada na oposição entre o tradicional (rural e diverso) e o moderno (urbano e representante das forças homogeneizadoras).

Darcy Ribeiro procurava por características que pudessem se reproduzir ou serem observadas de forma continuada em sociedades camponesas e rurais. De maneira generalista, chamou essas populações de sociedades rústicas, devido ao seu caráter tradicional e arcaico quando comparado às sociedades ditas modernas. Conforme aponta Barreto-Filho (2006), Darcy Ribeiro apostou no binômio rural-urbano para elaborar suas reflexões acerca das chamadas sociedades rústicas, cuja definição remete ao pensamento social brasileiro que mesclava noções biológicas e culturais. Dessa mescla, teriam surgido designações dessas sociedades, vinculadas ao determinismo dessas duas noções – biológica e cultural – como “tipos culturais regionais”, pertencentes a “regiões histórico-culturais”.

Para Vianna (1996), no estabelecimento de tipologias baseadas em personagens histórico-culturais, está a raiz de sua naturalização ideológica. Isso porque o estabelecimento de uma tipologia de “personagens histórico-culturais”, leva “à definição de grupos sociais segundo uma combinação de traços substantivos, restituindo, sub-repticiamente, a noção de raça e, com esta, a ideia de um código natural no qual cada espécie ou tipo – diferenciado tanto no tempo quanto no espaço – ocupa uma posição biológico-cultural determinada numa escala evolutiva”. De modo que as formulações sobre sociedades rústicas e tipos culturais regionais, apoiam-se, também, na caracterização desses grupos como “ilhas de harmonia socioambiental”, reforçando a premissa de que essas populações não causam danos ao ambiente natural e seriam fruto de uma relação harmoniosa com o meio.

Os anos 1980, marcam o segundo período de discussão em âmbito nacional, sobre a condição de povos e populações consideradas tradicionais. Para Barreto-Filho (2006), esse debate teve início na Amazônia pós regime ditatorial, e foi encabeçado, sobretudo, por aqueles grupos sociais que haviam sido diretamente impactados pelos chamados Grandes Projetos. O fim da ditadura e a possibilidade de abertura democrática, fez com que esses grupos – sobretudo indígenas, camponeses e extrativistas – se organizassem numa contraofensiva àquele período e encampassem novas formas de luta contra a

degradação ambiental. No cerne desse confronto, estavam as reivindicações pela reconquista de suas terras e pela garantia de suas condições de sobrevivência.

O caso de resistência mais emblemático, certamente é o que redundou da mobilização e ação política dos seringueiros do Acre. Tendo à frente o sindicalista Chico Mendes, os seringueiros adotaram como estratégia de luta, a ação direta denominada empate, no sentido de impedir que novas áreas de florestas fossem derrubadas, evitando, assim, a expansão do capital latifundiário na região. Ainda nos anos 1980, Chico Mendes e os demais seringueiros sindicalistas, somaram forças a diversas etnias indígenas e fundaram a Aliança dos Povos da Floresta (MENDES, 2006). Conforme relata o próprio Chico Mendes, o objetivo por trás da Aliança, era o de reivindicar seus territórios, acabar com a exploração do trabalho pelos proprietários de terra e imprimir um sentido de posse comunal nos espaços onde a vida se reproduzia.

A suposta defesa da floresta, conforme se observa em Mendes (2006), nunca foi uma questão colocada de antemão pelos seringueiros. Segundo Costa (2013), a luta dos seringueiros era claramente uma luta classista, pois se tratava de camponeses e extrativistas transformados em trabalhadores rurais, que vendiam sua força de trabalho ao patrão seringalista. Ainda de acordo com Costa (2013), na maioria dos casos não havia sequer pagamento de salários, e tanto indígenas quanto seringueiros-extrativistas, viam-se imersos num regime de escravidão por dívida. De modo que a organização dos Povos da Floresta em torno de sindicatos e de partidos políticos, visava a retomada da terra como meio de produção camponesa e o fim do trabalho gerador de excedente e concentração de capital.

De acordo com Souza (1990), o protagonismo de Chico Mendes rapidamente chamou a atenção da comunidade internacional. Como os embates – e os empates – se davam na Amazônia, a entrada das reivindicações classistas de Chico Mendes e dos Povos da Floresta, deu-se via movimento ambientalista e organizações multilaterais recentemente comprometidas com a problemática ambiental. Segundo Souza (2011), em pouco tempo a luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, transformou-se na luta dos povos da floresta em defesa do meio ambiente. Ainda segundo este autor, não demorou para que o movimento dos seringueiros fosse capitulado pelo Ecologismo, a despeito dos extrativistas terem se beneficiado politicamente dessa fusão.

A invisibilização da luta dos seringueiros ocorreu, paradoxalmente, com a criação da primeira Reserva Extrativista da Amazônia⁹⁵, bandeira histórica do sindicalismo rural. Tida como uma vitória do conservacionismo, a RESEX reforçou a ideia de áreas protegidas defendidas pelos ideólogos conservacionistas, bem como reificou o sentido da tradição, por se tratar de pessoas que desempenhavam uma atividade econômica diretamente relacionada e dependente da natureza. Essa operação discursiva, como já demonstrei anteriormente, escamoteia o longo processo histórico vivido pelas sociedades caboclas da Amazônia, e realça seu determinismo ambiental, conferindo a essas populações certo imobilismo social. Conforme aponta Bentes (2005), a intervenção do ambientalismo na Amazônia serviu, entre outras coisas, para subordinar a luta pela terra à preservação ambiental, da qual o movimento dos seringueiros é o maior exemplo.

Como já disse em outro momento, desde o início deste trabalho, procurei pensar as sociedades caboclas a partir de outra perspectiva. Essa perspectiva, que é predominantemente histórica, buscou, a todo tempo, afastar-se das prerrogativas naturalizantes, cujo modo de ver e compreender essas sociedades, se dá a partir de uma fotografia congelada no tempo. Por outro lado, a perspectiva histórica entende essa condição como sendo reflexo dos eventos e fenômenos de ordem macroestruturais, que se abateram sobre o mundo e sobre a Amazônia nos últimos séculos. No caso desta última, suas características específicas balizaram a constituição social, política, econômica, cultural, religiosa e ambiental das sociedades caboclas.

Assim sendo, o que me fez propor uma leitura dessas sociedades a contrapelo foi, mais uma vez, a experiência e a vivência propiciadas no decorrer da pesquisa. Contudo, cabe ressaltar que estou tomando como referência, uma população concentrada numa Unidade de Conservação específica, na qual a classificação predominante para designar social e culturalmente essa população, é a de comunidades ribeirinhas. Segundo Almeida (2004) e o Decreto Lei 6.040/2008 que versa sobre os povos e comunidades tradicionais, ao todo são reconhecidos 28 grupos sociais pertencentes a essa classificação⁹⁶. De modo

⁹⁵ A ideia de Reserva Extrativista surgiu em 1985, durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, como uma proposta para assegurar a permanência dos seringueiros em suas colocações ameaçadas pela expansão de grandes pastagens, pela especulação fundiária e pelo desmatamento. Em 1990, promulga-se o Decreto nº 98.897/1990, que dispôs sobre a criação das RESEX. A RESEX do Alto Juruá, no estado do Acre, foi a primeira do gênero a ser criada em 1990. No mesmo ano, também foi criada a RESEX Chico Mendes, no mesmo estado.

⁹⁶ Os povos ou populações tradicionais do Brasil são os seguintes: Andirobeiras, Apanhadores de Sempre vivas, Caatingueiros, Caiçaras, Castanheiras, Catadores de Mangaba, Ciganos, Cipozeiros, Extrativistas Faxinalense, Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Ilhéus, Indígenas, Isqueiros, Morroquianos, Pantaneiros

que a discussão que faço aqui, diz respeito às contradições observadas por mim *in loco* relativas a essa categorização – comunidades ribeirinhas –, não cabendo o mesmo tipo de exame analítico para grupos cuja dinâmica social e contexto histórico-político eu não tive acesso.

Um dos problemas da categoria tradição – ou tradicional – é a maneira generalizante com a qual ela é empregada. Conforme aponta Vianna (1996), muitas vezes tradição é utilizada como um adjetivo para se referir a um tipo de manejo, um tipo de sociedade, uma forma de utilização de recursos naturais, de territórios, de modo de vida, de grupos específicos e de tipos culturais. Isto é, na ausência de uma crítica semântica (COPANS, 1989), toda e qualquer situação mais ou menos semelhante encontrada e reproduzida por populações mais ou menos parecidas, suscita o uso do termo para caracterizar esses grupos. Desse procedimento, deriva um segundo problema relativo a tradição, dessa vez concernente à homogeneização.

Quando se pensa, literalmente, em povos ou populações tradicionais, um dos 28 grupos citados acima logo vem à cabeça. No caso específico da Amazônia, em que o termo é utilizado de forma indistinta, é quase impossível pensar que haja certa heterogeneidade entre uma população inteira residente numa Unidade de Conservação. Conforme aponta Barreto-Filho (2006), não pensar essas sociedades com toda sua heterogeneidade se justifica, pois, a tradição foi incorporada ao léxico dos organismos governamentais com responsabilidades com o meio ambiente, o que produz efeitos nas disputas simbólicas constitutivas da micropolítica ambiental. Por conseguinte, essa noção é sistematicamente reproduzida na esfera das políticas de conservação e desenvolvimento sustentável, de tal sorte que problematizá-la pode colocar em risco a implementação e o sucesso de tais políticas (Barreto-Filho, 2006).

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que permitem a permanência de pessoas, consistem em universos bastante heterogêneos. A predominância, contudo, é de grupos sociais com características camponesas, cujas relações sociais de produção, guardam semelhanças com as formações econômicas pré-capitalistas (MARX, 1975). Ao mesmo tempo, tem-se, nessas Reservas, uma infinidade de pessoas que desempenham outros tipos de atividades, inclusive trabalhos formais, como professores, agentes de

Pescadores Artesanais, Piaçaveiros, Pomeranos, Povos de Terreiro, Quebradeiras de Coco Babaçu, Quilombolas, Retireiros, Ribeirinhos, Seringueiros, Vazanteiros, Veredeiros.

saúde, comerciantes, artesãos, turismólogos e microempresários. Há, também, pessoas que moram nas Reservas mas trabalham nas cidades próximas e naquelas que estejam dentro do limite físico da Reserva, conferindo certo intercâmbio socioeconômico nos seus modos de vida.

Deve-se se levar em conta, do mesmo modo, o fenômeno migratório como uma característica fundamental do processo de heterogeneização das Reservas. Na RDS do Rio Negro, por exemplo, as duas primeiras comunidades foram fundadas em 1945 e 1955 respectivamente, e seus habitantes representam a primeira geração de moradores da Reserva. Conforme me foi relatado ao longo das conversas que tive com esses moradores, os fundadores dessas comunidades fazem parte do período migratório iniciado no começo do século XX, com a estagnação do comércio de madeira, e após o fim do segundo ciclo da borracha. A estagnação da economia gomífera, fez com que os seringueiros instalados nos rios Madeira, Juruá e Purus migrassem em direção a região central do estado amazonense, em busca de novas terras para se estabelecerem.

Esses moradores, por serem os mais antigos, são os que ainda mantêm um modo de vida camponês (tradicional), sobrevivendo, predominantemente, da criação de animais, dos cultivos agrícolas e da pesca. Em contrapartida, na RDS é possível observar, também, uma segunda geração de moradores, que pode ser dividida em dois grupos. Um deles é composto pelos filhos dos moradores mais velhos, aqueles migrantes dos seringais e dos portos de lenha. O outro grupo, também é mais jovem que a primeira geração, porém, é composto por pessoas que chegaram mais tarde na Reserva, principalmente nos anos 1980 e 1990, quando foram fundadas a maioria das comunidades na RDS⁹⁷. Pode-se dizer que a segunda geração representa um hibridismo entre os modos de vida rural e urbano.

Muitas pessoas, especialmente as que nasceram na Reserva e são filhos dos camponeses, herdaram os hábitos dos seus pais e se dedicam às atividades rurais, principalmente aos roçados de mandioca. Mas há pessoas que também nasceram na Reserva, mas possuem algum tipo de formação profissional e trabalham para os órgãos públicos dos municípios que circunscrevem a Reserva, como professores, agentes de saúde, turismólogos e guias turísticos. Além disso, existem moradores que se dedicam às atividades comerciais e empresariais dentro da Reserva, como as pousadas voltadas ao turismo e a venda de artesanato. Nessa segunda geração, é comum encontrar pessoas que

⁹⁷ Das 19 comunidades existentes na Reserva, 14 foram fundadas entre 1980 e 1994.

moram na Reserva, mas trabalham nas cidades vizinhas ou desempenham atividades autônomas, como a carpintaria e marcenaria.

Há também uma terceira geração de jovens vivendo na Reserva. Geralmente são crianças e adultos entre 18 e 20 anos, filhos da segunda geração, nascidos nas comunidades. Muitos se escolarizaram de forma precária na própria Reserva e outros nunca frequentaram a escola. Essa geração é marcada por uma característica bastante peculiar. São jovens que nasceram nos anos 2000 e que cresceram totalmente influenciados – às vezes, quando possível, conectados – às novas tecnologias e mídias digitais. Essa característica, em específico, influenciou de forma decisiva para que essa terceira geração acabasse se desinteressando em aprender os ofícios dos pais e dos avós. A maioria desses jovens não tem nenhuma fonte de renda e muitos estão sem perspectivas, pois o modo de vida de seus pais e avós não se faz atraente ao mesmo tempo em que o horizonte fora da Reserva é incerto.

Economicamente, pude distinguir os moradores da Reserva em cinco perfis principais, os quais se dividem em dois grupos. O primeiro grupo, diz respeito aos moradores que possuem renda fixa. Nesse grupo estão os aposentados, sejam eles pessoas que não contribuíram com o INSS ao longo da vida, mas que tem direito a um salário mínimo (Benefício de Prestação Continuada segundo a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS) ou pessoas que desempenharam alguma atividade remunerada durante a vida e agora gozam da aposentadoria. Outro perfil encontrado nesse grupo é o de funcionários públicos que atuam ou não na Reserva. Nesse perfil, estão inseridos professores e professoras que trabalham nas escolas da Reserva, bem como os agentes de saúde. Ainda nessa categoria, existem os funcionários públicos que trabalham nas sedes dos municípios vizinhos, mas que moram na Reserva.

O outro grupo, o dos moradores que não tem renda fixa, apresenta três perfis diferentes. Um deles pode ser identificado como sendo o dos comerciantes ou empreendedores. Esse perfil é caracterizado por aquelas pessoas que tem algum tipo de comércio, como uma loja de artesanato ou uma taberna⁹⁸ e também por aqueles que investiram em um negócio maior, como as pousadas e restaurantes. Embora sejam atividades comerciais importantes dentro das comunidades, esses negócios não garantem renda fixa. Isso porque algumas atividades acompanham a sazonalidade do fluxo de

⁹⁸ Taberna é o termo utilizado no interior da Amazônia para se referir a um tipo de bar ou mercearia.

turistas dentro da Reserva, que varia de acordo com as estações amazônicas, as quais tem influência direta no montante de dinheiro que circula dentro da própria comunidade.

Um segundo perfil, refere-se aos agricultores/pescadores. Fazem parte desse estrato os moradores que vivem das culturas plantadas ao longo do ano nas comunidades, especialmente mandioca, macaxeira e cupuaçu, e os pescadores artesanais. Também, nesse caso, a renda flutua de acordo com o período de colheita e posterior comercialização dos produtos e, no caso dos pescadores, da oferta do pescado, que também pode aumentar ou diminuir de acordo com o período de cheia e vazante do rio⁹⁹. Embora as pessoas que se encaixam nesse perfil exerçam suas atividades laborais com o objetivo principal de prover o autoconsumo, é por meio do pequeno excedente gerado na produção e na colheita que essas pessoas poderiam ter algum acréscimo em suas rendas.

Por fim, pude conhecer uma parcela de moradores que não se enquadra em qualquer das atividades descritas acima. Geralmente, esses moradores são os adultos e os jovens da segunda e terceira geração, respectivamente. Esse grupo não desempenha nenhuma atividade fixa remunerada, e depende de pequenos trabalhos e “bicos” que aparecem esporadicamente na comunidade. Fazem parte desses bicos, a ajuda oferecida aos agricultores e pescadores artesanais, serviços de carpintaria, marcenaria, manutenção mecânica, consertos de barcos, entre outros. Esse grupo, de fato, em termos socioeconômicos, é o que apresenta maior vulnerabilidade social, pois reúne pessoas em situação de pobreza e de insegurança alimentar¹⁰⁰.

Esse breve apanhado de percepções que pude apreender nos dias em que estive na Reserva, ajudou a construir um dos argumentos centrais da tese. A diversidade de formas de vida, de experiências e de atividades laborais realizadas dentro e fora da Reserva pelos seus moradores, colocaram em xeque, sob o ponto de vista conceitual-analítico, a ideia de tradição. Não é plausível supor, tampouco ratificar, que num universo extremamente plural, onde inúmeras possibilidades de formas de existir e de se reproduzir a vida são

⁹⁹ A sazonalidade dos rios da Amazônia influencia diretamente a pesca artesanal ou de subsistência. Quanto mais cheio o rio, mais difícil a captura devido a maior dispersão dos peixes. Na seca, as áreas alagadas diminuem drasticamente, concentrando uma maior quantidade de peixes num pequeno espaço, o que facilita a pesca.

¹⁰⁰ Durante minha estadia na Reserva, presenciei, em pelo menos duas situações, dois moradores que me relataram viver em situação de extrema insegurança alimentar e financeira. Um deles era um ex marceneiro e carpinteiro que viva da extração de madeira para construção de barcos, móveis e outros objetos. Pai de quatro crianças, não tinha nenhum tipo de renda fixa e vivia de pequenos bicos e da pesca artesanal. Outro morador, vizinho do Sr. França onde fiquei hospedado, foi durante três dias seguidos fazer as refeições conosco pois dizia não ter nada para comer em casa.

verificadas *in loco*, sejam encaixadas – como querem as políticas ambientais – no utilitário campo da tradição. Dessa forma, para além da abordagem naturalista/conservacionista, daquela étnico-racial e a das micropolíticas ambientais, de que maneira se poderia buscar compreender o problema da tradição?

A alternativa que julgo ser a mais razoável, corrobora com Diegues (2008), e entende as “culturas ou populações tradicionais” como resultado do desenvolvimento do sistema capitalista e do processo de expansão da economia de mercado. Sob esse viés analítico, a tradição não é percebida como um *ethos* de determinadas sociedades em relação a natureza, tampouco como uma mirada eivada de preconceitos e hierarquização cultural empreendida pelo sujeito moderno europeu, sobre os povos colonizados do Sul. A tradição, como descreve Diegues (2008), a partir da leitura marxista, é compreendida, sobretudo do ponto de vista histórico, de acordo com o maior ou menor envolvimento de determinados grupos sociais à dinâmica expansiva e retratora das forças produtivas.

Nesse sentido, os camponeses – tal qual as sociedades caboclas – constituem a “cultura” ou as “populações tradicionais” por excelência. Num quadro relacional entre o capitalismo industrial que emergia nos pequenos núcleos urbanos, o campo e o espaço rural permaneciam ao largo desse processo, mantendo, principalmente, traços de relações sociais ainda atreladas ao mercantilismo. Por permanecerem afastados dos centros urbanos, os camponeses sustentaram sua reprodução social vinculada aos ecossistemas florestais e à terra. Dessa forma, foi possível manter a organização da produção em torno da subsistência, a qual perdurou devido a sua baixa intensidade e por conta das poucas intervenções feitas no ambiente ao entorno.

Por conta disso, a cultura camponesa e as populações tradicionais, passaram a ser classificadas – ou pensadas – de acordo com seu modo de produção. Conforme aponta Diegues (2008), a tradição examinada sob o materialismo histórico, passou a ser configurada por relações sociais de produção em que o trabalho não havia ainda se transformado em mercadoria, as atividades econômicas desenvolvidas pelo agrupamento familiar não visavam a obtenção de lucro nem a geração de excedente para acumulação, bem como sua organização econômica girava em torno de força de trabalho não assalariada. Daí que a ideia de sustentabilidade quando relacionada à cultura ou às populações tradicionais – diferente do conceito moderno atrelado a questão ambiental – diz respeito ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, e não a uma atitude altruística em relação a natureza.

Mesmo se organizando num tipo de formação pré-capitalista, o contato, a troca e o intercâmbio com os centros urbanos se manteve constante. Estabeleceu-se, de acordo com Diegues (2008), uma relação de dependência entre os camponeses e as cidades, pois era das cidades que vinham as inovações absorvidas gradativamente pelo campo, em termos de maquinários e insumos agrícolas. Historicamente, devido ao seu maior poder de articulação e maior capacidade de se expandir além dos limites físicos e institucionais, o modo de produção capitalista penetrou nos sistemas sociais camponeses com muito mais intensidade do que se observou em sentido contrário. De modo que essa interdependência entre tradição e capitalismo, tem sido responsável pelas mudanças sociais das culturas camponesas e populações tradicionais ao longo de tempo.

Isso leva a assertiva de que culturas camponesas e populações tradicionais não existem num estado puro – como pretendem naturalistas/conservacionistas. Pelo contrário, aqui, também, a ideia de tipo ideal contribui para que os critérios que embasam a noção de cultura camponesa tradicional, sejam aqueles observados e que permaneceram durante um longo período, como inerentes a esse modo de produção. Isto é, a depender do maior ou menor grau de articulação das populações tradicionais com o modo de produção capitalista dominante, tanto maior ou menor será o nível de desorganização social da cultura camponesa, provocada por influência das diferentes frações do capital. Assim sendo, não se sustenta a tese de imobilismo social e relação harmônica com o meio ambiente, haja vista as transformações provocadas, sobretudo, pela uniformização cultural e pelo fenômeno da globalização.

De acordo com Diegues (2008), todas as comunidades tradicionais se encontram articuladas e dependentes do modo de produção capitalista dominante. A exemplo do que se observa na RDS do Rio Negro, há casos em que famílias ou indivíduos estão articulados e integrados a esse sistema de forma mais visceral, enquanto outras mantêm um baixo nível de articulação com atividades econômicas propriamente capitalistas. Independente da intensidade, quando isso acontece, procede-se no sentido da transformação das relações sociais tradicionais em relações de produção mercadorizadas, e na transformação dos recursos naturais e da natureza como um todo – isto é, nos meios de produção camponês – em mercadoria. Uma vez tornada a natureza propriedade privada, limita-se o seu acesso e se tornam escassos os recursos, de onde se supõe a situação de vulnerabilidade social e pobreza das populações tradicionais.

Em linhas gerais, reside aí uma das principais contradições das políticas públicas ambientais. Como a tradição, nesses casos, é mobilizada a partir dos ideais conservacionistas, apaga-se a condição de classe do campesinato histórico, e se traz para o primeiro plano, a ideia de sociedades ecológicas, integradas ao meio ambiente. Dessa forma, o modo de vida tradicional atribuído às comunidades ribeirinhas, é feito no sentido de investir esses grupos de uma prerrogativa conservacionista, como se a partir desse modo de vida, fosse possível garantir diante do desenvolvimento do capitalismo, a sustentabilidade das condições naturais dos lugares por onde esse sistema avança.

Assim sendo, o discurso ambientalista opera de modo a desvincular as sociedades caboclas das relações sociais próprias do capitalismo, como se elas não fizessem parte ou como se não fossem fruto do modelo de desenvolvimento que as produziu. Ao fazê-lo, os mentores das políticas públicas legitimam e alicerçam as bases de implementação dos mercados verdes. Recorre-se à tradição, não como um quadro que deveria ser superado mediante a constatação das condições adversas em que vivem várias famílias camponesas, mas no sentido de expandir esses mercados, tendo como finalidade a reprodução ampliada do capital.

Considerações Finais

Foi difícil terminar esta tese. Não digo isso apenas pelo rigor científico exigido nos trabalhos acadêmicos, nem pelos desafios teóricos e metodológicos que impus a mim, tampouco por aqueles impostos pelo objeto de pesquisa em si. Foi difícil terminar esta tese pois, desde de 2018, ano em que ingressei no doutorado, não houve um só dia em que a Amazônia não fosse notícia na imprensa nacional e internacional. E assim tem sido até hoje, meados de setembro de 2022, quando escrevo as últimas linhas deste trabalho. A dificuldade consistiu, portanto, em não me deixar influenciar *completamente* pelo o que eu via, ouvia e assistia todos os dias, fosse pelas diferentes mídias, por aquilo que se apresentava no debate público ou pelas informações trazidas por amigos e amigas do Norte.

Nesse período, que durou pouco mais de quatro anos, assisti os índices de desmatamento explodirem na Amazônia. Neste quadriênio, as taxas de desmatamento aumentaram 56% em relação aos quatro anos anteriores, sendo que os anos de 2018/2019 e 2019/2020, bateram novo recorde e foram os mais expressivos da série histórica. Ainda em 2019, durante a minha estadia em Manaus para realização do trabalho de campo, eu e muita gente ficou boquiaberta com o chamado “dia do fogo”, em que representantes do de setores ligados ao agronegócio, deliberadamente atearam fogo em boa parte da Amazônia para manifestar seu apoio à política ambiental do atual governo federal. Em 2020, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, voltou a ser comandado por um General, o que fez reviver aspectos das intervenções militares sobre aquela região.

Ainda em 2020, um fundo de investimentos composto por 29 acionistas, cujo valor dos ativos somavam à época US\$ 4 trilhões – equivalente a R\$ 20 trilhões, três vezes o PIB do Brasil –, enviou carta aberta ao governo brasileiro cobrando medidas urgentes de combate ao desmatamento e proteção da Amazônia, diante das perdas que esses episódios provocaram em suas carteiras. Essa carta foi celebrada pelo movimento ambientalista brasileiro, deixando a entender que a iniciativa dos acionistas era bem-vinda em se tratando da preservação do meio ambiente amazônico. Por fim, mas com muita coisa ainda por dizer, no primeiro semestre deste ano, o jornalista inglês Dom Phillips e o indigenista brasileiro Bruno Pereira, foram assassinados a mando de traficantes, por denunciarem a prática de pesca ilegal na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas.

Todos esses relatos chegam até nós em forma de notícia, mas para quem está imerso numa pesquisa que envolve o “complexo Amazônia”, isso é muito mais. Como diria minha estimada professora Marilene Freitas, “o sociólogo e seu olhar envenenado, nunca enxerga um fato apenas como uma notícia. Ele vê o fato como um acontecimento do seu tempo, e busca no instrumental próprio da sociologia, ferramentas capazes de o auxiliarem a interpretar e compreender este fato”. Assim sendo, foi impossível passar incólume por tudo o que aconteceu durante esses anos de pesquisa, onde processos vividos no espaço acadêmico, juntamente com a observação e vivência dos fatos que aconteciam no decorrer da vida cotidiana, ajudaram a retroalimentar pesquisador e objeto de pesquisa.

Impôs-se, então, um tema caro à pesquisa científica, que é o da objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. Elaborado por Max Weber, considerado um dos fundadores da Sociologia, em vários momentos me peguei pensando em como não me deixar levar por tantos fatos que diziam muito a meu respeito e à minha pesquisa. Como manter a neutralidade axiológica, não imprimir nenhum juízo de valor e não interpretar os fatos de forma totalizante, de maneira a desconsiderar que diante da infinidade possível dos fenômenos sociais se realizarem, nunca se chegará a realidade desses fatos, no máximo, algo próximo a uma tipificação ideal. De modo que, durante muito tempo, travei uma luta para que o sujeito não se tornasse objeto e vice-versa.

Contudo, diante da angústia que tal experiência me causava, respeitosamente abandonei Weber, e felizmente pude reencontrar Wright Mills. Nesse emaranhado que se tornou a vida durante uma quarentena que durou 2 anos, Wright Mills e seu *Artesanato Intelectual*, ajudaram a me trazer de volta para a pesquisa e a lembrar do caminho percorrido até aqui. Afora sua oposição contundente contra a burocratização e uma certa assepsia do sociólogo frente a temas sensíveis e que dizem respeito, sim, à sua vida pessoal, Wright Mills advoga, eu diria, pela graciosidade no fazer sociológico. E faz isso por meio de dois artifícios. Primeiro, insiste que a vida pessoal se entrelace a do pesquisador, de maneira que as experiências pessoais possam, também, servir de alicerce para a construção e compreensão dos problemas sociológicos. Segundo, lembra que as perguntas e a construção dos problemas sociológicos, devem andar de mãos dadas com assuntos que sejam do interesse público, de modo que os resultados a que se chegue, possam interferir na esfera da vida social.

Assim sendo, falar da Amazônia e de seus povos, está para além de confirmar hipóteses ou discutir meus próprios resultados. Não há pesquisa que se debruce sobre aquele lugar, e que tenha como único objetivo, apenas o cumprimento do rito institucional, sem que se deixe mergulhar num dos lugares mais importantes, fascinantes e contraditórios do planeta. Como todos nós sabemos, a Amazônia é desconhecida em todos os seus aspectos pela maioria dos brasileiros, o que tem contribuído para que uma série de equívocos, para não dizer desastres, instaurem-se sobre sua natureza e suas gentes. A incompreensão prática, teórica e o não esclarecimento do senso comum, tem reproduzido de forma prevalecente e contínua, elementos arraigados no processo de colonização, como é o caso de sua natureza e de seus povos.

Dessa forma, o fim de uma pesquisa que buscou minimamente compreender essas contradições, constitui, também, em momento de reflexão. A despeito dos interesses por trás dos investidores que enviaram carta aberta ao governo brasileiro em 2020, parece não ser desprezível que busquemos urgentemente dar certa inteligibilidade a um lugar que “vale” três vezes o PIB do Brasil. Note-se que o referido fundo de investimento tinha como preocupação central apenas aspectos da natureza, sobretudo no que diz respeito à perda da floresta por conta das queimadas e do desmatamento. Pergunta-se: embutidas nessa extraordinária carteira de ativos, estavam inseridas preocupações de ordem social? Ou melhor, fossem índios, quilombolas, ribeirinhos e seringueiros queimando em carne viva, enviariam os acionistas carta aberta ao governo brasileiro?

Pois é disso que se trata e disso que também busquei tratar nesta tese. O discurso ambientalista, calcado, fundamentalmente, em princípios conservacionistas, mas ainda ancorado em ideias colonialistas sobre a construção social da natureza, tem contribuído para que se crie as Reservas de Biodiversidade ou da Vida Selvagem. Apesar de sua recente flexibilização em relação à presença humana nessas áreas, as experiências contemporâneas têm demonstrado a dificuldade em administrar os conflitos que emergem diante de concepções de mundo tão divergentes. Em última instância, as Reservas têm servido não só para refúgio da fauna e da flora da Amazônia, senão como reserva de valor para mercados presentes e futuros, notadamente aqueles relacionados às formas biofísicas da natureza com potencial uso como ativos ambientais.

Os projetos e uma política pública como o Bolsa Floresta, não tem levado, ao que parece, ao tão almejado desenvolvimento. Apoiadas muitas vezes na exploração política que se faz das Unidades de Conservação como estratégia para sustentabilidade, a

verdade é que tanto as UCs quanto as pessoas que vivem em seu interior, tem se colocado como um impasse, seja para o movimento ambientalista mais ortodoxo, seja para os grandes capitais. Entendida desde sempre como uma fronteira de acumulação, não seria no momento atual que elementos da natureza e das sociedades amazônicas, deixariam de ser convertidas – e entendidas – como obstáculos ao processo de acumulação.

A diferença na tomada de decisão entre esses dois setores, contudo, é o que tem dinamizado processos sociais, políticos, culturais e econômicos na e para a região. Por um lado, observa-se o movimento ambientalista acorrentado aos arquetípicos próprios dos colonizadores, reproduzindo noções romantizadas sobre a exuberância da floresta e a necessidade de se manter a natureza intocada, ao mesmo tempo em que se agarra ao exotismo dos povos nativos como sendo os únicos capazes de preservar essas áreas. No polo oposto e de forma pragmática, os grandes capitais entenderam o recado e desenvolveram inúmeras maneiras de realizar seu capital sobre recursos ou matérias-primas imobilizadas, como é o caso do carbono e da Biodiversidade, mas que poderá vir a ser sobre potenciais novas drogas farmacêuticas, princípios ativos e insumos para indústria de biotecnologia.

Ademais, tal qual ocorreu com diversos setores que se opunham crítica e radicalmente ao regime ditatorial no Brasil, com a redemocratização, parcelas significativas dos movimentos contestatórios foram absorvidas pelas estruturas governamentais. No caso do meio ambiente, este esteve junto quando do processo de neoliberalização do Estado brasileiro a partir dos anos 1990, e assim se manteve até os dias atuais, corroborando, em certas ocasiões, com o paradigma desenvolvimentista para a Amazônia, especialmente em relação a instalação de hidrelétricas na região. De modo que o papel do Estado, especialmente o amazonense, onde se encontra a maior reserva de Biodiversidade do Brasil, atua no sentido de avalizar o processo de acumulação e reprodução do capitalismo, por meio de políticas ambientais pensadas na chave do desenvolvimento sustentável.

Age, portanto, na contramão dos anseios, desejos e necessidades daqueles que sobreviveram à colonização e continuam clamando por direito e justiça. Uma saída para as sociedades caboclas que vivem em UCs e são submetidas a esse tipo de política conservacionista pautada em instrumentos econômicos de gestão dos recursos, seria se espelhar nos exemplos das Terras Indígenas, Quilombos e Reservas Extrativistas. Apesar de todas as dificuldades e do avanço cada vez maior de diversos setores do capital sobre

essas fronteiras de acumulação, são nesses territórios onde seus povos gozam de maior autonomia política, econômica e social. As UCs de uso sustentável, como a RDS do Rio Negro, objeto deste estudo, acabam por diluir a representatividade e o poder político dos seus moradores por meio dos Conselhos Deliberativos.

Esse cenário remete ao contexto da descentralização das políticas ambientais brasileiras, também localizado no início dos anos 1990. Como durante a ditadura, a tomada de decisão era centralizada nas mãos de um único órgão ou, até mesmo, de uma única pessoa, após a redemocratização, investiu-se no conceito de descentralização, no sentido de ampliar a participação da sociedade como um todo nos assuntos de interesse público. Desconsiderou-se, entretanto, o caráter extremamente conflitivo que permeia a questão fundiária na Amazônia, em que interesses preservacionistas e produtivos atuam, historicamente, em lados antagônicos. De modo que as assimetrias de poder e os diferentes interesses em curso pela disputa e gestão dos territórios, passaram a ser acomodadas na ideia de governança, a qual enfraquece substancialmente a luta das comunidades residentes das UCs.

Isto posto, é preciso que as políticas ambientais atuem no sentido de fortalecer e promover a autonomia política das sociedades caboclas, para que as decisões sejam tomadas conscientemente e amparadas em certa racionalidade, e não a partir do voluntarismo, como pretendem os programas inspirados nos mercados verdes.

Para tanto, é preciso, também, que se questione e que se analise de forma cada vez mais crítica, a política e a ciência do clima. O aquecimento global e as mudanças climáticas dele decorrentes, a perda da Biodiversidade e o desmatamento, são verdades mais do que inconvenientes. Contudo, todas as metas, todos os acordos, programas e protocolos propostos até então para a mitigação de tais eventos, falharam no cumprimento de suas metas. É possível e muito provável, que o aumento da temperatura global em até 2°C previsto para o fim deste século, possa ocorrer ainda nas suas três primeiras décadas. Mesmo que se pare hoje de emitir gases de efeito estufa, o sistema Terra não tem capacidade de absorver a quantidade de gases já concentrados na atmosfera, resultado de séculos de emissão.

Desta feita, como não se pode parar a engrenagem, as atuais propostas para dar continuidade ao processo, assentam-se na ideia de descarbonização da economia. A despeito de setores ultraliberais que ainda apostam na passagem da boiada como forma

de se apropriar das terras da Amazônia, o mundo dos mercados verdes aponta para a chamada modernização ecológica. Em suma, essa é uma nova postura adotada por muitos Estados, corporações e empresas, ao apostar na substituição dos combustíveis fósseis como principal matriz energética, por fontes renováveis, como as energias eólica e solar, além dos átomos de Hidrogênio. Ao mesmo tempo em que essa mudança pode gerar uma desvalorização dos ativos dos setores altamente dependentes do carbono, as tecnologias baseadas em soluções *net zero*, representam uma possibilidade de expansão dos investimentos e alocação de recursos financeiros sobre novas fronteiras onde não se precise degradar os ecossistemas.

Seja como for, com energias limpas ou não, dois elementos, ao que tudo indica, permanecerão inalterados do ponto de vista do desenvolvimento. O primeiro, devido ao caráter imanentemente expansivo do capitalismo, este continuará a depender de recursos naturais e matérias-primas para a produção, sejam elas o Sol, o Hidrogênio ou o ar. Por conseguinte, não se alterará a dinâmica intrínseca do capitalismo relacionada ao investimento de capital na produção de bens e mercadorias, nem tampouco aquela referente à sua realização quando da venda dessas mercadorias à medida que essas são lançadas nos mercados. Como já dito anteriormente, o resultado é a manutenção dos processos que levam ao acúmulo e concentração de capital, numa ponta, e à ampliação das desigualdades e dos quadros de pobreza, na outra.

Por isso a necessidade de se questionar aqueles que se utilizam da ciência e da política do clima para, por exemplo, respaldar a elaboração de políticas ambientais. Daqui para frente, o mundo pode até caminhar para a descarbonização, pois até as *Big Oil Companies* entenderam que esverdear os negócios, é o que garantirá a manutenção da sua lucratividade. Diante disso, as perguntas que se deve fazer são as seguintes: essa nova etapa de geração de riqueza e acumulação capitalista mundial, colocará entre seus objetivos reais e concretos, projetos que promovam o decrescimento como novo paradigma civilizacional? Terão, os modernizadores ecológicos, no seu horizonte, práticas concretas que distribua a riqueza produzida socialmente de forma mais equânime, e patrocinarão políticas que se dediquem a acabar, de fato, com a pobreza das regiões tropicais dos países periféricos, eternos fornecedores de matérias-primas? Ou se continuará a financiar políticas mitigatórias – provavelmente, agora, de bioprospecção – no sentido de manter preservadas as reservas de valor mantidas pelas populações pobres do Sul?

Referências

- ACSELRAD, H. Introdução. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Org.) *A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.
- ACSELRAD, H. et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? *e-cadernos CES*, 17: 164-183. 2013.
- ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume. 2006.
- AGARWAL, A.; NARAIN, S. *Global warming in an unequal world: a case of environmental colonialism*. Centre for Science and Environment. New Delhi. 1991.
- ALMEIDA, A.W.B. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito.” *Cadernos do Naea*, 10: 163-96. 1989.
- ALMEIDA, A.W.B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 6(1): 9-32, 2004.
- ALMEIDA, A.W.B. *Terra de quilombo, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2.ed. Manaus: EDUA. 2008.
- ALMEIDA, A.W.B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. *Cadernos CRH*, 25(64): 63-71. 2012.
- ALMEIDA, M. W. B.; CUNHA, M. C. Traditional populations and environmental conservation. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (Ed.) *Biodiversity in the Brazilian Amazon region: evaluation and priority actions for conservation, sustainable use and sharing of benefits*. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2001.
- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55): 33-53. 2004.
- ALMEIDA, M. W. B. Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação. *Ruris*, 7(2): 185-196. 2013.
- ALTVATER, E. *O Preço da Riqueza*. São Paulo: Unesp. 1995.
- AMAZONAS, M.C. Valor ambiental em uma perspectiva heterodoxa institucional-ecológica. *Economia e Sociedade*, 18 (1): 183-212. 2009.
- AMAZONAS, M.C. *Valor e meio ambiente: elementos para uma abordagem evolucionista*. 2001. Tese (Doutorado). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. 2017.
- AMAZONAS. *Lei Ordinária Estadual nº 3.135, de 5 de junho de 2007*. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Publicado no DOE de 05.06.07, Poder Executivo, p. 7. 2007.

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.
- ANTONI, G. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. *Ambiente e Sociedade*, 13(2): 299-313. 2010.
- ANTUNES, R.; POCHMAN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. C.; CATTANI, A. D. (Org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso. 2007.
- ARNT, R.; SCHWARTZMAN, R. *Um Artifício Orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo*. São Paulo: Rocco. 1992.
- ARRUDA, R. 'Populações tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. *Ambiente & Sociedade*, 2(5): 79-92. 1999.
- BALEÉ, W. *Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press. 2013.
- BARRETO-FILHO, H.T. Da nação ao planeta através da natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação na Amazônia. *Série Antropologia*. 1997.
- BARRETO-FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume. 2006.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC). 2000.
- BENATTI, J.H. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M. *A Amazônia e a crise da Modernidade*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1994.
- BENSAÏD, D. Introdução. In: MARX, K. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo. 2017.
- BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54): 225-240. 2005.
- BEZZERA, P. N., LIMA, D. M. Guardar é para tirar depois. Disputas territoriais e conceituais em uma unidade de conservação: o caso da RDS Mamirauá. *Revista. Hist.* 4: 114-138. 2015.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. O Imperialismo da Razão Neoliberal. *Revista Sociologia em Rede*, 3(3): 82-87. 2003.
- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B.; ACSERALD, H et al. (orgs.).

Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Lamparina. 2010.

BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia. 2019.

BRUNNENGRÄBER, A. The political economy of the Kyoto protocol. *Socialist Register*, 213-230. 2009.

BUENO, M. F. Natureza como representação da Amazônia. *Espaço e Cultura*, 23: 77-86. 2008.

CAMARA CASCUDO, L. da. Dicionário do Folclore Brasileiro. Insitutto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura. 1954.

CAMELY, N. *Imperialismo, ambientalismo e ONGs na Amazônia*. Rio de Janeiro: Consequência. 2018.

CALDENHOF, S. B. L. *Mudanças sociais, conflitos e instituições na Amazônia: os casos do parque nacional do jaú e da reserva extrativista do rio Unini*. Tese (Doutorado em Sociedade e Ambiente). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. NEPAM. UNICAMP. 2013.

CARDOSO, C. F. S. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal. 1984.

CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

CARDOSO, C. F. S. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1988.

CARDOSO, C. F. S. A crise do colonialismo luso na América portuguesa (1750-1822). In: LINHARES, M. Y. (Org.) *História geral do Brasil*. 9ed. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

CARRERE, R.; LOHMANN, L. *Pulping the South: industrial tree plantations and the world paper economy*. London: Zed Books. 1996.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CASTREE, N. From neoliberalism to neoliberalisation: consolations, confusions, and necessary illusions. *Environment and Planning*, 38: 1-6. 2006.

CASTREE, N. Neoliberalising nature: the logics of deregulation and reregulation. *Environment and Planning*, (1): 131–152. 2008a.

CASTREE, N. Neoliberalising nature: processes, effects, and evaluations. *Environment and Planning*, 40: 153-173. 2008b.

- CASTRO, F. F. Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo Amazonas. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume. 2006.
- CASTRO, F. F. A identidade denegada: discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. *Revista de Antropologia*, 56(2): 431-475. 2013.
- CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. In: RIBEIRO, A.; PHILIP, B.; LEONARDI, M.L.A. (org). *Economia do Meio Ambiente: teoria e a gestão de espaços regionais*. Campinas: UNICAMP. 1996.
- CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. *Ambiente & Sociedade*. 7 (4): 149-156. 2004.
- CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. *Estudos Avançados*, 24 (68): 53-67. 2010.
- CECHIN, A; VEIGA, J.E. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. *Brazilian Journal of Political Economy*, 30 (3): 438-454. 2010.
- CHAVES, M.P.S. Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iponi. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências. UNICAMP. 2001.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1996.
- CHESNAIS, F. Introdução geral. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã. 1998.
- CHESNAIS, F. Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis ecológica. *Revista Praia Vermelha*, 19(2): 13-20. 2009.
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. Ecologia e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, 16: 1-40. 2003.
- CHOSSUDOVSKI, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna. 1999.
- CIMADAMORE, A. C.; CATTANI, A. D. (Org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso. 2007.
- CIPLET, D.; ROBERTS, D.J. Climate change and the transition to neoliberal environmental governance. *Global Environmental Change*, 46: 148–156. 2017.
- COASE, R.H. The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics*, 3: 1–44. 1960.
- COLLINGWOOD, R. G. *Ideas of nature*. Oxford: Oxford University Press. 1945.

CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 1992.

CORAZZA, R.I. Tecnologia e Meio Ambiente no Debate sobre os Limites do Crescimento: Notas à Luz de Contribuições Seleccionadas de Georgescu-Roegen. *Revista Economia*, 6 (2): 435-561. 2005.

COSTA, F. A. *Estrutura Fundiária, Modos de Produção e Meio Ambiente na Amazônia*. Belém: NAEA. 1992.

COSTA, F. A. O Investimento Camponês: considerações teóricas. *Revista de Economia Política*, 15: 83-100. 1995.

COSTA, F. A. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA. 2000.

COSTA, F. A. Questão agrária e macropolíticas na Amazônia. *Estudos Avançados*, 53(19): 1-26. 2005.

COSTA, F. A. *Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA. 2012.

COSTA, F. A. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: NAEA. 2013.

COSTA, F.A. Dinâmica agrária na Amazônia, situação reprodutiva e pobreza: uma contextualização estrutural. *Papers do NAEA*, 28(3): 10-70. 2019.

COSTA PEREIRA, J. V. Caboclo Amazônico. In: *Tipos e Aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; DE GROOT, R.; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; LIMBURG, K.; NAEEM, S.; O'NEILL, R.V.; PARUELO, J.; RASKIN, R.G.; SUTTON, P.; VAN DEN BELT, M.; The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, 387 (6630): 253-260. 1997.

CROSBY, A. *Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

CRUZ, V.C. *Rio como Espaço de Referência Identitária na Amazônia: Considerações sobre a Identidade Ribeirinha*. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro. 2011.

CUNHA, M. C. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos Avançados*, 13(36): 147-163. 1999.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. "Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon". *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, 129 (2): 315-338. 2000.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M. C. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify. 2009.

- CUNHA, M. C.; DE ALMEIDA, M. W. B. *Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia*. São Paulo: Cosac Naify. 2009.
- CUNHA, M. C. Traditional People, Collectors of Diversity. In: BRIGHTMAN, M.; LEWIS, J. (Org.). *The Anthropology of Sustainability*. New York: Palgrave Macmillan 2017.
- CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Vários volumes. São Paulo: SBPC. 2021.
- DALY, H. *Beyond Growth*. San Francisco: Freeman. 1997.
- DALY, H.; FARLEY, J. *Ecological economics: principles and applications*. Washington, DC: Island Press. 2004.
- DENEVAN, W. M. *The Native Population of the Americas in 1492*. 2ed. Madison: University of Wisconsin Press. 1992.
- DIAS, M. N. *Fomento e Mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: UFPA. 1970.
- DIEGUES, A.C. (Org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ed. São Paulo: Hucitec. 2000.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec. 2008a.
- DIEGUES, A. C. (Org.) *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas*. São Paulo: NUPAUB. 2008b.
- D'INCÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1994.
- DOMINGUES, A. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2000.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: nova arquitetura do poder-dominância financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. Outras Palavras/Autonomia Literária. 2017.
- DRAYTON, R. *Nature's government: science, imperial Britain, and the 'improvement' of the world*. London: Yale University Press. 2000.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. The nature and contradictions of neoliberalism. *Socialist Register*. 2002.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, 1(29): 1-19. 2007.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *The Crisis of Neoliberalism*. Boston: Harvard University Press. 2016.

ENGELS, A. Climate change: what economic sociology has to offer. *Economic Sociology*, 22(1): 1-4. 2021.

ENGEL, S.; PAGIOLA, S.; WUNDER, S. Designing payments for environmental services in theory and practice: an overview of the issues. *Ecological Economics*, 65(4): 663-674. 2008.

ELLIOTT, B. *Natural Catastrophe: climate change and neoliberal governance*. Edinburgh: Edinburgh University Press. 2022.

ELLIOTT, R. The problem of compensation and moral economies of climate change. *Economic Sociology*, 22(2): 30-34. 2021.

ESPINOZA, R, F. *Rivalidade entre os polos: a construção discursiva do Conselho Mundial da Água*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. 2016.

FALCON, F. J. C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática. 1982.

FELDMAN-BIANCO, A. Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31): 19-50. 2009.

FERNANDES, J.S.N.; MOSER, L. Comunidades tradicionais: a formação sócio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Katálisis*, 24(3): 532-541. 2021.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1971.

FLETCHER, R.; BÜSCHER, B. The PES Conceit: revisiting the relationship between payments for environmental services and neoliberal conservation. *Ecological Economics*, 132: 224–231. 2017.

FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. *Raízes*, 8 (19): 1-5. 1999.

FOLADORI, G. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

FOSTER, J.B.; MAGDOFF, F. Liebig, Marx, and the depletion of soil fertility: relevance for today's agriculture. *Monthly Review*, 50: 32-45. 1998.

FOSTER, J.B. Marx's Theory of Metabolic Rift: classical foundations for environmental sociology. *American Journal of Sociology*, 105(2): 366-405. 1999.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. Ecological Imperialism. *Socialist Register*, 40: 186-201. 2004.

FOSTER, J.B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

FOSTER, J.B. The Financialization of Capital and the Crisis. *Monthly Review*, 1-15. 2008.

FREITAS, R.C.M.; NÉLSIS, C.M.; NUNES, L.S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Revista Katálisis*, 15(1): 41-51. 2012.

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL. *10 Anos: desenvolvendo atividades e soluções participativas para melhoria da qualidade de vida e conservação ambiental*. Manaus: FAS. 2018.

FURTADO, F. P. Os serviços ambientais e a natureza climatizada no Brasil. *Mundos Plurales. Revista Latinoamericana de Política y Acción Pública*, 4(2): 9-31. 2017.

FURTADO, M. L. *Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993.

FURTADO, M. L. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi. 1994.

FURTADO, M. L. *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 2002.

GALVÃO, E. *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1955.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge: Harvard University Press. 1971.

GEORGESCU-ROEGEN, N. The steady state and ecological salvation: a thermodynamic analysis. *BioScience*, (27) 4: 266-70. 1977.

GIL, A. C. *Métodos de pesquisa social*. 6ed. São Paulo: ATLAS. 2008

GLEDHILL, J. Neoliberalism. In: NUGENT, D.; VINCENT, J. *A companion to the anthropology of politics*. Oxford: Blackwell Publishing. 2007.

GRESPLAN, J. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo. 2021.

GROVE, R. H. *Green Imperialism: colonial expansion, tropical island edens, and the origins of environmentalism, 1600 – 1860*. New York: Cambridge University Press. 1995.

GRUZINSKI, S. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.

GUTTMANN, R. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã. 1998.

GUTTMAN, R. A Primer on Finance-Led Capitalism and Its Crisis. *Revue de la régulation, Capitalisme, Institutions, Pouvoirs*, 3(4): 1-19. 2008.

GONDIM, N. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero. 1994.

GOODLAND, R. J. A.; IRWIN, H. S. *Amazon jungle: green hell to red desert? An ecological discussion of the environmental impact of the highway construction program in the Amazon basin*. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Co. 1975.

GUHA, R. The authoritarian biologist and the arrogance of anti-humanism: wild life conservation in the Third World. *The Ecologist*, 27(1): 14-21. 1997.

GUHA, R. The paradox of global environmentalism. *Current History*, 99: 362-370. 2000.

GUHA, R. Radical American Environmentalism and Wilderness Preservation: a third world critique. In: ATTFIELD, R. *The ethics of the environment*. Routledge Press. 2008.

GUZMÁN, D. A. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume. 2006a.

GUZMÁN, D. A. Encontros circulares: guerra e comércio no Rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII. *Anais do arquivo público do Pará*. Secretaria Executiva de Cultura. Volume 5, tomo 1. 2006b.

GUZMÁN, D. A. A colonização nas amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, 3(2): 103-139. 2008.

GUZMÁN, D. A. Festa, Preguiça e Matulagem: o trabalho indígena e as oficinas de pintura e escultura no Grão-Pará, sécs. XVII-XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, 13(1): 1-29. 2015.

HARRIS, M. The rhythm of life on the Amazon floodplain: seasonality and sociality in a riverine village. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 4, (1): 65-82. 1998a.

HARRIS, M. What it means to be a caboclo: some critical notes on the construction of Amazonian caboclo society as an anthropological object. *Critique of Anthropology*, 18(1): 83-95. 1998b.

HARRIS, M. *Life on the Amazon: the Anthropology of a Brazilian peasant village*. London: British Academy. 2001.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume. 2006.

- HARVEY, D. O "Novo" Imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*, 95-126. 2004.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 5ed. São Paulo: Edições Loyola. 2014a.
- HARVEY, D. O novo imperialismo. 8ed. São Paulo: Edições Loyola. 2014b.
- HEYNEN, N.; ROBBINS, P. The neoliberalization of nature: governance, privatization, enclosure and valuation. *Capitalism Nature Socialism*, 16:1. 5-8. 2006.
- HEYNEN, N. et al. *Neoliberal Environments: false promises and unnatural consequences*. London/New York: Routledge. 2007.
- HOLLING, C.S. Understanding the complexity of economic, ecological and social systems. *Ecosystems*, 4: 390–405. 2001.
- IANNI, O. *A Luta Pela Terra: a história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes. 1978.
- IANNI, O. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes. 1979a.
- IANNI, O. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979b.
- IANNI, O. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981
- IANNI, O. Prefácio. In: SILVA, M. C. *O Paiz do Amazonas*. 3ed. Manaus: Valer. 2012.
- KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, 16(45): 37-61. 2002.
- KOLINJIVADI, V. et al. Neoliberal Performatives and the “Making” of Payments for Ecosystem Services (PES)’. *Progress in Human Geography*, 43(1): 3–25. 2019.
- KOSOY, N.; CORBERA, E. Payments for ecosystem services as commodity fetishism. *Ecological Economics*, 69: 1228–1236. 2010.
- LAGO, A. A. C. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Fundação Rio Branco. 2006.
- LAPAVITSAS, C. The financialization of capitalism: ‘Profiting without producing’. *City*, 17(6): 792-805. 2013.
- LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Revista Proposta*, 24(71): 1-5. 1997.
- LEGUIZAMÓN, S. A. A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano. In: CATTANI, A. D.; CIMADAMORE, A. C. (Org.). *Produção*

de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo Editorial/CLACSO. 2007.

LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. 5ed. São Paulo: Cortez. 2002.

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Vozes. 2009.

LEFF, E. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 27: 1-20. 2013.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 11ed. Petrópolis: Vozes. 2015.

LEITE, J. R. M.; NETO, E. R. Dano ambiental e a política do Estado do Amazonas para as mudanças climáticas. In: LAVRATTI, P.; PRESTES, V. B. *Direito e mudanças climáticas: inovações legislativas em matéria de mudanças climáticas*. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde. 2010.

LEITE LOPES, J. S. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

LEONARDI, V. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/UNB. 2013.

LEVIS, C. et al. How People Domesticated Amazonian Forests. *Frontiers in Ecology and Evolution*, 5: 1-21. 2018.

LIMA, D.M. *The Social Category Caboclo: the history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian region (the Middle Solimões)*. Tese (Doutorado). Antropologia Social. Universidade de Cambridge. Cambridge.

LIMA, D. M. Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.) *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup. 1997.

LIMA, D. M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, 2: 5-32. 1999.

LIMA, D. M.; POZZOBON, E. Amazônia socioambiental Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, 19(35). 2005.

LITTLE, P. E. *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2001.

LITTLE, P.E. "Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade". *Série Antropologia* 1(322): 1-32. 2002.

- LITTLE, P. (Org.) *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Petrópolis/Brasília: IEB. 2003.
- LOMBARDO, U. PRÜMERS, H. Pre-Columbian human occupation patterns in the eastern plains of the Llanos de Moxos, Bolivian. *Amazonia Journal of Archaeological Science*, 37: 1875-1885. 2010.
- LOHMANN, L. Capital and Climate Change. *Development and Change*, 42(2): 649–668. 2011.
- LOHMANN, L. Financialization, commodification and carbon: the contradictions of neoliberal climate policy. *Socialist Register*, 85-107. 2012.
- LOUREIRO, C. F. B. O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet. 2006a.
- LOUREIRO, C. F. B. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez. 2006b.
- LOUREIRO, V. R. Capitalismo na Amazônia: utopia (e miséria) da ascensão social. *Revista Brasileira de Estudos da População*. 1985.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, 16 (45). 2002.
- LOUREIRO, V. R. *A Amazônia no Século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro. 2009.
- LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, 1: 73-80. 1998.
- MACHADO, R. C. F.; SANTOS, L. F. S. Amazônia e Marx na periferia latino-americana. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, 13(2): 367-380. 2021.
- MAHAR, D.J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1978.
- MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo/Campinas: Ensaio/UNICAMP. 1990.
- MARENGO, J.A. et al. The drought of Amazonia in 2005. *Journal of Climate*, 21(3): 495-516. 2009.
- MARQUES, G. S. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular. 2019.
- MARTÍNEZ ALIER, J. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto. 2012.
- MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 1983.

- MARTINS, J. S. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ed. São Paulo: Hucitec. 1991.
- MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ed. São Paulo: Contexto. 2012.
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. 9ed. São Paulo: Contexto. 2013.
- MARTINS, R. C. *A construção social do valor econômico da água: Estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no Estado de São Paulo*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental – Sociologia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2004.
- MARTINS, R. C. Utilitarismo, política e cultura na agenda das águas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 8(2): 203-211. 2007.
- MARTINS, R. C. A classificação disciplinar no mercado dos enunciados ambientais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(87): 97-114. 2015.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes. 1983.
- MARX, K. *O Capital* [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo. 2017a.
- MARX, K. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo. 2017b.
- MATULIS, B. S. The narrowing gap between vision and execution: neoliberalization of PES in Costa Rica. *Geoforum*, 44: 253–260. 2013.
- MAY, P. H. Valoração econômica e cobrança dos serviços ambientais de florestas: identificação, registro, compensação e monitoramento de benefícios sociais. In:
- MAY, P. H.; MOTTA, L. S. Valorando a Natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1994.
- McAFEE, K. Selling nature to save it? Biodiversity and green developmentalism. *Environment and Planning*, 17, 133–154. 1999.
- McAFEE, K. The contradictory logic of global ecosystem services markets. *Development and Change*, 43(1): 105–131. 2012.
- McCARTHY, J.; PRUDHAM, S. Neoliberal nature and the nature of neoliberalism. *Geoforum*, 35: 275–283. 2004.
- McELWEE, P.D. Payments for Environmental Services as Neoliberal Market-based Forest Conservation in Vietnam: Panacea or Problem? *Geoforum*, 43: 412–26. 2012.
- McELWEE, P.D. The Metrics of Making Ecosystem Services. *Environment and Society*, 8(1): 1–29. 2017.

- MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 9(1): 41-64. 2006.
- MEGGERS, B. Environmental limitation on the development of culture. *American Anthropologist*, 56: 801-824. 1954.
- MEGGERS, B. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.
- MELLO, A.F. (Org.) *O Futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI*. Belém: EDUFPA. 2002.
- MENDES, C. *Chico Mendes por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret. 2006.
- MENDONÇA, M. C. *A Amazônia na Época Pombalina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1963.
- MÉSZÁROS, I. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas. 2001. Disponível em: <<http://www.meszaros.comoj.com/?q=category/5/94>>. Acesso em: 19 de julho de 2020.
- MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Washington, DC: Island Press. 2005.
- MILNE, S.; ADAMS, B. Market masquerades: uncovering the politics of community-level payments for environmental services in Cambodia. *Development and Change*, 43: 133–158. 2012.
- MONBIOT, G. “Carbon colonialism”. *The Guardian*, 31 de janeiro de 2022.
- MONERAT, J.C.P. Bioeconomia e financeirização dos riscos ambientais: formas capitalistas de enfrentamento da crise ambiental: a crítica. *Germinal*, 13(2): 174-204. 2021.
- MONERAT, J.C.P. A crise ambiental e a ecologização do capital em uma leitura marxista: valor, renda e crise. *Cadernos CEMARX*, 15: 1-20. 2022.
- MORAN, E. The Adaptive System of the Amazonian Caboclo. In: WAGLEY, C. *Man in the Amazon*. Gainesville: The University Presse of Florida. 1974.
- MOREIRA NETO, C. A. Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis. 1988.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez. 1995.
- MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. *Serviço Social*. 2009.

- MOTA, A. E.; SILVA, M. das G. e. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. *Revista Praia Vermelha*, 19: 37-50. 2009.
- MOTTA-MAUÉS, A. *A questão étnica: índios, brancos, negros e caboclos*. Estudos e Problemas amazônicos. Belém: Seduc/Idesp. 1989.
- MOTTA, R. S. *Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 1998.
- MOTTA, R. S. *Economia Ambiental*. Rio de Janeiro: FGV. 2006.
- MURADIAN, R. et al. Payments for ecosystem services and the fatal attraction of win-win solutions. *Conservation Letters*, 6(4): 274–279. 2013a.
- MURADIAN, R.; GÓMEZ-BAGGETHUN, E. The institutional dimension of ‘market-based instruments’ for governing ecosystem services: introduction to the special issue. *Society and Natural Resources*, 26(10): 1113–1121. 2013b.
- MURPHY, J. Environment and Imperialism: why colonialism still matters. *Sustainability Research Institute Papers*, 20: 1-27. 2009.
- MURRIETA, R. S. S. *The dilemma of the “chibé”-eater: food choices, ecology and everyday life among peasants communities in the lower Amazon, Brazil*. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia. Universidade do Colorado. Colorado. 2000.
- MYERS, N. Threatened biotas: “hot spots” in tropical forests. *Environmentalist*, 8: 187-208. 1988.
- NASCIMENTO, I. R. *A Estadualização das Políticas Ambientais no Amazonas*. Manaus: EDUA, 2000.
- NELSON, R. H. Environmental Colonialism: "saving" Africa from Africans. *The Independent Review*, 8(1): 65-86. 2003.
- NEVES, E.G. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.
- NOBRE, A. NOBRE, C. O balanço de carbono da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, 16 (45). 2002.
- NOVAIS, F. A. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec. 1986.
- NUGENT, S. *Amazonia: ecosystem and social system*. *Man*, 16 (1): 62-74. 1981.
- NUGENT, S. *Amazonian Caboclo Society: an essay on invisibility and peasant economy*. Oxford: Berg. 1993.
- NUGENT, S. The coordinates of identity in Amazonia: at play in the fields of culture. *Critique of Anthropology*, 17(1): 33-52. 1997.

NUGENT, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume. 2006.

O'CONNOR, J. Capitalism, Nature, Socialism: a theoretical introduction. *Capitalism, nature, socialism*, 2(3). 1991.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? *Papeles de Población*, 24: 8-35. 2000.

OLIVEIRA, L. D. *A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a conferência do rio de janeiro (rio-92)*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. UNICAMP. 2011.

OLIVEIRA, A. P. *Polo industrial de Manaus: a biodiversidade como mercadoria*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP. 2021.

PACE, R. *Amazon town: Gurupá revisited*. London: Lynne Rienner. 1998.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68): 81-101. 2010.

PAGIOLA, S., BISHOP, J., LANDELL-MILLS, N. (Eds.). *Selling Forest Environmental Services: Market-Based Mechanisms for Conservation*. Earthscan, London. 2002.

PAGIOLA, S. *Guidelines for "Pro-Poor" Payments for Environmental Services*. Environment Department. Washington: World Bank. 2007.

PAGIOLA, S.; Von GLEHN, H. C.; TAFFARELLO, D. (Orgs.). *Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil*. São Paulo: SMA/CBRN. 2013.

PARKER, E. P. *The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives*. Virginia: Studies in Third World Societies Publication. 1985.

PARR, A. The Wrath of Capital: Neoliberalism and Climate Change Politics – Reflections. *Geoforum*, 62: 70-72. 2015.

PEERS, D. M. Green Imperialism. Review. *The Economic History Review*, 49(1): 209-210. 1996.

PEREIRA DA COSTA, F. A. "Vocabulário pernambucano". Recife, separata do vol. XXXV da Revista do Instituto Archeológico Histórico e Geográfico Pernambucano. 1937.

PERRONE-MOISÉS, B. Para conter a fereza dos contrários: guerras na legislação indigenista colonial. *Cadernos do CEDES*, 30: 57-64. 1993.

PERRONE-MOISÉS, B. *Documentos de Legislação Indigenista Colonial – (1500-1700)*. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios/USP. 2021.

- PICOLI, F. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular. 2006.
- PIGOU, A.C. *The Economics of Welfare*. London: Palgrave Macmillan. 1932.
- PILHON, D. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista Keynesiano. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã. 1998.
- PINTO, R. F. A viagem das ideias. *Estudos Avançados*, 19 (53). 2005.
- PINTO, R. F. *A viagem das ideias*. Manaus: Valer. 2006.
- PORRO, A. *O povo das águas*. São Paulo: EDUSP. 1996.
- QUINTANA, A. C.; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. *O Social em Questão*, 25: 427-444. 2011.
- RAJAN, R. Environmental legacy of European expansion and colonialism: three controversies. In: AGNOLETTI, M.; CORONA, G. *Global environment*. Berlin: The White Horse Press. 2017.
- RANDERIA, S. Global designs and local lifeworlds: colonial legacies of conservation, disenfranchisement and environmental governance in postcolonial India. *Interventions*, 9(1): 12-30. 2007.
- RAPOZO, P. H. C. *Estado, Sociedade e políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira: dimensões sobre a gestão e governança ambiental dos recursos naturais em áreas protegidas no Estado do Amazonas/Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal). Instituto de Ciências Sociais. 2014.
- REDCLIFT, M.; SAGE, C. Global environmental change and global inequality. North/South perspectives. *International Sociology*, 13(4): 499-516. 1998.
- REDMAN, C. L. *Human Impact on Ancient Environments*. Tucson: University of Arizona Press. 1999.
- REZENDE, R, S. Agroextrativismo e pagamentos por serviços socioambientais: reflexões a partir das reservas extrativistas da terra do meio (PA). *Anuário Antropológico*, 45(1): 172–189. 2020.
- RIBEIRO, F.P. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. *Sociedade e Natureza*, 24(2): 211-226. 2012.
- RIBEIRO, W. C. *A ordem ambiental internacional*. 2ed. São Paulo: Contexto. 2008.
- ROBERTSON, M.M. The neoliberalization of ecosystem services: wetland banking and problems in environmental governance. *Geoforum*, 35: 361–373. 2004.

- ROBERTSON, M.M. The neoliberalization of ecosystem services: wetland mitigation banking and the problem of measurement. In: HEYNEN, N. et al. *Neoliberal Environments: false promises and unnatural consequences*. London/New Yor: Routledge. 2007.
- RODRIGUES, T. Segurança planetária: entre o climático e o humano. *Ecopolítica*, 3: 5-41. 2012.
- ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, 26: 65-92. 2012.
- ROSÁRIO, P. S.; ROSÁRIO, S. A. S. A cronística de Gaspar de Carvajal e a colonização da Amazônia. *Nova Revista Amazônica*, 6: 93-106. 2018.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice. 1981.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: o desenvolvimento e o meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel. 1993.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, 3(1):41-73, 1997a.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, 3(2):103-150. 1997b.
- SANTILLI, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, F. (org.). *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA. 2004.
- SANTOS, J. *O Programa Bolsa Floresta: a recompensa financeira aos guardiões das florestas nas unidades de conservação do estado do Amazonas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-PPG/CASA. Universidade Federal do Amazonas. 2010.
- SANTOS, L. F. S. *O panóptico verde*. Manaus: Valer. 2014.
- SANTOS, L. F. S. *Entre o mágico e o cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. 2017.
- SANTOS, R. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. Manaus: Valer. 2019.
- SCHWARTZMAN, S. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. (Orgs). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ed. São Paulo: Hucitec. 2000.
- SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO AMAZONAS. *Plano de gestão da reserva de desenvolvimento sustentável do Rio Negro*. Produto 7. Volumes I e II. 2016.

- SHAPIRO-GARZA, E.; MCELWEE, P.; HECKEN, V. G.; CORBERA, E. Beyond Market Logics: payments for ecosystem services as alternative development practices in the Global South. *Development and Change*, 0(0): 1–23. 2009.
- SIMÕES, E.; FERREIRA, L. C.; JOLY, C. A. O dilema de populações humanas em Parques: gestão integrada entre técnicos e residentes do Núcleo Picinguaba. *Sustentabilidade em Debate*, 2 (1): 17-32. 2011.
- SILVA, J. G. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.
- SILVA, M. C. *O Paiz do Amazonas*. 3ed. Manaus: Valer. 2012.
- SILVA, M. C. *Metamorfoses da Amazônia*. 2ed. Manaus: Valer. 2013.
- SILVA, M. das G. e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez. 2010.
- SKIRRY, J. *Compreender Descartes*. Petrópolis: Vozes. 2010.
- SMITH, N. Nature as accumulation strategy. *Socialist Register*, 43: 16-36. 2007.
- SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. Rio de Janeiro: IBGE. 2021.
- SOENER, M. Growth, climate change, and the critique of neoclassical reason: new possibilities for economic sociology. *Economic Sociology*, 22(3): 10-16. 2021.
- SOUZA-LIMA, J. E. Economia ambiental, ecológica e marxista *versus* recursos naturais. *Revista FAE*, 7 (1): 119-127. 2004.
- SOUZA, L. M. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.
- SOUZA, M. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega. 1978.
- SOUZA, M. *O empate contra Chico Mendes*. São Paulo: Marco Zero. 1990.
- SOUZA, M. Amazônia e modernidade. *Estudos Avançados*, 16 (45). 2002.
- SOUZA, M. Afinal, quem é mais moderno neste país? *Estudos Avançados*, 19 (35). 2005.
- SOUZA, M. *Chico Mendes: a luta de cada um*. 2ed. São Paulo: Instituto Callis. 2011.
- SOUZA, M. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. 2ed. Rio de Janeiro: Record. 2019.

STERCI, N.; SCWHEICKARDT, K. H. S. C. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, 5(1): 59-77. 2010.

STEWART, J., Cultural Areas of the Tropical Forests. In: STEWARD, J. *Handbook of South American Indians*, vol. 3. Washington: Bureau of American Ethnology. Smithsonian Institute, 1949.

SVAMPA, M. Commodities Consensus: neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. *South Atlantic Quarterly*, 114(1): 65–82. 2015.

TOCANTINS, L. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Conquista. 1960.

UPADHAYAY, P. Climate Change as Ecological Colonialism: dilemma of innocent victims. *Himalayan Journal of Sociology & Anthropology*, 7: 111-140. 2016.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22 (63): 153-155. 2007.

VATN, A. An Institutional Analysis of Payments for Environmental Services. *Ecological Economics*, 69(6): 1245–52. 2010.

VATN, A. Markets in Environmental Governance: from theory to practice. *Ecological Economics*, 117: 225–233. 2015.

VERÍSSIMO, J. *Estudos Amazônicos*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará. 1970.

VIANA, V.; SANTOS, V. *Legislação sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do Amazonas*. Manaus: Valer. 2008.

VIANA, V.; TEZZA, J.; SALVIATI, V.; RIBENBOIM, G. MEGID, T.; SANTOS, C. Programa Bolsa Floresta no estado do Amazonas. In: PAGIOLA, S.; Von GLEHN, H. C.; TAFFARELLO, D. (Orgs.). *Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil*. São Paulo: SMA/CBRN. 2013.

VIANNA, L. P. *Considerações críticas sobre a construção da ideia de população tradicional no contexto das unidades de conservação*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/ USP. São Paulo. 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Images of nature and society. *Annual Review of Anthropology*, 2: 179-2000. 1996.

YOUNG, C. E. *Fundamentos econômicos da proposta de pacto nacional pela valorização da floresta e pelo fim do desmatamento da Floresta Amazônica*. Macrotempo Consultoria Econômica: Relatório Final. 2007.

WALKER, J. Neoliberalism, environmentalism, and the crisis of the 1970s. In: ____ *More heat than life: the tangled roots of ecology, energy, and economics*. Singapore: Palgrave Macmillan. 2020.

WALLMAN, E. D.; WELLS, C.; RIVERA-COLLAZO, I. C. The environmental legacies of colonialism in the northern neotropics: introduction to the special issue. *Environmental Archaeology*, 23(1): 1-3. 2018.

WAGLEY, C. *Amazon Town: a study of man in the tropics*. London: Oxford and New York: Oxford University Press. 1955.

WELLS, E. C. Culture, Power, History: implications for understanding global environmental change. In: ISENDAHL, C.; STUMP, D. *Oxford Handbook of Historical Ecology and Applied Archaeology*. Oxford: Oxford University Press. 2015.

WOORTMAN, K. Religião e ciência no renascimento. *Série Antropologia*. 1996.

WUNDER, S. *Payment for environmental services: some nuts and bolts*. CIFOR *Occasional Paper*, No.42. Bogor: CIFOR. 2005.

WUNDER, S. Revisiting the concept of payments for environmental services. *Ecological Economics*, 117: 234–243. 2015.

ZACARIAS, R. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. *Revista Praia Vermelha*, 19: 65-72. 2009.

ZHOURI, A. Ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. *Horizontes Antropológicos*, 12 (25): 139-169. 2006.

APÊNDICE

Apêndice I

O texto que segue abaixo, estava intitulado originalmente como “apresentação”, e estava situado logo após o sumário. O objetivo inicial era que ele realmente fosse uma apresentação da tese, no sentido de introduzir o leitor ao conteúdo que seria tratado de forma preponderante no trabalho. Ele foi escrito de forma “livre”, sem preocupações *a priori* em relação às citações e referências bibliográficas. Meu intuito era que o texto me ajudasse a organizar a formatação da tese, e a pensar na disposição dos capítulos e seus respectivos conteúdos. Particularmente, creio que cumpri esse objetivo, mas após algumas sugestões vindas dos avaliadores do trabalho e para que o material não fosse desperdiçado, achamos melhor posicioná-lo como um apêndice, a fim de preservar a ideia original do autor.

“Apresentação”

A história oficial, absorvida por expressiva parcela da sociedade e reproduzida, também, pelas Ciências Sociais, atribui ao século XIX o surgimento daquilo que se convencionou chamar de questão social. Com tempo e espaço determinados, a questão social se torna um tema importante na Europa, especialmente na Inglaterra, onde os processos decorrentes do advento do capitalismo e do estabelecimento das relações sociais inerentes a esse sistema, mostraram-se com mais evidência no tecido social daquele país. Resultante da Revolução Burguesa que expropriou camponeses de suas terras, a questão social surge, sobretudo, em função da disjunção entre campo e cidade e dos efeitos das novas relações sociais e de produção desenvolvidas no emergente espaço urbano.

Ela aparece, portanto, devido a dois principais processos. O primeiro, relativo ao fim do sistema feudal e à formação das cidades, em torno das quais se começa a desenvolver atividades relacionadas às fábricas e indústrias, que passaram a depender da utilização da força de trabalho dos antigos camponeses. Um segundo aspecto importante decorre do primeiro, pois as condições de trabalho e de vida das pessoas que passaram a viver nas cidades, tornaram-se motivo de preocupação tanto para produtores quanto para a massa de novos assalariados. Ambos os grupos se viram obrigados a organizar suas vidas em uma nova espacialidade e sob o ordenamento político-jurídico do capitalismo, e sua sobrevivência passou a depender diretamente das trocas comerciais constituídas na esfera do nascente mercado.

A questão social adquire relevância na medida em que as contradições do mundo do trabalho passam a ser entendidas como resultado das assimetrias constitutivas entre o imperativo econômico e a dinâmica societária. A exploração dos trabalhadores, as longas jornadas de trabalho, o trabalho de mulheres e crianças, passam a ser vistos como problemas redundantes das novas relações sociais estabelecidas no capitalismo. Com efeito, essas relações nascem desiguais e vão se aprofundando à medida em que se aperfeiçoam os mecanismos capazes de permitir a expansão dos mercados e, conseqüentemente, da exploração.

Paralelamente, o fim do feudalismo e dos regimes absolutistas, permitiu que os primeiros Estados-nação se consolidassem. De certa forma, tal movimento ajudou a contrabalancear a relação entre trabalhadores e proprietários, uma vez que os Estados, fortemente amparados pela ciência do Direito, tiveram que fortalecer e expandir seus sistemas jurídicos. Esses, por sua vez, tornaram-se responsáveis pela criação de normas e leis a fim de regular o funcionamento da sociedade como um todo, não sendo diferente na esfera do trabalho. De maneira que a modernização das relações sociais contribuiu para que a dimensão jurídica penetrasse nos ambientes de mercado, marcado pelas ideias liberais. Tal intervenção acirrou as contradições, mas também serviu para amparar as atividades laborais desempenhadas pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que impôs obrigações legais por parte de quem os contratassem.

Nesse percurso, a questão social se tornou, também, uma busca incessante pela conquista de direitos. Uma vez abolidas as relações estamentais próprias do sistema feudal, coube aos trabalhadores ocuparem seu espaço no jogo institucional da sociedade burguesa. Decorrem daí as primeiras organizações trabalhistas, sindicatos, partidos e movimentos contestatórios. Houve o entendimento, por parte dos trabalhadores, de que o enfrentamento das condições degradantes às quais eram submetidos, viria por meio de sua inserção nas esferas institucionais. Isto é, era preciso lutar pela ampliação e pela defesa de direitos como forma de garantir condições minimamente adequadas para o desempenho das atividades laborais, bem como das condições mínimas necessárias a sobrevivência.

No início do século XX, a questão social foi colocada à prova. Duas Guerras Mundiais, o regime Nazista na Alemanha e o Fascismo na Itália, pareciam ter destruído toda a breve trajetória do movimento que buscava colocar o sofrimento humano e a vida das pessoas no centro dos debates. Todos esses eventos foram acontecimentos políticos

com inegável interesse econômico, o que fez parecer que, no tabuleiro dos negócios, poder-se-ia colocar a vida em segundo plano. Por outro lado, a dimensão da tragédia humana experienciada por tais aventuras, fez com que a questão social adquirisse novamente visibilidade, passando a figurar com renovado destaque na vida cotidiana.

A implementação do Plano Marshall, a reconstrução da Europa, o advento das ideias Keynesianas e o consenso em torno do *Welfare State*, sinalizavam um novo tempo e uma nova fase do capitalismo nos países centrais. Os chamados anos gloriosos, pareciam ter selado a paz entre os trabalhadores, o Estado burguês e a classe dos proprietários capitalistas. Influenciados pelo horror da Guerra, uma espécie de pacto – não sem interesses de todos os lados – foi feito no sentido de promover crescimento econômico, estabilidade financeira, fortalecimento das estruturas burocráticas do Estado, bem como ampliação de garantias e de direitos civis que melhorassem significativamente a vida das pessoas durante esse período.

Como se sabe, os anos gloriosos prosperaram por 30 anos, quando se descobriu que os direitos eram demais, as garantias eram demais, os sindicatos tinham poder demais e os lucros e o acúmulo de riqueza – agravados pelas crises estruturais ao longo de toda a década de 70 – eram de menos. Tal diagnóstico exigiu a prescrição de um remédio amargo e, ao final dos anos 70, a adoção das teses neoliberais veio pôr fim há quase três décadas de avanços sociais, adquiridos por meio da legislação e proteção trabalhistas. A questão social, que tinha avançado nesse período e de certa maneira ficou em suspenso – uma vez que a condição de vida das pessoas havia melhorado – voltara com toda força a partir dos anos 80 com o desmonte do Estado de bem-estar, com a flexibilização das leis, desregulamentação dos mercados e por conta da ampliação e predomínio da esfera econômica em toda vida social.

Desde seu surgimento até então, a chamada questão social – que flutua entre os espaços político, social e acadêmico – serve de subsídio para se compreender de que forma a intensificação das relações sociais no escopo do capitalismo e o aprofundamento das contradições inerentes a esse sistema, tem impactado as condições de vida de quem precisa vender sua força de trabalho para sobreviver. Questões relacionadas à desigualdade, concentração de riqueza e o surgimento da pobreza, ganharam relevância durante esse longo percurso. Em parte, a importância dada a esses temas advém da observação empírica de que esses eventos têm se agravado ao longo do tempo, a despeito da produção e geração de riqueza terem atingido níveis jamais alcançados.

Do mesmo modo, a história oficial diz que outra questão, a ambiental, também teria se consolidado no continente Europeu, a partir da segunda metade do século XX. Sem dúvida, ela surge a partir da constatação, naquele período – e até um pouco antes –, do processo em curso pautado na modernização, no acelerado processo de industrialização e na expansão contínua das forças produtivas sobre as condições naturais do planeta. Além disso, a iminência da Guerra do Vietnã e as ameaças nucleares promovidas entre os blocos constituintes da Guerra Fria, acenderam o alerta da humanidade sobre os possíveis efeitos ambientais caso essas ameaças se tornassem atos concretos.

Desde 1900, porém, as preocupações com o “meio ambiente” começam a despertar o interesse da sociedade e de governos, no sentido de encontrar meios para regular a exploração dos espaços naturais e a vida dos seres vivos. Nesse mesmo ano, por exemplo, foi firmada a Convenção para a Preservação de Animais, Peixes e Pássaros da África, no sentido de coibir a caça praticada pelos colonos europeus naquele continente. Em 1902, foi realizada, na Europa, a Convenção para a Proteção dos Pássaros úteis à agricultura, que visava liberar a caça apenas das aves não identificadas com a dispersão de sementes com importância para os cultivos agrícolas. E no ano de 1923, em Paris, ocorreu o I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, com vistas ao fortalecimento das medidas legais para a conservação.

Um segundo momento relacionado a construção da questão ambiental, guarda relação com o fim da II Guerra e com o surgimento da ONU – e suas respectivas agências. A crise humanitária vivenciada nos anos seguintes à Guerra, despertou a necessidade de se criar mecanismos institucionais de proteção à vida e ao “ambiente humano”. Assim, em 1945, é criada a FAO e, em 1946, a UNESCO. Embora hoje suas atuações estejam bem delimitadas no campo da produção de alimentos e de fomento à educação e cultura respectivamente, as suas origens estão ligadas às preocupações de ordem estritamente ambiental. Esse período se encerra com dois importantes marcos, o Tratado Antártico, de 1959, e a Conferência da Biosfera, em 1968.

Outros marcos também ajudaram na construção da questão ambiental enquanto um problema de ordem sociopolítica, com especial destaque no campo intelectual. Essas contribuições não se restringiram a Europa, mas vieram, também, de outros lugares em que os incipientes problemas ambientais passaram a se fazer presentes. Tem-se, por exemplo, a publicação, em 1935, de *Deserts on the march*, do ecólogo e naturalista norte-americano Paul Sears. Anos mais tarde, em 1949, é publicado postumamente o livro A

sand county almanac, do filósofo, ecologista e conservacionista – também norte-americano – Aldo Leopold.

Nos anos 60, ficaram mundialmente conhecidas as obras do ornitólogo francês Jean Dorst, *Antes que a Natureza morra*, publicado em 1964, dois anos depois da obra – considerada a mais popular entre ambientalistas – de cunho preservacionista, *Silent spring*, publicada em 1962 pela bióloga e escritora norte-americana Rachel Carson. Finalmente, em 1968, *The population bomb*, do biólogo alemão Paul Ehrlich e *The tragedy of commons*, do ecólogo estadunidense Garret Hardin, ambas de caráter neomalthusiano, figuram entre as mais importantes publicações sobre a temática ambiental.

Contudo, a despeito da importância e reconhecida relevância de todas as obras e eventos que trataram dos problemas ecológicos, parece ser consenso entre aqueles que se dedicam aos estudos ambientais, que a publicação do Relatório *Meadows* – ou *The Limits to Growth* – e a realização da Conferência de Estocolmo, ambos em 1972, marcam simbolicamente o início do que hoje conhecemos por questão ambiental. O relatório foi elaborado por um grupo de empresários europeus, o Clube de Roma, em conjunto com cientistas norte-americanos do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). A Conferência foi fruto da iniciativa do ECOSOC (*The Economic and Social Council*), órgão da ONU que, desde o fim da II Guerra, vinha se preocupando com “os problemas do ambiente humano”.

Nesse longo percurso, em que essas duas questões se consolidaram, parece que “ninguém ouviu um soluçar de dor no canto do Brasil”. Nem na África, nem no leste e sudeste asiáticos. Se a questão social se refere ao sofrimento, as dores, as condições degradantes e a exploração a qual é submetida uma determinada população, a História oficial invisibilizou os séculos de extermínio, escravidão e exclusão dos povos nativos dos países colonizados. A questão social se torna importante quando a população europeia, especialmente a inglesa, passa a sofrer com os efeitos da nova forma de organização socioeconômica. E mesmo quando ela é globalizada, continua se restringindo, principalmente, ao contexto urbano, sob a clássica relação capital-trabalho.

De igual modo, se a questão ambiental se refere as agressões imputadas às condições naturais da Terra, foram apagados da História oficial, os séculos de pilhagem, extração, roubo e expropriação das terras e dos recursos naturais apropriados pelas

Metrópoles em detrimento de suas Colônias. A questão ambiental se consolida a partir do ponto de vista de empresários europeus, preocupados com a possibilidade de os “países em desenvolvimento” se utilizarem das amplas reservas de recursos naturais presentes em seus territórios. A utilização dessa fonte de energia renovável e relativamente barata, poderia levar à estruturação das cadeias produtivas, investimentos em tecnologia, instalação de parques industriais e, conseqüentemente, ao seu crescimento econômico.

Essa possibilidade colocava em xeque a continuidade do desenvolvimento e crescimento econômico das economias centrais. Primeiro, porque poderia haver uma acirrada competição pelos recursos devido ao aumento da demanda e, segundo, porque os “países em desenvolvimento” poderiam se tornar atores protagonistas na economia mundial, competindo em pé de igualdade com os países “desenvolvidos”, comprometendo a margem de lucro e o processo de acumulação das principais economias capitalistas. Utilizando-se da retórica ambiental, de que os recursos naturais seriam limitados e, portanto, não disponíveis a todas as nações, os empresários europeus propuseram limitar o crescimento dos países no estágio em que se encontravam naquele momento – a tese do crescimento zero –, para que as matérias-primas necessárias ao funcionamento da economia não fossem sobreexploradas.

Exatos cinquenta anos após a publicação do Relatório *Meadows*, o principal tema a compor a questão ambiental – a emergência do aquecimento global – parece fazer reviver – ou acentuar – as assimetrias de poder entre o Norte e o Sul globais. Do ponto de vista sociológico, as causas das mudanças climáticas não devem ser buscadas nas alterações de ordem físico-química que afetam a atmosfera, como faz a ciência climática. Pelo contrário, essas alterações se constituem em fortes indícios do processo “combinado e desigual” que vêm acompanhando a humanidade nos últimos séculos. De certa forma, esse processo ajuda a trazer para a superfície a história oficial não contada e, a partir dela, descortinar a complexa teia que nos envolve nesse primeiro quarto de século XXI.

Sob a perspectiva sócio histórica, o aquecimento global observado na atualidade, está intrinsecamente relacionado com o processo de colonização do qual é resultante a acumulação primitiva de capital. O predomínio do discurso técnico-científico que norteia as discussões, contudo, contribui para escamotear tais contradições. Seja nas Américas, na África ou na Ásia, a população nativa escravizada, serviu de mão-de-obra para produção e extração de produtos e insumos necessários ao desenvolvimento do

capitalismo mercantil, ao mesmo tempo em que foi excluída – por meio da racialização e hierarquização cultural – do novo ordenamento social que se construía no Novo Mundo.

O enriquecimento das Metr6poles, por conseguinte, permitiu o investimento em novas tecnologias, sobretudo durante o capitalismo industrial neocolonialista. A madeira e o carvão dos paÍses tropicais, abasteciam as máquinas e os trens a vapor. O guano e o nitrogênio dos paÍses andinos, fertilizavam os solos para produção agrícola em moldes capitalistas. O amplo acesso a diferentes fontes de energia, era o combustível necessário para o desenvolvimento das atividades econômicas, naquele momento, já bastante poluentes. À medida que a Revolução Industrial permitia a expansão das forças produtivas dos paÍses europeus – e também dos Estados Unidos e Japão – com base nos produtos das Colônias, aumentava, também, sua parcela de contribuição em relação a emissão de gases poluentes – mesmo que, naquele momento, esse ainda não fosse um problema ambientalmente reconhecido.

Se tomarmos o século XVIII como início da Revolução Industrial, passam-se quase trezentos anos até a criação do IPPC, 6rgão vinculado a ONU que se tornou responsável pelas medições da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, bem como por divulgar relatórios científicos sobre o atual estágio das condições climáticas no mundo. O IPCC adota o ano de 1850 como base para suas medições. Nesse período, enquanto os paÍses do Norte se industrializavam, muitos paÍses do Sul ainda permaneciam como colônias. E mesmo depois da independência política, muitos desses mesmos paÍses tinham, até meados do século passado, metade da sua população vivendo no meio rural. Se levarmos em conta apenas o Brasil, são quatrocentos e cinquenta anos até o início de um tímido processo de industrialização, iniciado nos anos 1950 – e nunca concluído a contento.

Dessa forma, o consumo de combustíveis f6sseis e de outros recursos naturais em larga escala e por um longo período, contribuiu de forma desproporcional para o aquecimento do planeta. Mas não só. As altas taxas de emissões predominantemente advindas dos paÍses do Norte, estão simetricamente ligadas à reprodução das desigualdades, aumento da pobreza e ao aprofundamento das ações discriminatórias contra “minorias” étnicas e raciais. A corrida desenvolvimentista deixou para trás grupos humanos que foram apartados do projeto modernizador, enquanto os paÍses fornecedores de insumos e matérias primas, tiveram a possibilidade de crescimento econômico relegado para um segundo plano – e também nunca alcançado.

As desigualdades geradas em virtude das altas taxas de emissões de GEEs, ficam subsumidas quando o que se apresenta como contrapartida, são os números relacionados ao crescimento econômico, especialmente se atrelados ao PIB dos países. Sem nos alongarmos muito, a crítica Marxista da Economia Política, ajuda-nos a esclarecer que tal leitura se trata de um equívoco. Sabe-se que o crescimento econômico não é condição dada *a priori* no sistema capitalista, mas é, sim, fruto do seu processo imanente de expansão. Isto é, para que haja retorno do capital investido na produção das mercadorias, é preciso que essas sejam colocadas em circulação e possam, por conseguinte, ser vendidas. Quanto mais ampliados os mercados onde elas transitam, maiores as possibilidades de venda.

Ademais, quanto mais se produz, mais se pode vender, fazendo com que o retorno do capital realizado na venda da mercadoria seja ainda maior. Após a venda, parte do capital retorna ao circuito da produção, seja como meios de produção, seja como força de trabalho ou destinado a produção direta de mais mercadorias. De qualquer forma, esse é um capital que já se realizou e se encontra acumulado na mão do proprietário capitalista. Ou seja, o próprio movimento de lançar o capital em circulação já se constitui numa forma de acumulação. De maneira que ao imperativo – ou dogma – do crescimento econômico, está implícita a necessidade indispensável de expansão do capitalismo, altamente dependente de recursos naturais, cujo fim último é a obtenção das taxas de lucro e o acúmulo de riqueza, o que leva inevitavelmente às desigualdades.

Entrelaçando produção de riqueza e mudanças climáticas, esse cenário pode ser verificado empiricamente, a partir de dois relatórios lançados recentemente. O primeiro, publicado em 2021 pela organização inglesa Oxfam, mostra-nos que a cada 26 horas uma nova pessoa se torna bilionária no mundo. O mesmo relatório também nos diz, que as 10 pessoas mais ricas do mundo, detêm seis vezes mais riqueza quando comparadas com 3,5 bilhões de pessoas (metade da população mundial). Ou seja, o acesso ao consumo de bens e mercadorias propiciado apenas à uma minoria da população mundial, tem repercutido de forma muito mais incisiva sobre o equilíbrio do planeta, quando comparado com as possibilidades de consumo ofertada à metade da população global.

A outra publicação, lançada no início deste ano pelo *World Inequality Lab*, mostra-nos que o 1% mais rico do mundo, é responsável por mais de 50% das emissões de GEEs. Em média, a pegada ecológica medida em termos *per capita* é de 6,6 TCO_{2e} por habitante, enquanto que o 1% mais rico emite cerca de 70 TCO_{2e}. Ainda segundo a publicação,

apesar desse 1% estar localizado nos países do centro, fazem parte desse número as elites locais dos países periféricos, localizados na América Latina, Ásia e África. Nesse ritmo, atesta a publicação, esse 1% ultrapassará em 30 vezes o limite proposto para que se atinjam as metas de redução estabelecidas para o ano de 2030.

O IPCC, por meio dos seus relatórios, e a Convenção do Clima, no âmbito do Protocolo de Kyoto, afirmaram que os países do Norte – ou aqueles que compõem o Anexo I do Protocolo – são os principais responsáveis pelas altas taxas de emissões e pela maior parte da concentração de gases poluentes na atmosfera. Contudo, a habilidade política de suas diplomacias, faz com que as instâncias decisórias se tornem arenas em que se barganha cada molécula de Carbono emitida. Isso se torna mais evidente quando se observa que as metas de redução de GEEs acordadas no Protocolo não foram cumpridas ao longo dos doze anos de vigência deste acordo, bem como no discurso que diz que “as responsabilidades são comuns, porém, diferenciadas”.

Após a divulgação do primeiro relatório do IPCC, em 1990, e à criação do Protocolo de Kyoto, em 1997, o aquecimento global se tornou o tema de maior destaque a fazer parte da questão ambiental. De lá para cá, as propostas relativas ao enfrentamento do problema, tem privilegiado formas paliativas para redução das taxas de emissões, uma vez que as principais alternativas recaem sobre mecanismos de mitigação. O mais importante deles, em termos políticos, é o mercado de créditos de carbono que, em última instância, tornou-se um mercado que avaliza o direito de poluir. Por conta disso, revelou-se incapaz do ponto de vista político e econômico, pois não cumpriu suas metas estabelecidas desde 2008, bem como se mostrou um instrumento de mercado pouco rentável e de baixo dinamismo perante as expectativas dos investidores.

Mesmo após o fim do Protocolo de Kyoto, o mercado de carbono ganhou novo fôlego com a promulgação do Acordo de Paris, que entrou em vigor em 2015. Concomitantemente, outros mecanismos surgiram a partir de Kyoto e quase todos apostando na importância das florestas, uma vez que a essas é atribuído o papel de maiores sumidouros de CO₂. A mitigação, portanto, tem como ponto central a criação de programas que buscam pela manutenção e preservação das áreas florestadas do planeta, que estão, na sua extensa maioria, presentes nos países do Sul. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o Pagamento por Serviços Ambientais e as iniciativas REDD+, por exemplo, são os principais subsidiários do mercado de carbono.

Esses mecanismos são elaborados na Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças do Clima onde, de forma multilateral, os acordos são firmados de maneira consensual. De modo bastante sutil, busca-se equiparar as responsabilidades dos países do Norte com as do Sul, no sentido de que é atribuído papel simétrico entre a necessidade de preservação das florestas e a obrigatoriedade dos países industrializados de reduzir suas emissões. Apesar da supressão de floresta nativa – por meio do desmatamento – constituir parte importante das emissões de gases poluentes, sabe-se que a principal fonte de emissões vem do consumo de energia, do qual Estados Unidos e União Europeia são os principais beneficiados.

Com efeito, o aquecimento global trouxe para o centro das discussões, o modelo de desenvolvimento adotado até então, e a contestação da crença de que o crescimento econômico ilimitado é o caminho para a distribuição da riqueza e erradicação da pobreza e das desigualdades observadas contemporaneamente. Indo mais fundo na questão, o aquecimento global tem se tornado um tema cada vez mais incômodo, devido a duas razões principais. Primeiro, ao apontar os combustíveis fósseis como principal vilão do aquecimento, coloca em xeque a organização do modelo econômico vigente, pois afeta interesses tanto dos produtores quanto dos consumidores que dependem desse insumo. Segundo, porque questiona o padrão de consumo dos países do Norte, que se constituiu à base do uso desigual de energia, é responsável pela parcela principal das emissões e, à medida que se reproduz, aumenta a desigualdade socioeconômica entre os países do globo.

Não há, pelo menos no que se observa nas tratativas oficiais sobre as mudanças climáticas, interesse ou sinalização de que os países do Norte assumam essa perspectiva ou de que estejam dispostos a alterar seu estilo de vida e padrão de consumo. O que tem predominado nas Conferências e nos acordos envolvendo a diplomacia dos países, é a continuidade dos projetos envolvendo os mecanismos de mitigação, cujos principais destinatários são os países do Sul, onde se encontra a maior parte das florestas do planeta. Os esforços têm se concentrado na elaboração e implementação de programas com vistas a preservação dessas áreas, como forma de garantir o sequestro de carbono e a não emissão de gases poluentes por meio do desmatamento.

O modo como os países – inclusive os da periferia – tem respondido ao imbróglio e aos desafios colocados pela emergência do aquecimento global, expõe os legados do colonialismo socioambiental, ao mesmo tempo em que os reforça. Essa condição exige –

e possibilita – que as questões social e ambiental sejam colocadas em outros termos. Primeiro, faz-se necessário um deslocamento da questão social do contexto puramente urbano, dando-se mais ênfase e importância ao que vem ocorrendo em contextos não-urbanos, não necessariamente rurais. O modo de vida das populações vivendo em regiões florestadas, como áreas protegidas da Amazônia, por exemplo, tornou-se extremamente relevante, pois é a esses grupos humanos que se destinam os programas de mitigação pensados nas Conferências do Clima. É preciso entender, portanto, quais foram os processos históricos que levaram essas populações a ter esse protagonismo.

Do ponto de vista ambiental, a política climática, fortemente embasada pela racionalidade técnico-científica, tende a ver as densas áreas de florestas como grandes sumidouros de CO₂. Ou seja, as florestas se tornaram o grande trunfo no combate ao aquecimento, a despeito da necessidade de se pensar em novas relações sociais entre sociedade e natureza. Dessa forma, a criação de áreas protegidas nos países do Sul é amplamente estimulada como uma das principais alternativas para implementação dos mecanismos de mitigação, um processo que tem transformado a biodiversidade dessas áreas em ativos ambientais. Ocorre que junto com a criação dessas áreas, ergue-se uma estrutura político-jurídica que difere das formas organizacionais das comunidades que vivem secularmente nesses espaços. É preciso entender, também, de que forma a defesa das teses conservacionistas nos países do Sul, como elixir para o aquecimento global, tem implicado em alterações das relações sociais das comunidades amazônicas.

Apêndice II – Descrição detalhada dos subprogramas do Bolsa Floresta

Bolsa Floresta Familiar: é o carro-chefe do Programa e foi o primeiro a ser instituído pela Fundação. Este subprograma refere-se ao pagamento mensal – e permanente – de R\$ 50,00 às famílias residentes ou usuárias das UCs, que assumem as contrapartidas contidas no termo de compromisso. O valor é pago às mulheres – chefes de família – por meio de um cartão de crédito do Banco Bradesco¹⁰¹. A definição do valor da recompensa mensal oferecida às famílias foi delineada após “extensa discussão com atores públicos, privados e as comunidades locais” (VIANA et al., 2013). Diferentemente de outros projetos baseados nos PSA, o Bolsa Floresta privilegia a unidade familiar. Dessa forma, a quantidade de famílias beneficiadas e a disponibilidade de recursos financeiros impôs-se para a definição do valor a ser pago.

Segundo Viana et al (2013), o BF Familiar é um importante mecanismo para envolver a população local nas atividades de combate ao desmatamento. É a porta de entrada das famílias nas demais atividades do Programa. Segundo os autores, o BF Familiar não pretende ser a principal fonte de renda dessas famílias, mas um complemento pago a título de recompensa pela conservação da floresta e investimento na cadeia de serviços ambientais.

Bolsa Floresta Renda: o componente Renda oferece infraestrutura, capacitação, maquinário e organização das atividades econômicas, envolvendo oportunidades de geração de renda no contexto de produção agroflorestal e extrativista das comunidades. Os investimentos em geração de renda são decididos de forma participativa, e são direcionados para as comunidades ribeirinhas das Unidades de Conservação. A ideia é promover arranjos produtivos que aumentem o valor recebido pelo produtor e que estimulem a inclusão produtiva e mercadológica de grupos e produtos, por meio da identificação de potencialidades de cada localidade. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento, estejam legalizadas e que adicionem valor a floresta em pé. As ações são realizadas, por exemplo, para agregar valor à produção de peixe, cacau, borracha, castanha, frutas, óleos vegetais e outros produtos extrativistas.

Bolsa Floresta Infraestrutura Comunitária: este componente realiza ações de apoio à infraestrutura comunitária e busca auxiliar o desenvolvimento nas áreas de educação,

¹⁰¹ Para sacar esse valor, as mulheres beneficiárias do BF Familiar devem se deslocar até uma agência do Bradesco no município mais próximo da UC onde moram. Vale ressaltar que os homens solteiros ou viúvos também podem receber o Bolsa Floresta Família.

saúde, saneamento, comunicação e transporte nas comunidades ribeirinhas. As ações são realizadas a partir das demandas das próprias comunidades, definidas em oficinas participativas. Os projetos são implementados tanto de forma direta – pela Fundação – quanto por meio de diversas parcerias com instituições privadas, além das prefeituras dos municípios que englobam as UCs e o governo do estado. As principais ações realizadas no sentido de melhorar a infraestrutura das comunidades, envolvem a construção de casas de farinha, entrega de ambulanchas¹⁰², instalação de aparelhos de rádio de comunicação, tanque para criação de peixes, purificadores de água, casas de marcenaria, instalação de caixas d’água, reforma de escolas e casas de saúde, entre outros.

Bolsa Floresta Empoderamento Comunitário: Por meio de ações que visam o empoderamento, a Fundação busca fortalecer as organizações sociais de base comunitária, estimulando a consolidação das atuais e futuras lideranças ribeirinhas em Unidades de Conservação. As ações estão pautadas na qualificação de capital humano, como formação político-cidadã, incluindo capacitação de conselheiros e lideranças populares, promovendo a participação social e o fortalecimento do protagonismo dos usuários na reivindicação dos direitos de cidadania. Pretende-se, com essas atividades, que as lideranças tenham acesso a conhecimentos, meios, recursos e metodologias direcionadas ao aumento do empoderamento nas reivindicações dos direitos de cidadania e de serviços públicos de qualidade em suas comunidades.

Bolsa Floresta Empreendedorismo Ribeirinho: este subprograma pretende desenvolver uma cultura empreendedora nas comunidades ribeirinhas da Amazônia e atua em dois eixos temáticos: o de empreendedorismo ribeirinho e a incubadora de negócios sustentáveis. O programa busca levar os conceitos básicos de gestão e do mercado para as cadeias produtivas, por meio de cursos, consultorias, “fazedoria” e laboratórios de gestão, que são metodologias utilizadas para a formação de empreendedores, propiciando alternativas para o fortalecimento dos negócios locais, resultando em autonomia e protagonismo dos grupos apoiados. A lógica de implementação do Empreendedorismo Ribeirinho sempre prioriza uma visão holística da cadeia produtiva e visa solucionar desafios de produção, gestão e comercialização de produtos da floresta, inclusive problemas de infraestrutura e logística. Esses desafios são levantados junto às

¹⁰² Ambulanchas são barcos motorizados adaptados para prestarem serviços de primeiros socorros às comunidades ribeirinhas, geralmente promovendo o deslocamento até o pronto socorro ou hospital mais próximo.

comunidades beneficiadas e as soluções são co-criadas em oficinas e seminários específicos com as comunidades, especialistas e o setor privado.

Já a incubadora de negócios nasceu da necessidade de ofertar qualificação mais especializada sobre o universo da gestão de negócios, técnicas de inovação e tecnologia, para criar soluções e “mentorar” empreendedores que atuam nas cadeias produtivas do turismo, artesanato, açaí, manejo florestal, cacau, pirarucu, óleos vegetais, farinha, castanha, dentre outros.

ANEXOS

ANEXO I – Regras de Uso dos Recursos Naturais da RDS do Rio Negro segundo seu Plano de Gestão, promulgado em 2016.

Regras de Uso dos Recursos Naturais da RDS do Rio Negro

As regras de uso dos recursos naturais e de convivência foram construídas pelos moradores das comunidades e pela gestão da RDS e tem por objetivo auxiliar a administração da UC, além de formalizar as regras já existentes nas comunidades.

Devem ser respeitadas pelos gestores, moradores, visitantes, turistas, pesquisadores, embarcações e qualquer pessoa ou instituição que vierem interagir com a Unidade.

● AGRICULTURA

As regras de uso definidas para a agricultura tem o objetivo de organizar esta atividade, melhorando as formas de produção aliadas a conservação do meio ambiente. As atividades agrícolas, como roçados e qualquer outro tipo de plantações, devem ser realizadas apenas nas áreas consideradas no Zoneamento da Unidade como de Uso Intensivo.

REGRAS DE AGRICULTURA

1. Só é permitido a abertura de 2ha ou quadras em capoeira por ano por família;
 - 1.1. Para áreas já abertas, é obrigatório que as mesmas sejam mantidas com tamanho não superior a 2ha segundo norma vigente;
 - 1.2. É permitido avançar as roças em matas primárias numa área de até 1ha quando não houver área de capoeira disponível, somente para filhos de moradores da UC que tenham constituído família recente e que estejam morando na UC;
2. O tempo mínimo para a recuperação da capoeira deverá ser de 3 anos;
3. É obrigatório o planejamento, pela comunidade, de uma área mínima e máxima para o estabelecimento de quintais e roçados;
4. Fica obrigado, a quem necessitar queimar o roçado, que realize com aceiros ao redor das áreas que serão queimadas e que avise, com antecedência, a comunidade e o agente ambiental do polo;
5. É obrigatório monitorar e controlar a situação do fogo até o término da queima do roçado;
6. É proibido abrir roçado em trilhas ecológicas destinadas ao turismo, a não ser que o mesmo faça parte do roteiro turístico;
7. É obrigatório que se mantenha uma vegetação mínima, mesmo em capoeira, de 50m de distância da margem de quaisquer corpos d'água, como igarapés, lagos, rios e suas nascentes;
8. Quando for detectada a presença de sítios arqueológicos pelo agricultor ou qualquer outro comunitário, este é obrigado a parar as atividades e avisar a Associação Comunitária e ao Gestor da Reserva que entrará em contato com o IPHAN.

RECOMENDAÇÕES

1. Recomenda-se a utilização de áreas de capoeira para fazer roçado, os casos em que não haja capoeira para abertura de roçados, serão tratados pelo conselho gestor da UC com anuência do órgão gestor;
2. É recomendado que se façam roçados no máximo 3 vezes seguidas em determinada área, para garantia do tempo de pousio;
3. Deve ser evitado o uso do fogo, obedecendo a legislação vigente;
4. No caso da necessidade de uso dos defensivos agrícolas, recomenda-se o uso de defensivos orgânicos;
5. É recomendado que se adotem boas práticas agrícolas como Sistemas Agroflorestais, ao invés do uso da coivara;
6. É recomendável fazer o enriquecimento das roças e capoeiras com árvores domésticas e nativas;
7. Recomenda-se evitar o desmatamento com máquinas agrícolas e dar preferência para máquinas leves adaptadas ao agricultor;
8. Montar GT para propor melhores entendimentos no ordenamento das áreas com sítios arqueológicos.

● CRIAÇÃO DE ANIMAIS

A criação de animais na RDS é muito importante para complementar a alimentação e gerar renda para as famílias. Mas é necessário ordenar esta atividade estabelecendo regras, pois os modos de criação podem influenciar diretamente na qualidade de vida das comunidades, como o surgimento de contaminações e doenças. As criações de animais devem ser realizadas apenas nas áreas consideradas no Zoneamento da Unidade como de Uso Intensivo.

REGRAS DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS

1. Na sede da comunidade, a criação de galinhas e patos ou quaisquer outras animais domésticos só serão permitidas em área cercada;
2. É proibido abandonar cachorros e gatos nas dependências da comunidade, em outras comunidades vizinhas ou nas áreas urbanas das cidades;
3. É permitido no máximo a criação de 2 cachorros por família, sendo que as que possuem um número acima disso não aumentem;
4. É permitida a criação de animais de médio porte, como suínos, ovinos e caprinos em área distante da sede da comunidade, afastado de fontes de captação de água, ou a baixo da comunidade;
5. É permitida a criação de peixes, conforme legislação vigente, em modalidades recomendadas pelo órgão gestor da UC e pelo Conselho.

RECOMENDAÇÕES

1. A criação de cachorros e gatos é de responsabilidade do dono (limpeza de fezes, cuidados no cio, vacinação e tratamento de doenças);
2. Não é recomendável a criação de gado na RDS. Para as famílias que já criam bovinos não devem aumentar o número do rebanho, nem a área para criação e devem manter os animais em área cercada;
3. É recomendado que cada família tenha no máximo um plantel de 20 galinhas e 10 patos e para os que tem uma criação acima disto que não a aumentem.

● INTERVENÇÃO À FAUNA SILVESTRE

As comunidades da RDS realizam a caça para complementar sua alimentação, principalmente no período da cheia, quando a pesca se torna mais difícil. Porém, mesmo sendo esta uma atividade considerada de importância para alimentação das populações locais, a legislação vigente restringe intensamente tal prática, devido ao aumento da pressão de caça para venda ilegal, causando a diminuição dos estoques da fauna silvestre. Por isso, as regras e recomendações para esta atividade na RDS ficaram definidas conforme o quadro abaixo:

REGRAS DE INTERVENÇÃO SOBRE A FAUNA SILVESTRE

1. É proibida a caça, exceto quando realizada em estado de necessidade;
2. É proibida a captura de bichos de casco e seus ovos;
3. É proibida a compra e venda de qualquer espécie caçada por comunitários e não comunitários.

RECOMENDAÇÕES

1. Diante das legislações vigentes, recomenda-se que o Conselho Gestor da UC crie um Grupo de Trabalho de Caça, para analisar e aprofundar o entendimento a cerca das regras de intervenção sobre a fauna silvestre;
2. Deverão ser desenvolvidas ações de incentivo ao manejo de fauna silvestre em cativeiro como
3. Recomenda-se que sejam realizados trabalhos de educação ambiental como forma de conscientização dos efeitos da prática da caça.

Legislação vigente:

Lei Federal de Crimes Ambientais nº. 9.605/1998

Lei Estadual Complementar nº 53/2007

Decreto Federal nº 6.514/2008

● PESCA

As regras de pesca tem por objetivo, ordenar a atividade, evitando assim conflitos entre moradores e pessoas de fora da RDS. A pesca, deve ser realizada apenas nas áreas consideradas no Zoneamento da Unidade como de Uso Intensivo e Uso Extensivo.

REGRAS DE PESCA

1. É proibida a prática da pesca por pessoas e barcos de fora da Reserva e que não sejam moradores, exceções serão avaliadas pelos comunitários durante assembleias;
2. É proibido pescar peixes, para fins comerciais, abaixo do tamanho mínimo estabelecido por lei;
3. Fica permitido redes de pesca com malha 20 (ano todo) com obrigação do uso de catadeira de malha 40-45 entre os meses de junho a novembro;
4. É obrigado respeitar as áreas de pesca das próprias comunidades e das comunidades vizinhas;
5. No caso de pesca em áreas de comunidades vizinhas, é obrigado consultar tal comunidade previamente;
6. É proibido o desperdício de pescado;
7. É permitida a pesca de subsistência/comercial por pessoas de fora da UC, no verão, apenas com consentimento da comunidade em reunião, onde ocorrerá a pesca, com apetrechos aprovados pela comunidade e respeitando a legislação vigente;
8. É obrigado respeitar o limite de distância de 500 metros da entrada da boca de rios, lagos paranás e igarapés durante a pesca com redinha e malhadeira;
9. É proibido fazer a batção nos lagos e igarapés;
10. É proibida a pesca com utilização de bombas e substâncias tóxicas naturais, como o timbó ou artificiais;
11. É proibido fechar rios, paranás, lagos e igarapés com arrastão, malhadeiras e redes durante o ano todo.

Pesca esportiva

12. Fica estabelecido que todas as regras devem ser condicionadas mediante estudo técnico realizado para pesca esportiva, conforme apresentado nos programas de Conhecimento e de Manejo do Meio Ambiente;
13. Na prática da pesca esportiva deverá ser utilizada mão de obra local, como os piloteiros/condutores;
14. As embarcações utilizadas para pesca esportiva devem pertencer a comunitários, sendo permitida embarcações de fora somente quando a comunidade não oferecer a referida logística;
15. É necessário que os piloteiros façam o curso de formação para desenvolver tal atividade.

RECOMENDAÇÕES

1. É recomendado manter o número de lanços comunitários que já existem, e se for necessário abrir novos lanços, que estes sejam declarados a comunidade e decidido pela mesma;
2. Evitar se possível capturar peixes ovados;
3. Recomenda-se a discussão de acordos de pesca para a região no entorno do lago do Acajatuba;
4. Doar o excedente do pescado para as famílias envolvidas na pesca;

Pesca esportiva

5. Recomenda-se a implementação de monitoramento desta prática: esforço; tamanho do peixe; número de turistas/quantidade de peixe capturada.

● EXTRATIVISMO MADEIREIRO

O extrativismo madeireiro é permitido e regulamentado pela Resolução Estadual CEMAAM nº 003/2008, desde que a extração seja utilizada para fins de auto abastecimento. Em casos de comercialização da madeira e produtos derivados, a matéria-prima deve ser proveniente de Planos de Manejo. As atividades de extração florestal madeireira, devem ser realizadas apenas nas áreas consideradas no Zoneamento da Unidade como de Uso Intensivo e Uso Extensivo.

REGRAS DE EXTRAÇÃO FLORESTAL MADEIREIRA

1. É permitido o uso de madeira para construção de casas, galpões, canoas, barcos, móveis, e demais estruturas na comunidade, obedecendo à lei do auto abastecimento;
2. É obrigado que o interessado no uso da madeira de auto abastecimento, informe previamente as lideranças da comunidade e o agente ambiental do polo;
3. É permitido retirar madeira da área das comunidades vizinhas, mediante consentimento da comunidade e aviso prévio ao agente ambiental do Polo;
4. É obrigado que o interessado em fazer manejo florestal de pequena escala seja morador efetivo há pelo menos 2 anos na RDS e que esteja associado na associação local e ACS;
5. É obrigado que o responsável pelos resíduos gerados provenientes do uso da madeira para autoabastecimento ou do manejo, faça a correta destinação do mesmo e se possível com o máximo de reaproveitamento;
6. Fica proibida, a derrubada de árvores com legislação vigente que proíba o corte ou que esteja ameaçada de extinção. As exceções devem passar pela avaliação do órgão fiscalizador competente;
7. É proibido transportar madeira para fora dos limites da UC, exceto as advindas do manejo madeireiro;
8. É proibida a comercialização de madeira para fora da Reserva, que não seja proveniente dos planos de manejo madeireiro estabelecidos na RDS;

9. É proibida também a venda da madeira dentro da RDS. No caso de um morador que não tenha prática do trabalho com madeira, somente pode ser pago/cobrado o serviço do serrador e carpinteiro, sendo a madeira um patrimônio de todos;
10. Fica proibido a construção de embarcações para venda, exceto quando esta for de madeira manejada.

RECOMENDAÇÕES

1. Os detentores de plano de manejo florestal da UC devem acertar, junto a ACS, uma porcentagem do lucro para repassar à Associação Mãe. Esta porcentagem deverá ser revertida em benefícios para a comunidade detentora dos planos;
2. Recomenda-se a realização de estudos técnicos inseridos nos Programas de Conhecimento e Manejo do Meio Ambiente, para que se avalie a viabilidade da produção de espetos e do uso.

● EXTRATIVISMO NÃO-MADEIREIRO

Na definição das regras foram respeitadas as legislações específicas para o tema e as particularidades presentes na RDS. As atividades de extração florestal não-madeireira, devem ser realizadas apenas nas áreas consideradas no Zoneamento da Unidade como de Uso Intensivo e Uso Extensivo.

REGRAS DE EXTRAÇÃO FLORESTAL NÃO-MADEIREIRA

1. É proibida a derrubada de árvores, inclusive palmeiras, para coleta de sementes, fibras e frutos;
2. É proibido o corte do cipó-d'água para fins de demonstração turística;
3. Não poderão ser derrubadas árvores para retirada de cipós;
4. É necessário que se faça manejo adequado do uso do tauari (fibra), arumã, cipó-titica, cipó-açú, timbó, ambé entre outros produtos florestais utilizados no artesanato e que se respeite regulamentação específica quando houver;
5. É permitida a extração do óleo da copaiba e andiroba, além da extração de outros produtos não-madeireiros, quando realizada através de boas práticas de manejo e regulamentação específica quando houver.

● TURISMO

As atividades de turismo podem ser realizadas com menos intensidade nas áreas consideradas no Zoneamento da Unidade como de Preservação e Uso Extensivo e com maior intensidade na Zona de Uso Intensivo.

REGRAS DE TURISMO

1. É obrigatória a autorização de entrada na UC para visitantes, turistas e empresas de turismo, emitida pelo Órgão Gestor;
2. É obrigatório que todo grupo de visitantes da UC esteja acompanhado por condutor ou morador local;
3. É obrigatório que todas as comunidades façam o registro do fluxo de visitantes. Deverão definir como, e repassar essas informações para as associações;
4. Todo novo empreendimento turístico é obrigado a apresentar sua proposta para apreciação e aprovação do Conselho Gestor;
5. Toda embarcação turística é obrigada a recolher seus dejetos (lixo) e levar para fora da RDS com destinação correta;
6. Os visitantes e turistas ficam proibidos de retirar, comercializar ou transportar animais e plantas silvestres, artefatos arqueológicos ou minerais;
7. É permitido comprar plantas medicinais cultivadas e artesanatos dos profissionais e/ou grupos de moradores da RDS.

RECOMENDAÇÕES

1. A cobrança de taxa para visitante na comunidade deverá ser acordada com Associação Comunitária juntamente com a ACS;
2. Cabe a cada comunidade definir se o visitante não deverá andar com trajes de banho (biquíni, maiô e sunga) na área interna da comunidade;
3. No caso de não haver na comunidade guias ou condutores com habilidades na língua estrangeira mesmo deve ser contratado de fora;
4. Deverá ser criado um grupo de trabalho (GT) para implementar e monitorar a cadeia do turismo na RDS;
5. Recomenda-se que as comunidades busquem incentivos p/cadeia de turismo;
6. O comunitário que identificar visitantes sem autorização de entrada na UC, deve orientar os mesmos sobre o procedimento para entrada na RDS.

● REGRAS DE CONVIVÊNCIA

Estas regras dizem respeito ao que é comum a todas as 19 comunidades da RDS do Rio Negro, como poluição sonora e cuidados com o bem comum. Regras mais específicas deverão ser discutidas nas reuniões comunitárias.

REGRAS DE CONVIVÊNCIA

1. Respeitar as festas tradicionais (torneios e festejos), conforme regras estabelecidas pela comunidade que está sediando o evento;
2. Não é permitido escutar música alta nos locais e horários, apresentados na Tabela abaixo, conforme legislação vigente;
3. É proibido jogar lixo nos leitos de rio e na área da comunidade;
4. É proibido queimar o lixo reciclável (plástico, latas e vidros), e sempre que possível, enterrar o lixo orgânico ao invés de queimar;
5. É proibida a criação de animais domésticos soltos na comunidade;
6. Os igarapés, lagos, centros sociais, escolas, postos médicos, estradas, vicinais, varadouros e praias, são considerados de uso comum, respeitando o zoneamento da UC e regras das comunidades;
7. É permitido que um ex-morador volte a morar na Reserva, desde que aprovado em assembleia da comunidade e respeitando as regras locais;
8. É permitido que uma nova família passe a morar na RDS desde que seja parente ou cônjuge de moradores e aprovado em assembleia da comunidade;
9. Sobre a venda de benfeitorias (casas, comércios, roçados, etc.):
 - 9.1 Para moradores: Permitido, quando for sair da comunidade;
 - 9.2 Para não moradores: Não é permitido;
10. Famílias que só frequentam as casas aos finais de semana, feriados e férias devem seguir as normas da comunidade, as regras do plano de gestão e não podem receber benefícios locais, conforme as normas de cada programa, que tem o objetivo de beneficiar moradores;
11. Não é permitida a entrada e/ou construção de novos flutuantes;
12. Só pode ter comércio nas comunidades quem for morador da reserva;
13. Novos empreendimentos na área da RDS só serão permitidos após informados à ACS, ao órgão gestor e com a anuência do conselho gestor;
14. Não é permitido comercializar ou transportar animais silvestres, plantas, artefatos arqueológicos ou minerais, conforme legislação.

RECOMENDAÇÕES

1. Cabe a cada comunidade definir os horários para venda de bebidas alcóolicas, períodos e duração das festas comemorativas e dançantes;
2. Sempre que possível, enterrar o lixo ao invés de queimar;
3. Deve-se pedir permissão ao morador de uma área, onde se queira realizar brincadeiras e jogos, e deve-se deixar o local limpo após o uso.

NÍVEIS DO SOM NAS ÁREAS E PERÍODOS CONFORME LEI FEDERAL N°1.065/1996 E ABNT N°1.0151

Área	PERÍODO/DÉCIBELIS	
	Diurno	Noturno
Zona de sítios e fazendas	40	35
Zona de hospital, escola e residencial	50	45
Zona mista, predominantemente residencial	55	50
Zona mista, com vocação comercial	60	55
Zona mista, com vocação recreativa	65	55

● REGRAS GERAIS

Após a definição das regras, os participantes da OPP deliberaram ainda que:

REGRAS GERAIS

1. É obrigatório tornar as regras da UC públicas para moradores e visitantes;
2. É proibida a realização de atividades de mineração nos limites da UC;
3. Todos os moradores e usuários da RDS são responsáveis diretos pela execução das Regras previstas para a RDS do Rio Negro, assim como a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, Associação mãe da RDS, associações comunitárias e todas as instituições atuantes dentro do limite da Reserva.
4. O não cumprimento das Regras estabelecidas significará a quebra de compromisso do morador em conservar a Reserva para seus filhos e netos tal como a recebeu. As infrações serão discutidas junto às Associações Comunitárias, caso necessário será debatido em Assembleia da Associação das Comunidades Sustentáveis da RDS do Rio Negro (ACS) e, em última instância, decidido em reunião do Conselho Deliberativo.
5. Aos usuários não-moradores e instituições presentes na RDS, o não cumprimento das Regras estabelecidas para a RDS do Rio Negro, resultará na aplicação das penalidades conforme a legislação pertinente.